UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

AS TRANSFORMAÇÕES DAS ORDENS MUNDIAIS NO MODERNO SISTEMA-MUNDO E AS MUDANÇAS NA ESTRATÉGIA GLOBAL DOS ESTADOS UNIDOS NO PÓS-GUERRA FRIA: A DOUTRINA BUSH

Átila Alves Garrido

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas, sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por ***Átila Alves Garrido*** *em* ***01/04/2009*** *e orientado pelo* ***Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos.***

CPG, 01/04/2009

Campinas, 2009

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca do Instituto de Economia/UNICAMP

Garrido, Átila Alves.
G193t As transformações das ordens mundiais no moderno sistema-mundo e as mudanças na estrategia global dos Estados Unidos na pos-guerra fria: a doutrina Bush / Átila Alves Garrido. -- Campinas, SP: [s.n.], 2009.

Orientador : Pedro Paulo Zahluth Bastos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Relações economicas internacionais. 2. Estados Unidos – Hegemonia. 3. Imperialismo. I. Bastos, Pedro Paulo Zahluth. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Titulo.

09-015-BIE

Título em Inglês: The world orders transformations in the modern world-system and the changes in the US global strategy in the post-cold war: the Bush doctrine
Keywords: Relações economicas internacionais ; US Hegemony ; Imperialism
Area de Concentração : ----------
Titulação: Mestre em Ciencias Economicas
Banca examinadora: Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos
Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti
Prof. Dr. Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos
Data da defesa: 01-04-2009
Programa de Pós-Graduação: Ciencias Economicas

Dissertação de Mestrado

Aluno: ÁTILA ALVES GARRIDO

"As Transformações das Ordens Mundiais no Moderno Sistema-Mundo e as Mudanças na Estratégia Global dos Estados Unidos no Pós-Guerra Fria: A Doutrina Bush"

Defendida em 01 / 04 / 2009

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS
Orientador – IE / UNICAMP

Prof. Dr. EDUARDO BARROS MARIUTTI
IE/UNICAMP

Prof. Dr. CARLOS PINKUSFELD MONTEIRO BASTOS
UFF

"Não existe entrada já aberta para a ciência e só aqueles que não temem a fadiga de galgar suas escarpas abruptas é que têm a chance de chegar a seus cimos luminosos"

MARX, Karl (1997 [1867]). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Editora Nova Cultural, São Paulo-SP, p. 143 (Prefácio da Edição Francesa)

Para
meus pais,
José Francisco e
Nanci

Para
minha amada,
amiga e companheira,
Aninha

Para
vó Laura,
verdadeiro exemplo de vida
ao qual sempre recorro
nos momentos de dificuldades,
in memoriam

AGRADECIMENTOS

Nenhum trabalho, por mais que possa parecer, é resultado do esforço exclusivo de um único indivíduo. Um número incontável e desconhecido de pessoas e de fatores, de forma direta e indireta, contribuiu para que uma determinada obra viesse a existência e contribuirá para que ela se mantenha viva. A interdependência entre diversas pessoas, idéias, acontecimentos e fatores, por si só, assegura que os produtos advindos dessas inter-relações sejam resultado de um esforço coletivo, cuja contribuição individual acrescenta muito pouco. Uma peça fora do lugar nesse imenso quebra-cabeça, ou melhor, um fio que falte ou que seja puxado dessa intrincada teia em um momento crucial de sua montagem e é bastante provável que não chegássemos ao resultado final.

Dessa forma, um primeiro agradecimento é dedicado a todos aqueles que anonimamente contribuíram para que esse trabalho fosse possível de ser realizado. A cada cidadão que, com o suor do seu trabalho, ainda que inconscientemente e distante da sua realidade mais imediata, financiou não apenas este estudo, mas a minha graduação e pós-graduação em universidades públicas. Foi pensando nessas pessoas que, apesar das dificuldades e das minhas próprias limitações, encontrava forças para superá-las, seguir adiante e concluir o trabalho. Espero ter correspondido ao seu esforço.

Agradeço especialmente ao trabalho, suor, esforço e sacrifício, mas também ao amor, carinho, dedicação, paciência e ensinamentos dos meus pais, Sr. José Francisco Alves Garrido e Sra. Nanci do Carmo Alves Garrido. Muitíssimo obrigado, pois sem vocês, sem dúvida, não teria sido possível chegar até aqui.

Dentre essas peças do quebra-cabeça que se encaixam em momentos fundamentais, devo um agradecimento especial a Maria Aparecida Siqueira Fontana, a qual, quando eu estava prestes a desistir de ir para Campinas fazer o mestrado por não ter recursos e lugar para ficar, me acolheu em sua casa não apenas como um hóspede, mas praticamente como um membro da família. Seu gesto de acolher com tanto carinho um praticamente desconhecido ficará sempre guardado em meu coração.

Se o início dessa trajetória em Campinas provavelmente não teria sido possível sem o apoio da amiga Cida, sua conclusão também teria sido bem mais complicada não fosse a boa

vontade e a coragem do Prof. Dr. Pedro Paulo Zahluth Bastos em orientar quem estava bastante desorientado. Seu empenho e dedicação, seus preciosos e precisos comentários e críticas e, por fim, seu apoio, paciência e compreensão em um dos momentos mais difíceis por que passei o tornam, para mim, não apenas um exemplo do que deve ser um orientador, mas também um amigo. Por tudo isso, devo a ele minha mais sincera gratidão e admiração.

Gostaria de agradecer à banca de qualificação composta por Eduardo Mariutti e Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos cujos comentários me obrigaram a rever, tentar clarear e tornar mais precisos alguns conceitos e pontos importantes deste trabalho.

O curso de mestrado certamente foi bastante enriquecido pelos debates, comentários e trocas constantes de idéias com os demais colegas de turma, especialmente com cabeças extremamente críticas como Fernando Henrique Lemos Rodrigues (FH), Fábio Marvulle Bueno e Francisco Carneiro de Filippo. As discussões com esses três, mais do que debates, eram verdadeiros desafios a ir além do pensamento convencional, do senso comum e das respostas fáceis e rápidas, bem como uma quase intimação e estímulo a transformar teoria em prática e vice-versa. Impossível não destacar, dentre os vários amigos que fiz no curso, a amizade que se construiu com o FH, o André Mota , com o Fernando Momesso Pelai e com o Marcelo Laplane. Devo registrar também os companheiros da APG, Leandro, Renata e Everton.

Minha formação, sem dúvida, também foi enriquecida pelas discussões com meus irmãos Leonardo Alves Garrido e Fábio José Alves Garrido. Além do carinho, companheirismo e amizade que devo a eles, o Léo foi meu colega de graduação na UFRJ e com quem compartilhei várias noites em claro estudando para provas e realizando trabalhos ou, também com o Fábio, debatendo questões e conceitos com a vontade de quem se inicia a desbravar os caminhos do saber. Ao Fábio confesso ainda minha admiração por se entregar a viver na militância com tamanha paixão, coragem, pureza de ideais e honestidade, lutando por aquilo que acredita e extraindo a fórceps a teoria da prática diária, forjando-se um guerreiro em pleno ardor da batalha.

Gostaria ainda de agradecer a Laizi Gazoni Hybner, Eliane Hazi, Janete Mundstein, Eliane Raposo, Sabine Aline Marie, Rose, D. Irani, Ávila, Sérgio Feischer e tantas outras pessoas que de alguma forma me apoiaram ao longo desse período e, com isso, ainda que indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Por fim, agradeço e também dedico este trabalho à minha esposa, Ana Beatriz Rodrigues Garrido, cuja paciência, compreensão, dedicação e amor são incomparáveis. Sem ela, essa jornada teria sido muito mais árdua.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... p. 1

CAPÍTULO 1 – AS TRANSFORMAÇÕES DAS ORDENS MUNDIAIS NO SISTEMA-MUNDO MODERNO NA CONCEPÇÃO DE GIOVANNI ARRIGHI..... p. 15

1.1 – Conceito de Hegemonia para Arrighi..... p. 16

1.2 – Dinâmica: Ciclos Sistêmicos de Acumulação e Ciclos Hegemônicos..... p. 20

1.3 – Aplicação do Modelo para a Análise da Ascensão, Auge e Crise da Hegemonia Americana..... p. 30

1.3.1 – Ascensão e auge da hegemonia americana ..... p. 30

1.3.2 – Crise..... p. 36

1.3.3 – Possibilidades de desfecho para a atual crise sistêmica..... p. 42

CAPÍTULO 2 – CRÍTICA E REFORMULAÇÃO DO MODELO..... p. 47

2.1 – As Guerras e a Aliança entre o Poder Político e o Capital na Gênese do Capitalismo..... p. 48

2.1.1 – Forças sociais, ordens mundiais e trajetórias de formação dos estados..... p. 50

2.2 – Revisitando as Lógicas do Sistema..... p. 53

2.3 – *Empire-System* e a Teoria do Sistema-Mundo Moderno..... p. 65

2.3.1 – Mecanismos de *feedback*..... p. 72

2.4 – Reavaliando a Tese da Crise Hegemônica..... p. 76

2.4.1 – Da crise hegemônica ao Sistema Imperial..... p. 78

2.4.1.1 – Reformulando o sistema: de Bretton Woods ao dólar-flexível - assegurando a livre mobilidade do capital – liberalização e desregulamentação do sistema financeiro internacional..... p. 79

2.4.1.2 – Construindo uma nova "aliança memorável" com o capital, "redisciplinando" o trabalho e a periferia e reenquadrando parceiros e adversários..... p. 83

CAPÍTULO 3 – REFORMULAÇÃO ESTRATÉGICA DOS ESTADOS UNIDOS NO PÓS-GUERRA FRIA: A DOUTRINA BUSH..... p. 91

3.1 – O Problema: Modificação nos Parâmetros Definidores da Estratégia..... p. 91
3.2 – Reformulação da Estratégia de Poder Global: Adequando-se ao Novo Cenário Internacional e Buscando um Novo Inimigo..... p. 95
3.3 – Formas de Implementação: Doutrina Clinton – Doutrina Bush..... p. 99
3.3.1 – Doutrina Clinton..... p. 104
3.3.2 – Doutrina Bush..... p. 109
3.3.3 – Avanços e limites da nova estratégia estadunidense..... p. 119
CONCLUSÃO..... p. 149
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... p. 169

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar como ocorreram e vêem ocorrendo os processos de criação, estabilidade e transformação da ordem mundial sob hegemonia estadunidense. Nesse sentido, nele será empreendida uma discussão acerca de como essas questões são tratadas pela teoria do sistema-mundo moderno na concepção de Giovanni Arrighi, e sua aplicabilidade para a análise das transformações ocorridas na ordem mundial a partir dos anos 1970. Mais particularmente, especial atenção é conferida para o período mais recente de reorientação da estratégia estadunidense, no período pós-Guerra Fria. O objetivo será mostrar que a Economia Política Internacional de inspiração marxista ainda parece marcada por lacunas importantes a serem superadas. No caso de Arrighi, apesar de seu modelo fornecer interessantes *insights* para a análise das transformações das ordens mundiais, ele precisa ser corrigido em alguns pontos para contemplar adequadamente essas transformações a partir dos anos 1970. Muito embora incorpore lutas sociais e conflitos internacionais ao centro da análise, o enfoque de Arrighi ainda parece contaminado por certo viés determinista, herdado, de algum modo, da tendência marxista de procurar "leis históricas" inexoráveis, independentemente da prática consciente dos agentes participantes de uma luta cujo resultado, a princípio, não pode ser facilmente determinado. Em particular, o destino da hegemonia estadunidense não parece passível de predeterminação, embora diferentes cenários possam ser imaginados a partir do resultado variável de confrontos ainda carentes de solução, que nos levem para situações aquém da crise da hegemonia estadunidense, ou da crise catastrófica do capitalismo, como se pretende demonstrar adiante.

Palavras-Chave: Economia Política Internacional, Sistema Mundo-Moderno, Transições Hegemônicas, Sistema-Império, Hegemonia Estadunidense, Doutrina Bush.

ABSTRACT

The present work intends to analyze how occurred and has been occurring the process of creation, stability and transformation of world order under American Hegemony. Therein, in this work it will be undertake a discussion about how the modern world-system theory in the conception of Giovanni Arrighi deals with these questions, and the applicability of its model for the analysis of the world order transformations happened since the 1970's. Principally, special attention will be given to the more recent period of US strategic reorientation since the end of Cold War. The aim will be to show that the International Political Economy of Marxist inspiration still seems to be marked by important gaps to be overcome. In the case of Arrighi, in spite of its model provides interesting insights for the analysis of the transformation of world orders, it needs to be rectified in some points to contemplate in a appropriate way these transformations since the 1970's. Even though it incorporates social and international conflicts to the center of the analysis, Arrighi's approach still seems contaminated by some kind of determinist sloping, inherited, somehow, from the Marxist trend of looking for inexorable "historical laws", independently of the conscious practices of the agents involved in conflicts which the result, in principle, can not be easily determined. Particularly, the destiny of the US hegemony does not seem susceptible of predetermination, although different scenarios may be imagined from the changing results of conflicts that still does not have a solution, which lead us to situations that are beneath the crisis of US hegemony, or the catastrophic crisis of capitalism, as it is intended to show ahead.

Key-words: International Political Economy, Modern World-System, Hegemonic Transitions, Empire-System, US Hegemony, Bush Doctrine.

INTRODUÇÃO

Os períodos de transformação das ordens mundiais consistem em momentos decisivos que marcam reorganizações e reestruturações fundamentais no modo de operação do sistema internacional e, conseqüentemente, implicam em mudanças nas possibilidades e restrições colocadas pelo sistema ao comportamento de suas partes. Nesse processo, aqueles que até então eram favorecidos pelo seu funcionamento podem deixar de o ser, enquanto outros são alçados a uma posição mais favorável. As possibilidades de crescimento e desenvolvimento, até mesmo de sobrevivência, são redistribuídas, incluindo algumas áreas e classes enquanto outras são excluídas. Como afirma Braudel, o efeito de uma crise severa é clarear o mapa mundial, destruindo os mais fracos e afirmando os mais fortes.

Pode-se dizer que um período como esse se iniciou entre o final dos anos 1960 e princípio dos 1970 e ainda não se encontra concluído, de modo que permanece em aberto a discussão acerca de quais são os parâmetros da nova ordem. A economia política internacional se constitui como campo específico de estudos em meados da década de 70. Nasce, dessa maneira, tendo como uma de suas questões fundamentais aquela que se encontrava no centro das mudanças no período considerado, ou seja, a discussão em torno do poder e do declínio relativo da potência hegemônica, os EUA, e sua relação com a crise política e econômica que então se iniciava. Especulava-se acerca de sua capacidade de sustentar a ordem mundial ou modificá-la, conforme as suas necessidades, mantendo-se ainda no topo, e qual tipo de ordem emergiria então. Uma linha de pesquisa que surge a partir dessa problemática tem como preocupação central quais são as condições necessárias e suficientes para a manutenção da estabilidade das ordens mundiais e o funcionamento adequado de uma economia liberal de mercado. Essa questão se relaciona com uma preocupação quanto ao destino da superpotência estadunidense e a possibilidade ou não de se evitar o seu declínio. Dessa maneira, a linha de pesquisa que se desenvolve nesse sentido tem como objeto de estudo problemas práticos relacionados a como empreender uma reversão do declínio da hegemonia dos EUA, por um lado, ou como administrar a transição pacífica para uma nova ordem, por outro, considerando-se a queda americana como inevitável. Nessa linha, surgiram teorias como a Teoria da Estabilidade Hegemônica, de Gilpin e Kindleberger, a Teoria da Complexa Interdependência, de Keohane e Nye, e, fruto de uma tentativa de sistematização

das proposições da tradição realista da política internacional em um corpo teórico coerente, surge, nesse momento, o neorealismo. Seu ponto de partida e principal elaboração podem ser encontrados no trabalho de Kenneth Waltz, *Theory of International Relations*[1].

A publicação do trabalho de Waltz, em 1979, deu início a um importante debate no campo da teoria das relações internacionais.[2] Em particular, a crítica ao neorealismo trouxe uma importante contribuição marxista, com inspiração gramsciana, fundando um novo paradigma, denominado por um de seus expoentes, Robert Cox, como *Critical Theory*, ou mais simplesmente Economia Política Internacional (termo, aliás, reivindicado também por alguns autores que não se alinham inteiramente ao marxismo e à *Critical Theory*, como Susan Strange). Trata-se de uma outra linha de pesquisa que toma por base uma problemática mais profunda e ambiciosa, na qual a questão da hegemonia estadunidense é apenas uma parte. Consiste na investigação acerca dos fatores que influenciam o surgimento, a manutenção e a transformação das ordens mundiais. De acordo com Cox, "Ela é crítica no sentido de que se coloca à parte da ordem prevalecente do mundo e pergunta como essa ordem surgiu… é teoria da história no sentido de estar preocupada não apenas com o passado, mas com um contínuo processo de mudança histórica".[3]

Portanto, na tentativa de se compreender adequadamente o problema das transformações das ordens mundiais, faz-se necessário mergulhar nos seus fundamentos, na sua essência, para minimizar o risco de ater-se à superficialidade das formas aparentes das transformações do sistema capitalista mundial. Implica em discutir a natureza do sistema, suas leis de movimento, sua capacidade de metamorfosear-se para superar ou remediar as crises decorrentes de seu próprio funcionamento e até que ponto essa característica do sistema pode ser levada, ou seja, qual o limite a partir do qual o sistema pode entrar em colapso e modificar sua natureza.

As transformações políticas e econômicas entrelaçam-se na explicação da construção, manutenção e dissolução das ordens mundiais, bem como na questão a ela relacionada quanto às possibilidades de desenvolvimento, à ascensão e à queda das nações. Sua compreensão e análise, portanto, sugerem a combinação dos campos distintos, mas correlatos, da política e da economia

---

1 WALTZ (1979).

2 KEOHANE (1986).

3 "It is critical in the sense that it stands apart from the prevailing order of the world and asks how that order came about... is theory of history in the sense of being concerned not just with the past but with a continuing process of historical change", COX (1981), p. 208-209.

que, caminhando separadamente, reencontram-se na economia política e, mais especificamente, na economia política internacional. Mas não na forma de suas contribuições a partir de seus desenvolvimentos isolados e sim do reconhecimento que se tratam de campos de análise indissociáveis. De acordo com Gilpin,

> a existência paralela e a mútua interação entre o 'estado' e o 'mercado' no mundo moderno criam a 'economia política'; sem a presença de ambos, estado e mercado, não poderia haver economia política. Na ausência do estado, o mecanismo de preços e as forças do mercado determinariam o resultado das atividades econômicas; esse seria o mundo ideal do economista. Na ausência do mercado, o estado, ou seu equivalente, alocaria os recursos econômicos; esse seria o mundo ideal do cientista político.[5]

Dessa perspectiva, portanto, no mundo moderno, as relações entre as nações se dão por meio desses dois agentes fundamentais, os estados-nacionais e o mercado, de acordo com uns, ou o capital, de acordo com outros. A compreensão da natureza e da dinâmica das relações internacionais no mundo moderno, bem como as transformações das últimas décadas passam, necessariamente, pelo entendimento da lógica de funcionamento e das relações entre estas duas formas de organização da sociedade. A busca do entendimento de ambas compõe o campo de estudos da economia política internacional e, desse ponto de vista, o seu entendimento nos remete ao momento em que essas duas formas organizativas se tornaram hegemônicas na organização das nações e das relações entre elas. Ou seja, ao se considerar questões de natureza, estrutura e dinâmica do objeto de estudo, o horizonte temporal sobre o qual a análise teórica deve debruçar-se, a fim de construir sua base concreta e não ser meramente uma abstração provida de tênues vínculos com a realidade, deve ser longo o suficiente para tanto, de modo a não se deturpar por aspectos transitórios e pontuais do objeto estudado.

Ainda que não pertença a esta perspectiva teórica, Gilpin parece concordar parcialmente com a teoria crítica ao afirmar que "de fato, uma metodologia ou teoria unificada da economia

[5] "the parallel existence and mutual interaction of 'state' and 'market' in the modern world create 'political economy'; without both state and market there could be no political economy. In the absence of the state, the price mechanism and market forces would determine the outcome of economic activities; this would be the pure world of the economist. In the absence of the market, the state or its equivalent would allocate economic resources; this would be the pure world of the political scientist", GILPIN (1987), p. 8.

política requereria uma compreensão geral do processo de mudança social, incluindo as formas através das quais os aspectos sociais, econômicos e políticos da sociedade interagem".[6] Ou seja, a economia política internacional não consiste meramente na junção das contribuições das ciências política e econômica em seus respectivos campos. De acordo com Cox[7], a economia política internacional guarda uma substancial diferença metodológica e de objeto com relação às duas referidas ciências. Essas dirigiriam a sua atenção para os atores (*actor-oriented*) e desenvolveriam suas teorias a partir de pressupostos acerca da sua natureza e de seu comportamento, assumindo a estrutura na qual estão inseridos como dada. A estrutura constitui, estabelece os parâmetros que permitem delimitar a análise. Nesse sentido, enquadram-se no tipo de teoria descrito por Cox como *problem-soving theory*.

A economia política internacional, por outro lado, do ponto de vista da *critical theory*, lidaria com a questão referente a como aquela estrutura, considerada dada pelas ciências econômica e política, veio à tona. Por essa perspectiva, a economia e a política seriam tratadas pela economia política internacional, mas apenas como partes de uma estrutura maior que também as inclui. Essa estrutura, historicamente constituída, é problematizada. Inferem-se quais as forças em contradição e conflito em seu interior que podem ser responsáveis tanto pela sua estabilidade quanto pela sua provável ruptura e transformação em uma nova estrutura. Não se trata de estabelecer uma dicotomia entre atores e estruturas, mas de não trabalhá-los isoladamente e sim como elementos que interagem, se influenciam e se remodelam continuamente no processo de mudança das estruturas históricas.

Desse ponto de vista, a economia política internacional abriria espaço em sua perspectiva metodológica para as contribuições de diferentes campos do saber, tornando possível trabalhar-se em seu meio com o conceito de interdisciplinaridade. Assim, como afirma Björn Hettne,

> nenhum sistema econômico pode existir por muito tempo sem algum tipo de estrutura política. Portanto, a economia mundial e o sistema político internacional não podem ser analisados de forma proveitosa separados um do outro, mas têm que ser tratados dentro de um único arcabouço teórico, embora necessariamente informado por várias disciplinas. Desde que essas disciplinas

---

6 "In fact, a unified methodology or theory of political economy would require a general comprehension of the process of social change, including the ways in which the social, economic, and political aspects of society interact", Ibidem, p. 9.

7 COX (1995), p. 32.

> podem, por sua vez, ser entendidas como o resultado da fragmentação da economia política clássica, o estudo da Economia Política Internacional também pode ser visto como uma contribuição para uma ciência social reconstituída.[9]

A economia política internacional, portanto, ao contrário da maneira como geralmente é definida, não se preocuparia com a integração em seu campo de estudos apenas da política das relações internacionais, centrada nos estados e no sistema interestatal, por um lado, e da economia global, por outro. Antes, incluiria também um componente estrutural de suma importância para a compreensão dos processos de transformação que consiste na sociedade civil e nos seus movimentos sociais. Nesse ponto, cabe a advertência feita por Robert Cox ao expor seu método para a análise das relações de poder internacionais,

> olhar para o problema da ordem mundial como um todo, mas tomar cuidado para não reificar um sistema mundial. Tomar cuidado para não subestimar o poder do estado, mas adicionalmente dar a devida atenção às forças e processos sociais e observar como eles se relacionam com o desenvolvimento dos estados e das ordens mundiais. Acima de tudo, não basear a teoria na teoria, mas antes nas práticas cambiantes e no estudo empírico-histórico, os quais são uma base firme para provar conceitos e hipóteses.[10]

Robert Cox, no seu trabalho *Social Forces, States and World Ordes: Beyond International Relations Theory*, no qual a perspectiva da *critical theory* é formulada, coloca como questão essencial para uma abordagem alternativa das relações internacionais a explicação da "relativa estabilidade das sucessivas ordens mundiais". Para responder a essa questão, esse autor equipara estabilidade a um

---

[9] "no economic system can exist for long without a stabilizing political framework of some sort. Thus the world economy and the international political system cannot be usefully analysed in separation from each other, but must be dealt with within one single theoretical framework, although necessarily informed by several disciplines. Since these disciplines can in themselves be understood as the result of a fragmentation of classical political economy, the study of IPE can also be seen as a contribution to a reconstituted social science (…)", HETTNE (1995), p. 2.

[10] "look at the problem of world order in the whole, but beware of reifying a world system. Beware of underrating state power, but in addition give proper attention to social forces and processes and see how they relate to the development of states and world orders. Above all, do not base theory on theory but rather on changing practice and empirical-historical study, which are a proving ground for concepts and hypotheses", COX (1986), p. 206.

> conceito de hegemonia que é baseado numa conjunção coerente ou ajuste entre a configuração de poder material, a imagem coletiva prevalecente da ordem mundial (incluindo certas normas) e um conjunto de instituições que administram a ordem com uma certa aparência de universalidade (isto é, não apenas como um instrumento manifesto da dominação de um estado particular).[11]

Para Cox, colocada dessa forma, a hegemonia pode servir como base para "uma teoria cíclica da história; as três dimensões ajustando-se em certos períodos e se descolando em outros". Em seguida, coloca a questão acerca de como essa "conjunção coerente" vem à tona, se consolida e se expande e se desfaz. Segundo ele, "o que está faltando é alguma teoria acerca de como e porquê o ajuste surge e se desfaz".[12] Sua resposta se encontra na inter-relação da estrutura histórica (ou seja, uma configuração de forças inter-relacionadas composta pelas capacidades materiais, as instituições e o conjunto de idéias imperantes em determinado momento histórico) das ordens mundiais com outras duas estruturas, quais sejam, a das forças sociais e das formas dos estados.[13]

Dentro do campo teórico do marxismo com inspiração gramsciana, porém, não são as contribuições de Cox que melhor avançam na análise da economia política da hegemonia estadunidense e sua evolução histórica.[14] Considera-se aqui que a teoria construída por Giovanni Arrighi, principalmente quando os seus trabalhos *O Longo Século XX* e *Caos e Governabilidade no sistema-mundo moderno* são considerados em conjunto, aproxima-se da perspectiva da *critical theory* na análise da sucessão de hegemonias internacionais, embora não espose as mesmas soluções para todos os problemas históricos investigados. A semelhança básica está em que Arrighi, além de partir de uma concepção gramsciana de hegemonia, não toma os parâmetros de uma determinada estrutura como dados para, a partir deles, deduzir condições de equilíbrio,

---

11 "An alternative approach might start by redefining what it is that is to be explained, namely, the relative stability of successive world orders. This can be done by equating stability with a concept of hegemony that is based on a coherent conjunction or fit between a configuration of material power, the prevalent collective image of world order (including certain norms) and a set of institutions which administer the order with a certain semblance of universality (that is, not just as the overt instruments of a particular state's dominance)", COX (1986), p. 222-223.

12 "Represented as a fit between material power, ideology and institutions, hegemony may seem to lend itself to a cyclical theory of history; the three dimensions fitting together in certain times and places and coming apart in others (...). What is missing is some theory as to how and why the fit comes about and comes apart (...).", COX (1986), p. 225.

13 "In reaching for a poltical economy perspective, we move from identifying the structural characteristics of world order as configurations of material capabilities, ideas and institutions (fig. 8.1) to explaining their origins, growth and demise in terms of the three levels of structures (fig. 8.2)", COX (1986), p. 225-226.

14 Para uma crítica bem fundamentada da análise histórica de Cox, ver por exemplo Scandiucci, J.G. (2000).

reprodução e estabilidade dessa mesma estrutura. Antes, questiona-se como essas estruturas são formadas, destruídas e reconstruídas. O modelo elaborado por esse autor não parte de pressupostos a-históricos. Utiliza-se do método de "comparação incorporada", ou seja, os ciclos que compõem seu modelo não são presumidos para, em seguida, buscar exemplos históricos que o comprovem ou refutem. Eles, assim como o modelo, vão sendo construídos à medida que se avança na análise histórica, incorporando-se neles as continuidades e destacando-se as rupturas. Além disso, conforme mencionado acima, a proximidade entre as duas abordagens ocorre ao considerarem-se os dois referidos trabalhos em conjunto, quando, então, Arrighi, juntamente com Silver, incorpora mais claramente os conflitos sociais ao modelo. É verdade que Cox não utiliza o termo "sistema mundial", preferindo em seu lugar "ordem mundial". Não obstante, aproxima-se de Arrighi ao considerar "ordem" "no sentido da forma como as coisas habitualmente ocorrem (*não* a ausência de turbulência); portanto, a desordem está incluída no conceito de ordem"[15] - e sugere a existência da "sucessão das ordens mundiais mercantilista, liberal (*pax britannica*), neoimperialista, e neoliberal (*pax americana*)"[16].

Portanto, sendo do interesse do presente trabalho o entendimento de como ocorreram e vêem ocorrendo os processos de criação, estabilidade e transformação da ordem mundial sob hegemonia estadunidense, nele será empreendida uma discussão acerca de como essas questões são tratadas pela teoria do sistema-mundo moderno na concepção de Giovanni Arrighi, e sua aplicabilidade para a análise das transformações ocorridas na ordem mundial a partir dos anos 1970. Mais particularmente, especial atenção é conferida para o período mais recente de reorientação da estratégia estadunidense, no período pós-Guerra Fria.

O objetivo será mostrar que a Economia Política Internacional de inspiração marxista ainda parece marcada por lacunas importantes a serem superadas. No caso de Arrighi, apesar de seu modelo fornecer interessantes *insights* para a análise das transformações das ordens mundiais, ele precisa ser corrigido em alguns pontos para contemplar adequadamente essas transformações

---

15 "Order is used in the sense of the way thing usually happen (*not* the absence of turbulence); thus disorder is included in the concept of order", COX (1986), p. 249.

16 "For Fernand Braudel (1958), a historical structure is the *longue durée*, the enduring practices evolved by people for dealing with the recurrent necessities of social and political life and which come by them to be regarded as fixed attributes of human nature and social intercourse. But, particularly with regard to the world system, how long is the *longue durée*? Ruggie pointed to the breaking point between medieval and modern world orders, but have there been other breaking points since then? What is the proper periodiztion of world orders? I am inclined to answer that yes, there have been further breaking points, and to suggest a succession of mercantilist, liberal (*pax britannica*), neoimperialist, and neoiberal (*pax americana*) orders", COX (1986), p. 246.

a partir dos anos 1970. Muito embora incorpore lutas sociais e conflitos internacionais ao centro da análise, o enfoque de Arrighi ainda parece contaminado por certo viés determinista herdado, de algum modo, da tendência da tradição marxista de procurar "leis históricas" inexoráveis, independentemente da prática consciente dos agentes participantes de uma luta cujo resultado, a princípio, não pode ser facilmente determinado. Em particular, o destino da hegemonia estadunidense não parece passível de predeterminação, embora diferentes cenários possam ser imaginados a partir do resultado variável de confrontos ainda carentes de solução, que nos levem para situações aquém da crise da hegemonia estadunidense, ou da crise catastrófica do capitalismo, como se pretende demonstrar adiante.

O primeiro capítulo limita-se a expor o modelo elaborado por Arrighi para a análise da construção, estabilidade e ruptura das ordens mundiais e como ele utiliza esse modelo para explicar o movimento mais recente de transformação da ordem mundial a partir dos anos 1970. Esse autor constrói uma elaborada teoria a partir da perspectiva do sistema-mundo moderno e de uma reinterpretação da fórmula da lei de valorização de Marx, associada a uma leitura particular acerca da interpretação braudeliana do capitalismo, para explicar como e por quê se dão os processos de transformação das ordens mundiais dentro desse sistema. Para tanto, a partir do conceito gramsciano de hegemonia adaptado para a esfera das relações internacionais, desenvolve o conceito de transições hegemônicas. Essas transições hegemônicas são associadas a momentos de expansão financeira que obedecem ao que denomina ciclos sistêmicos de acumulação. O objetivo desse arcabouço teórico, construído com base na análise do capitalismo histórico em sua longa duração, é entender o longo século XX e o que deve suceder a ele, como parte e resultado de um processo histórico contínuo que apresenta não apenas aspectos recorrentes, mas também aspectos novos, que marcam rupturas com os padrões anteriores de evolução do sistema. É dessa forma que Arrighi busca entender a crise dos anos 1970. Essa, como nos ciclos de acumulação anteriores, é diagnosticada como se caracterizando por uma nova fase de expansão financeira e de reestruturação sistêmica, sinalizando o inexorável declínio da hegemonia estadunidense, a qual estaria caminhando para sua crise terminal. Busca, então, identificar nesse momento tanto padrões de recorrência e evolução quanto anomalias que o diferencie de momentos análogos anteriores. Assim como nas crises hegemônicas precedentes, as próprias estruturas criadas para dar sustentação à hegemonia estadunidense teriam criado as condições para que as vantagens competitivas sistêmicas estivessem se concentrando em outros

pontos do sistema em detrimento do poder do *hegemon*. Dessa vez, no "arquipélago capitalista do leste asiático". Entretanto, ao contrário das crises hegemônicas precedentes, o traço peculiar da crise do regime de acumulação norte-americano seria a ocorrência de uma bifurcação entre o controle das armas e o controle da liquidez mundial, onde os EUA teriam a posse da maioria das armas e o "arquipélago capitalista do leste asiático" a maior parte da liquidez.

De acordo com sua análise, estaríamos diante de um momento decisivo na história do sistema-mundo moderno, para o qual ele vislumbra três desfechos possíveis, levando ou à crise da hegemonia estadunidense ou, de diferentes maneiras, à crise catastrófica do capitalismo. No primeiro cenário, ocorre o deslocamento do centro dinâmico dos processos de acumulação em escala mundial. Entretanto, o antigo centro consegue impor-se ao novo e continuar na posição de "alto comando da economia mundial capitalista", usufruindo os benefícios da expansão financeira, apropriando-se do excedente produzido nesses novos centros e, com isso, constituindo um "império mundial realmente global". Nesse caso, o capitalismo seria "levado ao fim" pela consolidação de tal império, hipótese através da qual o autor nos remete à conhecida tese de Max Weber, segundo a qual o capitalismo permaneceria enquanto continuassem a existir as oportunidades para os fabulosos lucros decorrentes da existência de estados nacionais em luta perpétua pelo poder e a riqueza e pereceria caso estes estados competidores fossem substituídos por um império universal. No segundo desfecho, o antigo centro não logra sucesso nessa empreitada, "tornando possível que o capital do leste asiático venha a ocupar uma posição de mando nos processos sistêmicos de acumulação de capital". Entretanto, esse novo centro não detém o controle das armas e a "capacidade de gestão do Estado e da guerra" característica dos antigos centros. Haveria, então, um descasamento entre o poder político e o capital, com o que o capitalismo "chegaria ao fim", perecendo "junto com o poder estatal que fez sua fortuna na era moderna, e a camada subjacente da economia de mercado voltaria a uma espécie de ordem anárquica". O último desfecho possível apontado pelo autor consiste em uma crise mais geral da hegemonia estadunidense, implicando no acirramento das rivalidades interestatais numa escalada da violência que culminaria com um retorno ao caos sistêmico característico do início do sistema e posteriormente reproduzido em cada transição hegemônica. A escalada da violência, nesta nova crise, também levaria o capitalismo à catástrofe.[17]

[17] ARRIGHI, p. 370-371.

Sendo assim, para esse autor, em todos os três desfechos, o sistema capitalista estaria condenado à extinção, o que coloca algumas questões: a emergência de um império mundial é teoricamente incompatível com a continuidade do capitalismo?; estaríamos, de fato, diante do fim do sistema-mundo moderno?; ou a teoria estaria equivocada, havendo espaço para a conciliação entre a existência desse império e do capitalismo? Mas, que tipo de império?

No segundo capítulo, será feita, inicialmente, uma crítica teórica ao modelo de Arrighi. Em seguida, à luz dessa crítica teórica, será empreendida uma crítica empírica, relendo as transformações da ordem mundial iniciadas na década de 1970 e reavaliando a tese da crise e do declínio da hegemonia estadunidense. Para Arrighi, por trás da dinâmica do sistema-mundo moderno, duas lógicas de poder alternativas estão a impulsioná-la. Por um lado, a lógica do "territorialismo" e, de outro, a do "capitalismo". O que se pretende mostrar nesse capítulo é que, em função da maneira como constrói essas lógicas, Arrighi não concebe adequadamente as relações de complementaridade entre o poder e o dinheiro no processo de formação dos estados nacionais e do próprio sistema-mundo moderno, bem como na sua dinâmica. Em função disso, ele é levado tanto a concluir equivocadamente pela bifurcação entre o poder e o capital, quanto a ignorar *outras possibilidades* abertas em termos de resultados dos ciclos hegemônicos, estabelecendo uma relação determinística entre a reversão dos ciclos sistêmicos de acumulação para uma fase de expansão financeira e a crise e declínio do *hegemon* e, com isso, comprometendo a sua análise das transformações da ordem mundial a partir dos anos 1970. Mais especificamente, em linha com o que propõe a maioria dos teóricos do sistema-mundo, Arrighi considera a possibilidade de constituição de um império mundial dentro do sistema-mundo moderno como uma incompatibilidade teórica, ao ver, com a implementação de tal império, o fim do capitalismo.

Na tentativa de se alcançar esse objetivo, será realizado, inicialmente, um retorno à origem do sistema, à análise do seu processo de formação, o qual coincide com a formação dos estados nacionais europeus e com a criação, nesse espaço, de condições favoráveis à emergência do capitalismo. No centro desse processo de forjamento da aliança entre o poder e o dinheiro se encontra a competição entre diferentes unidades de poder e suas guerras pelo predomínio no continente europeu, por um lado, e de resistência a esse predomínio, por outro, bem como a preparação para elas. Ao se refazer esse caminho, o que se pretende é ver com mais clareza as lógicas que estão por trás da dinâmica desse sistema e, dessa maneira, de redesenhá-las,

buscando-se mostrar que a relação entre poder e dinheiro no capitalismo talvez seja mais estreita do que o sugerido pela análise de Arrighi.

Reconstruídas dessa forma, as lógicas do sistema lançam novas possibilidades sobre a análise das transformações das ordens mundiais conforme proposta pela teoria das transições hegemônicas formulada por Arrighi, colocando outros cenários, não contemplados por essa formulação, de desfecho para os ciclos hegemônicos e para os ciclos sistêmicos de acumulação. À relação determinística entre os ciclos sistêmicos de acumulação e os ciclos hegemônicos, onde o deslanchar de uma fase de expansão financeira prenuncia a crise e o inexorável declínio da potência hegemônica, propõe-se a possibilidade de um descolamento entre esses dois ciclos. Ou seja, considera-se a possibilidade de que, ao ter a sua posição ameaçada por desafiantes, uma potência hegemônica, reunindo capacidades política, econômica e militar grandes o suficiente, possa remodelar as estruturas sobre as quais se assenta a sua hegemonia e, em função do poder diferencial de que dispõe, tornar a expansão financeira a seu favor e extrair vantagens competitivas do sistema interestatal em benefício do seu sistema produtivo, restaurando a sua economia e a sua competitividade. Dessa forma, ao forjar novamente a aliança histórica entre o poder e o dinheiro, pode reverter o declínio relativo, permanecer no centro e ser o agente principal de um novo processo de reorganização e de expansão sistêmicas. De fato, Braudel, um dos principais autores nos quais Arrighi apóia sua análise e com o qual parece acreditar que esta seja totalmente compatível, afirma que "de ordinário, é mesmo o mau tempo econômico que acaba por abater o centro antigo, já ameaçado, e confirma o surgimento do novo". Todavia, um dos pontos em que fica evidente a fragilidade dessa suposta compatibilidade surge quando Arrighi parece não dar a devida atenção à advertência de Braudel no sentido de que "tudo isso, evidentemente, sem regularidade matemática: uma crise insistente é uma provação que os fortes superam e vencem, os fracos lhe sucumbem. Portanto, o centro não racha a cada golpe".[18]

Essa releitura das lógicas sistêmicas abre espaço para que, sob determinadas condições, entre as linhas de forças antagônicas de tendências e contratendências do sistema, esteja a possibilidade do estabelecimento, dentro do sistema-mundo moderno, do que Peter Gowan denomina *Empire System*, retomando, dessa forma, a idéia de "ultra-imperialismo" de Kautsky e, conseqüentemente, recolocando o debate entre este e Lênin. Ao mesmo tempo, coloca-se a

---

18 BRAUDEL (1987), p. 72-73.

20 FIORI (1997), p. 134.

questão acerca da compatibilidade ou não entre tal sistema-império e o capitalismo. Passa-se, então, a discutir quais são as condições para que uma potência hegemônica logre moldar o sistema de modo que ele opere conforme um *Empire System,* ou seja, como uma potência hegemônica em um bloco de poder que incorpore alguns interesses de Estado de outras potências regionais (e suas classes dominantes), e mesmo certos interesses das classes dominantes de países periféricos. A questão que se coloca nesse ponto é se e como os Estados Unidos têm sido capazes de suprir as condições necessárias para constituir um sistema imperial conforme descrito acima? Quais seriam essas características que diferenciariam a hegemonia estadunidense das suas antecessoras e que a permite explorar mecanismos de *feedback*?

Começando por responder à segunda questão, discute-se como o extraordinário poderio político-militar estadunidense em relação ao núcleo do sistema, mas também o seu controle sobre o sistema monetário e financeiro internacional são fontes importantes de poder que possibilitam aos EUA enfrentar os desafios colocados por outras potências no campo da produção de bens intensivos em capital. Fazendo uso desses mecanismos, os EUA podem contra-atacar seus competidores em outros campos que não o produtivo, enquanto empreendem esforços para reorganizar a sua hegemonia sob novas bases no intuito de tentar retomar a liderança nesse setor e restabelecer a sua primazia global. O sucesso nesse esforço, entretanto, está longe de ser garantido, uma vez que o seu êxito ou fracasso dependem de múltiplas variáveis cujo total controle escapa às mãos de qualquer ator isoladamente ou em conjunto dentro dessa estrutura, apesar do seu maior ou menor grau de influência e de capacidade de manejo de variáveis cruciais dentro dela.

Em seguida, volta-se à primeira questão e, tendo em vista a revisão teórica empreendida na primeira parte, a tese do declínio da hegemonia estadunidense a partir dos anos 1970 é revisada, procurando-se mostrar que, ao contrário do proposto por Arrighi, os EUA, a partir desse momento, buscam reafirmar a sua posição diferenciada no sistema internacional e sua enorme capacidade de moldar esse sistema conforme os seus interesses e no sentido do seu próprio fortalecimento. Dessa maneira, argumenta-se que suas ações iniciais apontam justamente para o objetivo de afastar a ameaça e de tentar restabelecer os seus dois mecanismos de *feedback*, ou seja, o político-militar e o monetário-financeiro. O objetivo central é tentar mostrar que uma leitura possível para as ações dos EUA é a de que, desde então, e cada vez mais, elas se orientam no sentido de um esforço, não necessariamente exitoso, de constituição de um Sistema Imperial e

de agrupar em torno de si, e em favor desse projeto, alguns dos interesses dos setores transnacionalizados das elites capitalistas nacionais, tornando-se, para tanto, o mais ardoroso defensor e promotor desses interesses.

Assim, o abandono do regime de Bretton Woods e o deslanchar da globalização financeira dele decorrente não foram, como pensa Arrighi, reflexo de uma posição fragilizada dos estados e, tampouco, conseqüência inevitável da ausência de opções diante do fortalecimento do capital financeiro e transnacional e do advento de novas tecnologias da informação. Antes, foi resultado de decisões eminentemente políticas em resposta à nova escalada da luta empreendida entre os estados do centro do sistema. Nesse contexto, destaca-se a decisão consciente do Estado norte-americano como parte de sua estratégia no sentido de reformular e retomar a sua hegemonia, buscando livrar-se de um regime que não mais servia adequadamente aos seus interesses e constituindo um outro, mais apropriado à nova realidade internacional, caracterizada pelo acirramento da competição intercapitalista e interestatal no jogo de poder mundial. Não se trata de perda ou redução da capacidade decisória dos estados ou de redução de suas soberanias, mas de uma mudança de orientação, vigorosamente direcionada para o capital, liderada pelos EUA, com auxílio da Grã-Bretanha, mas gradativamente abraçada, com maior ou menor hesitação, pela maioria dos demais estados. Conforme argumentado por Fiori: "A globalização não está eliminando os estados, apenas está redefinindo as suas hierarquias e seus espaços e graus de autoridade no exercício de suas soberanias"[20]. Ao final desse capítulo, pretende-se, ainda, ter defendido que, historicamente, não ocorreu separação entre as armas e o dinheiro. Sendo assim, os EUA parecem preservar a supremacia militar e a primazia monetário-financeira, e a capacidade de usar meios associados a esta dominância para limitar seu declínio no plano da concorrência tecnológica, com resultados que ainda estão longe de concluídos ou predeterminados. Embora se afirme esta capacidade de uso, e se avalie brevemente como este potencial foi usado, de modo relativamente institucionalizado, no final do séculoXX, não se pretende, aqui, avaliar como estes meios foram *efetivamente* usados pelo governo George W. Bush, nem arriscar prognósticos a respeito 1) da evolução efetiva da competitividade industrial estadunidense, sob impacto da crescente concorrência internacional, ou 2) do papel do dólar como moeda mundial, sob impacto da crise financeira global. De todo modo, o que se pode afirmar com pouco risco é que preservar a competitividade em setores de ponta, de modo a sustentar o diferencial de poderio militar em relação aos demais; deixar mercados externos

abertos às exportações estadunidenses (sem perfeita reciprocidade); e assegurar a capacidade de financiar gastos externos usando o papel do dólar como moeda internacional, continuarão sendo objetivos estratégicos de qualquer presidente estadunidense no futuro imaginável, independentemente dos meios que usará para isto.

O terceiro capítulo pretende mostrar que, além dos aspectos econômicos (tecnológicos, comerciais e monetário-financeiros), a posição hegemônica estadunidense depende também da capacidade de moldar o ambiente geopolítico de seus parceiros e adversários, contendo movimentos regionais percebidos como ameaçadores a interesses estratégicos da potência global (inclusive acesso a insumos estratégicos), e tentando apresentar-se como potência indispensável à sobrevivência e segurança de seus "parceiros" regionais. Sendo assim, um problema essencial que se apresentou aos EUA no pós-Guerra Fria era, dada a queda do seu arqui-rival, como continuar a justificar legitimamente, para o público interno e para os demais Estados, a continuidade da sua supremacia e da sua posição diferenciada, na intervenção nos diferentes palcos estratégicos regionais? Como trazer os demais à ordem? Esse é um problema central que o país tem buscado responder desde então, sendo a Doutrina Bush apenas a tentativa de resposta mais recente. É para ela que se direcionará a atenção no terceiro capítulo do trabalho, arriscando alguns comentários sobre se ela vem sendo, ou não, uma estratégia capaz de alcançar esse objetivo.

CAPÍTULO 1 – AS TRANSFORMAÇÕES DAS ORDENS MUNDIAIS NO SISTEMA-MUNDO MODERNO NA CONCEPÇÃO DE GIOVANNI ARRIGHI

Giovanni Arrighi entende a evolução do capitalismo histórico como sendo marcada por uma sucessão de períodos hegemônicos e não-hegemônicos, os quais estão associados às transformações das ordens mundiais. Nesse sentido, essas transformações se dão através do que denomina de transições hegemônicas. Porém, as transições hegemônicas consistem em momentos de profunda reformulação e reorganização de uma estrutura mais ampla que, dotada de uma lógica e de particularidades próprias de mais longo prazo, constitui um sistema. Mais especificamente, esse autor trabalha com a análise da estabilidade e das transformações das ordens mundiais (às quais ele denomina como momentos de reformulações e reestruturações sistêmicas) dentro do sistema-mundo moderno[21], onde essa estabilidade e essas transformações assumem a forma de sucessivos períodos de hegemonias e de colapsos hegemônicos aos quais ele associa a ciclos sistêmicos de acumulação.

Assim, Arrighi segue os passos de Wallerstein e de Braudel quando este afirma que

> *centragem, descentragem, recentragem, parecem usualmente ligadas a crises prolongadas da economia geral. Portanto, é através dessas crises que se deve,*

[21] "Capitalism as a system of production for sale in a market for profit and appropriation of this profit on the basis of individual or collective ownership has only existed in, and can be said to require, a world-system in which the political units are not coextensive with the boundaries of the market economy" (WALLERSTEIN, (1996), p. 177). O conceito de sistema-mundo moderno deriva do que Braudel denomina economia-mundo. A economia-mundo não representa a economia do mundo como um todo, mas apenas uma parte dele, cuja regularidade e intensidade das inter-relações das partes em seu interior lhe assegura uma certa coesão, fazendo com que o destino de cada uma das partes integrantes seja indissociável dos acontecimentos em outras partes do mesmo todo. Configura, portanto, um sistema. Ao mesmo tempo, consiste numa unidade que se basta a si mesma, ou seja, capaz de, no essencial, prover o necessário a sua manutenção e reprodução. Geograficamente, ocupa um determinado espaço de grandes dimensões e com limites mais ou menos definidos, que variam lentamente e a separam de outras economias-mundos por obstáculos virtualmente intransponíveis, sejam grandes distâncias ou acidentes naturais. Em seu interior, integram-se espaços individualizados com diferentes culturas, religiões e estruturas sócio-econômicas (BRAUDEL (1996) [1986], p. 12-14, 16-20). Essas economias-mundos, ainda que separadas por regiões limítrofes bastante extensas, não deixaram de exercer influências umas sobre as outras e de estabelecer relações de troca entre si, mesmo que esporádicas e, relativamente, de pouca monta. Porém, dada a sua lucratividade, os homens do ocidente nunca deixaram de envidar esforços para transpor esses limites e nesse comércio limitado entre economias-mundo encontramos uma das chaves para o entendimento da emergência do capitalismo na economia-mundo européia, bem como para as suas mudanças de centro.

> *sem dúvida, abordar o difícil estudo desses mecanismos de conjunto por meio dos quais a história geral se reconstitui.*[22]

Segundo Braudel, a estrutura de uma economia-mundo se dá em termos de um centro dinâmico e, ao seu redor, círculos concêntricos. Porém, sua composição em termos dos ocupantes das posições relativas não é estática. Ao contrário, ainda que essa composição mude lentamente, *é em torno das lutas por essas mudanças de posição que se explica boa parte da dinâmica do sistema*. Em determinados momentos pode haver a ocorrência de dois pólos, porém a tendência é que um desses seja eliminado. Para Braudel, a dinâmica de uma economia-mundo consiste em centragens, descentragens e recentragens, "toda a vez que ocorre uma descentragem, opera-se uma recentragem, *como se uma economia-mundo não pudesse viver sem um centro de gravidade*, sem um pólo. Mas essas descentragens e recentragens são raras, o que as reverte ainda de mais importância".[23]

1.1 - Conceito de Hegemonia para Arrighi

Assim como Robert Cox e Stephen Gill, entre outros, Giovanni Arrighi desenvolve o seu conceito de hegemonia mundial a partir das concepções de Gramsci, segundo o qual

> a supremacia de um grupo social manifesta-se de duas maneiras, como 'dominação' e como 'liderança intelectual e moral'. Um grupo social domina grupos antagônicos que tende a 'liquidar' ou subjugar, talvez até pela força armada; ele lidera grupos aparentados ou aliados.[24]

Utilizando o conceito de hegemonia para analisar a relação entre o estado e os grupos sociais, Gramsci afirma que

> É verdade que o Estado é visto como instrumento de um grupo particular, voltado para criar condições favoráveis para a máxima expansão deste grupo. Porém, o desenvolvimento e a expansão do grupo particular são concebidos e

---

22 BRAUDEL (1987), p. 73, grifos nossos.

23 Ibidem, p. 72, grifos nossos; ver também: BRAUDEL (1996) [1986], p. 22, "essas transferências (...) são sempre significativas: rompem histórias tranqüilas e abrem perspectivas tanto mais preciosas quanto são raras".

24 GRAMSCI (1971), p. 57-58, *apud* ARRIGHI & SILVER (2001), p. 35.

> apresentados como sendo a força motora de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias 'nacionais'.[25]

Arrighi desenvolve o conceito gramsciano de hegemonia para adaptá-lo de sua formulação original, relacionada a uma realidade nacional, para a sua aplicação na análise das relações internacionais[26]. Para tanto, inicialmente, distingue dois tipos diferentes de liderança que emergem ao se transitar para a arena internacional. No primeiro tipo, um estado é considerado líder no sentido de servir como modelo a ser imitado em função do êxito obtido com seu estilo de desenvolvimento. Trata-se de uma liderança involuntária e, muitas vezes, não desejada. Isso porque, à medida que outros estados obtenham êxito em trilhar o caminho de desenvolvimento aberto pelo estado líder, a sua vantagem competitiva tende a ser erodida e, conseqüentemente, a sua liderança é minada. Esse tipo de "liderança contra a vontade do líder", de acordo com Arrighi, está sempre presente nas situações hegemônicas. Afinal, um determinado estado assume uma posição de hegemonia em decorrência de, entre outras coisas, as suas realizações, em face das restrições e condicionalidades sistêmicas, serem relativamente mais bem-sucedidas que as de seus competidores. Todavia, isso não basta para definir uma hegemonia mundial. Esta é definida, então, conforme o segundo tipo de liderança. Esse se identifica com a capacidade de um estado dominante apresentar-se legitimamente como apto a conduzir o sistema em uma direção desejada. Mas essa direção, apesar de representar os interesses do hegemon, é percebida como sendo não apenas uma expressão desses mesmos interesses, mas sim de um interesse geral.

Porém, é preciso identificar como um interesse geral pode emergir nas relações internacionais. Para tanto, Arrighi recorre à distinção de Talcott Parsons acerca dos aspectos "distributivos" e "coletivos" do poder. O primeiro refere-se a um jogo de soma zero, ou seja, o

---

25 GRAMSCI (1971), p. 181-182, *apud* ARRIGHI & SILVER (2001), p. 35.

26 Embora, inicialmente, tenha sido desenvolvido por Gramsci, a partir de Machiavel, para a análise das relações de poder entre classes sociais no contexto nacional, o conceito gramsciano de hegemonia não se restringe a ele, possuindo, conforme destacado por Cox ("the hegemonic concept has analytical applicability at the national as well as the international level (indeed, Gramsci developed it for application at the national level)", COX (1986), p. 247), um potencal de aplicação mais amplo. O qual é reconhecido por Arrighi quando este afirma que "uma vez que a palavra hegemonia, em seu sentido etimológico de 'liderança' e em seu sentido derivado de 'dominação', normalmente se refere às relações entre Estados, é perfeitamente possível que Gramsci estivesse usando o termo metaforicamente, para esclarecer as relações entre os grupos sociais através de uma analogia com as relações entre os Estados. Ao transpor o conceito de hegemonia social de Gramsci das relações intra-estatais para as relações interestatais (...), podemos estar simplesmente retraçando, no sentido inverso, o processo mental de Gramsci", ARRIGHI (1996), p. 29. Cabe observar que, a reforçar, e mesmo a comprovar, a possibilidade levantada por Arrighi, o próprio Gramsci já havia levantado a discussão acerca da relação entre os níveis nacional e internacional no volume 3 do seu Cadernos do Cárcere.

aumento do poder de algum membro da coletividade ocorre somente mediante a perda de poder dos demais. Os aspectos "coletivos" associam-se ao aumento de poder da coletividade perante a natureza ou a terceiros em decorrência da cooperação entre seus membros. A aplicação do conceito de interesse geral para o plano internacional, portanto, se faz possível a partir da identificação do interesse geral com este segundo aspecto do poder. Nas palavras do próprio Arrighi,

> As hegemonias mundiais, como aqui entendidas, só podem emergir quando a busca do poder pelos Estados inter-relacionados não é o único objetivo da ação estatal. Na verdade, a busca do poder no sistema interestatal é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos Estados enquanto organizações. O outro lado é a maximização do poder perante os cidadãos. Portanto, um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico por ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é do interesse geral dos cidadãos de todos eles.27

Portanto, as condições para o exercício de uma hegemonia mundial dependem, por um lado, de o estado pretensamente hegemônico reunir aquelas qualidades que o permitam afirmar, com credibilidade, a sua capacidade em exercê-la. Essa capacidade, em termos materiais, resulta da vantagem competitiva nos campos da produção agroindustrial, do comércio e das finanças adquirida por complexos de órgão governamentais e empresariais excepcionalmente bem posicionados para tirar proveito da expansão sistêmica anterior. Ao longo desse processo, esses órgãos destacam-se por apresentarem soluções eficazes para os problemas de nível sistêmico com os quais se deparam. Ao mesmo tempo, desenvolvem a capacidade de remodelá-lo e liderá-lo, estimulando a cooperação entre as partes sobre novas bases e fomentando uma nova divisão internacional do trabalho.[28]

Por outro lado, para a ocorrência de uma hegemonia mundial, essas condições de "oferta" de liderança e governo mundiais devem encontrar uma "demanda" por tais atributos. Isso ocorre em situações de "caos sistêmico", quando a complexidade dos problemas de nível sistêmico decorrente do acirramento da competição e dos conflitos entre as partes vai além da capacidade de regulação e resolução das estruturas existentes,

---

27 ARRIGHI (1996), p. 29-30, grifos no original.

28 ARRIGHI & SILVER (2001), p. 32-33; 37.

> trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias[29].

Novas estruturas, então, são demandadas e gestadas no seio das atuais podendo agravar a sua crise e ocasionar o seu colapso. Ou seja, "uma situação de desorganização sistêmica aguda e aparentemente irremediável" em que as classes e grupos dominantes do sistema têm o seu poder corroído e ameaçado, demandando, portanto, uma reestruturação do sistema e aceitando a liderança e o aumento de poder daquele que esteja em condições de empreendê-la[30].

Assim, Giovanni Arrighi considera a hegemonia como a "capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas"[31]. Contudo, essa liderança está relacionada também com a capacidade do *hegemon* de se apresentar e de ser visto como a fonte de inspiração e de expansão de condições satisfatórias de legitimidade e de poder dos governantes perante os seus cidadãos[32]. Desse modo, contrariamente à "liderança contra a vontade do líder", o poder do estado dominante é ampliado ao se exercer a liderança do segundo tipo. Esse aumento de poder do *hegemon* perante os demais é possível, pois percebido como legítimo e do próprio interesse desses estados ao ser entendido como necessário à condução do sistema a uma expansão universal a partir da superação dos limites que a ela se impõe. Conseqüentemente, e da própria definição de hegemonia de Gramsci, observa-se a distinção entre supremacia, hegemonia e dominação. Dessa forma, os dois últimos seriam diferentes manifestações ou formas de exercício da primeira. Esta, por sua vez, no âmbito das relações internacionais, está associada ao predomínio político, econômico e militar de um estado soberano dentro de um conjunto de outros estados igualmente soberanos. É diferente do império, cuja definição será discutida mais adiante. Na dominação, a supremacia é exercida pelo uso da força pura e simplesmente, assegurando, por meio dela, a subordinação de opositores e aliados. Na

---

[29] ARRIGHI (1996), p. 30.

[30] ARRIGHI & SILVER (2000), p. 37-38; 42. "à medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de 'ordem'- a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico" (ARRIGHI, 1996, p. 30),

[31] Observe-se que o termo "governo" aplicado no âmbito das relações internacionais é questionável, uma vez que reduz o aspecto de negocição, influência e indução em países que preservam soberania, ao contrário do que caracteriza um governo dentro de um estado nacional, onde a soberania é concentrada.

[32] FIORI (1997), p. 95-96; ARRIGHI (1996), p. 27-30

hegemonia, apesar de também haver a presença da força e, portanto, de elementos da dominação, há uma espécie de consentimento por parte dos grupos subordinados decorrente da existência de um campo de interesses comuns do qual o *hegemon* se arvora o seu defensor, estabelecendo um elemento de legitimidade moral e de aceitação da liderança que minimiza a necessidade de uso ou ameaça de uso da força.

1.2 - Dinâmica: Ciclos Sistêmicos de Acumulação e Ciclos Hegemônicos

Voltemo-nos agora para o estudo de como Arrighi concebe a dinâmica do sistema-mundo moderno. Segundo esse autor, ela se expressa pela alternância de diferentes fases do que denomina de ciclos sistêmicos de acumulação.[33] Sua concepção deriva de uma reinterpretação da fórmula da lei de valorização de Marx, D-M-D', associada a uma leitura particular acerca da interpretação braudeliana do capitalismo[34].

Para Braudel a especificidade da economia-mundo erigida na Europa em fins da Idade Média resulta de sua natureza capitalista. De acordo com esse autor, o capitalismo se distingue como a camada superior de uma estrutura que tem em sua base aquilo que denomina "vida material" e entre essa base e o topo encontra-se a "economia de mercado". Essencial nessa distinção é o grau de sofisticação, de transparência, de rendimentos e de rigidez ou de mobilidade de cada um desses extratos. Essa mobilidade é praticamente nula na base, onde as relações são obscuras e, até bem pouco tempo, imperava a auto-suficiência dotada de um baixíssimo grau de sofisticação.

No meio, existe uma mobilidade relativamente maior que na base e suas múltiplas conexões e relações horizontais são bem visíveis e quantificáveis, dando-se por meio do mercado através da oferta e da procura intermediadas pelo mecanismo de preços. Porém, ainda nesta camada, o tamanho relativo dos atores econômicos é pequeno, o que os obriga a uma especialização forçada em determinados ramos econômicos, resultando na continuidade da presença de uma certa rigidez.

---

33 ARRIGHI (1996), p. 5-6, 11.

34 BRAUDEL (1996) [1986].

No topo, retornamos à obscuridade. Aqui, entramos na zona do "antimercado", a qual se relaciona de maneira mais estreita com a zona do mercado, mas de forma precária com a base, ainda que dela dependa. No antimercado, encontramos o capitalista e, por extensão, o capitalismo, cuja característica marcante, em sua longa duração, desde seus primórdios no século XIII aos dias atuais, reside na total liberdade de movimento decorrente da sua natureza eclética e flexível, da sua ampla capacidade de adaptação, da sua não especialização. Daí ser possível deslocar-se e assumir as formas que melhor favoreçam a obtenção dos lucros extraordinários e da acumulação de capital, dentre as quais a indústria é apenas uma delas, deixando para trás aquelas que já não são mais tão promissoras quanto antes para tal intento.

Arrighi identifica nessa interpretação braudeliana do capitalismo elementos de proximidade com a lei de valorização de Marx e a sua definição acerca do agente capitalista. De acordo com Arrighi,

> "tal como na fórmula *geral* de Marx sobre o capital (DMD'), aquilo que, na definição braudeliana do capitalismo, faz com que um agente ou uma camada social sejam capitalistas não é sua predisposição a investir num dado produto (p. ex., a força de trabalho) ou esfera de atividade (p. ex., a indústria). Um agente é capitalista em virtude do fato de seu dinheiro ser sistemática e persistentemente dotado da 'capacidade de multiplicar-se' (expressão de Marx), seja qual for a natureza das mercadorias e atividades específicas que constituem, num dado momento, o meio contingente."[35]

Na fórmula, D significa dinheiro, ou seja, o equivalente geral da riqueza. A riqueza em sua forma etérea, líquida e flexível e que, por isso, pronta para assumir a forma concreta que mais favoreça a sua transformação em D', o qual significa um valor maior de dinheiro e, por conseguinte, de liquidez e flexibilidade. Portanto, por essa capacidade de multiplicar-se, D não representa apenas dinheiro, mas capital, ou seja, valor que se valoriza, cuja única finalidade é a própria valorização. M representa a forma específica, concreta, assumida pelo capital no seu percurso de valorização. Nesse momento, o capital se enrijece e assume os riscos e inconvenientes intrínsecos a uma mobilidade restrita no mundo das fábricas, das máquinas, dos insumos, do trabalho, enfim, da produção ou de ramos específicos do comércio.

Portanto, M consiste em um meio para se atingir a finalidade de valorização do capital, ou seja, de se obter maior liberdade e flexibilidade. Um meio que pode ser suprimido caso se

---

35 ARRIGHI (1996), p. 8. V. também p. 235 e 236.

disponha de mecanismos mais eficazes de se obter o mesmo fim. Ou seja, chegando-se à forma D-D' através de operações puramente financeiras como empréstimos, atividades especulativas e, principalmente, operações de empréstimo e financiamento a estados. Acionam-se, então, os mecanismos de valorização do capital por meio das dívidas públicas, através das quais toda a sociedade se torna "solidária" à concentração da renda e da riqueza nas mãos dos detentores do capital financeiro.

Dessa maneira, a história do sistema capitalista mundial é vista por Arrighi como uma alternância de fases D-M e fases M-D', onde as primeiras se caracterizam por mudanças contínuas, ou seja, dentro de um mesmo modelo de crescimento bem definido, enquanto que as últimas se associam a fases de mudanças descontínuas, quando ocorre a transição de um modelo para outro, caracterizando fases de crise e de reestruturações.

Assim, as fases D-M consistem em momentos de expansão material, de crescimento e desenvolvimento, quando o capital, vislumbrando condições propícias de lucratividade e, conseqüentemente, de valorização, mobilizando as energias e recursos disponíveis, põe em movimento a massa material inerte e desenvolve e explora o seu potencial. Uma vez esgotado e atingido o limite desse potencial, que se expressa através da queda das taxas de lucro e do aumento dos riscos associados ao reinvestimento na expansão material da economia, seja em função do aumento da concorrência, ou por algum outro motivo, o capital abandona a sua forma concreta e retorna à sua essência dando início a uma fase de expansão financeira, M-D'[36]. O conjunto formado por uma fase D-M de expansão material e uma fase M-D' de expansão financeira configura o que Arrighi denomina como um ciclo sistêmico de acumulação.

Cada ciclo, historicamente, associa-se a um complexo específico de órgãos governamentais e empresariais que assumem o papel de agentes principais dos processos de acumulação em escala mundial. Apoiando-se na análise histórica de Braudel, e seguindo esse, Arrighi identifica quatro ciclos sistêmicos de acumulação, o genovês, o holandês, o britânico e o americano, sendo cada ciclo mais curto que o seu antecessor. Em sua visão, os ciclos sistêmicos de acumulação não representam um mero padrão de repetição. Cada ciclo distingue-se do anterior conforme um padrão evolutivo dentro do qual não apenas o seu centro cíclico, com seus

[36] "a camada capitalista tem a flexibilidade necessária para deslocar continuamente seus investimentos das atividades econômicas que estejam enfrentando uma redução dos lucros para as que não se encontrem nessa situação" (ARRIGHI (1996), p. 8)

respectivos complexos de órgãos governamentais e empresariais, muda de lugar, mas também reorganiza e reformula o sistema conduzindo-o em uma direção desejada e a uma nova expansão[37]. As estratégias e estruturas utilizadas para tanto, bem como para sua regulação e promoção, constituem o que o autor entende por um "regime de acumulação em escala mundial".[38]

Seguindo Braudel, Arrighi adota o conceito de "século longo" como a unidade temporal de análise. Todavia, no lugar dos ciclos seculares utilizados por aquele, Arrighi desenvolve e utiliza os ciclos sistêmicos de acumulação, os quais são identificados dentro de cada século longo respectivo. Todos os séculos longos, no transcorrer do capitalismo histórico, apresentam uma estrutura semelhante. Assim como os ciclos sistêmicos de acumulação dentro deles, os séculos longos superpõem-se parcialmente, uma vez que, historicamente, o desenvolvimento dos agentes e estruturas que lideraram o ciclo subseqüente emergiram dos conflitos e das contradições do regime de acumulação precedente, às quais vêm à tona durante o seu período (M-D') de expansão financeira. Assim, cada século longo é composto por duas fases (M-D'), nas quais coexistem o regime de acumulação em declínio e o emergente, e de uma fase intermediária, (D-M), em que aquele regime emergente atinge a sua plena maturação e expansão e na qual os "seus agentes principais promovem, monitoram e se beneficiam da expansão material de toda a economia mundial". A primeira fase de expansão financeira (M-D') se estende da "crise sinalizadora" do antigo regime de acumulação (S_{n-1}) à sua "crise terminal" (T_{n-1}). A fase seguinte, de expansão material (D-M), vai da crise terminal do regime de acumulação anterior (T_{n-1}) à crise sinalizadora do novo regime (S_n). A terceira fase do século longo corresponde à segunda fase de expansão financeira (M-D') e é delimitada pela crise sinalizadora do novo regime de acumulação (S_n), então já plenamente desenvolvido, e sua própria crise terminal (T_n).[39]

A expansão material tem lugar na medida em que o novo centro cíclico hegemônico, ao reorganizar e reformular o sistema, estimula a cooperação entre as partes por meio da implementação de uma nova divisão internacional do trabalho. Ao mesmo tempo, o crescimento

---

37 A história do sistema-mundo moderno é a de uma expansão contínua desde o seu embrião nas cidades-estado do norte da Itália, passando pela sua consolidação sob a hegemonia holandesa e o Tratado de Westfália, até as suas dimensões globais nos dias de hoje. Para tanto, conquistando, dominando, subjugando e inserindo em sua órbita as demais economias-mundo como as da China, da Índia, dos turcos. Ao mesmo tempo, expande o território da sua própria economia-mundo com a descoberta e conquista do Novo Mundo e o domínio dos mares do Atlântico.

38 ARRIGHI (1996), p. 6, 9-10.

39 Ibidem, p. 6-10 e 219-220.

é incentivado ao se difundir o modelo bem-sucedido de desenvolvimento do estado líder que passa a ser imitado com maior ou menor êxito.

Nesse ponto, destaca-se outro aspecto no padrão evolutivo dos ciclos sistêmicos de acumulação. Cada complexo de órgãos governamentais e empresariais apresenta uma estrutura de maior abrangência e complexidade que o seu antecessor, bem como uma maior dotação e capacidade de mobilização de recursos e de instrumentos. Esse fato não se deve apenas ao acaso, mas a uma necessidade intrínseca do próprio sistema que, por sua compulsão à expansão, aumenta o seu volume e a sua densidade dinâmica. O primeiro consiste no aumento do número de unidades relevantes atuando no sistema. O último como resultado do crescimento da quantidade, da variedade e da intensidade das inter-relações dessas unidades.

Esses dois fatores dotam o sistema de uma abrangência e complexidade crescentes, o que, em determinado momento, pode ultrapassar a capacidade das estruturas e instituições reguladoras imperantes em lidar com os novos problemas de nível sistêmico, colocando-as em xeque e conduzindo-o a uma situação de caos sistêmico.[40] Portanto, a própria expansão deteriora as estruturas que a sustentam. Essa tendência da expansão material ser levada ao fim e de deterioração do poder do agente principal da expansão pelas próprias forças que a geraram é tão mais forte quanto mais poderosas se tornam essas forças. De acordo com Arrighi,

> mais especificamente, à medida que aumentou a massa de capital que buscava reinvestimento no comércio, sob o impacto dos lucros ascendentes ou elevados, uma parcela crescente do espaço econômico necessário para mantê-los em ascensão ou elevados foi consumida (...). Quando os centros de comércio e acumulação tentaram opor-se aos lucros decrescentes, através da diversificação de seus negócios, eles também aniquilaram a distância geográfica e funcional que os vinha mantendo fora do caminho uns dos outros, em mercados mais ou menos protegidos. [42]

A cooperação, que predomina no início da expansão, tende a ceder lugar à competição pelo acesso a mercados consumidores e fornecedores. Isso ocorre justamente em decorrência do êxito, maior ou menor, por parte dos demais blocos de agentes governamentais e empresariais, não apenas no processo de imitação da via de desenvolvimento do estado hegemônico, mas

---

[40] "a cada vez é uma enorme massa de história que muda de rumo, revelando as fragilidades do equilíbrio anterior e as forças do que vai estabelecer-se. Podemos de antemão suspeitar que todo o círculo da economia-mundo é assim afetado e que as repercussões nunca são unicamente econômicas", BRAUDEL (1996) [1986], p.22.

[42] ARRIGHI (1996), p. 231.

também em função das inovações em termos de organização empresarial, produtiva, institucional e financeira inicialmente voltadas para a própria estratégia imitativa a partir de uma posição de atraso relativo, mas ao mesmo tempo criando as condições para um novo surto de inovações tecnológicas. Conforme defendido por Arrighi (em um contraponto a Braudel, que via um papel menor para a inovação como um dos componentes explicativos para as mudanças hegemônicas e acentuava as "vantagens de posicionamento, na configuração espacial cambiante da economia capitalista mundial"), "cada mudança esteve associada a uma verdadeira 'revolução organizacional' nas estratégias e estruturas do agente preponderante da expansão capitalista"[43]. A competição se acirra à medida que o volume e a densidade dinâmica do sistema se ampliam e que a expansão perde o seu ímpeto inicial. Isso, por um lado, cria as possibilidades de que as vantagens competitivas sistêmicas estejam se concentrando em outros pontos, levando ao surgimento de desafiantes ao poder do hegemon e criando as "condições de oferta" de uma nova hegemonia. Esse processo ocorre em detrimento do poder do hegemon, deteriora a vantagem competitiva que possuía e inaugura uma crise hegemônica. Por outro lado, e somando-se à superacumulação de capital decorrente do período de expansão, leva a uma redução das oportunidades de negócios lucrativos para o capital empregado nos processos de produção e circulação de mercadorias. Nesse momento, esse mesmo capital tende a se desfazer de sua forma concreta e a buscar formas mais líquidas e lucrativas de conservação e ampliação da riqueza, o que dá início a um movimento de expansão financeira sistêmica.

Arrighi vê essas passagens de fases de expansão material da economia mundial para fases de expansão financeiras como inevitáveis. Essa inevitabilidade deriva de uma contradição básica do sistema identificada por Marx[44] no capitalismo enquanto modo de produção e que Arrighi generaliza para o capitalismo enquanto modo de acumulação[45]. A contradição reside no fato de

---

43 Ibidem, p. 14-15.

44 "A contradição, falando em termos muito genéricos, consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas (...), quaisquer que sejam as condições sociais em que ocorre a produção capitalista, ao passo que, por outro lado, sua meta é preservar o valor do capital existente e promover sua auto-expansão (isto é, promover um aumento cada vez mais rápido desse valor) (...) Os meios – o desenvolvimento incondicional das forças produtivas da sociedade – entram continuamente em conflito com o fim limitado, que é a auto-expansão do capital. Se, por essa razão, o modo de produção capitalista é um meio histórico de desenvolver as forças materiais de produção e criar um mercado mundial adequado, [ele] é, ao mesmo tempo, um conflito permanente entre essa (...) tarefa histórica e suas relações correspondentes de produção social" (MARX (1962), p. 244-5, apud ARRIGHI (1996), p. 225).

45 A citação, um tanto longa, justificasse por sintetizar a construção de Arrighi: "essa contradição entre a auto-expansão do capital, por um lado, e o desenvolvimento das forças materiais de produção e de um mercado mundial

que o capital, com o único objetivo de sustentar sua auto-expansão, gera a expansão material da economia. Todavia, essa mesma expansão material, à medida que avança e que os lucros são sistematicamente reinvestidos no comércio e na produção, tem como resultado a queda da taxa de lucro e o aumento do risco para o capital comprometido com essas atividades. A conseqüência é que a expansão material engendrada pelo capital limita a sua auto-expansão, a qual era o seu

---

adequado, por outro, pode ser reformulada em termos ainda mais gerais. É que o capitalismo histórico, como sistema de acumulação de capital, só se tornou um 'modo de produção' – ou seja, só internalizou os custos de produção – em seu terceiro estágio de desenvolvimento (o britânico). Todavia, o princípio de que o verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento capitalista é o próprio capital, de que a auto-expasão do capital permanece em constante tensão e entra reiteradamente em franca contradição com a expansão material da economia mundial e com a criação de um mercado mundial adequado, tudo isso já estava claramente em ação nos dois primeiros estágios do desenvolvimento, a despeito da contínua externalização da produção agroindustrial pelos principais agentes da acumulação de capital em escala mundial.

Em ambos os estágios, o ponto de partida e de chegada da expansão material da economia mundial foi a busca do lucro como um fim em si por parte de um agente capitalista. No primeiro estágio, os 'grandes descobrimentos', a organização do comércio de longa distância dentro e através das fronteiras do(s) extenso(s) império(s) ibérico(s) e a criação de um 'mercado mundial' embrionário, em Antuérpia, Lyon e Sevilha, foram, para o capital genovês, um simples meio para sua própria auto-expansão. E quando, por volta de 1560, esse meio deixou de atender a tal finalidade, o capital genovês saiu prontamente do comércio para se especializar nas altas finanças. Do mesmo modo, a iniciativa de efetuar o comércio entre jurisdições políticas separadas e freqüentemente distantes, a centralização do comércio de entrepostos em Amsterdam e das indústrias de alto valor adicionado na Holanda, a criação de uma rede mundial de postos comerciais e de bolsas, e a 'produção' de qualquer tipo de proteção requerido por todas essas atividades foram, para o capital holandês, meros meios de sua própria auto-expansão. E quando, por volta de 1740, esses meios deixaram de atender a essa finalidade, o capital holandês, como fizera o genovês 180 anos antes, também os abandonou em favor de uma especialização mais concentrada nas altas finanças

Visto por esse ângulo, o capital britânico simplesmente repetiu no século XIX um padrão que fora estabelecido muito antes de o capitalismo histórico como modo de acumulação também se haver tornado um modo de produção. A única diferença foi que, além do comércio transportador, de entrepostos e de outros tipos de comércio de longa e curta distâncias, bem como atividades correlatas de proteção e produção, as atividades extrativas e manufatureiras do ciclo britâncio – ou seja, o que definimos como produção em sentido restrito – haviam-se tornado meios cruciais da auto-expansão do capital. Mas quando, por volta de 1870, a produção e as atividades comerciais correlatas deixaram de servir a esse propósito, o capital britâncio deslocou-se rapidamente, especializando-se na especulação e na intermediação financeiras, tal como haviam feito o capital holandês, 130 anos antes, e o capital genovês, 310 anos antes. " (ARRIGHI (1996), p. 225-226) A diferença estabelecida por Arrighi entre o capitalismo enquanto modo de produção e enquanto modo de acumulação consiste num corolário do seu entendimento desse sistema a partir da concepção braudeliana acerca do capital e do capitalismo e do paralelo que traça com a fórmula geral de Marx para o capital, como discutido acima. A partir dessa perspectiva, a ingerência do capital na produção, configurando o capitalismo enquanto modo de produção, consiste em uma dentre as muitas formas específicas passíveis de serem assumidas pelo capital, sendo este caracterizado, segundo Braudel, pela sua flexibilidade, sua capacidade de adaptação, seu ecletismo, "Insistamos nessa qualidade essencial para uma história de conjunto do capitalismo: sua plasticidade a toda a prova, sua capacidade de transformação e de *adaptação*. Se há, como penso que haja, uma certa unidade no capitalismo, desde a Itália no século XIII até o Ocidente de hoje, é aí que temos de situá-la e observá-la em primeira instância. (...) Na escala da economia global, é preciso evitar a imagem simplista de um capitalismo a que as etapas de crescimento tivessem feito passar, de fase em fase, da mercadoria para as atividades financeiras e para a indústria – correspondendo na fase adulta, a da indústria, ao único 'verdadeiro' capitalismo. Na fase chamada mercantil, tal como na sua fase chamada industrial – abarcando ambos os termos uma grande variedade de formas -, o capitalismo teve, como característica essencial, sua capacidade de passar quase instantaneamente de uma forma para outra, de um setor para outro, em caso de crise grave ou de diminuição acentuadas das taxas de lucro." (BRAUDEL, 1996 [1979], p. 382).

objetivo último e primordial. Na medida em que tanto o investimento no comércio e na produção quanto o investimento na especulação e na intermediação financeiras seguem uma lógica capitalista, suas respectivas "capacidades de reprodução" podem ser continuamente comparadas pelo capitalista. Com isso, e tendo em vista que "o agente de acumulação de capital é capitalista, justamente, porque colhe lucros grandes e sistemáticos através do investimento de seu estoque de capital no comércio e na produção, ou na especulação e no sistema de crédito, dependendo da fórmula (D-M-D' ou D-D') que garantir maior poder de reprodução para esse estoque (...)", o capital deixa de reinvestir os excedentes nas primeiras, retendo uma parcela cada vez maior em sua forma líquida. Portanto, ao reorientar suas aplicações para a especulação e a intermediação financeiras, buscando lucros maiores na área das altas finanças sob a forma de fornecimento de créditos e empréstimos, o capital muda sua estratégia de auto-expansão e, assim, restringe a expansão material. Em outras palavras,

> o verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento capitalista é o próprio capital, (...) a auto-expansão do capital permanece em constante tensão e entra reiteradamente em franca contradição com a expansão material da economia mundial e com a criação de um mercado mundial adequado.[46]

Ou seja, é uma crise de superacumulação de capital que está na origem da passagem de uma fase de expansão material para a fase de expansão financeira. Essa superacumulação de capital tem como resultado a queda das taxas de lucro e o aumento dos riscos para o capital. Diante disso, não encontrando oportunidades de investimento lucrativo dentro dos limites da estrutura do regime de acumulação do momento, o capital deixa de reinvestir os excedentes na expansão material e desloca-se para as altas finanças, dando início à fase de expansão financeira.

Entretanto, essa passagem do capital para as altas finanças não seria atraente caso não encontrasse ao mesmo tempo uma demanda crescente para o aumento da oferta de capital disponível para empréstimo. Segundo Arrighi, essa demanda por capital monetário esteve presente em todas as fases de expansão financeira e em magnitude igual ou maior do que a oferta desse tipo de capital. Acontece que a queda das taxas de lucro e o aumento dos riscos associados à expansão material afetam não apenas às organizações capitalistas, mas também às não capitalistas (em sua maioria, aquelas que o autor denomina como "territorialistas"), ampliando as

[46] ARRIGHI (1996), p. 225-227 e 235-236.

pressões competitivas sobre ambas. As organizações não capitalistas, possuindo uma lógica diferente das capitalistas, têm como objetivo principal o alcance e a manutenção de "poder e *status*". Dessa maneira, ao contrário daquelas, as organizações não capitalistas buscam prolongar e ampliar a expansão material, mesmo diante das referidas condições adversas. Historicamente, "lutaram contra a queda nos lucros tomando emprestado todo o capital que podiam e investindo-o na conquista forçosa de mercados, territórios e populações". Assim, Arrighi segue a tese de Weber, mas também de Wallerstein, quando afirma que foi a separação do sistema mundial em múltiplas jurisdições políticas concorrentes, disputando o poder e o capital circulante, que criou as oportunidades para que o capitalismo florescesse e prosperasse na Europa, sustentando e alimentando a auto-expansão do capital principalmente nos momentos de estagnação material.[47]

A crise sinalizadora, portanto, marca a passagem da fase de expansão material (D-M) para a fase de expansão financeira (M-D'). Essa crise assinala o momento em que, diante de uma tendência de queda dos lucros e aumento dos riscos associados à expansão material, o principal agente dos processos de acumulação de capital começa a se retirar da produção e do comércio, deslocando os excedentes em direção à especulação e à intermediação financeira nas altas finanças. Essa mudança de estratégia tem como base e objetivo a "possibilidade de prolongar a sua liderança/dominação, no tempo e no espaço, através de uma especialização maior nas altas finanças". A princípio, essa estratégia parece ter êxito, podendo mesmo mostrar-se como um "'momento maravilhoso' de renovação da riqueza e do poder para seus promotores e organizadores". [48]

Não obstante, marca o início de uma crise sistêmica que, adquirindo dimensões cada vez mais profundas, desemboca na crise terminal do antigo regime de acumulação. Essa crise terminal consiste em "um evento ou série de eventos" que resultam na eventual superação do regime de acumulação ainda dominante por um novo[49]. Esse movimento do capital para uma fase M-D' agrava a crise em gestação ao reduzir o nível de crescimento econômico e de emprego e, conseqüentemente, de oportunidades de investimento e de tributação. O acirramento da rivalidade interestatal soma-se à rivalidade intercapitalista e, diante da dificuldade dos estados em fazer com que as receitas cubram as despesas ascendentes em função de sua tentativa de prorrogar a

47 Ibidem, p. 237-239.
48 Ibidem, p. 220, 240-241.
49 Ibidem, p. 220.

expansão material da economia, cria o cenário e as oportunidades para o aumento da lucratividade do capital em função da intensificação da concorrência pelo capital circulante[50]. Ao mesmo tempo, em função do aumento das desigualdades, observa-se uma escalada dos conflitos sociais com o rompimento dos laços de interesses comuns que mantinham a solidariedade e a aquiescência das classes subalternas privilegiadas aos grupos dominantes.[51] Esses fatores, conduzindo a uma situação de "caos sistêmico", reduzindo o poder dos governantes perante os governados, reduz a legitimidade do *hegemon* e coloca a possibilidade de se criar as "condições de demanda" de uma nova hegemonia.

Dessa maneira, a evolução da economia capitalista mundial, segundo Arrighi, teria se dado através de sucessivos ciclos sistêmicos de acumulação caracterizados por uma fase de expansão material à qual se sucede uma fase de expansão financeira. Cada ciclo não é um mero resultado dos atos não intencionais de uma miríade de agentes individuais. Antes, são fruto da capacidade de blocos de agentes governamentais e empresariais bem posicionados no sistema mundial para tirarem proveito das oportunidades derivadas dos resultados não planejados das estratégias de outros atores nesse sistema. Em função da posição diferenciada que passam a exercer e de uma condição de caos sistêmico se vêem diante da possibilidade de reorganizar e reformular o sistema. Ao fazê-lo, conduzem o sistema capitalista a uma nova expansão material. Entretanto, a própria expansão material tende a deteriorar o poder e a "vitalidade" do *hegemon*. A maturidade dessa expansão é anunciada ao se atingir a fase de expansão financeira. Com ela, não apenas o ciclo sistêmico de acumulação entra em uma nova fase, como também tem início um período de turbulência e de transformação do centro e das estruturas do sistema conforme concebidos pelo centro atual, responsável pela reorganização, reformulação e expansão material anteriores. Assim, o auge de cada fase de expansão material e o conseqüente deslanchar da expansão financeira anunciam um período no qual a cooperação anterior cede lugar ao acirramento das rivalidades intercapitalistas e interestatais que caracterizam os períodos de "troca de guarda no alto comando da economia mundial capitalista e uma concomitante 'revolução organizacional' nos processos de acumulação de capital"[52].

---

50 "As expansões financeiras de Braudel foram parte integrante de todas essas escaladas das lutas competitivas intercapitalistas. Na verdade, foram a expressão principal e um fator de agravamento da contradição entre a auto-expansão do capital e a expansão material da economia mundial (...)" (Ibidem, p. 234).

51 ARRIGHI & SILVER (2001), p. 38-43.

52 ARRIGHI (1996), p. 89.

1.3 – Aplicação do Modelo para a Análise da Ascensão, Auge e Crise da Hegemonia Americana

1.3.1 – Ascensão e auge da hegemonia americana

O objetivo desse arcabouço teórico, construído com base na análise do capitalismo histórico em sua longa duração, é entender o longo século XX e o que deve suceder a ele, como parte e resultado de um processo histórico contínuo que apresenta não apenas aspectos recorrentes, mas também aspectos novos. É dessa forma que Arrighi busca entender a crise dos anos 1970, a qual, em seu modo de ver, assim como nos ciclos de acumulação anteriores ao norte-americano, consiste na crise sinalizadora do regime de acumulação centrado nos Estados Unidos, a qual estaria caminhando para sua crise terminal.

O regime de acumulação de capital em escala mundial centrado nos agentes e estruturas dos Estados Unidos emerge dos limites, das contradições e da crise do regime britânico do imperialismo de livre-comércio, cuja crise sinalizadora coincide com o princípio da Grande Depressão de 1873-1896. De acordo com Arrighi, as unidades que conseguissem inserir-se nesse regime podiam usufruir as oportunidades oriundas de economias externas decorrentes da divisão internacional do trabalho por ele propiciadas. Ou seja, cada unidade podia especializar-se em determinado ramo da produção e do comércio e contar com a cooperação de inúmeras outras unidades que, agindo da mesma forma, asseguraria, de maneira eficiente, todos os suprimentos de que necessitasse. [53]

Todavia, a essas oportunidades contrapunham-se os riscos derivados da dependência dos mercados para o escoamento da produção e a obtenção de suprimentos. A competição por recursos, matérias-primas e mercados consumidores, inerentes à economia de mercado, impunha a "substituição de combinações de insumo-produto menos econômicas por outras mais econômicas". A pena para aqueles que não seguissem esse "princípio da substituição" era ficarem numa posição de desvantagem na competição pelos mercados. O problema é que essa racionalidade insere um forte componente de instabilidade e incerteza, perturbando e desarticulando as redes de suprimento e/ou fornecimento com as quais contavam aquelas unidades afetadas pela substituição e ameaçando "continuamente destroçar a integridade

[53] Ibidem, p. 260-261.

organizacional de governos e empresas". O resultado seria uma redução da confiança por parte das unidades quanto aos mecanismos de mercado, o que leva a adoção de medidas defensivas e/ou agressivas e ao acirramento da concorrência. [54]

Essa dialética entre cooperação e competição, apesar de ser uma característica presente em todos os ciclos sistêmicos de acumulação, teria se agravado com o surgimento e desenvolvimento da indústria moderna. Com investimentos industriais e infra-estruturais de maior porte, mais permanentes e especializados e configurando um sistema integrado de fluxo contínuo, ao mesmo tempo em que a indústria moderna ampliava a necessidade da busca por cooperação, tendo em vista a maior dependência dos processos produtivos em relação ao funcionamento de cada unidade produtiva, aumentava também as pressões competitivas com o fortalecimento do "princípio da substituição" e seus efeitos. [55]

Ademais, esse sistema colocaria como requisito que todos os insumos necessários à produção estivessem prontamente disponíveis no mercado. Isso significaria transformar em mercadorias elementos que somente poderiam ser considerados assim de forma fictícia, uma vez que não poderiam ser produzidos para venda no mercado, como o trabalho, a terra e o capital. A transformação desses elementos em mercadorias inseria fortes componentes de perturbação, instabilidade e desagregação da sociedade, ao se permitir que fossem regulados exclusivamente pelos mecanismos do "mercado auto-regulado". [56]

Diante disso, a sociedade e as empresas teriam reagido através de contra-movimentos que visavam a sua proteção contra os efeitos danosos do mercado auto-regulado. No lugar deste, teriam se desenvolvido mecanismos de regulação e medidas de proteção que progressivamente teriam minado o regime britânico de acumulação de capital com base no livre-comércio.[57]

Isso teria se dado uma vez que a viabilidade, a vitalidade e a lucratividade do capitalismo britânico de firmas de médio porte baseadas na especialização flexível dependiam, essencialmente, tanto do pleno funcionamento desse regime quanto das funções imperiais e de entreposto comercial e financeiro exercidas pelo Estado britânico. Esses dois fatores seriam o que possibilitavam o acesso, por parte das empresas britânicas, aos recursos mais baratos do mundo, onde quer que se localizassem, e, igualmente, aos mercados consumidores mais vantajosos. A

---

54 Ibidem, p. 260-261.
55 Ibidem, p. 260-261, 296-297.
56 Ibidem, p. 263-265.
57 Ibidem, p. 263-265.

erosão do poder político e econômico britânico teria se dado à medida que os mercados se fechavam atrás de barreiras protecionistas e que os "custos de proteção" cresciam com o surgimento de desafiantes ao seu poderio militar e hegemônico.[58]

Mais uma vez, a predominância da cooperação no período da expansão material de meados do século XIX teria cedido lugar a uma competição cada vez mais acirrada à medida que os lucros do comércio e da produção eram reinvestidos nessas atividades, pressionando para baixo as taxas de lucro nelas obtidas e caracterizando o período que ficou conhecido como Grande Depressão. Em resposta às tendências perturbadoras das atividades econômicas advindas das incertezas decorrentes do livre comércio e das pressões competitivas, os países tornaram-se progressivamente mais protecionistas e as empresas de alguns deles procuraram construir estratégias que possibilitassem o controle, a suspensão ou a superação do mercado,

> O mercado está sob controle quando é reduzida ou eliminada a independência de ação daqueles a quem a unidade de planejamento vende ou de quem ela compra (...) O mercado é suspenso quando a unidade de planejamento faz contratos que especificam os preços e as quantidades a serem fornecidas e compradas em longos períodos de tempo (...) Por fim, o mercado é superado pela integração vertical. 'A unidade de planejamento controla a fonte de abastecimento ou o mercado comprador [ou ambos]; desse modo, uma transação que está sujeita à barganha de preços e quantidades é substituída por uma transferência dentro da unidade de planejamento'.[59]

De acordo com Arrighi, o controle do mercado caracterizou o capitalismo britânico. Já a sua suspensão foi o traço típico do capitalismo alemão, com base nas integrações horizontais e na associação entre bancos, indústrias e estado, com grandes e complexas burocracias administrativas. E foi a suspensão do mercado mundial implementada por alguns estados que impuseram os principais limites ao controle do mercado mundial pela Grã-Bretanha. Entretanto, a superação do mercado e a obtenção de relações de complementaridade entre essas três estratégias se deram através do capitalismo de corporações norte-americano e da revolução organizacional que implementou, permitindo que os Estados Unidos internalizassem não apenas os "custos de proteção", como fez a Holanda, e, além destes, os "custos de produção", como fez a Grã-Bretanha, mas também os "custos de transação". Portanto, são essas duas novas formas de organização do capitalismo que contribuem para levar à destruição e superação do regime de

---

58 Ibidem, p. 291-294.

59 Ibidem, p. 297-298.

acumulação britânico com base no livre comércio e em empresas especializadas de pequeno e médio porte.[60]

Essa nova forma de organização do capitalismo nos Estados Unidos mostrou-se mais vantajosa e em sintonia com as características do território abrangido pelo Estado norte-americano e com os novos requisitos da concorrência internacional. Seguindo Hilferding, Arrighi afirma que a "concorrência em mais alto nível", dividindo o mercado mundial "em domínios territoriais distintos", tornou de suma importância para as empresas que os estados nos quais elas operassem exercessem o controle sobre territórios grandes e diversificados e fossem capazes de defender os seus interesses em qualquer lugar. Isso se tornou fundamental para que as empresas obtivessem vantagens competitivas por meio de "economias internas" (associadas a maior divisão técnica do trabalho) e/ou "externas" (associadas a maior divisão social do trabalho). Para Arrighi, "essa, com efeito, é a mais importante razão isolada pela qual o capitalismo britânico de mercado acabou sendo suplantado, não pela variante alemã de capitalismo das corporações, mas pela variante norte-americana". Não obstante, a busca da Alemanha por "espaço vital", elevando os custos de proteção do império britânico, acabou sendo o principal fator isolado a minar o regime de acumulação deste.[61]

O estrago provocado pelos alemães no poderio da Grã-Bretanha foi aproveitado pelos Estados Unidos, os quais já dispunham de um território contínuo de dimensões continentais. As empresas estadunidenses, através da integração vertical e da organização de burocracias administrativas, potencializaram e aproveitaram plenamente as vantagens competitivas naturais provenientes desse território e do mercado consumidor que nele se desenvolvia, o que lhes possibilitava usufruir tanto de economias internas quanto externas em grau mais elevado que seus concorrentes alemães e britânicos. Com base nessas vantagens, tão logo essas corporações promoveram e alcançaram os limites da integração continental, começaram a estender suas operações e o processo de integração vertical para além das fronteiras estadunidenses, transnacionalizando-se. Com isso, saltavam as barreiras protecionistas impostas pelos demais países, aproveitando-se desses mecanismos de defesa contra o livre comércio para explorar os seus recursos e ampliar as suas próprias vantagens competitivas na luta global pelos recursos e pelos mercados. Assim, os mesmos mecanismos que agiam no sentido de enfraquecer o regime

60 Ibidem, p. 299-301

61 Ibidem, p. 299-300.

britânico de acumulação, favoreciam a acumulação de capital e o aumento do poder estadunidenses.[62]

Entretanto, assim como nas transições hegemônicas anteriores, a passagem da hegemonia britânica para a estadunidense somente se deu após um período de caos sistêmico, caracterizado pelo acirramento das rivalidades intercapitalistas e interestatais que, nesse caso, culminaram em duas guerras mundiais entremeadas por um período de fortes instabilidades. Durante esse período, a Grã-Bretanha já não mais reunia as condições necessárias para continuar a liderar e organizar o sistema. Os parâmetros sobre os quais sua hegemonia, seu poder e sua riqueza se erigiam haviam ruído. Todavia, os Estados Unidos ainda não se apresentavam fortes o suficiente, reunindo aquelas condições necessárias para estabelecerem os parâmetros da nova ordem. Essa situação se modificaria apenas com a Segunda Guerra Mundial. Com o desfecho desse conflito, as antigas potências são eclipsadas e o diferencial de poder a favor dos Estados Unidos, bem como a concentração da produção, do poder aquisitivo e da liquidez mundial nesse país se tornam tão gritantes que ele se vê, então, em condições de reestruturar o sistema, forçar a cooperação entre as partes e conduzi-lo a uma nova fase de expansão material.[63] Interessante observar a importância atribuída por Arrighi à posição geoestratégica entre os fatores que favorecem o novo centro,

> como em todos os casos anteriores de enriquecimento e conquista de poder prodigiosos, em meio a um crescente caos sistêmico, o grande salto à frente da riqueza e poder norte-americanos entre 1915 e 1945 foi, primordialmente, uma expressão da renda de proteção de que o país desfrutava, numa posição singularmente privilegiada na configuração espacial da economia mundial capitalista. Quanto mais turbulento e caótico se tornava o sistema mundial, maiores os benefícios auferidos pelos Estados Unidos, em virtude de suas dimensões continentais, sua posição insular e seu acesso direto aos dois grandes oceanos da economia mundial. [64]

As bases sobre as quais esse novo regime de acumulação de capital se basearia seriam diferentes das do regime anterior em aspectos cruciais. Um deles seria que, dada a natureza auto-centrada da economia estadunidense, a relação de complementaridade entre a economia central e

---

62 "Uma vez que essas empresas se consolidaram no espaço econômico amplo, diversificado, auto-suficiente, dinâmico e bem protegido que o Estado norte-americano abrangia, elas passaram a desfrutar de vantagens competitivas decisivas na economia mundial como um todo, tanto em relação ao capitalismo de mercado de estilo britânico quanto ao capitalismo de corporações de estilo alemão" (Ibidem, p. 303).

63 Ibidem, p. 277-283.

64 Ibidem, p. 284-285.

a economia mundial sobre a qual se sustentava o regime britânico de livre-comércio não poderia servir como base do regime norte-americano. No caso deste, a distribuição da liquidez mundial e do poder aquisitivo se daria através do investimento externo direto de suas empresas transnacionais.[65]

Entretanto, dado o cenário de destruição, desestruturação e desarticulação das principais economias mundiais que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, bem como a referida concentração da produção, do poder aquisitivo e da liquidez mundial nos Estados Unidos nesse momento, criou-se um círculo vicioso. Ou seja, dada a restrição de liquidez com a qual os demais países se deparavam, estes impunham controles cambiais. Todavia, esses controles cambiais inibiam a principal forma de se obter essa liquidez que era através dos investimentos externos das empresas estadunidenses. Perpetuava-se, assim, a escassez de liquidez externa e os controles sobre o câmbio.[66]

A ruptura desse círculo vicioso, a reciclagem da liquidez externa nas dimensões necessárias e, com isso, o estímulo ao investimento externo às empresas estadunidenses colocava a necessidade de que o governo dos Estados Unidos implementasse meios diretos de redistribuição da liquidez mundial. Esses meios foram o Plano Marshall e a manutenção de dispêndios militares historicamente elevados em tempos de paz e a forma encontrada para viabilizar a implementação desses meios foi a "invenção da Guerra Fria". Como diz Arrighi, a Guerra Fria foi a utilização inteligente do desfecho de processos sistêmicos, cuja responsabilidade não cabia a nenhum agente em particular, atribuindo-os a compulsão expansionista de um adversário concreto, no caso a URSS. O reforço ao argumento dessa estratégia e o pretexto para sua continuidade viriam, posteriormente, com a Guerra da Coréia,

> A ajuda militar a governos estrangeiros e os gastos militares diretos dos Estados Unidos no exterior – ambos os quais aumentaram constantemente entre 1950 e 1958, e novamente entre 1964 e 1973 – forneceram à economia mundial toda a liquidez de que ela precisava para se expandir. E, com o governo norte-americano agindo como um banco central mundial extremamente permissivo, o comércio e a produção mundiais se expandiram, de fato, numa velocidade sem precedentes.[67]

---

65 Ibidem, p. 289-294.
66 Ibidem, p. 289.
67 Ibidem, p. 305-307.

Outros dois fatores distintivos da hegemonia estadunidense em relação à britânica, destacados por Arrighi, devem ser mencionados aqui. O primeiro consiste no papel secundário atribuído às altas finanças privadas cosmopolitas quanto à produção da liquidez mundial. E esse primeiro aspecto se relaciona a parte do segundo, uma vez que essa produção da liquidez internacional, pelo menos a princípio, ficaria a cargo de um conjunto de instituições inter-governamentais, como o FMI e o Banco Mundial. Ainda que, na prática, o controle da produção e da redistribuição da liquidez internacional ficassem a cargo do Federal Reserve e do Tesouro americano, a criação e a presença de instituições inter-governamentais regulando, ainda que em tese, aspectos cruciais das relações internacionais consistem em uma diferença decisiva entre os dois regimes, e mesmo em relação a regimes de acumulação anteriores. Assim como as instituições de Bretton Woods estão para a regulação do novo sistema monetário mundial, a ONU está para a regulação das relações entre os países, principalmente quanto às questões de segurança, estabelecendo as "novas normas e regras para a legitimação da gestão do Estado e da guerra".[68]

1.3.2 - Crise

Essas foram as bases para a nova fase de expansão material e que configuraram o regime de acumulação norte-americano. A expansão material estendeu-se, aproximadamente, entre 1950 e 1975. De acordo com Arrighi, a virada da fase de expansão material para uma nova fase de expansão financeira, na qual estaríamos inseridos, ocorreu entre 1968 e 1973, período que marca a crise sinalizadora da hegemonia estadunidense. Mais uma vez, essa passagem deveu-se a um acirramento da concorrência intercapitalista e interestatal que resultou dos limites e contradições, bem como do próprio sucesso do regime de acumulação estabelecido pelo agente principal dos processos de acumulação de capital em escala global, nesse caso as estruturas governamentais e empresariais dos Estados Unidos. Como em momentos análogos anteriores, o excesso de capital a procura de investimentos lucrativos no comércio e na produção configura uma situação de superacumulação de capital, que tende a impor uma tendência de queda das taxas de lucro. A concorrência se acirra e, diante desses fatores, estando em melhor posição que os demais para avaliar que o momento da expansão material se aproxima do seu fim, o agente principal dos

[68] Ibidem, p. 283; 287-289.

processos de acumulação de capital desloca seus excedentes do comércio e da produção de mercadorias para a esfera das finanças. A reação dos governos é no sentido de tentar prolongar a expansão material, aumentando seus gastos além das suas receitas, aumentando seu endividamento e buscando obter o maior volume possível de empréstimos. Essa disposição dos governos amplia a demanda e a concorrência pelo capital circulante, oferecendo aos donos do dinheiro amplas oportunidades de negócios lucrativos ao ditarem aos donos do poder as suas condições para auxiliá-los, com seu capital, na busca de seus objetivos.

Arrighi identifica na origem dessa crise sinalizadora a relação contraditória entre a expansão transnacional das redes de acumulação de capital das empresas estadunidenses e a expansão das redes de poder e influência do Estado norte-americano. No início da expansão material, essa relação era de complementaridade. Como vimos, o Estado norte-americano teria, através de seu poder, de sua influência e de seus recursos, criado as condições que possibilitaram e facilitaram a penetração e expansão global das empresas americanas, principalmente no espaço europeu ocidental. Por seu turno, as transnacionais americanas favoreciam o êxito dos objetivos de poder perseguido pelo governo dos Estados Unidos, consolidando "ainda mais a integração da Europa Ocidental no regime norte-americano de dominação e acumulação" [69]. Essa complementaridade, entretanto, não excluía o conflito entre ambos os interesses e "longe de serem tais instrumentos [altamente maleáveis da expansão do poder do Estado] à disposição do poder estatal, estas empresas cedo se transformaram no limite mais fundamental desse poder"[70]. À medida que as transnacionais ampliavam a sua expansão, mais autônomas teriam se tornado em relação ao poder estatal e, ao mesmo tempo, destruído as bases que asseguravam a Washington o papel central na produção e regulação do dinheiro mundial.[71]

O mecanismo através do qual teria se dado essa perda de centralidade foi a criação e expansão exponencial (a partir de 1968) do mercado de eurodivisas (ou eurodólares) e, posteriormente, a proliferação de centros financeiros *offshore*. A criação do mercado de eurodivisas em Londres ocorre como uma forma dos países do bloco socialista manterem reservas em dólares, mas sem o risco de serem congeladas pelo governo americano. De um volume relativamente pequeno, esse mercado cresceu à medida que as transnacionais americanas

---

69 ARRIGHI (1996), p. 317.
70 Ibidem, p. 317.
71 Ibidem, p. 316-318.

operando na Europa vislumbraram nele uma alternativa atrativa para aplicarem seus saldos em dólares, contornando as exigências da regulamentação do governo dos Estados Unidos. As aplicações nesses mercados *offshore* ampliaram-se quando Washington, a partir de 1963, sob a presidência de John Kennedy, buscou aumentar as restrições à saída de capital para fazer frente à redução de suas reservas em ouro face ao aumento de seu endividamento externo. Vislumbrando perspectivas de maiores lucros, maior liberdade de ação e custos mais baixos no mercado londrino de eurodivisas, bem como reagindo à possibilidade de perder os recursos de seus principais clientes (as transnacionais estadunidenses) e diante do aumento das restrições colocadas pelo governo americano, os bancos dos Estados Unidos seguiram o processo de transnacionalização efetivado anteriormente pelas empresas daquele país. Com isso potencializaram o mercado de eurodivisas e agravaram a perda do controle exercido por Washington sobre a produção e regulação da liquidez mundial e pelos governos em geral sobre as taxas de juros e de câmbio. O que alimentou o crescimento desses mercados fora do controle das autoridades monetárias foi o acirramento da concorrência intercapitalista quando, ao aumento da concorrência entre as próprias transnacionais dos Estados Unidos, se somaram as empresas européias, competindo não apenas no mercado europeu, mas também nos mercados mundiais e norte-americano. Inicialmente, via exportações, mas, logo, também através da transnacionalização de suas empresas. [72]

Paralelamente a essa superacumulação de capital, verificava-se uma pressão altista sobre os insumos primários, principalmente, petróleo e salários. O primeiro, duplicando entre 1970 e 1973 e triplicando em 1974, enquanto os últimos cresceram acima da produtividade entre 1968 e 1973. O efeito conjunto desses fatores foi o de exercerem uma pressão baixista sobre as taxas de lucro no comércio e na produção. Nesse contexto, o euromercado de divisas, que já oferecia uma alternativa atrativa para o capital excedente, uma vez que não se encontrava sob as restrições das regulamentações do governo americano, ou de qualquer outro governo, explodiu a partir de 1968. Disso, segundo Arrighi, resultou, em 1971, o fim da conversibilidade ouro-dólar e, em 1973, o abandono do sistema cambial de paridades fixas, o que, na prática, extinguiu o regime de Bretton Woods. No seu lugar, estabeleceu-se um sistema de câmbio flexível, cuja principal característica

[72] Ibidem, p. 310-316.

é a instabilidade das taxas de câmbio entre as moedas mais importantes, bem como das taxas de juros.[73]

Num primeiro momento, essa perda de controle por parte de Washington sobre a produção e regulação da liquidez internacional se apresentou como uma prova da erosão do poder norte-americano. Prova esta que em parte se somava e, em parte, era conseqüência de duas outras provas da erosão desse poderio. Uma era de caráter ideológico e relacionava-se à perda de capacidade da ideologia da Guerra Fria de mobilizar a sociedade americana de maneira favorável aos objetivos de poder do seu governo. Da mesma forma essa ideologia se mostrava cada vez mais incapaz de legitimar a ampliação do poderio dos Estados Unidos como sendo do interesse da segurança coletiva de sua própria sociedade e dos demais estados pertencentes ao "mundo livre". Relacionada a essa, a outra prova derivava das dificuldades do governo americano em disciplinar a periferia do sistema. Dificuldades essas que ficaram expressas de maneira mais clara com o primeiro Choque do Petróleo, em 1973, e com o fracasso militar na Guerra do Vietnã (1968-1973), cuja conflagração, segundo Arrighi, coincide exatamente com o período da crise sinalizadora de sua hegemonia, com o crescimento explosivo do mercado de euromoedas, com o fim da conversibilidade ouro-dólar e do regime de taxas de câmbio fixas.[74]

Apesar desse cenário adverso, os Estados Unidos buscam reverter essas mudanças no sistema monetário internacional a seu favor. Nesse sentido, valem-se tanto do caráter auto-centrado de sua economia quanto do fortalecimento do dólar no sistema internacional com o regime de taxas flutuantes de câmbio, o aumento da incerteza e a ausência de outro padrão monetário internacional viável. Sua reação busca reafirmar a centralidade de Washington na oferta da liquidez mundial e recuperar a competitividade e o espaço de sua economia e de suas empresas diante de europeus e japoneses. Primeiro, ao aumentar a oferta monetária e, ao mesmo tempo, implementar uma política de dois preços para o petróleo, os Estados Unidos, eles próprios grandes produtores desse produto, estimulam as importações, redirecionando o abastecimento para seu país e passando a exercer uma forte pressão competitiva sobre seus concorrentes europeus e japoneses, elevando os custos para estes e aumentando as suas próprias vantagens competitivas. Além disso, ao desvalorizar o dólar, o governo norte-americano estimula as exportações e inibe as importações do país, favorecendo, assim, a competitividade de sua

[73] Ibidem, p. 310-316.
[74] Ibidem, p. 310 e p. 331-334.

economia, a qual, dado o seu caráter auto-centrado, sofre um impacto menor proveniente do aumento dos custos oriundo do encarecimento das importações. Outro ponto favorável aos Estados Unidos deriva diretamente da mudança do regime monetário que, ao passar das taxas fixas de câmbio para as taxas flexíveis, os liberaram de quaisquer restrições de balanço de pagamentos, uma condição diferenciada em relação aos demais países.[75]

Não obstante, segundo Arrighi, apesar de lograrem algum êxito inicial no sentido da recuperação da competitividade da economia estadunidense e da participação de suas empresas transnacionais no investimento externo direto mundial, os resultados obtidos foram desproporcionalmente menores do que o esforço empreendido. Grande parte do aumento de liquidez criado pelo governo norte-americano para recuperar o poderio de sua economia e de suas empresas e prolongar a expansão material agravaram as tendências que já se delineavam. Assim, resultaram no crescimento ainda maior: dos custos e da inflação mundial, ao aumentarem a pressão competitiva na demanda pelos recursos primários; da incerteza e do risco, tanto para as corporações quanto para os governos, e, dentre estes, principalmente para os do Terceiro Mundo; da concorrência intercapitalista, na medida em que os países, para protegerem suas economias das incertezas quanto ao câmbio e ao abastecimento energético, buscaram implementar políticas deflacionárias com o objetivo de obterem superávit comercial em suas balanças de pagamento; e, como decorrência dos itens anteriores, do mercado de eurodivisas, da expansão financeira e, como reação à iniciativa de se obter algum monitoramento sobre o mercado de eurodivisas, temos a proliferação dos mercados *offshore* através do mundo.[76]

A situação se deteriora quando, diante deste quadro, por volta do final da década de 1970, vêm a se somar alguns outros fatores. Por um lado, a crise monetária, diante das referidas medidas tomadas pelo governo americano, tendia, cada vez mais, a se transformar em uma crise de confiança no dólar. Relacionado a essa possibilidade e como medida para se protegerem contra as incertezas cambiais, os governos europeus, em dezembro de 1978, criaram o Sistema Monetário Europeu e a União Monetária Européia, visando a criação de uma moeda comum. À possibilidade cada vez mais concreta de uma crise de confiança no dólar e o surgimento de um padrão monetário potencialmente alternativo somaram-se fatores de natureza geopolítica a agravarem a situação, quais sejam, a Revolução Iraniana, o II Choque do Petróleo e a invasão do

[75] Ibidem, p. 319-321.
[76] Ibidem, p. 321-325.

Afeganistão pela URSS. Esses fatores ameaçavam desencadear uma fuga do capital árabe do dólar para o ouro.[77]

Esse estado de coisas desencadeia uma nova reação por parte do governo dos Estados Unidos, desta vez no sentido contrário àquela implementada ao longo da década de 1970. Ao invés de "um confronto com a comunidade cosmopolita que controlava o mercado de eurodivisas (se persistisse em sua política monetária frouxa)", o governo norte-americano opta por "buscar uma acomodação (através de uma adesão mais rigorosa aos princípios e à prática da moeda forte) (...), ao se forjar uma nova 'aliança memorável' entre o poder do Estado e o capital". Nesse sentido, Washington toma uma série de medidas com o objetivo de dissipar a crise de confiança no dólar e "centralizar de novo nos Estados Unidos o dinheiro mundial sob controle privado": contrai a oferta monetária; eleva fortemente as taxas de juros; desregulamenta os mercados financeiros e de capitais; aumenta drasticamente o endividamento estatal; e, por fim, busca reafirmar o poder político e militar norte-americano ao deflagrar e promover uma nova escalada da Guerra Fria e uma série de ações destinadas a redisciplinar a periferia do sistema.[78]

Em pouco tempo, os objetivos traçados foram atingidos com essa guinada na estratégia do governo norte-americano. Uma nova aliança foi estabelecida com os setores transnacionalizados do capital financeiro e não-financeiro da economia dos Estados Unidos; a centralidade do dólar no sistema monetário e financeiro internacional foi reafirmada; a periferia foi reenquadrada e, diante da deterioração dos termos de troca e das condições de endividamento e de obtenção de empréstimos, se encontrava em uma posição bastante fragilizada; a situação tornara-se novamente favorável ao capital tendo em vista não apenas a redução do custo das matérias-primas, mas também dos salários, ao se reduzir o poder de barganha dos trabalhadores e a liberdade de ação dos sindicatos, ao passo que a sua era ampliada. Além disso, no final dos anos de 1980 e início da década de 1990, a Guerra Fria chegava ao fim com o colapso da URSS e, com ela, do bloco socialista.

Não obstante, de acordo com Arrighi, esse período, conhecido como a era Reagan, é identificado como uma nova *belle époque*, que, apresentando-se como um "momento maravilhoso" de prosperidade das classes capitalistas e privilegiadas na sociedade, antes tendeu a agravar as contradições do regime de acumulação norte-americano do que a revertê-las e superá-

[77] Ibidem, p. 325 e 327-328.
[78] Ibidem, p. 319-335.

las. Isso porque as próprias estruturas criadas para dar sustentação à hegemonia estadunidense teriam criado as condições para que as vantagens competitivas sistêmicas estivessem se concentrando no "arquipélago capitalista do leste asiático".

1.3.3 – Possibilidades de desfecho para a atual crise sistêmica

Para Arrighi, o sistema teria se expandido a tal ponto que as forças capitalistas em seu interior, a lógica capitalista, teria sobrepujado a lógica territorialista. A cada rodada de expansão, organizada e conduzida por determinados complexos de órgãos governamentais e empresariais, os estados teriam perdido, cedido parcelas importantes de sua soberania. Dessa maneira, hoje, os estados e a lógica de acumulação de poder teriam passado a um lugar secundário diante do poder crescente das empresas transnacionais e da lógica de acumulação de capital. Junta-se, assim, aos teóricos que defendem a tese de que, nos dias de hoje, os estados nacionais e o poder têm uma relevância bem menor nas relações internacionais. É, em parte, por isso que Arrighi vê a crise dos anos 1970 como uma crise da hegemonia dos EUA e do sistema-mundo moderno. Crise esta irreversível e para a qual o cenário de desfecho mais provável seria um retorno a cerca de seiscentos anos atrás, com uma configuração da ordem mundial semelhante à do caos sistêmico quando da origem desse sistema.

Como nas crises hegemônicas anteriores, Arrighi vê, como um dos aspectos da crise da hegemonia estadunidense, o deslocamento do centro dinâmico da acumulação capitalista mundial. A possibilidade do "arquipélago capitalista do leste asiático" emergir como centro de poder, apesar de ser composta por cidades-estado, quase-estados e estados-nação, que têm a sua soberania e a sua segurança dependentes do poder político-militar estadunidense, deriva da perda de relevância do estado-nação como ator privilegiado das relações internacionais. Essa perda de poder do estado-nação se deu, primeiro, com a superação dos antigos estados-nação europeus por superestados, como os EUA e a URSS (Rússia)[79]; segundo, com a incapacidade desses mesmos superestados em gerirem o sistema. Este teria se tornado complexo demais para a gestão de qualquer estado isoladamente em função das forças da integração econômica global, as quais

[79] "The institutionalization of the idea of world government materialized through the creation of the United Nations and Bretton Woods organizations, which imposed restrictions of various kinds on the sovereingty of most of their member nation-states. But the greatest restrictions were imposed by the series of US-Centric regional military alliances and by the US-centric world monetary system through which the United States at the height of its power actually governed the world", ARRIGHI, Giovanni (1995).

seriam as responsáveis pelo enfraquecimento dos estados-nação e dos superestados. Tais forças seriam a globalização produtiva e financeira, as transnacionais e as estruturas de governo global (como a ONU, o BIRD, o FMI e a OMC) e seriam resultado das próprias estruturas e estratégias formadas para dar sustentação à hegemonia dos EUA. Esse conjunto de forças teria transformado estados pequenos e médios em quase-estados e criado as condições para uma nova compressão do espaço-tempo que, assim como naquela ocorrida no final do século XIX e início do XX, que reduziu o poder dos antigos estados-nação europeus, minou o poder dos estados maiores, frutos dessa compressão espaço-tempo anterior.

Para Arrighi, isso tornaria possível a superação do regime de acumulação norte-americano ao permitir que jurisdições políticas de pequeno porte, que não chegam a preencher os requisitos comumente aceitos do conceito de Estado-Nação, como quase-estados, estados semi-soberanos, cidades-estados, etc, possam vir a exercer um lugar de destaque e de comando na economia internacional ao controlarem a maior parte da liquidez mundial. Isso mesmo não possuindo o controle das armas. Estas estariam concentradas em outro lugar, em posse dos Estados Unidos, que possuiriam um quase monopólio dos meios de violência, mas, dada a magnitude do seu endividamento, somente poderiam continuar a exercer esse poder "com consentimento das organizações que controlam a liquidez mundial". Mas estes somente poderiam continuar a exercer esse controle "com o consentimento das organizações que controlam o uso legítimo da violência em escala mundial".[80] Para Arrighi, esse seria o traço peculiar da crise do regime de acumulação norte-americano: a bifurcação entre o controle das armas e o controle da liquidez mundial. Assim, a configuração que emerge no leste asiático, neste momento de crise do sistema interestatal, seria análoga àquela existente na origem desse sistema e do capitalismo no longo século XIII. Ou seja, composta por cidades-estado, quase-estados, quase-impérios, diásporas mercantis e financeiras, onde imperava uma relação de intercâmbio político entre os detentores da liquidez internacional e os detentores das armas.

Arrighi entende a competição interestatal como essencial para a origem e desenvolvimento do capitalismo. Mas também entende, como igualmente essencial para a expansão material desse sistema, a concentração do poder nas mãos de determinados blocos de órgãos governamentais e empresariais que, em determinados momentos, conseguiram colocar-se

[80] ARRIGHI (1996), p. 367-368.

acima da concorrência entre os demais estados e controlá-la de alguma forma, estimulando a cooperação entre os estados e conduzindo o sistema por uma nova via de desenvolvimento bem definida. Para Arrighi,

> o que impulsionou a prodigiosa expansão da economia mundial capitalista nos últimos quinhentos anos, em outras palavras, não foi a concorrência entre Estados como tal, mas essa concorrência aliada a uma concentração cada vez maior do poder capitalista no sistema mundial como um todo. [81]

Assim, o sistema teria evoluído e se expandido desde seu embrião nas cidades-estados do norte da Itália há seiscentos anos até atingir as dimensões globais da atualidade, aumentando o seu volume e sua densidade dinâmicas sob a liderança de sucessivas estruturas governamentais e empresariais cada vez maiores, mais complexas e abrangentes e dotadas de poderio, recursos e território crescentes.

Entretanto, de acordo com esse autor, o sistema não pode expandir-se indefinidamente sem gerar um estreitamento tão forte da aliança entre o poder político e o capital que criaria uma concentração de poder tão grande a ponto de eliminar a concorrência no sistema e a possibilidade da emergência de estruturas capitalistas de grau superior. Diante disso, o sistema ingressaria em um estado de entropia uma vez que estaria desprovido de sua principal fonte de expansão, qual seja, a concorrência entre os estados pelo capital circulante.

A crise iniciada nos anos 1970 inaugura um novo período de caos sistêmico como os ocorridos nos períodos de transição da hegemonia ibero-genovesa para a holandesa, da holandesa para a britânica e desta para a estadunidense. Estaríamos, portanto, diante de um novo período de transição hegemônica? Nesse caso, para onde estaria se dirigindo o novo centro do poder e da acumulação de capital mundiais? Todavia, dada a magnitude atingida pelo volume e pela densidade dinâmica do sistema, bem como pela complexidade, território, recursos e poderio das estruturas do capitalismo estadunidense, será ainda possível a emergência de uma potência dotada de recursos de poder ainda maiores? Caso a resposta a essa pergunta seja negativa, e se o poderio americano estiver, de fato, como pensa Arrighi, em declínio, qual seria o desfecho possível da crise atual?

---

[81] Ibidem, p. 13.

Arrighi considera três desfechos. No primeiro, ocorre o deslocamento do centro dinâmico dos processos de acumulação em escala mundial. Entretanto, o antigo centro consegue impor-se ao novo e continuar na posição de "alto comando da economia mundial capitalista", usufruindo os benefícios da expansão financeira, apropriando-se do excedente produzido nesses novos centros e, com isso, constituindo um "império mundial realmente global". Nesse caso, o capitalismo seria "levado ao fim" pela consolidação de tal império, hipótese através da qual o autor nos remete à conhecida tese de Max Weber, segundo a qual o capitalismo permaneceria enquanto continuassem a existir as oportunidades para os fabulosos lucros decorrentes da existência de estados nacionais em luta perpétua pelo poder e a riqueza e pereceria caso estes estados competidores fossem substituídos por um império universal. No segundo desfecho, o antigo centro não logra sucesso nessa empreitada, "tornando possível que o capital do leste asiático venha a ocupar uma posição de mando nos processos sistêmicos de acumulação de capital". Entretanto, esse novo centro não detém o controle das armas e a "capacidade de gestão do Estado e da guerra" característica dos antigos centros. Haveria, então, um descasamento entre o poder político e o capital, com o que o capitalismo "chegaria ao fim", perecendo "junto com o poder estatal que fez sua fortuna na era moderna, e a camada subjacente da economia de mercado voltaria a uma espécie de ordem anárquica". O último desfecho possível apontado pelo autor consiste no acirramento das rivalidades interestatais numa escalada da violência que culminaria com um retorno ao caos sistêmico característico do início do sistema e posteriormente reproduzido em cada transição hegemônica.[82]

Sendo assim, para esse autor, em todos os três desfechos, o sistema capitalista estaria condenado à extinção, o que coloca algumas questões: a emergência de um império mundial é teoricamente incompatível com a continuidade do capitalismo?; estaríamos, de fato, diante do fim do sistema-mundo moderno?; ou a teoria estaria equivocada, havendo espaço para a conciliação entre a existência desse império e do capitalismo? Mas, que tipo de império?

O problema da visão de Arrighi consiste em considerar territorialismo e capitalismo como lógicas separadas, distintas. Historicamente, não houve tal separação entre as armas e o dinheiro. O autor desconsidera que o poder de emitir e controlar a moeda internacional é resultado de uma relação de força, tem um caráter impositivo, o qual é indissociável do controle das armas e dos

[82] Ibidem, p. 370-371.

territórios. Da mesma forma, desconsidera que os termos do referido intercâmbio são amplamente favoráveis aos EUA, uma vez que a contrapartida por parte dos países aliados do leste asiático em termos de colaboração com Washington para o exercício do seu poder mundial está sujeita a fortes doses de coação, quando necessário, e de interesse próprio para fazê-lo, tendo em vista que dependem dos EUA para a manutenção da sua segurança e para o escoamento de boa parcela da sua produção.

Enquanto os EUA mantiverem o seu diferencial de poder militar, político e econômico é bastante provável que continuem: sendo o centro da acumulação de capital; atraindo para si o capital necessário para se financiar; e liderando a segurança, a política, a moeda e a economia mundiais. É possível que a hegemonia americana em algum momento venha a ser superada por outra, mas não por um conjunto de quase-estados, estados semi-soberanos e cidades-estado. A possibilidade de transição da hegemonia estadunidense para uma outra apenas se circunscreve no caso de sua superação por uma força maior que a detida pelos EUA, que, por esse poder maior, passe a controlar também a liquidez mundial. Apesar da União Européia e da China aparecerem como candidatos potenciais a essa posição, a consolidação de ambos como poderes globais concorrentes dos EUA ainda depende de uma ampla gama de variáveis, cujo total controle escapa ao seu alcance.

Sendo assim, ainda que a aquiescência dos aliados asiáticos e europeus dos EUA se torne menos automática e mais vulnerável à medida que Bush extrapola o seu ‘mandato’ para além do consentido ou aceitável, e os países periféricos acumulem dólares geridos por fundos soberanos, menos regulados pelo Tesouro estadunidense ou pelos mercados de Wall Street, os EUA parecem preservar a supremacia militar e a primazia monetário-financeira, e a capacidade de usar meios associados a esta dominância para limitar seu declínio no plano da concorrência tecnológica, com resultados que ainda estão longe de concluídos ou predeterminados.

CAPÍTULO 2 – CRÍTICA E REFORMULAÇÃO DO MODELO

Arrighi estabelece uma relação determinística entre a reversão dos ciclos sistêmicos de acumulação para uma fase de expansão financeira e a crise e declínio do *hegemon*. Assim, não contempla em sua análise a possibilidade da potência hegemônica reformular a sua estratégia de supremacia e reverter a expansão financeira a seu favor, permanecendo no centro e sendo o agente principal de um novo processo de reorganização e de expansão sistêmicas ao forjar novamente a aliança histórica entre o poder e o dinheiro. De fato, Braudel, um dos principais autores nos quais Arrighi apóia sua análise e com o qual parece acreditar que esta seja totalmente compatível, afirma que "de ordinário, é mesmo o mau tempo econômico que acaba por abater o centro antigo, já ameaçado, e confirma o surgimento do novo". Todavia, um dos pontos em que fica evidente a fragilidade dessa suposta compatibilidade surge quando Arrighi parece não dar a devida atenção à advertência de Braudel no sentido de que "tudo isso, evidentemente, sem regularidade matemática: uma crise insistente é uma provação que os fortes superam e vencem, os fracos lhe sucumbem. Portanto, o centro não racha a cada golpe".[83]

Para que se entenda por que Arrighi não contempla essa possibilidade, é necessário ver o que está por trás da dinâmica desse sistema e isso nos remete à sua origem, à análise do seu processo de formação, o qual coincide com a formação dos estados nacionais europeus e com a criação, nesse espaço, de condições favoráveis à emergência do capitalismo.

Para Arrighi, por trás dessa dinâmica duas lógicas de poder alternativas estão a impulsioná-la. Por um lado, a lógica do "territorialismo" e, de outro, a do "capitalismo". Na primeira, os governantes associam a expansão do poder com a aquisição de territórios e, conseqüentemente, de controle sobre sua população e seus recursos. Por essa perspectiva, o capital consiste num meio através do qual se obtém os recursos necessários em termos de homens, armas e mantimentos para a expansão territorial e, portanto, do poder. Na segunda, os governantes associam o aumento do poder com a expansão do controle sobre o capital e, portanto, buscam assegurar-se dos meios que possibilitem uma maior valorização do capital inicialmente empregado. Nesse sentido, a aquisição de territórios consiste em apenas um desses meios e não o seu foco principal.

---

[83] BRAUDEL (1987), p. 72-73.

2.1 – As Guerras e a Aliança entre o Poder Político e o Capital na Gênese do Capitalismo

Arrighi deriva essas duas lógicas do que, de acordo com Braudel, constituiu o traço distintivo da economia-mundo européia em relação às demais e que lhe permitiu a sua conquista do mundo e a formação de um sistema capitalista mundial. Essa distinção, segundo Braudel, residia não na existência de agentes, mecanismos e instrumentos tipicamente capitalistas, pois esses existiam igualmente em outras partes da rede de trocas eurasiática. Em função disso, Arrighi conclui que "por essa perspectiva, a transição realmente importante, que precisa ser elucidada, não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado"[84]. Dessa maneira, voltemos a Braudel e ao momento de formação do sistema-mundo moderno para, então, relermos as lógicas do sistema.

Para Braudel, a existência do capitalismo depende de que a sociedade lhe seja cúmplice, aceitando, de alguma maneira, os seus valores e resguardando-os. O capitalismo, em seu ponto de vista, configura um conjunto dentro do conjunto maior do econômico, o qual, por sua vez, consiste em um dos conjuntos que, relacionando-se entre si, compõe o conjunto dos conjuntos, ou seja, a sociedade.[85] Da relação do econômico e, mais especificamente, do capitalismo com os demais conjuntos é que se entenderá o porquê do seu predomínio na Europa e desta sobre o resto do mundo. Daí a compreensão da afirmação de Braudel de que "o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado".[86] Ou seja, seu florescimento e pleno desenvolvimento dependem das condições de equilíbrio e da capacidade de resistência do Estado, criando condições mais ou menos propícias ou adversas para a ascensão do capitalismo ao primeiro plano da sociedade, ordenando-a conforme as suas necessidades. Em suma, as condições para a emergência do capitalismo residem, em última instância, nas estruturas e hierarquias sociais que configuram uma dada sociedade. Nas palavras de Braudel,

> existem condições sociais para o surto e o êxito do capitalismo. Este exige uma certa tranqüilidade da ordem social, assim como uma certa neutralidade, ou fraqueza, ou complacência, por parte do Estado. E, no próprio Ocidente, existem

84 ARRIGHI (1996), p. 11.
85 BRAUDEL (1996 [1979]), p. 407-410.
86 BRAUDEL (1987), p. 54-55.

> graus para essa complacência: é por razões predominantemente sociais e incrustadas em seu passado que a França foi sempre um país menos favorável ao capitalismo do que, digamos, a Inglaterra.[87]

A diferença que separou a Europa do resto do mundo se encontra na aliança que naquele canto se firmou entre o poder do dinheiro do capitalista e o poder político dos estados em formação. Aliança esta possibilitada pela condição de luta perpétua entre as cidades-estados do norte da Itália entre os séculos XIII e XV e que anunciava, já naquele momento, a tônica do sistema que ali se gestava. As condições favoráveis que se formaram ao capital por esse confronto permitiram que essas cidades-estado se tornassem "instrumentos inteiramente nas mãos de seus mercadores".[88]

Ainda que o processo seja um tanto mais complicado com os estados nacionais, não tarda para que os mercadores assumam nesses lugares uma posição semelhante.[89] O longo processo de luta entre os estados por sua afirmação interna e externa e a luta permanente pela conquista de poder entre unidades aproximadamente equivalentes teria criado as mais amplas oportunidades para o capital, o qual, disputado pelas unidades em conflito, pôde ditar as condições sob as quais os auxiliaria na sua busca por poder. Essa conhecida tese de Max Weber coincide com a perspectiva de Braudel e de Wallerstein, o que fica claro quando este último afirma que o "Capitalismo (...) somente existiu em, e pode-se dizer que requer, um sistema-mundo no qual as unidades políticas não tenham a sua extensão coincidente com as fronteiras da economia de mercado"[90]. Ou seja, sem que uma unidade política se constituísse em um império englobando

---

87 Ibidem, p. 62.

88 BRAUDEL (1996) [1986], p. 40.

89 V. FIORI (2004).

90 "Capitalism (...) has only existed in, and can be said to require, a world-system in which the political units are not coextensive with the boundaries of the market economy", WALLERSTEIN (1979), p. 66. Arrighi, porém, chama atenção para o fato de que a simples existência de jurisdições políticas autônomas, excludentes e em concorrência entre si não necessariamente favorece a formação do capitalismo. É preciso que se observe também a forma dessa concorrência e a sua intensidade. Nesse sentido, a ocorrência de guerras intensas e prolongadas que ponham em risco os processos de acumulação de capital tendem a gerar custos que excedem aqueles relacionados aos de um poder imperial. Ou seja, a competição entre os estados é um fator essencial para o capitalismo desde que mantida dentro de certos limites. A guerra é uma forma de competição tolerável e aceita como parte do jogo, exercendo o papel de remanejadora das hierarquias, de redistribuição dos ganhos e das perdas, de chancelar as mudanças de posição. Porém, guerras curtas, de pouco alcance, localizadas no tempo e no espaço sem maiores danos ao funcionamento normal da economia. Ou seja, "guerras de rotina". As grandes guerras são consideradas eventos traumáticos a serem evitados. O mesmo se pode dizer no que tange à concorrência intercapitalista. A forma assumida por essa concorrência em determinados momentos pode levar não a segmentação do poder político e sim à sua integração, quando aquela segmentação se torna um empecilho aos interesses capitalistas (ARRIGHI (1996), p.32-33).

toda a economia-mundo européia. Assim, na Europa, as configurações espaciais do poder fragmentado tenderam a se justapor às da economia-mundo ali formada, no sentido do estabelecimento de hierarquias de poder semelhantes às hierarquias econômicas, mas sem se confundirem inteiramente. Nas palavras de Braudel,

> Com efeito, no centro da economia-mundo aloja-se sempre, forte, agressivo, privilegiado, um Estado fora de série, dinâmico, ao mesmo tempo temido e admirado. Já é o caso de Veneza no século XV; da Holanda no século XVII; da Inglaterra no século XVIII e mais ainda no século XIX; dos Estados Unidos atualmente. Poderiam esses governos no 'centro' deixar de ser fortes? (...) Como se a posição central, por si só, não criasse e não exigisse também um governo eficaz. Como se governo e sociedade não fossem um único conjunto, um mesmo bloco. Como se o dinheiro não criasse uma disciplina social e uma facilidade de ação extraordinária![91]

2.1.1 – Forças sociais, ordens mundiais e trajetórias de formação dos estados

A centralidade da guerra no forjamento da aliança entre o poder político e o capital que permitiu a ascensão do capitalismo na Europa fica mais clara quando o trabalho de Charles Tilly[92], "Coerção, Capital e Estados Europeus" é contemplado. Nele, o autor, adotando uma metodologia prospectiva, retorna, arbitrariamente, mil anos no tempo e se pergunta, olhando a partir daquele ponto, como se deu o processo de formação dos estados europeus e por que, dentre tantos pontos de partida e trajetórias distintas, a forma do estado nacional[93] resultou no ponto de convergência comum. Em busca de sua resposta, encontra, no centro do processo de formação dos estados europeus, a guerra. Segundo o autor, "a guerra teceu a rede européia de estados nacionais, e a preparação da guerra criou as estruturas internas dos estados situados dentro dessa rede. Os anos em torno de 1500 foram decisivos".[94] É em torno da guerra e da preparação para a guerra que Tilly encontrará a chave para a explicação das diversas trajetórias, bem como da convergência na forma do estado nacional. Na análise do mesmo processo encontra-se a resposta

---

91 BRAUDEL (1996) [1986], p. 40.

92 TILLY, (1996).

93 Tilly define os estados como sendo "aquelas organizações que aplicam coerção, distintas das famílias e dos grupos de parentesco e que em alguns aspectos exercem prioridade manifesta sobre todas as outras organizações dentro de extensos territórios" (Ibidem, p. 46) e os estados nacionais como "aqueles que governam múltiplas regiões adjacentes e as suas cidades por intermédio de estruturas centralizadas, diferenciadas e autônomas" (Ibidem, p. 47).

94 Ibidem, p. 133.

para como e por que o capitalismo ascendeu na Europa e, aliando-se ao poder dos estados, possibilitou a esta última tornar-se senhora do mundo. Nesse sentido, Tilly identifica a marca distintiva da Europa que possibilitou essa aliança

> na dialética das cidades e estados que se desenvolveram em poucas centenas de anos após 990 d.C. Isso porque a existência de uma rede urbana densa e desigual, simultânea a uma divisão em inúmeros estados bem-definidos e mais ou menos independentes, acabou por separar a Europa do resto do mundo. Por trás das mudanças geográficas das cidades e estados atuava a dinâmica do capital (cujo campo preferido eram as cidades) e da coerção (que se cristalizava sobretudo nos estados).[95]

De acordo com esse autor, os possuidores dos meios concentrados de coerção buscavam estabelecer o seu domínio sobre um determinado território, assegurando, dessa maneira, o controle e o exercício do poder sobre sua população e seus recursos. Ao mesmo tempo, procuravam estabelecer uma "zona tampão" em torno desse núcleo central de modo a protegê-lo e tornar possível a sua exploração segura. Em seu interior, os detentores dos meios de coerção asseguravam a "proteção" não apenas contra a violência proveniente deles mesmos, mas também contra a de terceiros, desde que os subordinados pagassem por isso. Aos que, além de pagar por essa "proteção", a aceitavam e se aliavam aos detentores dos meios de coerção, recebiam destes o direito de usufruir privilégios, vantagens e monopólios no interior da zona segura e de expandi-los nas áreas que viessem a ser conquistadas. Uma vez assegurado o controle e tornados seguros a zona central e a zona tampão, esta última era incorporada à zona central e os seus governantes buscavam criar uma nova zona tampão expandindo os seus domínios e o seu poder sobre territórios, populações e recursos mais vastos. Contudo, se, quando ao fazê-lo, se deparassem com outros governantes em busca do mesmo objetivo, o resultado era a guerra. E, nessa relação entre governantes em disputa pelo poder, os termos da guerra eram postos por aqueles que fossem mais fortes. Aos relativamente mais fracos, portanto, cabia ou sucumbir ou lutar pela sua sobrevivência buscando uma equiparação de forças.

Assim, para fazer a guerra e preparar-se para ela, os governantes necessitavam mobilizar os recursos para tanto em termos de armas, homens, mantimentos, animais, dinheiro. Esses recursos, porém, se encontravam em posse de terceiros, os quais tinham outras finalidades para eles e não necessariamente estavam dispostos a cedê-los aos donos dos meios de coerção.

---

[95] Ibidem, p. 50.

Portanto, foi preciso que estes últimos negociassem com aqueles os termos através dos quais poderiam ter acesso aos recursos para a guerra. Os termos dessa negociação eram estabelecidos, por um lado, pelas necessidades de recursos por parte dos governantes, as quais, por sua vez, eram ditadas pelas pressões externas. Por outro, pelos parâmetros estabelecidos pelos demais estados em termos de aceitação das exigências e de retorno àqueles que cediam os recursos.

A forma assumida pelo estado resultante desse processo de negociação e conflito dependeu da estratégia de obtenção de recursos por parte dos governantes em função da maneira como esses grupos possuidores de recursos se encontravam organizados e dispostos no território. Essa organização, por sua vez, dependia das bases sobre as quais a economia e, conseqüentemente, as classes sociais estavam estruturadas no território do governante. A partir daí, as estratégias de obtenção de recursos, as trajetórias de formação dos estados e a forma assumida por eles tenderam a depender da maior ou menor concentração de cidades no interior dos territórios e, por conseguinte, da maior ou menor concentração de capital, ou seja, de trocas, de manufaturas e de redes mercantis e financeiras. Dessa maneira, conforme as diferentes combinações e concentrações de capital e de meios de coerção, formou-se um leque de possibilidades de formas e trajetórias que possui em seus extremos, de um lado, aquelas de intensa concentração de coerção, de outro, aquelas de intensa concentração de capital, havendo uma trajetória intermediária denominada de coerção capitalizada, a partir da qual se originaram os estados nacionais.

Essa trajetória intermediária emergiu onde havia cidades importantes com suas classes capitalistas, porém sem uma concentração de capital que fosse suficiente para estender seu domínio às áreas rurais onde continuava a existir uma classe senhorial de peso. Nessa interseção, onde foi possível aos soberanos jogar as classes dominantes umas contra as outras e, com isso, assegurar alguma margem de manobra e buscar, em meio aos conflitos, alguma conciliação de interesses, desenvolveram-se os estados nacionais.

As diferentes formas e trajetórias de formação dos estados europeus interagiram, guerrearam e foram viáveis durante vários séculos. Porém, pouco a pouco, as demais formas de estado tenderam a convergir para a forma do estado nacional à medida que esse foi se afirmando e estabelecendo os parâmetros das guerras e do sucesso nelas,

> numa escala européia, portanto, o final do século XV assinalou uma transição importante: quando os grandes estados militares começaram a sentir o incentivo da expansão capitalista, as vantagens dos pequenos estados mercantis principiaram a desaparecer.[96]

Isso se deu uma vez que puderam dispor tanto das vantagens garantidas pela maior abundância de recursos humanos e naturais provenientes de um território muito mais extenso do que os das cidades-estado, por exemplo, quanto do acesso ao capital das cidades e às suas economias monetizadas, às suas redes de comércio, de financiamento, de empréstimo e de crédito, bem como à maior facilidade e eficiência na arrecadação de tributos, impostos e taxas. Essas características demonstraram ser vantagens decisivas à medida que a complexidade e a escala dos conflitos aumentavam, envolvendo a mobilização de recursos cada vez maiores, impondo a criação e a manutenção de exércitos permanentes e custos que excediam cada vez mais as receitas correntes dos estados e, conseqüentemente, requerendo o acesso ao crédito e a financiamentos.

Todavia, ao mesmo tempo em que cresciam a complexidade, a escala, os custos dos conflitos e, com elas, as necessidades financeiras dos estados, crescia também a importância das classes capitalistas dentro dos estados nacionais. E à medida que as guerras exigiam cada vez mais uma mobilização total dos esforços coletivos da nação, os governantes passaram a ter que negociar não apenas com as classes dominantes, mas também com aqueles estratos mais inferiores da hierarquia social, sendo forçados a fazer algumas concessões a essas parcelas da população.

2.2 – Revisitando as Lógicas do Sistema

Entretanto, para Arrighi, as lógicas de poder "territorialista" e "capitalista" não devem ser confundidas com a proposição de Tilly relativa às trajetórias de formação do estado centradas na coerção, no capital e na coerção capitalizada. Arrighi argumenta que essas trajetórias consistem em diferentes combinações de modos distintos de gestão do estado e da guerra para se atingir a mesma finalidade e não em estratégias alternativas de poder.

---

[96] Ibidem, p. 134.

Ao estabelecer essa separação, Arrighi não concebe adequadamente as relações de complementaridade entre o poder e o dinheiro no processo de formação dos estados nacionais e do próprio sistema-mundo moderno, bem como na sua dinâmica. Relações estas que abrem possibilidades em termos de resultados dos ciclos hegemônicos não contemplados por esse autor. Arrighi formula dois tipos diferentes de estratégias, mas apenas estratégias de poder. Não identifica a existência de um outro tipo de estratégia, paralela e complementar àquelas e que a elas se incorpora, mas que consiste não em estratégia de poder e sim de acumulação da riqueza, que em um momento se reveste da forma do território e, em outro, da forma do dinheiro. É esse o argumento que será desenvolvido a seguir.

De acordo com sua formulação, Arrighi confunde os meios com os fins, uma vez que a estratégia refere-se a "como fazer?", enquanto é à política que cabe definir "o que fazer?". À política cabe definir o objetivo a ser atingido, é ela que dá a orientação a ser seguida pela estratégia. Esta, por sua vez, consiste na identificação, no planejamento, na preparação e na aplicação dos meios disponíveis para se atingir aquele objetivo[97]. Dessa maneira, lógica e estratégia, tratadas indistintamente por Arrighi, diferenciam-se entre si, sendo esta parte integrante daquela, a qual compreende tanto os meios utilizados (a estratégia) quanto o fim derivado do princípio motivador, configurando uma "seqüência coerente, regular e necessária, de acontecimentos". Portanto, uma mudança da lógica pode ser derivada tanto da modificação da estratégia quanto do princípio motivador e do fim para o qual aquela é utilizada. Com isso, lógicas diferentes podem ter a mesma estratégia ou os mesmos princípio e fim. Esses "modos distintos de gestão do estado e da guerra", bem como as causas desta, refletem o processo histórico de formação desses estados, ao longo do qual se incorporaram as diferentes lógicas de poder (e de riqueza) dos grupos dominantes em seu interior. A finalidade é a mesma em todas as trajetórias, o aumento do poder e da riqueza. A diferença reside no meio utilizado para se atingir esses fins, ou seja, em "como fazer?". Portanto, essas diferentes trajetórias refletem, sim, estratégias e, portanto, lógicas alternativas de poder e lógicas diferentes e alternativas de riqueza, mas que seguem a mesma estratégia. Porém, dentro de cada lógica alternativa, existe a complementaridade entre o poder e a riqueza, em que, em momentos diferentes no tempo e no espaço, esta assume a forma ou da posse do território ou da posse do dinheiro enquanto capital.

---

97 CABRAL, (2004).

Em última instância, o que se está discutindo, ao se referir a diferentes lógicas de poder e de riqueza, são as causas que estão por trás das guerras e que, no fundo, respondem pela origem e pela dinâmica do sistema. Assim, a perspectiva de Tilly não está dissociada das lógicas de poder identificadas por Arrighi. Pelo contrário, ao longo das trajetórias de formação dos estados, movidas pela guerra e moldadas pela necessidade de negociação dos governantes com os detentores dos meios necessários para fazer a guerra e preparar-se para ela, as próprias causas específicas pelas quais as guerras eram empreendidas modificavam-se conforme se incorporavam, aos interesses dos estados, os interesses das classes e grupos sociais envolvidos naquelas negociações.

Nesse sentido, Tilly[98] identifica quatro períodos que se diferenciam entre si pelas diferentes relações que se estabelecem entre as mudanças na organização dos estados ao longo de suas trajetórias de formação e nas formas das guerras. Um primeiro período, denominado patrimonialismo, se estende até o século XV na Europa e se caracteriza pela expansão do poder e da riqueza através da posse e da luta pela aquisição de territórios sobre os quais os governantes poderiam exercer o controle, ainda que indireto, sobre seus recursos e populações.

O período seguinte, entre os séculos XV e XVIII, é o da corretagem. Nele as guerras eram travadas principalmente por tropas mercenárias contratadas e os capitalistas gozavam de ampla independência formal e de liberdade para organizar e implementar a produção, o comércio, a extração dos recursos e dos impostos, bem como o levantamento de empréstimos. Assim como no período seguinte, nessa época da corretagem, começa a ser importante o exercício de uma administração forte e direta dos territórios controlados e disputados, para obtenção das rendas e dos recursos necessários às forças armadas.

O período entre o século XVIII e meados do XIX caracteriza-se pela nacionalização, quando as guerras passaram a ser travadas cada vez mais por tropas compostas por elementos extraídos das populações nacionais, formando forças amadas permanentes e sob controle direto dos estados, que passaram a controlar, diretamente também, a obtenção dos recursos fiscais. Além disso, nesse momento, o sucesso nas guerras e a preparação para elas resulta de um esforço nacional coletivo, envolvendo praticamente toda a população no "esforço de guerra". Por fim, de meados do século XIX aos dias de hoje, constitui um período denominado de especialização, no

98 TILLY (1996), p. 79-80.

qual as forças armadas especializaram-se, tendo as suas funções nitidamente separadas e dependentes dos demais órgãos civis dos estados, na medida em que este ampliou as suas áreas de atuação. Assim, de acordo com Tilly,

> a marca particular de cada estado na guerra dependia de três fatores estreitamente relacionados: a natureza de seus principais antagonistas, os interesses externos de suas classes dominantes e a lógica da atividade de proteção que os governantes adotavam em nome de seus próprios interesses e dos das classes dominantes (...) *Com a mudança básica, no decurso dos mil anos que estamos estudando, da composição das rivalidades, da natureza das classes dominantes e das solicitações de proteção, mudaram também as causas características da guerra*.[99]

Portanto, uma trajetória coercitiva tendia a incorporar uma lógica de poder territorialista tendo impactos na estratégia de poder desse estado e nas causas das suas guerras. O mesmo ocorrendo com as trajetórias intensivas em capital e a lógica de poder capitalista. E também com aquelas que resultaram nos estados nacionais, frutos da combinação de uma trajetória de coerção capitalizada com as lógicas de poder territorialista e capitalista.

A identificação dessas lógicas de expansão com as trajetórias de formação dos estados e a relação umbilical entre o poder e a riqueza fica mais explícita na formulação de Fiori[100] sobre a origem política do capital financeiro. Fiori argumenta que para se entender esse processo

> é preciso criar um novo conceito paralelo e simultâneo ao da 'economia-mundo', que denomino 'política-mundo'. Isto é, pedaços do planeta integrados e unificados por conflitos e guerras quase permanentes. Territórios ocupados por vários centros de poder e alguns 'núcleos imperiais', contíguos e competitivos (...) Braudel fala no 'jogo das trocas', mas se pode e se deve falar também de um outro que foi absolutamente decisivo para o nascimento dos estados: 'o jogo das guerras'.[101]

Para periodizar e formalizar essa junção do poder político com o poder do capital, ele se utiliza, respectivamente, das épocas do "patrimonialismo" e da "corretagem" identificadas e definidas por Tilly e, assim como Arrighi, da formulação de Marx para a lei de valorização do capital.

---

99 Ibidem, p. 127-128, grifos nossos.
100 FIORI (2004), p. 28-33.
101 Ibidem, p. 22.

Dessa maneira, no período do patrimonialismo, quando a terra (T) constituía o elemento fundamental da riqueza, a expansão do poder (P) se daria por meio da aquisição territorial e, assim, do aumento do controle sobre recursos e população mais vastos para abastecer as forças armadas e para pagar por elas através da tributação dessa população. Em termos formais, essa expansão se traduziria na fórmula P-T-P'. Ao mesmo tempo, a riqueza se expande quando, por meio do exercício do poder, novos territórios são conquistados. Sua fórmula de valorização seria T-P-T'.

Quando se transita da época do patrimonialismo para a da corretagem, a posse da terra perde espaço para a posse do dinheiro (D) como fonte primordial de manutenção e acumulação de riqueza, a qual se dá através do processo de valorização que transforma o dinheiro em capital. Porém, de acordo com Fiori, o que se tem aqui, no "jogo das guerras" e dos "lucros extraordinários", no lugar da extração da mais-valia por meio da exploração da força de trabalho, é uma "mais-valia política", na qual o trabalho é substituído pelo poder como fonte de aumento da riqueza. Assim, T-P-T' se torna D-P-D'. Paralelamente, o incremento do poder passa a depender cada vez mais das facilidades de acesso ao crédito, aos financiamentos e à tributação mais eficiente permitida por economias mercantis bem desenvolvidas que possibilitam a mobilização e o pagamento dos recursos, homens e armas para a guerra e para sua preparação. O processo de acumulação de poder passa a se dar não mais por P-T-P', mas por P-D-P'.

A formulação desenvolvida por Fiori parece expressar melhor as lógicas que estão por trás da dinâmica do sistema-mundo moderno do que a proposta por Arrighi. Territorialismo e capitalismo são lógicas distintas, alternativas, antagônicas. Mas dentro de cada uma delas há a complementaridade entre o poder e a riqueza. Formuladas desse modo, mantém a sua especificidade histórica e geográfica. A primeira predominando em determinado período e lugar, sendo, em seguida, confrontada pela segunda e, por fim, superada por esta. Da maneira colocada por Arrighi, essas características não se apresentam, uma vez que ambas as lógicas coexistem no tempo e no espaço ao longo de todo o período até os dias atuais, quando a lógica capitalista teria sobrepujado a territorialista. De fato, isso ocorreu. Mas não agora e sim muito antes, quando o dinheiro superou o território como forma primordial de manutenção e expansão da riqueza e como meio fundamental para a expansão do poder.

Tomar as lógicas do territorialismo e do capitalismo abstratamente, como se operassem de forma autônoma em diferentes períodos históricos, é incorrer no anacronismo. Ou seja, é abstrair

as mudanças estruturais ocorridas no contexto histórico geral em que buscas por mais território soberano e dinheiro operam. Pois, concretamente, à medida que o capitalismo se consolida como sistema, e, portanto, que as relações sociais são mercantilizadas, ou seja, mediadas pelo dinheiro, o poder (político ou econômico) também é, inevitavelmente, mediado pelo dinheiro. Tendo em vista que a mercantilização (e, portanto, a medição e mobilização pelo equivalente monetário geral daquilo que é transformado em mercadoria) dos produtores diretos se apresenta como tendência estrutural básica do capitalismo, e que, nesse sistema, todo patrimônio é *potencialmente* mercantilizado, então todo território soberano tende a articular-se a um sistema em que esta lógica geral de acumulação de poder financeiro opera. Isso se dá mesmo que nem todo patrimônio reflita direta e imediatamente esta lógica: por exemplo, certos territórios soberanos podem ser "poupados" da exploração mercantil (e seus resultados tributários), ou usados por motivos exclusivamente militares, ou mesmo puramente simbólicos (inúteis para a geração de dinheiro privado ou tributado), mas sem retirá-los do interior de um sistema geral de relações sociais e políticas mediadas pelo dinheiro. Logo, poder territorial sem dinheiro é uma abstração irrealista depois da consolidação do capitalismo e sua difusão global. Riqueza e poder tornam-se estruturalmente inseparáveis com a difusão da economia-mundo capitalista.

Ao associar o poder ou com o território ou com a posse de capital, Arrighi atribui ao poder uma forma concreta, rígida, específica. Talvez seja possível, em linha com Braudel, argumentar que o poder, assim como o capital, se caracterizaria pela liberdade de escolha, por não precisar assumir nenhuma forma específica e, por isso, poder utilizar-se daquelas formas, daqueles instrumentos que melhor sirvam à sua expansão. O poder, entendido dessa maneira, associa-se com a definição de Weber, segundo a qual ele consiste em "toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade".[102]

A fornecer as condições que ampliem essa probabilidade encontra-se o controle sobre o acesso direto aos recursos e população de um determinado território. Todavia, esse é apenas um dos instrumentos possíveis, o qual, em outras partes ou num momento posterior, cede o lugar de principal meio de acumulação de poder para a capacidade de acesso ao capital. A finalidade dos

[102] WEBER (1994), p. 33.

governantes não é expandir o território ou a posse de capital como um fim em si, mas sim como um meio, um instrumento para a expansão do poder.

Dessa maneira, em sua formulação, Arrighi confunde um meio com o fim em si ao afirmar que os governantes seguiam estratégias alternativas de poder encarnadas no "territorialismo" (T-D-T') ou no "capitalismo" (D-T-D'), em função de os governantes identificarem o poder com a posse de território ou de riqueza/capital. Na verdade, essas estratégias identificadas por Arrighi não são estratégias alternativas de acumulação de poder, mas sim de acumulação da riqueza, sendo que o meio desta acumulação não é o território ou o dinheiro, mas o poder. E este segue sendo um instrumento essencial de acumulação da riqueza, seja ela território ou dinheiro. É através da aliança com os donos do poder que os donos da riqueza, mais especificamente, do capital circulante, obtêm o acesso aos "lucros extraordinários" provenientes das vantagens oferecidas pelos governantes em termos de posições monopólicas no comércio, na produção, nas finanças ou no controle e administração dos territórios conquistados e dos tributos do estado.

Assim, as lógicas que estão por trás da dinâmica desse sistema não são as do "territorialismo" e do "capitalismo" como estratégias alternativas de expansão do poder. As duas lógicas que respondem por essa dinâmica são as da acumulação do poder e da riqueza. Esta, no sistema-mundo moderno, se reveste da forma do capital e é dele que o poder se utiliza, nesse sistema, para alimentar a sua expansão e, assim como o capital, buscar uma posição de monopólio. Duas lógicas intrinsecamente expansionistas que, de maneira conflitiva e complementar, se aliaram para formar a mais eficiente máquina de acumulação e conquista, sendo essa junção a principal responsável por transformar a Europa naquele "fantástico modelador da história mundial" e pela consolidação e expansão do sistema-mundo moderno. "Em síntese", de acordo com Fiori, "... foi a combinação do 'jogo das guerras' com o 'jogo das trocas' que criou as condições originárias da economia capitalista, uma economia que passa pelos mercados, mas que se alimenta, sobretudo, das trocas dos 'não-equivalentes'".[103]

O que está na origem dessa compulsão expansiva movida por interesses específicos e, em última instância, na origem das guerras travadas em função desses interesses? Fiori vai buscar a resposta para essa questão no trabalho de Norbert Elias, o "Processo Civilizador", onde este

[103] FIORI (2004), p. 32-33.

autor, retomando e reafirmando uma antiga tese acerca das relações internacionais pertencente à tradição do Realismo e que remonta a Tucídides em sua análise da Guerra do Peloponeso, argumenta que

> a mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante. Quem não sobe cai. E a expansão significa o domínio sobre os mais próximos e sua redução ao estado de dependência... Em termos muito rigorosos, o que temos é um mecanismo social muito simples que, uma vez posto em movimento, funciona com a regularidade de um relógio. Uma configuração humana em que um número relativamente grande de unidades de poder, em virtude do poder que dispõem, concorrem entre si, tendem a desviar-se desse estado de equilíbrio e a aproximar-se de um diferente estado, no qual um número cada vez menor de unidades de poder compete entre si. Em outras palavras, acerca-se de uma situação em que apenas uma única unidade social consegue, através da acumulação, o monopólio do poder.[104]

Essa citação, ainda que não seja uma idéia original, é importante em função de sua clareza e de sua capacidade de sintetizar, em boa medida, o argumento que aqui se tenta desenvolver, ou seja, que a expansão contínua é colocada como um imperativo pelo sistema para aqueles estados que não aceitam as conseqüências de não o fazê-lo e têm condições de reunir recursos de poder para empreendê-la. Assim, "a mera preservação da existência social", ou seja, a simples necessidade de sobrevivência, seja a sobrevivência física ou mesmo de um modo de vida, em um sistema anárquico, onde as unidades se encontram em estado de competição permanente por recursos relativamente escassos, impõe a expansão sob pena de, para aquelas unidades que não a buscarem, serem dominadas pelas demais e reduzidas "ao estado de dependência". Afinal, "quem não sobe cai". E, conforme colocado por Tilly, o encontro de unidades almejando o mesmo objetivo, ou seja, a segurança, através da expansão em busca do estabelecimento de uma zona tampão que proteja a zona central dentro da qual se possa usufruir os frutos da coerção, conduz à guerra.

---

[104] ELIAS (1993) [1939], p.93, *apud* FIORI (2004), p. 26. Essa tese se encontra mesmo na raiz dessa tradição de pensamento no campo das Relações Internacionais. Como se sabe, na análise do referido conflito, Tucídides argumenta que a sua razão fundamental teria sido o crescimento do poder de Atenas, o qual, fazendo com que Esparta se sentisse crescentemente ameaçada, teria impelido esta a ação antes que a primeira se tornasse de fato uma força incontrolável e uma ameaça insuperável à independência espartana. Sua tradução em termos conceituais consiste no "dilema da segurança", segundo o qual, em um sistema anárquico, os estados são os únicos responsáveis pela sua segurança e, em função disso, buscam ampliar os meios em seu poder para provê-la. Entretanto, ao fazê-lo, amplia a sensação de insegurança dos demais membros do sistema, os quais adotam o mesmo procedimento, tendo como resultado o aumento da insegurança sistêmica e, numa situação extrema, conduzindo à guerra contra a qual buscavam se proteger.

Esse mecanismo, como nos diz Elias, uma vez posto em movimento, tende a reproduzir-se por si próprio. Por conseguinte, a guerra, colocando-se como uma possibilidade permanente, induz os governantes a buscar os meios que, aumentando o seu poder, tornem o seu território protegido das ameaças externas. Mas, o fato de que "a coerção é sempre relativa e quem quer que controle os meios concentrados de coerção corre o risco de perder vantagens quando um vizinho cria os seus próprios meios"[105], faz com que essa busca por maior segurança através do aumento do poder individual induza os "vizinhos" a perseguirem o mesmo objetivo, desencadeando uma corrida armamentista. No limite, o resultado dessa disputa é a guerra. Assim, se constata a "circularidade lógica" identificada por Fiori, a guerra se torna causa principal e conseqüência do processo de expansão em busca de segurança e da "mera preservação da existência social", a partir do momento em que passa a ser a principal ameaça a ambos. O que não poderia ser de outro modo, pois, dada a lógica desse sistema, a segurança somente pode ser obtida e a sobrevivência assegurada, em última instância, com a destruição dos demais competidores. Dessa maneira, a tendência do sistema é para a constituição de um "monopólio do poder", como nos diz Elias.

Mas Fiori nos adverte para uma contradição desse sistema, qual seja, a expansão do poder das unidades nele inseridas se dá justamente em função da existência de estados em concorrência permanente, pressionando-se uns ao outros e se compelindo mutuamente a essa expansão. Atingida uma posição monopólica, portanto, cessaria o processo de acumulação de poder, pois,

> se fosse criada uma situação de monopólio absoluto, o sistema de acumulação de poder entraria em crise, e tenderia a um estado de entropia por causa do desaparecimento das hierarquias, da competição e da guerra (...) [essas duas últimas são] as únicas forças capazes de mantê-lo ordenado e hierarquizado (...) Este talvez seja o segredo mais bem guardado deste sistema: o próprio 'poder expansivo' é quem cria ou inventa, em última instância, os seus competidores e adversários, indispensáveis para a sua própria acumulação de poder.[106]

Ao analisar os mecanismos por trás da expansão das economias nacionais européias na constituição do sistema econômico e político mundial, Fiori[107] separa analiticamente esses dois processos para mostrar que a globalização desse sistema a partir de seu núcleo europeu não foi

---

105 TILLY (1996), p. 128.
106 FIORI (2004), p. 26-28.
107 FIORI (2004).

uma obra do capital em geral, como pensava Marx. Para tanto, retoma o pensamento de dois dos pais da teoria do imperialismo, Hilferding e Bukharin, os quais, a partir das análises de Marx, inseriram o papel dos estados, das guerras e dos territórios em suas análises da expansão do capital e, com isso, identificaram uma outra contradição desse sistema, ressaltada por Fiori.

A identificação dessa contradição parte da aceitação parcial da tese de Marx. Ou seja, a natureza intrinsecamente expansionista e cosmopolita do capital, buscando sempre se localizar onde se situem as perspectivas de lucros mais elevados sem precisar prender-se a forma ou lugar algum, resguardando a sua liberdade de mover-se conforme essas perspectivas se desloquem, tenderia a tornar o mundo inteiro em área de acumulação capitalista e, com isso, promover um nivelamento econômico. Porém, o mesmo movimento do capitalismo, que gera essa tendência à globalização e à equalização, gera, de maneira ainda mais forte, por parte dos demais capitalistas, uma reação contrária, que busca defender os seus interesses quando esses se vêm prejudicados ou excluídos. Dessa forma, seja para resistir seja para vencer essa resistência, o capital busca a proteção de seus estados para assegurar a sua lucratividade e a sua sobrevivência em seus negócios. Esse casamento resulta em blocos governamentais e empresariais em mútua competição, buscando avançar posições e proteger-se da agressividade dos demais. O capital, portanto, somente consegue expandir-se, alcançar posições monopolísticas e ter acesso aos "lucros extraordinários", ou até mesmo sobreviver, quando alicerçado em um estado forte e agressivo, dotado da mesma compulsão expansionista e da capacidade de defender os interesses internos e externos do capital. Assim, a tendência globalizadora do capital gera o seu contrário, fragmentando o espaço em territórios políticos e econômicos sob o controle de blocos antagônicos dotados de uma capacidade de resistência e de expansão cada vez maiores.

A análise desenvolvida até este ponto permite que sejam tecidas algumas considerações acerca da dinâmica do sistema-mundo moderno, complementando e corrigindo aquela desenvolvida por Arrighi. Conforme foi discutido, a guerra se coloca como uma possibilidade permanente desde o início desse sistema, estando mesmo no centro da sua origem e do seu processo de formação. Como argumentado por Elias a "mera preservação da existência social" em um sistema anárquico e competitivo coloca a necessidade de expandir-se, sentenciando à "queda" aqueles que não a observam e não buscam "subir", colocando-os sob a condição de dependência e de dominação perante os que buscam fazê-lo. Tendo como objetivo proteger-se da guerra, os estados pavimentam o caminho para ela. Ao fazê-la e ao se preparar para ela os

governantes, como mostrado por Tilly, são obrigados a negociar com as classes dominantes os termos para a obtenção dos recursos necessários para a guerra. A condição de luta permanente entre os estados criou para o capital as condições favoráveis para o seu florescimento e desenvolvimento. Estabelece-se, nesse ponto, a aliança entre os governantes, donos do poder político, com os donos do capital circulante. Aliança que está na origem da expansão desse sistema e na origem do capital financeiro.

As lógicas de acumulação que revelam a complementaridade de interesses entre essas duas forças intrinsecamente expansionistas, a forma como uma lógica se incorpora na outra, sua relação com as trajetórias de formação dos estados e com as guerras, ficam mais claras na formulação de Fiori. Nela, ao contrário da formulação de Arrighi e suas lógicas de poder "territorialista" e "capitalista", ficam explícitas a relação indissociável, complementar, e a importância e o papel do poder e do dinheiro, respectivamente, na acumulação do capital (D-P-D') e do poder (P-D-P').

Uma contradição se revela nesse momento ao se constatar que a competição entre unidades dotadas da mesma lógica, a luta pela sobrevivência levando ao expansionismo do poder e ao expansionismo do capital, apresenta uma tendência à concentração e à centralização, resultando, no limite, no monopólio político e econômico. Todavia, a constituição de um império político e econômico universal significaria o fim da existência de unidades de poder autônomas e, conseqüentemente, da competição entre elas e do processo de acumulação do poder e do capital. Encontramos, então, com o fim da competição e das hierarquias, o fim do sistema-mundo moderno. Esse sistema, após expandir-se e englobar o mundo inteiro, ficaria entregue ao arbítrio de um império mundial que lograria impor o seu domínio sobre os demais competidores, os quais deixariam de existir. Mas, nesse momento, cessaria também o mecanismo que lhe permite seguir na acumulação do poder e do capital e trazer os demais à ordem. Uma segunda contradição observada consiste na tendência do capital gerar, por um lado, a globalização e o nivelamento da economia, almejando a constituição de um império universal e, por outro, gerar, de modo ainda mais forte, a constituição de forças contrárias formadas por blocos de capital associados a seus governos, com estratégias defensivas e expansivas.

A última parte dessa segunda contradição aponta para uma das forças que atuam contra o fim do próprio sistema, ou seja, a expansão do capital criando blocos antagônicos de poder político e econômico, dotados da mesma lógica expansiva e imperial e que bloqueiam o caminho

uns dos outros, contrapondo-se à expansão do capital de terceiros, por um lado, e a do poder global, por outro. A segunda força contrária ao fim do sistema emerge da primeira contradição e evidencia dois aspectos do mesmo. Primeiro, a relação de complementaridade e conflito entre os estados envolvidos neste jogo, principalmente entre o poder hegemônico e os demais estados. Segundo, o papel do estado hegemônico na geração das crises de sua própria hegemonia e, por extensão, das crises sistêmicas.

Essa força se expressa na necessidade da geração contínua, por parte do *hegemon*, de seus próprios oponentes e adversários de modo que possa continuar a expandir e acumular poder. Assim como os demais estados, aquele que atinge a posição hegemônica não deixa de responder ao impulso básico do sistema, ou seja, a luta pela "mera preservação da existência social" e a disposição de não "cair" da posição alcançada coloca como um imperativo ao estado hegemônico, da mesma maneira que para os demais, a necessidade de um expansionismo contínuo, de antecipar-se aos movimentos expansionistas dos demais de modo a manter a sua posição. O esforço do *hegemon* por continuar a expandir-se, por derrotar os adversários e tornar-se um poder global o leva a opções estratégicas que busquem contrabalançar o poder dos adversários, mas, ao fazê-lo, ainda que tenha êxito, cria outros adversários e competidores, talvez mais fortes que os adversários que pretendia derrotar. Ademais, os outros estados, em resposta à ameaça representada pelo expansionismo do estado hegemônico, passam a adotar medidas defensivas que visam resguardar o seu território, a sua economia e a sua posição internacional, tentando se fortalecer e, com isso, tornando-se uma ameaça ao *hegemon*.

A hegemonia é uma posição conquistada na luta com os demais estados em uma competição que não cessa ao se atingir o topo da hierarquia. A disputa continua, seja para manter a posição conquistada, e para isso é preciso continuar a expandir-se, seja para usurpá-la. O que pode ocorrer é uma breve trégua na luta em função da disparidade de poder observada entre aquele que vence a disputa temporariamente e os demais. Nessa trégua os perdedores de agora tentam reconstituir-se e recuperar suas forças para desafiar novamente o estado dominante, dando reinício à fase aguda do conflito.

2.3 – *Empire-System* **e a Teoria do Sistema-Mundo Moderno**

Uma outra originalidade do sistema político e econômico surgido na Europa entre os séculos XV e XVI consiste na criação do estado nacional. Essa criação política inseriu um novo componente na realidade européia, caracterizada pela fragmentação do sistema feudal, por núcleos imperiais e cidades-estados. Justaposta a essa estrutura política estava outra, a econômica, composta basicamente por dois níveis: um, caracterizado pelas trocas locais, de grandes volumes e baixo valor adicionado; o outro, pelas redes de troca de longa distância, com volumes menores e maior valor agregado. Ambas as estruturas configuravam incipientes redes de relações políticas e de trocas, ainda pouco densas e dinâmicas. Seus limites mais abrangentes são mais ou menos coincidentes, contudo, os limites das redes de trocas de longo curso não se circunscrevem aos limites de qualquer das jurisdições políticas existentes que fragmentam o mapa europeu, guardando um elevado grau de autonomia em relação a essas unidades políticas. Essa caracterização dos mercados identifica-se com aquela proposta por Polany, mas também com a divisão da estrutura econômica conforme sugerida por Braudel e seus três patamares, estando presentes o nível intermediário e o superior, a economia de mercado e o capitalismo. O mercado nacional, para Polany, como para Braudel, é uma criação política. Além disso, para Braudel, para que o capitalismo floresça como sistema social falta um ingrediente de suma importância, o estado capitalista. Mas a construção do estado nacional passa justamente pela imposição de um recorte nessa rede de trocas de longa distância, através do qual ele procura apropriar-se em seu benefício, para seus objetivos de poder e para a expansão desse poder, do dinamismo dessas redes. Entretanto, ao mesmo tempo, os membros nacionais dessa rede cosmopolita de trocas identificam no poderio do estado um excelente instrumento para potencializar a expansão do seu capital e, com isso, buscam associar-se a ele, estabelecendo uma "sociedade" de interesses que favoreça e alimente mutuamente ambos os projetos de expansão.

Assim, de acordo com Fiori, contrariamente à proposição de Tilly, a emergência dos estados nacionais não leva à extinção dos impérios, uma vez que esses estados já nascem com uma compulsão expansionista e imperial. Historicamente, tão logo se consolidaram seus núcleos nacionais, seus estados se voltaram para fora, expandindo seus domínios e constituindo impérios no ultramar de modo a fortalecer suas posições para a luta decisiva que se travava no centro, no

núcleo embrionário do sistema que começavam a construir. A expansão imperial, como conseqüência da tese de Norbert Elias, se colocava como um imperativo estratégico para sua sobrevivência na luta pelo poder dentro do sistema interestatal europeu. Sistema este que, já abrangendo as Américas e compondo o sistema-mundo moderno em sua fase inicial, irá, pela expansão dos estados e dos capitais europeus, progressivamente abranger o mundo inteiro. A história da dinâmica desse sistema, portanto, pode ser contada pelas tentativas de expansão imperial de algumas de suas unidades, tentativas essas que encontravam seus limites ou na resistência ou nas ambições expansionistas das demais unidades que, chocando-se umas contra as outras, tendiam a se anular.

Para Arrighi, assim como para Wallerstein e a maioria dos teóricos dos sistemas-mundo, a constituição de um império mundial dentro do sistema-mundo moderno é uma incompatibilidade teórica. Para Wallerstein, os sistemas-mundo são "uma unidade política com uma única divisão do trabalho e múltiplos sistemas culturais" e dividem-se em impérios-mundo e economias-mundo[108]. A diferença entre os dois resulta do modo de extração do excedente e da organização política. O império-mundo se configura como uma unidade política com um único centro que baseia a sua exploração na extração de tributos. O império, na sua concepção tradicional, implica a eliminação da soberania das demais unidades políticas, a anexação dos territórios, contíguos ou não, outrora soberanos e a centralização do poder num único pólo, colocando sob o seu controle povos de diferentes culturas, línguas, etnias etc e canalizando a riqueza para o centro, efetivando ambos através do uso da força e/ou de uma ideologia integradora.[109] Nele, a economia subordina-se à política, uma vez que a manutenção, reprodução e transmissão da riqueza são dependentes da vontade do soberano. A riqueza e os títulos não pertencem ao indivíduo, mas ao Estado, ao soberano, e seu usufruto privado pelos súditos é uma concessão daquele, a qual pode, a qualquer

---

[108] "the only kind of social system is a world-system, which we define quite simply as a unit with a single division of labor and multiple cultural systems", WALLERSTEIN (1979), p. 5.

[109] Fiori, para sintetizar e reforçar o seu argumento acerca da compulsão imperial dos grandes estados-nacionias europeus já desde o momento do seu nascimento, cita o historiador T. Brady Jr., segundo o qual "*if* empire consists in centralized rule over disparate peoples, combined with an encompassing, integrative ideology and a circulation of wealth to the center and force to the periphery*, then the major states of early modern Europe were all empires before they were national states, and the modern European nations are mostly their creations"*, BRADY (1997), p. 159, *apud* FIORI (2001), p. 69. Este conceito convencional de império, todavia, é diferente do de *Empire System*, o qual será discutido mais a frente.

momento, ser revisada, confiscada e redistribuída conforme as conveniências do jogo de poder.[110] O conceito de império-mundo e de império, portanto, guardam uma relação estreita, mas não se confundem, uma vez que o primeiro engloba toda a região geográfica abrangida por uma rede trocas, o que já não necessariamente ocorre com o segundo, podendo este ocupar apenas parte de uma rede de trocas cujo poder político encontra-se fragmentado entre diversas unidades políticas, podendo serem elas outros impérios ou não[111].

Já a economia-mundo é uma unidade econômica, com uma "avançada, ampla e relativamente completa divisão social do trabalho com um conjunto integrado de processos de produção, os quais se relacionam uns com os outros através de um 'mercado'que foi 'instituído'ou criado de alguma forma complexa"[112], sem um centro político único e na qual a extração do excedente se dá através das relações de trocas no mercado. A propriedade da riqueza e as decisões quanto ao seu uso cabem ao indivíduo, o qual, dispondo de recursos para tanto, pode beneficiar-se da multiplicidade de centros de poder para deslocar os seus negócios para aquelas localidades onde as condições oferecidas pelo poder local lhe sejam mais favoráveis ou para livrar-se de maiores restrições impostas em outros pontos da rede de trocas que compõem a economia-mundo. Restrições estas que, impostas sob o domínio de uma única unidade política, ou seja, dentro de um império-mundo, tenderiam a eliminar o capitalismo enquanto modo de organização econômica e social. A outra vantagem para os capitalistas advinda da presença de uma multiplicidade de unidades políticas é que "a existência de máquinas estatais torna possível para os vendedores capitalistas organizarem as freqüentemente necessárias restrições à operação do mercado".[113]

---

110 "World-empires were basically redistributive in economic form. No doubt they are clusters of merchants who engaged in economic (primaraly long distance trade), but such clusters, however large, were a minor part of the total economy and not fundamentally determinative of its fate. Such long-distance trade tended to be, as Polanyi argues, 'administered trade' and not market trade, utilizing 'ports of trade'", WALLERSTEIN (1979), p. 6.

111 "the so-called nineteenth-century empires, such as Great Britain or France, were not world-empires at all, but nation-states with colonial appendages operating within the framework of a world-economy", WALLERSTEIN (1979), p. 6.

112 "ongoing, extensive and relatively complete social division of labor with an integrated set of production processes which relate to each other through a 'market' which has been 'instituted' or created in some complex way", WALLERSTEIN (1984), p. 13.

113 "The multiplicity of states within the single economy has two advantages for sellers seeking profit. First, the absence of a single political authority makes it impossible for anyone to legislate the general will of the world-system and hence to curtail the capitalist mode of production. Second, the existence of state machinaries makes it possible for the capitalist sellers to organize the frequently necessary artificial restraints on the operation of the market", WALLERSTEIN (1979), p. 69-71.

De acordo com Wallerstein, as economias-mundo são formações instáveis, as quais tenderam historicamente ou a se desintegrarem ou a serem dominadas por algum grupo, tornando-se, dessa forma, um império-mundo. Dessa maneira, e tendo em vista que a única forma de economia-mundo a apresentar uma existência prolongada sem se desintegrar ou se degenerar em um império-mundo foi a economia-mundo capitalista, formada no século XVI e se estendendo até os dias de hoje, conclui que parece haver fortes indícios apontando para o fato de que ela deve ter um modo de produção capitalista. Por outro lado, como vimos, segundo esse autor, o

> Capitalismo como um sistema de produção para a venda em um mercado para a obtenção de lucro e para a apropriação desse lucro em bases de propriedade individual ou coletiva somente existiu em, e pode-se dizer que requer, um sistema-mundo no qual as unidades políticas não tenham a sua extensão coincidente com as fronteiras da economia de mercado.[114]

Apesar de, inicialmente, negar, de maneira equivocada, o antagonismo existente entre os conceitos de império-mundo e economia-mundo, uma vez que, evidentemente, se tratam de conceitos diferentes, Peter Gowan[115] nos apresenta a possibilidade de conciliação não de um império mundial, mas do que denomina *Empire System* com o conceito de sistema-mundo moderno. Retoma e amplia, dessa forma, a tese de Kautsky acerca do ultra-imperialismo e, conseqüentemente, recoloca o debate entre este e Lênin a respeito de sua viabilidade ou não. Nesse sentido, invertendo a perspectiva desenvolvida por Chase-Dunn para mostrar a

---

[114] "Capitalism as a system of production for sale in a market for profit and appropriation of this profit on the basis of individual or collective ownership has only existed in, and can be said to require, a world-system in which the political units are not coextensive with the boundaries of the market economy", WALLERSTEIN (1979), p. 66. V. também o comentário de Arrighi na nota 85.

[115] GOWAN, (2004). Contemporary Intra-core Relations and World Systems Theory, in: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004, p. 471-500. Braudel coloca em questão a posição de Wallerstein acerca da inviabilidade do desenvolvimento de uma economia-mundo, e de uma economia-mundo capitalista em particular, dentro de um império-mundo ao afirmar que "É verdade que a economia aceita mal as exigências e pressões de uma política imperial sem contrapeso. (...) Todavia, pessoalmente, penso que, mesmo sob a coerção de um império opressivo e pouco consciente dos interesses particulares das suas diferentes possessões, uma economia-mundo hostilizada, vigiada, pode viver e organizar-se com seus transbordamentos significativos (...). Não teriam os genoveses dominado do mesmo modo os movimentos das feiras européias, ocupando-se das finanças do 'imperador'Filipe II, em vez daquelas de do rei Filipe II?", BRAUDEL (1996) [1986], p. 44-45. Para uma visão crítica da tese de Gowan ver: GULLICK (2004). A critical appraisal of Peter Gowan's "Contemporary Intra-core Relations and World Systems Theory": a capitalist World-Empire or US-East Asian geo-economic integration? In: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004, p. 502-515; BOSWELL (2004). American World Empire or declining hegemony. In:.*Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004, 516-524; ARRIGHI (2004). Spatial and other fixes of historical capitalism, in: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004, 527-539.

impossibilidade de um império-mundo capitalista, Gowan estabelece as pré-condições necessárias para o estabelecimento de um *Empire System*, embora associando este conceito, equivocadamente, ao de império-mundo capitalista, o qual, de fato, é uma impossibilidade teórica. O *Empire System* pode ser definido como um sistema em que o estado que ocupa nele a posição central reúne recursos de poder exclusivos e suficientes para suspender o equilíbrio de poder entre os estados do núcleo do sistema. Contudo, sem eliminar a existência destes e as suas soberanias, colocando-se, portanto, como o maior entre quase iguais. Ao mesmo tempo, estabelece, como objetivo central, a pretensão de não sofrer ameaças advindas de novos rivais e instituir uma soberania imperial para arbitrar as questões fundamentais em escala internacional, rejeitando um sistema multilateral. Por outro lado, busca atrair o apoio das elites capitalistas nacionais transnacionalizadas ao colocar-se como o principal defensor dos interesses comuns que compartilham enquanto classe.

Dentre as pré-condições decorrentes do sistema interestatal que um estado deve superar para estabelecer um sistema-império está a capacidade de não apenas gerir o sistema de equilíbrio de poder, mas de suprimi-lo, constituindo e colocando-se no centro de um sistema unipolar. Uma segunda condição reside na capacidade de manter um diferencial decisivo de poder tecnológico-militar, de modo a dissuadir qualquer outro aspirante à potência regional ou global de desafiar, individualmente ou através de alianças, o poder imperial. Relacionada a esta, a terceira condição consiste em reduzir ou eliminar o espaço de manobra para que outros estados possam utilizar a sua soberania e os seus recursos para desafiar o potencial produtivo do Estado-Império. Ou seja, deve ser capaz de controlar o ambiente sócio-econômico interno de estados soberanos no núcleo do sistema. Por fim, no quadro das pré-condições do sistema interestatal, ele deve ser capaz de resistir a pressões por parte de movimentos sociais e de outros Estados centrais no sentido de se estabelecer formas de governo mundial. Pelo lado do segundo conjunto de condicionalidades, o Estado-Império deve evitar que os capitalistas, para preservar a sua liberdade de movimento e de ação, busquem reduzir o seu poder. Além disso, deve atuar de modo a convencer os capitalistas de que a manutenção do seu controle social tanto dentro dos países do centro quanto da periferia estará assegurada e bem-defendida sob o domínio do estado-império, não sendo ameaçada, por exemplo, por movimentos anti-sistêmicos.[116]

[116] GOWAN (2004), p. 485-487.

Mas, como poderia um sistema-império ser compatível com estados nacionais soberanos, considerando-se que as pré-condições apresentadas para o estabelecimento de tal sistema parecem ser flagrantemente contrárias à soberania desses estados? Além disso, a constituição de um império mundial parece ser contrária aos interesses dos capitalistas. Estes teriam o seu poder estrutural reduzido frente aos estados e aos trabalhadores. Isso ocorreria uma vez que esse poder é derivado justamente da sua livre mobilidade tanto diante da relativa imobilidade dos trabalhadores, quanto de um sistema em que o capital é disputado por uma pluralidade de estados soberanos em permanente competição pelo poder. Um império mundial eliminaria essa competição e reduziria as possibilidades dos capitalistas de mover-se para onde as condições lhe sejam mais favoráveis, e as restrições, bem como o poder de resistência dos trabalhadores, sejam menores. Gowan argumenta que essas questões se baseiam em determinadas premissas acerca do sistema político e econômico mundial que opõem, por um lado, os estados soberanos e um estado-império, e, por outro, os capitalistas e os estados e, por extensão, o estado-império.[117]

Não obstante, como foi discutido, a relação entre o capital e o poder dos estados parece ser muito mais complementar e simbiótica do que antagônica. Dessa maneira, é possível que os capitalistas tanto do próprio estado-império quanto de outros países do núcleo aceitem e defendam a constituição de um *empire system*, uma vez que o estado-império se coloque como o principal defensor dos seus interesses ao redor do mundo, seja: ampliando os seus direitos sobre os trabalhadores do núcleo e da periferia; instituindo regimes políticos e econômicos internacionais que garantam a segurança de seus negócios e favoreçam a livre movimentação e acumulação de capital; abrindo os países semi-periféricos e periféricos e expandindo o acesso do capital dos países centrais a esses mercados. Essas são algumas das bases sobre as quais se pode estabelecer uma aliança entre o estado-império e parcelas da elite capitalista dentro dele próprio e de outros países do núcleo do sistema, cooptadas pelo projeto imperial.[118]

Quanto à incompatibilidade entre estados soberanos e um império mundial, segundo Gowan, esta é derivada da tradição liberal de privilegiar as relações jurídicas sobre as relações políticas. Ao se colocar estas no centro da análise, essa existência paralela deixa de parecer tão estranha quanto à primeira vista. Na verdade, é possível a constituição do que Gowan, a partir da análise de Joseph Nye, denomina de um sistema imperial, sem que se suprima o sistema

---

117 Ibidem, p. 487.

118 GOWAN (2004), p. 489-491.

interestatal. Para tanto, o estado-imperial deve ser capaz de estruturar o sistema interestatal e o sistema econômico internacional de modo que estes tendam a produzir resultados que favoreçam e fortaleçam o estado-imperial. Ou seja, consiste na capacidade de um estado reunir as condições necessárias que o capacitem a explorar em benefício do seu sistema produtivo não apenas os tradicionais mecanismos de *feedback* decorrentes das guerras entre as grandes potências, mas também aqueles oriundos do próprio sistema interestatal. Para tanto, o estado-imperial deve estruturar o sistema de modo que os demais estados sejam levados a "querer o que o estado-imperial quer". Uma forma de controle imperial mais indireta, mas nem por isso menos real e eficiente.[119]

Essa proposição parece estar em linha com aquela desenvolvida por Fiori e apresentada acima. Ou seja, o estado-império, pelo poder (P) que possui, em função das capacidades de que dispõe, reúne as condições necessárias para fazer com que o sistema opere em seu benefício, constituindo e explorando mecanismos de *feedback* que canalizam, para si e para o seu sistema produtivo, os recursos (D) indispensáveis para a manutenção e expansão daquele poder (P'). Paralelamente, suas elites capitalistas transnacionalizadas e aquelas parcelas dessas elites de outros estados pertencentes ao núcleo do sistema, e mesmo à sua periferia e semi-periferia, que são cooptadas pelo projeto do estado-império, apóiam, com sua influência e com seu capital (D), a manutenção e expansão desse poder imperial (P), na medida em que este se apresente como o principal defensor e promotor dos seus interesses e da expansão continuada da acumulação do seu capital (D').

Reconstruídas dessa forma, as lógicas do sistema lançam novas possibilidades sobre a análise das transformações das ordens mundiais conforme proposta pela teoria das transições hegemônicas formulada por Arrighi, colocando outros cenários, não contemplados por essa formulação, de desfecho para os ciclos hegemônicos e para os ciclos sistêmicos de acumulação. À relação determinística entre os ciclos sistêmicos de acumulação e os ciclos hegemônicos, onde o deslanchar de uma fase de expansão financeira prenuncia a crise e o inexorável declínio da potência hegemônica, propõe-se a possibilidade de um descolamento entre esses dois ciclos. Ou seja, considera-se a possibilidade de que, ao ter a sua posição ameaçada por desafiantes, uma potência hegemônica, reunindo capacidades política, econômica e militar grandes o suficiente,

[119] Ibidem, p. 488-489.

possa remodelar as estruturas sobre as quais se assenta a sua hegemonia e, em função do poder diferencial de que dispõe, tornar a expansão financeira a seu favor e extrair vantagens competitivas do sistema interestatal em benefício do seu sistema produtivo, restaurando a sua economia e a sua competitividade. Dessa forma, ao forjar novamente a aliança histórica entre o poder e o dinheiro, pode reverter o declínio relativo, permanecer no centro e ser o agente principal de um novo processo de reorganização e de expansão sistêmicas.

Esse parece ser o caso da hegemonia estadunidense, o que nos leva a revisar a tese defendida por Arrighi, e por outros teóricos da Teoria do Sistema-Mundo Moderno, acerca da crise e do declínio dessa hegemonia.[120] De acordo com Gowan, a hegemonia estadunidense possui características específicas que a diferem daquelas que a antecederam, ou seja, tanto da britânica quanto da holandesa. Para esse autor, o *mainstream* dessa corrente teórica tende a superestimar, principalmente, as capacidades da hegemonia britânica e a subestimar as da estadunidense. Isso os leva a negligenciar aspectos que tornam os Estados Unidos um caso especial entre as potências que ascenderam à posição de hegemonia mundial, a concluir apressadamente pelo seu inevitável declínio quando do primeiro sinal de crise nos anos 1970 e a ignorar a possibilidade desse país romper com o modelo de ciclos hegemônicos.[121] A questão que se coloca é se e como os Estados Unidos têm sido capazes de suprir as condições necessárias para constituir um sistema imperial conforme descrito acima? Quais seriam essas características que difeririam a hegemonia estadunidense das suas antecessoras e que os permite explorar mecanismos de *feedback*?

2.3.1 – Mecanismos de *feedback*

O extraordinário poderio político-militar norte-americano em relação ao núcleo do sistema, mas também o seu controle sobre o sistema monetário e financeiro internacional são fontes importantes de poder que possibilitam aos EUA enfrentar os desafios colocados por outras

---

120 Braudel parece ser crítico dessa tese ao afirmar, de maneira quase profética, no ciclo de conferências proferida para a apresentação do seu *Economia, Civilização Material e Capitalismo*, ainda em 1977, que "Vivemos hoje, há alguns anos, uma crise mundial que se anuncia forte e duradoura. Se Nova Iorque sucumbir à provação – no que realmente não creio – o mundo deve encontrar ou inventar um novo centro; se os Estados Unidos resistem, como tudo nos deixa prever, poderão sair mais fortes da experiência, pois que as outras economias correm o risco de sofrer muito mais do que os Estados Unidos em decorrência da conjuntura hostil que atravessamos", BRAUDEL (1987), p. 73.

121 GOWAN (2004), p. 474-482.

123 GOWAN (2004), p. 474.

potências no campo da produção de bens intensivos em capital. Fazendo uso desses mecanismos, os EUA podem contra-atacar seus competidores em outros campos que não o produtivo, enquanto empreendem esforços para reorganizar a sua hegemonia sob novas bases no intuito de tentar retomar a liderança nesse setor e restabelecer a sua primazia global. O sucesso nesse esforço, entretanto, está longe de ser garantido, uma vez que o seu êxito ou fracasso dependem de múltiplas variáveis cujo total controle escapa às mãos de qualquer ator isoladamente ou em conjunto dentro dessa estrutura, apesar do seu maior ou menor grau de influência e de capacidade de manejo de variáveis cruciais dentro dela..

Os EUA, desde 1945, têm sido capazes de se colocar no centro de um sistema de poder unipolar entre as potências do núcleo do sistema capitalista. Dessa maneira, diferentemente da Grã-Bretanha, que era capaz de manipular o sistema de equilíbrio de poder a seu favor, mas não de colocar-se acima dele, os EUA suprimiram esse sistema. Fizeram-no construindo uma rede de alianças e acordos militares bilaterais em que se colocaram como o ator principal em cada uma delas e em cada região. Assim, na medida em que dependem dos EUA para a sua segurança, os demais atores relevantes do sistema de alianças se relacionam prioritariamente e estão mais próximos dos EUA do que entre si, o que, se não inviabiliza, dificulta a possibilidade desses atores em montar uma aliança militar que desafie o poderio norte-americano.[123]

Ao mesmo tempo, através não apenas de seu predomínio militar, mas também da maneira como esse poderio é estrategicamente distribuído, os EUA têm sido capazes de controlar o ambiente geopolítico e geoestratégico no qual a política externa e de segurança dos demais estados do centro é formulada. Com isso, os EUA conseguem influenciar e reduzir o grau de autonomia desses estados na determinação dessas políticas e a sua capacidade de iniciativa e de projeção de poder na arena internacional. Mais especificamente, isso é feito por meio da subordinação do ambiente geopolítico e geoestratégico da Europa Ocidental à relação dos EUA com a URSS e, atualmente, com a Rússia. O mesmo sendo feito com o Japão com relação a URSS (Rússia) e a China. Além disso, os EUA exercem forte poder de influência sobre os acontecimentos na periferia imediata desses centros, sendo capaz manipulá-los a favor ou contra os interesses deles. Outra fonte de influência sobre as políticas externas desses estados provém do controle exercido pelos EUA sobre as principais fontes de energia e de matérias-primas e sobre as

principais rotas de transporte internacional. Ainda nesse sentido, foram capazes de criar uma cultura política em torno de valores comuns que tendem a favorecer os seus objetivos.[124]

Por outro lado, o controle norte-americano sobre o sistema monetário e financeiro internacional o capacita, através do manejo das taxas de juros e de câmbio, a exercer uma influência decisiva sobre os resultados da política macroeconômica de outros países centrais. Ademais, esse controle lhe oferece graus de liberdade muito maiores que os dos demais competidores para a implementação de políticas econômicas anti-cíclicas e de estímulo a competitividade do seu sistema produtivo.[125] O controle da moeda internacional, ainda que sob os arranjos de Bretton Woods, mas sob o contexto da Guerra Fria, já permitia aos EUA ter uma menor restrição externa sobre suas políticas econômicas ao tornar possível a ocorrência de déficits globais no seu balanço de pagamentos, apesar dessa vantagem, inicialmente, não se apresentar tão claramente em função da situação econômica do pós-guerra, a qual os possibilitava obter contínuos superávits na balança comercial. Todavia, com a recuperação econômica da Europa Ocidental e do Japão, com as operações militares dos EUA no exterior e, conseqüentemente, com o surgimento dos primeiros déficits comerciais nos anos 1960, essa vantagem tornou-se mais visível e ampliou-se quando o governo estadunidense rompeu a conversibilidade do dólar em ouro e, em seguida, desvalorizou a sua moeda. Dessa forma, a partir desse momento, os EUA liberavam-se das duas restrições impostas pelo sistema anterior que atrelava o dólar ao ouro, ou seja, além de poder incorrer em déficits globais na balança de pagamentos, podiam agora ter déficits em conta corrente, e, conseqüentemente, ampliar o passivo externo, bem como mover a taxa de câmbio para cima ou para baixo, por meio da manipulação das taxas de juros, conforme os seus objetivos internos e externos em termos de política macroeconômica e de competitividade de sua economia.[126] De acordo com Serrano,

> no padrão dólar flexível os Estados Unidos podem incorrer em déficits na BP e financiá-los tranqüilamente com ativos denominados em sua própria moeda, como nos outros padrões anteriormente citados. Além disso, a ausência de conversibilidade em ouro dá ao dólar a liberdade de variar sua paridade em relação a moedas dos outros países conforme sua conveniência, através de mudanças da taxa de juros americana. Isso é verdade tanto para valorizar o dólar

[124] GOWAN (2004), p. 474-476. V também JHONSON (2004). *America's Empire of Bases.* www.nationinstitute.org/tomdispatch, jan/2004

[125] GOWAN (2004), p. 478-482; TAVARES (1997).

[126] SERRANO (2002); SERRANO (2004).

> quanto para desvalorizá-lo. No último caso não há mais por que temer uma fuga para o ouro, pois o novo padrão dólar é inteiramente inconversível, baseado na premissa de que um dólar "*is as good as one dollar*", premissa ancorada no poder do Estado e da economia americana no mundo unipolar pós-guerra fria. Como o dólar é o meio de pagamento internacional e a unidade de conta nos contratos e nos preços dos mercados internacionais, acaba por se tornar também a principal reserva de valor.[127]

Portanto, as vantagens de emitir a moeda internacional se ampliam com fim do sistema de Bretton Woods e a implementação, em seu lugar, pelos EUA, de um novo regime monetário e financeiro internacional, tendo como base o padrão dólar-flexível. Esse novo regime tem como principais características a liberalização dos fluxos de capitais, a desregulamentação financeira e a ausência da necessidade de lastro para a principal moeda internacional, a qual, dessa maneira, pode sofrer desvalorização e conviver com déficits em transações correntes sem que a sua posição superior enquanto reserva de valor e meio de denominação e liquidação de contratos seja prejudicada, caracterizando-se primordialmente, portanto, como moeda financeira. Isso porque os critérios para a aceitação de tais funções por parte do dólar deixam de residir na sua capacidade de sustentar uma paridade fixa e a convertibilidade em ouro para basear-se na posição superior ocupada pelo sistema financeiro e pela dívida pública estadunidense na hierarquia do sistema financeiro internacional, aos quais o acesso é possibilitado pelo dólar. O sistema financeiro estadunidense destaca-se em relação aos demais devido ao grau incomparável de liquidez e de profundidade de seus mercados, bem como à sofisticação dos seus instrumentos financeiros. Por seu turno, a dívida pública estadunidense distingue-se das outras praças financeiras mais importantes por possuir risco mínimo de crédito, liquidez mais elevada e prazos de maturidade mais variados, bem como infra-estrutura de mercado bem estruturada. Em função disso exerce vários papéis fundamentais dentro do sistema financeiro internacional, tais como: fornecer a sua taxa de juros de referência; servir como instrumento de *hedge* para operações com outros ativos; servir como garantia para o financiamento de posições no mercado financeiro; facilitar a administração da liquidez; oferecer uma opção segura de investimento de longo prazo; e, principalmente, funcionar como "porto-seguro" do sistema em momentos de grande instabilidade e de preferência pela liquidez. Igualmente importante para a sustentação do dólar é a posição ocupada pelos EUA na hierarquia de poder mundial, ancorada no enorme diferencial de seu

[127] Idem (2002), p. 250-251.

poderio político-militar em relação aos seus parceiros e adversários e na sua privilegiada posição geopolítica. Essa posição diferenciada do dólar e do sistema financeiro dos EUA, somadas às características do padrão dólar-flexível, fornecem aos EUA maior capacidade de sustentar tanto elevados déficits em transações correntes, quanto um grau de endividamento público e externo muito superior ao de seus principais competidores. Essa inserção diferenciada no sistema financeiro internacional fornece-lhe uma maior flexibilidade e autonomia relativas necessárias para a operação de políticas fiscal, monetária e cambial conforme os seus objetivos políticos e econômicos. Além disso, como decorrência da importância do dólar e da dívida pública estadunidense para fornecer algum grau de estabilidade a um sistema intrinsecamente instável, há um forte mecanismo de incentivo para que as demais potências tenham interesse pela estabilidade do mercado financeiro norte-americano e sejam levadas a cooperar para tanto.[128]

Diferentemente das potências hegemônicas anteriores, a partir desses dois mecanismos, os EUA conseguem não apenas criar regimes internacionais, mas também impô-los aos demais estados centrais, colocando-se, ao mesmo tempo, na posição de gerenciador desses regimes e acima deles, ignorando suas próprias regras, modificando-as ou criando novos regimes conforme convenha aos seus interesses. Isso se dá tanto na área comercial quanto na monetário-financeira e produtiva.

2.4 – Reavaliando a Tese da Crise Hegemônica

Como foi discutido, após a reconstrução dos países europeus e do Japão, destruídos pela II Grande Guerra Mundial, estes começam a desafiar seriamente os EUA nos setores produtivo e de comércio exterior. Esses desafios se tornaram ainda mais graves, pois a eles somaram-se outros, entre o final dos anos 1960 e o dos 1970, em campos que afetavam justamente os seus dois principais mecanismos de *feedback*, ou seja, no político-militar e no monetário-financeiro.

---

128 TAVARES (1997); HELLEINER (1994), p. 166-168; GOWAN (2004), p. 478-482; SERRANO (2002); SERRANO (2004). De acordo com Metri, "A idéia central é a de que os títulos públicos norte-americanos (*U.S.Treasuries*) e seus mercados primários e secundários detêm determinadas características que lhes garantem atribuições exclusivas dentro do sistema financeiro internacional, principalmente porque facilitam a administração dos riscos privados. Por não terem substitutos à altura, os títulos da dívida pública dos EUA acabam por cumprir um papel primordial para a determinação da eficiência e da estabilidade financeira do sistema internacional. Objetivamente, as principais características dos *Treasuries* e de seus mercados são: i) risco de crédito mínimo; ii) alta liquidez e amplo espectro de maturidades; e iii) infra-estrutura de mercado bem desenvolvida", METRI. *O Poder Financeiro dos EUA no Padrão Monetário Dólar-Flexível.*

No campo político-militar, parecia que, nesse momento, os EUA estavam perdendo a corrida armamentista com a URSS. Esse fato, somado aos demais acontecimentos ao longo do período, fortalecia as análises que indicavam o enfraquecimento norte-americano, as quais pareciam corretas quando, em 1979, os soviéticos sentiram-se confiantes o bastante para invadirem o Afeganistão. Se, por um lado, os EUA pareciam estar perdendo a Guerra Fria com os avanços de seu principal oponente, por outro, também pareciam perder o controle sobre a periferia do sistema com a derrota no Vietnã, as duas crises do petróleo, a Revolução Islâmica, no Irã, a Revolução Sandinista, na Nicarágua, e o episódio dos embaixadores americanos no Irã, feitos reféns pelo regime de Khomeini. Além disso, apareciam importantes divisões dentro da aliança atlântica, o que se evidencia pelo questionamento por parte da França de De Gaulle acerca da presença militar estadunidense no continente europeu, bem como a retirada francesa da OTAN, pela formação dos arsenais atômicos francês e inglês, e pela *Ostpolitik* da Alemanha de Willi Brant. No campo monetário-financeiro, a explosão do mercado de euro-moedas se apresentava como um mecanismo totalmente fora do controle do governo norte-americano, ou de qualquer outro governo. Diante disso, o fim do regime de Bretton Woods é diagnosticado como sendo resultante da aparente incapacidade do governo norte-americano em sustentar a relação ouro-dólar e o regime cambial de paridades fixas, levando-o a abandonar o primeiro em 1971 e o segundo em 1973. Segue-se, ao longo da década de 1970, como resultado desses dois conjuntos de fatores, o progressivo enfraquecimento do dólar como moeda internacional e, com isso, propostas no sentido de substituí-lo nessa função. Ademais, o processo de transnacionalização parecia ocorrer em detrimento dos interesses estadunidenses e o sistema bancário internacional parecia operar fora do controle do FED ou de qualquer outro banco central.

De acordo com Arrighi, esses acontecimentos, acompanhados do deslanchar da expansão financeira, apontariam para a repetição do padrão observado nas hegemonias anteriores e, portanto, marcariam a crise sinalizadora da hegemonia estadunidense e o início de seu inevitável declínio. Os agentes principais dos processos de acumulação de capital em nível global, desafiados nos setores produtivo e comercial e diante dos retornos decrescentes nos mesmos, estariam anunciando sua retirada desses setores e o seu deslocamento para o campo das altas finanças. Entretanto, ao contrário do proposto por Arrighi, os EUA, a partir desse momento, buscam reafirmar a sua posição diferenciada no sistema internacional e sua enorme capacidade de moldar esse sistema conforme os seus interesses e no sentido do seu próprio fortalecimento.

2.4.1 – Da crise hegemônica ao Sistema Imperial

Nesse sentido, o abandono do regime de Bretton Woods e o deslanchar da globalização financeira dele decorrente não foram, como pensa Arrighi, reflexo de uma posição fragilizada dos estados e, tampouco, conseqüência inevitável da ausência de opções diante do fortalecimento do capital financeiro e transnacional e do advento de novas tecnologias da informação. Antes, foi resultado de decisões eminentemente políticas em resposta à nova escalada da luta empreendida entre os estados do centro do sistema. Nesse contexto, destaca-se a decisão consciente[129] do Estado norte-americano como parte de sua estratégia no sentido de reformular e retomar a sua hegemonia, buscando livrar-se de um regime que não mais servia adequadamente aos seus interesses e constituindo um outro, mais apropriado à nova realidade internacional, caracterizada pelo acirramento da competição intercapitalista e interestatal no jogo de poder mundial.

Assim, quando o regime de Bretton Woods se tornou um empecilho aos seus objetivos e à sua liberdade de ação e quando sua condição privilegiada no sistema econômico internacional começou a ser ameaçada e criticada por outros países centrais, os EUA, apesar da oposição desses países, mostraram-se capazes de abandonar, unilateralmente, esse regime e de reformular o sistema conforme seus interesses, ampliando aquelas vantagens e tornando formal o que já havia de fato.

E em seguida, em 1979, diante do consenso em torno da crise de sua hegemonia e da ameaça do dólar de perder a posição de moeda de referência internacional, promove o aumento de suas taxas de juros, valoriza o dólar e mergulha a economia americana e mundial em uma recessão profunda, que dura até 1983. Mas, ao mesmo tempo, com este movimento, reorienta os fluxos de capitais a seu favor, promove o reenquadramento dos seus parceiros e adversários por meio do ajustamento das políticas macroeconômicas e do fortalecimento do seu poder político-militar, bem como o redisciplinamento do capital, do trabalho e da periferia.[130] Dessa forma, uma leitura possível para as ações dos EUA é a de que, desde então, e cada vez mais, elas se orientam no sentido de um esforço, não necessariamente exitoso, de constituição de um Sistema Imperial e de agrupar em torno de si, e em favor desse projeto, alguns dos interesses dos setores transnacionalizados das elites capitalistas nacionais, tornando-se, para tanto, o mais ardoroso

---

[129] "é fato que a eliminação da possibilidade de uma restrição de balança de pagamentos para os Estados Unidos foi um objetivo explícito do Estado americano", SERRANO (2002), p. 252.

[130] TAVARES (1997); TAVARES & MELIN (1997); FIORI (1997).

defensor e promotor desses interesses. Não se trata de perda ou redução da capacidade decisória dos estados ou de redução de suas soberanias, mas de uma mudança de orientação, vigorosamente direcionada para o capital, liderada pelos EUA, auxiliados pela Grã-Bretanha, mas gradativamente abraçada, com maior ou menor hesitação, pela maioria dos demais estados. Conforme argumentado por Fiori: "A globalização não está eliminando os estados, apenas está redefinindo as suas hierarquias e seus espaços e graus de autoridade no exercício de suas soberanias"[131].

2.4.1.1 – Reformulando o sistema: de Bretton Woods ao dólar-flexível - assegurando a livre mobilidade do capital – liberalização e desregulamentação do sistema financeiro internacional

O Acordo de Bretton Woods não apenas reconhecia as dificuldades em se estabelecer controles efetivos sobre os fluxos de capital, como também fazia recomendações sobre o que deveria ser feito para superar essas dificuldades. Essas recomendações prescreviam a cooperação entre os estados na imposição de controles sobre os movimentos de capital e o exercício de forte controle sobre o câmbio. A questão é: por que essas recomendações não foram seguidas? Essas medidas foram discutidas pelos estados em vários momentos dos anos 70, diante do aumento da liberdade de movimento do capital financeiro especulativo que ameaçava o sistema de taxas fixas de câmbio de Bretton Woods. O desmantelamento dessa ordem econômica, de seu arranjo monetário internacional e a aparente perda de poder americano refletem o fato de que sua sustentabilidade era inviável uma vez que se assentava numa situação artificial. Ou seja, na completa desorganização e desestruturação das economias européias e japonesa, arruinadas pela guerra, em contraste com o fortalecimento da economia americana no mesmo período, a qual não teve o seu território afetado pelos conflitos. É evidente que, conforme essas economias se reconstituíssem, a posição de absoluta superioridade econômica e política americana (embora, não militar) seria questionada. E foi. Esses países passaram a exigir o retorno a seu lugar de direito na determinação dos assuntos mundiais. E esse processo foi fortalecido e acelerado justamente pelo sucesso da estratégia americana de reconstrução européia e japonesa no pós-guerra como parte da estratégia de enfrentamento ao bloco socialista. Assim, paradoxalmente, o

[131] FIORI (1997), p. 134.

colapso da ordem de Bretton Woods e da Era de ouro teria sido fruto de seu próprio sucesso. Todavia, as propostas, por parte de europeus e japoneses, de maior controle sobre esses fluxos e de reforma do sistema monetário internacional esbarraram na oposição das autoridades estadunidenses. Estes haviam mudado a sua posição com relação aos controles de capital no sentido de passarem a defender uma maior liberalização financeira.[132]

Essa mudança teve duas fontes. Em primeiro lugar, a estratégia de reformulação da hegemonia estadunidense, na qual um sistema financeiro internacional liberal exercia um papel importante, pois se entendia que "uma ordem aberta, liberal, preservaria a posição hegemônica da América na finança global". Isso se dava em função da "maior atratividade relativa do mercado financeiro dos EUA vis-à-vis às suas contrapartes sobre-reguladas e menos desenvolvidas na Europa e no Japão", o que asseguraria a primazia do dólar e a preferência pelos EUA como local de investimento. Essa posição era vista como crucial para a continuidade do financiamento dos déficits orçamentários e comerciais dos EUA. Em segundo lugar, a mudança ideológica ocorrida no debate acadêmico a favor do "neoliberalismo" de Milton Friedman e Friedrich Hayek em detrimento do pensamento keynesiano. Essa mudança "derivava, em parte, de uma 'crise ideológica' criada pelo ambiente econômico problemático do início dos 1970. Ela também encontrou um forte suporte entre um bloco de forças sociais crescentemente poderosas que favoreciam a liberdade financeira".[133]

O desmoronamento teve o seu início entre o final dos 60 e início dos 70 e seus desdobramentos atingiram o amadurecimento em meados dos 80 e sua máxima extensão na década de 90. Trata-se da desregulamentação e liberalização dos mercados globais financeiros e de capitais que resultaria na chamada globalização financeira. De acordo com Helleiner, os estados, principalmente os EUA e a Grã-Bretanha, tiveram um importante papel na globalização também ao "fornecerem aos atores do mercado um grau de liberdade maior do que eles teriam tido de outra maneira ao simplesmente liberalizarem os controles de capitais existentes". Isso se deu em dois momentos fundamentais. O primeiro foi nos anos 1960, quando os EUA e a Grã-Bretanha deram um grande apoio à formação do mercado de eurodólares em Londres.[134] O

---

132 HELLEINER (1994), p. 166-168; FIORI (1997); TAVARES (1997).

133 HELLEINER (1994), p. 166-168. Quanto ao primeiro ponto ver também: METRI. *O Poder Financeiro dos EUA no Padrão Monetário Dólar-Flexível*. Quanto ao segundo ver também: FIORI (1997).

134 Como vimos, tal retomada, no final da década de 60, tem seu pontapé inicial com a crise do sistema cambial de paridades fixas deflagrada a partir "da decisão política inicial do governo inglês de autorizar um mercado

suporte do último ao Euromercado de dólares derivava de uma espécie de "'lag' hegemônico no estado britânico, no qual as autoridades financeiras e as instituições – particularmente o Banco da Inglaterra – continuavam fortemente comprometidos em promover o papel de Londres como centro financeiro internacional". Nesse sentido, as autoridades britânicas perceberam que esse objetivo poderia ser mais fácil de ser atingido "permitindo aos seus banqueiros operarem com moedas estrangeiras, especialmente o dólar". Igualmente importante foi o apoio dos EUA, os quais, ainda que tivessem o poder de impedir que seus bancos e firmas operassem nesse mercado, não o fizeram. Basicamente, por dois motivos. Primeiro, para oferecer às suas multinacionais e aos seus bancos uma oportunidade de contornar os controles internos de capital. Segundo, por terem vislumbrado no Euromercado, dada sua natureza desregulada, uma possibilidade de aumentar a atratividade do dólar e, com isso, facilitar o financiamento dos seus déficits orçamentários e comerciais e sustentar a centralidade mundial da posição financeira americana. Ou seja, uma ordem financeira internacional liberal era mais favorável aos interesses dos EUA e por isso defendida e estimulada por eles.[135] Todavia, deve-se observar que, de acordo com Serrano, esse segundo ponto não era de fundamental importância durante o período de vigência do padrão ouro-dólar, tendo em vista que, dentro das regras de funcionamento desse regime, o país emissor da moeda internacional podia incorrer em déficits globais da balança de pagamentos, desde que, como vimos, não tivessem déficits persistentes em transações correntes, o que aumentaria o seu passivo externo e implicaria em redução das suas reservas em ouro, e mantivessem a paridade entre o ouro e, no caso, o dólar. Mas esse ponto se tornará de fundamental importância à medida que os EUA passam a ter déficits comerciais e de transações correntes persistentes e, portanto, a conviver com a ameaça da imposição de restrições externas.[136]

A decisão de apoiar a criação do euromercado de moedas provocou a migração dos capitais estadunidenses para esse mercado e contribuiu, mais tarde, entre 1971 e 1973, para facilitar a decisão estadunidense de decretar o fim do sistema internacional de câmbio vigente até então. Isso se deu uma vez que o aumento da liquidez internacional provocado pelo euromercado ocorreu sobretudo em dólares, o que ampliava a sua importância como moeda internacional ao ter

---

interbancário paralelo e autônomo com relação aos sistemas financeiros nacionais (o 'euromercado de dólares')", FIORI (1997), p. 90.

135 HELLEINER (1994), p. 168-170.

136 SERRANO (2002), SERRANO (2004).

a sua parcela aumentada nas transações internacionais como meio de denominação e liquidação dos contratos e como reserva de valor na composição das reservas dos demais países e dos portifólios dos agentes privados. O regime de Bretton Woods deu lugar, então, ao sistema de taxas de câmbio flexíveis com a declaração unilateral, pelos Estados Unidos, do fim da conversibilidade dólar-ouro e da posterior desvalorização do dólar, o que, somado aos recursos provenientes dos petrodólares, serviu para criar o embrião responsável pela globalização financeira de mercados desregulados e de movimentos especulativos dos dias de hoje.

O segundo momento foi após a metade dos anos 70 quando, em função da pressão competitiva advinda da desregulamentação nos EUA e da crescente atratividade do pensamento neoliberal entre os países de industrialização avançada, os estados progressivamente aboliram seus controles de capitais. O marco inicial dessa liberalização foi em 1974, quando os EUA eliminam seus controles de capitais. São seguidos pela Grã-Bretanha em 1979 e, depois, em 1986, liberalizando a London Stock Exchange. À Grã-Bretanha e aos EUA seguiram-se vários outros países no mundo desenvolvido nos anos 80. A partir de então, são criados novos instrumentos financeiros e generalizam-se os mecanismos de securitização, acompanhando a criação dos mercados a termo nos EUA e Inglaterra, em 1982, seguidos de Japão, em 1985, e da França, em 1986.[137]

Pode-se adicionar um terceiro momento quando, na década de 90, iniciada com a derrocada da URSS, verifica-se a desregulação e abertura dos chamados "mercados emergentes", incluindo os países do terceiro-mundo e do ex-bloco socialista, seguindo os preceitos do "Consenso de Washington", que incluía ainda um programa de estabilização monetária e de ajuste fiscal alinhados ao coro neoliberal, acompanhados de reformas institucionais liberalizantes e de um programa de privatizações como condicionalidades para a reinserção no sistema internacional de crédito. De acordo com Fiori,

> é a hora em que se universaliza a revolução neoliberal, promovendo por todos os lados a desregulação e a abertura das economias nacionais, permitindo que a globalização financeira alcance uma dimensão territorial sem precedentes, mesmo quando não inclua a maior parte dos estados nacionais. É a hora da incorporação dos estados menos industrializados, de forma que, depois de duas décadas de internacionalização financeira, os estados mais frágeis e as elites mais submissas foram se resignando a compor com esta nova realidade

[137] HELLEINER (1994), p. 168-170; FIORI (1997), p. 91-92.

> competindo pelos novos investimentos através de políticas cada vez mais agressivas de desregulação econômica e desoneração fiscal, tão mais predatórias quanto mais embaixo estiverem na escala de risco dos 'mercados emergentes'.[138]

Além disso, os estados, mais uma vez tendo os EUA à frente, apoiados pela Grã-Bretanha, exerceram outro papel fundamental no processo de globalização, qual seja, prevenir grandes crises financeiras internacionais. Sua ação se dá tanto pelo exercício da função de emprestador de última instância, quanto pela sua ação de regulação e supervisão. O exercício dessas funções foi fundamental em duas crises mais importantes: a do colapso do Franklin National Bank e a crise da dívida mexicana, respectivamente, em 1974 e 1982. Dois aspectos se destacam desses episódios. Em primeiro lugar, em ambas as crises, o papel de liderança em sua solução coube ao FED e ao Banco da Inglaterra, da mesma forma que coube aos EUA e à Grã-Bretanha o papel de liderança no processo de globalização. Essa liderança é explicada por seus respectivos interesses hegemônicos na abertura financeira (um como a atual e outra como a antiga potência financeira). Em segundo lugar, a

> emergência de um regime cada vez mais sofisticado entre os bancos centrais do G-10 também foi muito importante para diminuir alguns dos problemas da ação coletiva envolvidas nas atividades de emprestador de última instância e nas funções de regulação e supervisão no nível global.[139]

2.4.1.2 – Construindo uma nova "aliança memorável" com o capital, "redisciplinando" o trabalho e a periferia e reenquadrando parceiros e adversários

Paralelamente, após um momento inicial de indefinição nos anos 1970, o *establishment* político e militar norte-americano opta decisivamente por compor uma aliança com o capital financeiro internacional e com os setores transnacionalizados da economia. Essa escolha é favorecida não apenas pelos fatos que caracterizam a crise da hegemonia americana, mas também pela crise do modo de desenvolvimento econômico imperante até então, baseado em políticas econômicas keynesianas, no capitalismo regulado e no Estado de bem-estar social, fundamentado

138 FIORI (1997), p. 91-92.
139 HELLEINER (1994), p. 170-172.

na solidariedade construída entre empresários, trabalhadores e governo, que viabilizavam a formação e condução de pactos e projetos de ampla envergadura. No plano ideológico, o estado keynesiano e desenvolvimentista, com seu projeto de bem-estar social e capitalismo regulado, é posto em xeque pela crise econômica dos anos 70. Ainda que essa crise apresentasse causas bastante complexas, o referido modelo de Estado e de política econômica é considerado o responsável por tal crise e incapaz de solucioná-la por meio das tradicionais políticas heterodoxas. Essa crítica encontrava suporte teórico entre os defensores do neoliberalismo político e econômico, os quais, diante dessa situação, foram adquirindo espaço e importância cada vez maiores e com eles as idéias dos mercados livres, da abertura econômica, da austeridade fiscal, da redução do papel do estado na economia e do estado de bem-estar social, além do rediscliplinamento e da flexibilização do mundo do trabalho. Esse movimento ideológico ganha força e chega ao poder no início dos anos 80, com a ascensão de Ronald Reagan, Margareth Thatcher e Helmut Khol, respectivamente nos EUA, Inglaterra e Alemanha.

O momento crucial e símbolo desse processo é a mudança na política monetária estadunidense em 1979, aumentando suas taxas de juros e sobrevalorizando o dólar. Nesse período, como conseqüência da política estadunidense, independentemente da vontade de seus governos, sejam eles do centro ou da periferia do sistema, de esquerda ou de direita, estes se vêem forçados a adotar políticas monetária e fiscal de caráter contracionista e a estimular a geração de superávits em suas balanças comerciais. Como resultado da recessão, os preços das commodities exportadas pelos países periféricos caem e os seus termos de troca se deterioram. O que se torna ainda mais grave em função da forte elevação de suas dívidas externas resultante do aumento dos juros americanos. Esses fatores restringem a capacidade de pagamento dessas dívidas por parte desses países e, somado às dificuldades de pagamento enfrentadas por empresas e bancos ao redor do mundo, inclusive americanas, e ao elevado nível de exposição dos bancos, detona uma séria crise bancária.

Desde então, os EUA têm se colocado como o principal instrumento para a abertura dos países periféricos como pólos de expansão para o capital dos países do centro. Esses países, principalmente na África e na América Latina, e em menor medida na Ásia, se vêem forçados a adotar políticas de ajuste estrutural de caráter neoliberal como parte das condicionalidades para a reestruturação de suas dívidas externas e, com isso, a abrir mão de projetos autônomos de desenvolvimento: abrindo, liberalizando e desregulando suas economias, privatizando suas

empresas estatais e restringindo o papel e a capacidade de intervenção dos seus estados na economia. Começam, portanto, a se desfazerem os processos de desenvolvimento econômico de alguns daqueles países da periferia que lograram industrializar-se e reduzir em alguma medida a distância que os separava do então chamado "primeiro mundo". As políticas econômicas passam a ser conduzidas sob o signo dos imperativos da globalização e da competitividade estatal no plano mundial, sendo racionalizadas e apresentadas como as únicas alternativas possíveis e viáveis. Qualquer outro objetivo que não seja, ou que comprometa, a estabilidade macroeconômica, o equilíbrio fiscal ou o controle da inflação, é relegado a um plano secundário. Estreita-se o leque para vias alternativas e autônomas de desenvolvimento, sendo colocado como único caminho possível aquele definido pelas políticas neoliberais, sacramentadas pelos mercados financeiros e pelas instituições multilaterais de crédito.

E neste movimento, ao contrário da convergência defendida pelos liberais como resultado do livre jogo das forças de mercado, verifica-se o aumento da desigualdade entre ricos e pobres e não apenas entre países como também dentro dos mesmos. O Estado de Bem-Estar Social foi colocado em xeque naqueles países onde esse modelo avançou. A partir desse momento, os EUA tornam-se o principal defensor dos direitos do capital contra o trabalho e atuam fortemente na arena internacional para a eliminação das barreiras ao livre fluxo de capital e pela desregulamentação e liberalização das economias nacionais. As políticas deflacionistas têm como resultado o aumento do desemprego que, somado às mudanças nas leis trabalhistas e sindicais no sentido de retirada e restrição de direitos, como a restrição do direito de greve, enfraquecem o poder dos trabalhadores e dos sindicados. Esses fatores, em conjunto com o aumento da liberdade de movimento do capital, têm como resultado uma drástica mudança na correlação de forças a favor deste último e em detrimento do trabalho. De fundamental importância nesse sentido e que, assim como a mudança na política monetária estadunidense em 1979 e em conjunto com ela, marca essa guinada nas relações entre capital e trabalho promovida pelo estado em detrimento do último é a ação do governo dos EUA, ainda no início da presidência de Ronald Reagan, no caso da greve dos controladores civis de vôo. Conforme a tese defendida por Serrano, Pinkusfeld, entre outros, a partir de uma teoria da inflação centrada no conflito distributivo e inspirada no trabalho de Srafffa, a redução do poder de barganha dos trabalhadores foi fundamental para o restabelecimento do controle inflacionário e, paralelamente, para o bom funcionamento do regime de dólar-flexível. Isso porque a posição enfraquecida dos trabalhadores reduzia sua

capacidade de pressionar os salários nominais para cima de modo a compensar as perdas decorrentes de um aumento temporário dos preços proveniente, por exemplo, de uma desvalorização do dólar, evitando com isso aumentos persistentes da inflação. Como uma inflação permanente, na visão de Serrano, é o único fator capaz de erodir a posição do dólar como moeda internacional, em função da perda de seu poder de compra, a manutenção da posição política fragilizada dos trabalhadores é de suma importância. [140]

Ao mesmo tempo, as políticas monetária e cambial dos países do centro também passam a ser alinhadas com as dos EUA. As políticas fiscais por sua vez, apesar do aumento dos déficits, ficam comprometidas como ferramenta de estímulo à economia em função do forte aumento dos juros nos gastos públicos. A exceção fica por conta dos EUA, devido à enorme capacidade de endividamento destes e, portanto, de sustentar déficits fiscais muito maiores. Nesse momento, tendo em vista as dificuldades enfrentadas por seu sistema financeiro, o governo americano promove uma política de proteção ao mesmo, colocando-o, assim, sob o controle do FED. Ao mesmo tempo, com o aumento do nível de instabilidade do sistema, ampliam-se as operações de securitização, tendo como lastro a dívida pública estadunidense e, portanto, tendo como referência o dólar.

Portanto, apesar do declínio da autonomia política dos estados, este não se aplica aos EUA que, através do processo de globalização financeira, puderam "preservar sua autonomia política em face dos crescentes déficits externos e internos".[141] Essa posição diferenciada na economia política internacional, advinda da reestruturação do sistema monetário-financeiro internacional a partir dos anos 1970 e da diplomacia do dólar forte a partir de 1979, é de suma importância para colocar seus parceiros e adversários sob pressão e restringir o seu raio de manobra em termos de formulação e implementação de políticas econômicas. Sua capacidade de crescimento autônomo fica limitada, como o demonstra os baixos níveis de crescimento da Europa e do Japão a partir de então, os quais, apesar de alguma recuperação, não demonstram o mesmo dinamismo da economia americana, para não falar com relação ao seu desempenho no pós-guerra. E, com isso, a performance de suas economias torna-se acoplada à da estadunidense, em função de sua dependência com relação a este mercado para o escoamento de uma significativa parcela de suas exportações. Assim, o acesso ao mercado norte-americano, o bom

[140] SERRANO (2004), p. 217-218, BASTOS (SD).
[141] HELLEINER (1994), p. 172-174.

desempenho dessa economia e a manutenção do seu déficit comercial passam a ser de interesse desses países como fonte de demanda para dinamizar as suas economias. E, conseqüentemente, é também de seu interesse continuar a financiar esse déficit. O que, somado ao capital excedente em suas economias devido à ausência de alternativas internas atrativas de investimento, aparentemente, não coloca limites visíveis para a sua expansão.[142] Além disso, como foi discutido, o financiamento dos déficits públicos e da dívida pública estadunidense é do interesse dos demais países e de suas classes capitalistas, uma vez que são justamente os títulos dessa dívida que asseguram algum grau de estabilidade à instabilidade intrínseca do atual sistema monetário e financeiro internacional. Esse quadro coloca os EUA numa posição vantajosa para negociar acordos comerciais, principalmente na esfera bilateral, em função da capacidade de facilitar ou dificultar o acesso ao seu mercado interno diante da posição de relativa vulnerabilidade dos demais países.

Mas essa posição diferenciada também é fundamental para financiar uma política de keynesianismo bélico, com base no crédito de curto prazo, no endividamento externo e no déficit fiscal, visando, não apenas a recuperação da sua atividade econômica na primeira metade dos anos 1980, mas também a manutenção e o aprimoramento tecnológico do seu poderio político-militar e a atualização e recuperação da competitividade nos setores mais dinâmicos de bens intensivos em capital. Isso permite aos EUA modernizarem o seu parque produtivo através de uma capacidade irrestrita de importar, ao mesmo tempo em que, em função da concorrência promovida pelas importações no seu mercado interno, mantém baixos os seus custos internos e, conseqüentemente, tanto possibilita um crescimento sem pressões inflacionárias (principalmente quando o dólar se encontra valorizado), quanto estimula a sua competitividade externa. Essa modernização é estimulada ainda pelos gastos militares, e seus efeitos de estímulo ao desenvolvimento tecnológico, e pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo americano. Portanto, "o fato essencial é que *todo o mundo* está financiando não apenas o Tesouro americano, especialmente seu componente financeiro, mas também os consumidores e investidores

[142] "Enquanto a taxa de crescimento da economia mundial for inferior à taxa de crescimento americana não há a menor possibilidade de os capitais excedentes, sobretudo os bancários e os das empresas com capacidade ociosa, resolverem investir preferencialmente nos seus países de origem", TAVARES (1997), p. 41.

americanos"[143], vale dizer, e, com isso, a modernização de sua economia, principalmente dos seus setores de ponta, e a recuperação de sua hegemonia.

Dessa maneira, na segunda metade dos anos 1980, os EUA haviam recuperado a sua hegemonia monetário-financeira e assumido a ponta nos novos ramos produtivos de alta tecnologia, telecomunicações e informática, bem como no ramo de serviços. Desde então, de acordo com Conceição Tavares, os EUA têm proposto uma nova divisão internacional do trabalho, na qual se dispõe a oferecer uma maior abertura nos ramos de tecnologia de uso difundido e a não reduzir unilateralmente o seu déficit comercial, desde que as demais economias não imponham barreiras às exportações estadunidenses, principalmente nos setores referidos acima, nos quais eles disporiam de significativas vantagens competitivas. Nesse sentido, os EUA têm buscado negociar acordos comerciais tanto em âmbito multilateral quanto bilateral que incluam os chamados novos temas do comércio internacional, quais sejam, propriedade intelectual, investimentos, serviços, compras governamentais. De acordo com Gowan,

> a direção geral da política dos EUA nessas áreas é a de empreender uma re-engenharia das relações sociais internas do restante do núcleo de tal maneira que capacite o capitalismo dos EUA a usar os seus imensos recursos financeiros para ser capaz de centralizar e concentrar sem esforço o capital através do núcleo nos setores considerados vitais para a supremacia dos EUA. Mas os EUA ainda estão a um longo caminho de atingir esse objetivo, mesmo tendo progredido bastante nesse sentido no caso da Grã-Bretanha.[144]

Da mesma forma, no campo geopolítico, os EUA deflagram a chamada II Guerra Fria, colocando um fim ao período de distensão. De acordo com Fiori, sua estratégia tinha quatro pontos principais: o apoio aos movimentos anti-comunistas em todos os cantos do globo, desde a resistência dos Talebãs, no Afeganistão, aos contras, na Nicarágua; a instalação de mísseis de médio alcance no território europeu, a qual já havia sido decidida no governo Carter, mas, em função da resistência de movimentos pacifistas e, depois, apesar dela, implantada somente no governo Reagan; o lançamento do programa de Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI), em 23 de março de 1983, conhecido como guerra nas estrelas, o qual, buscando superar a estratégia de

---

143 TAVARES (1997), p. 41.

144 "the general direction of US policy in these areas is that of re-engineering the internal social relations of the rest of the core in such a way as to enable US capitalism to use its huge financial resources to be able to centralise and concentrate capital effortlessly across the core in the sectors considered vital for US ascendancy. But the US is still a long way from achieving this even if it has progressed far down this road in the case of Britain" GOWAN (2004), p. 497.

dissuasão baseada na MAD (*Mutually Assured Destruction*), a tornava inoperante, uma vez que visava, entre outros objetivos, construir um sistema espacial de defesa antimísseis (contrariando os acordos Salt-1, de 1972) capaz de identificar, interceptar e destruir os mísseis nucleares soviéticos ainda na fase de lançamento; por fim, a decisão de dar prosseguimento à estratégia Nixon-Kissinger de aproximação com a China, consolidando a ruptura no bloco socialista[145]. A estratégia implementada representava um grande desafio para URSS, pois o forte aumento dos gastos militares estadunidenses colocava a possibilidade dos EUA recuperarem a superioridade em termos de armas nucleares, ampliarem a supremacia marítima e, principalmente, os investimentos e a dianteira em tecnologia de ponta. A estagnação do crescimento e as dificuldades econômicas enfrentadas por Moscou na década de 1970, bem como o seu atraso tecnológico, tornavam muito maior o peso de suportar uma nova corrida armamentista com os EUA.[146] O reconhecimento dessas dificuldades e a ascensão de Gorbachev ao poder levaram às tentativas de reformas que, no final da década, acabaram por resultar, na queda do muro de Berlim, no colapso do bloco socialista e, em seguida, da própria URSS. A Guerra Fria chegava ao fim com a vitória dos EUA e o êxito da estratégia de recuperação da sua hegemonia no mundo das finanças e no mundo das armas.

Assim, as estratégias de retomada da hegemonia estadunidense no campo geopolítico e geoeconômico são estreitamente entrelaçadas e parecem caminhar no sentido da configuração do que Gowan denomina de um Sistema-Império capitalista. O poderio político-militar dos EUA, em conjunto com o seu controle sobre o sistema monetário-financeiro, permitiram-lhes reformular este sistema conforme os seus interesses, canalizando para si os fluxos internacionais de capital, sincronizando em torno de si as políticas macroeconômicas e configurando uma nova aliança entre o poder do estado e o capital. Com isso, ao mesmo tempo, assegurava o acesso ao financiamento necessário para a implementação da estratégia de modernização produtiva e militar, de enfrentamento com a URSS e de reenquadramento dos demais aliados no centro. Dessa maneira, portanto, os EUA foram capazes tanto de "reenquadrar" a periferia (como o mostram, por exemplo, os bombardeios na Líbia, a invasão de Granada e do Panamá) quanto, mais importante, colocando a URSS sob pressão, de derrotá-la no final da década, bem como de ampliar o seu poderio político-militar sobre a Europa e a Ásia. A declaração de François

145 FIORI (1997), p. 118-119.
146 KENNEDY (1989), p. 392-393.

Miterrand, no Reischtag em 1982, defendendo, juntamente com Helmut Kohl, a colocação dos mísseis de médio alcance no continente europeu, ilustra a dependência com relação aos EUA para a preservação da sua segurança e, como reflexo disso, a posição de alinhamento da Europa Ocidental: "Qualquer pessoa apostando em desacoplar o continente europeu do americano estaria, em nossa opinião, colocando em risco o equilíbrio de forças e, conseqüentemente, a manutenção da paz"[147]. Dessa maneira, ao contrário do que pensa Arrighi, tanto o controle das armas permanece no mesmo lugar, como também o controle da liquidez internacional.

[147] Citado em MAGNOLI (2004), p. 151.

CAPÍTULO 3 – REFORMULAÇÃO ESTRATÉGICA DOS ESTADOS UNIDOS NO PÓS-GUERRA FRIA: A DOUTRINA BUSH

3.1 – O Problema: Modificação nos Parâmetros Definidores da Estratégia

Existe uma relação umbilical ligando o complexo militar-industrial-acadêmico dos EUA, a competitividade e a força da sua economia, o seu poder político e militar e a centralidade do dólar e do seu sistema financeiro no sistema monetário e financeiro internacional. Esses elementos são indissociáveis e a maneira como estão relacionados reduz a força das teses que propugnam uma *overextension* do império norte-americano. Essa expansão e os elementos que a sustentam, pelo menos em parte, se realimentam. Os gastos militares nos EUA, em grande medida, não são estéreis. Ao contrário, incentivam todo um sistema de inovação que tem como resultado a manutenção da liderança tecnológica estadunidense não só nos armamentos de ponta, mas também na tecnologia de uso civil, assegurando tanto a superioridade militar e o poder estadunidenses como a competitividade da sua economia, principalmente nos setores de alta tecnologia.[148] Por seu lado, ambos, associados à superioridade do mercado financeiro dos EUA, garantem a posição do dólar como unidade de referência do sistema monetário internacional. E essa posição singular de emissor da moeda internacional, em um padrão dólar flexível, sem a necessidade, portanto, de manter a paridade com qualquer lastro que seja e, com isso, livre de qualquer tipo de restrição de balanço de pagamentos, assegura aos EUA a expansão e o financiamento virtualmente ilimitados dos seus gastos, sejam eles destinados a políticas anti-cíclicas ou a empreendimentos militares.[149]

Conforme foi discutido acima, durante o período da Guerra Fria, os EUA estruturaram a sua hegemonia mundial, impuseram a ordem e a hierarquia no sistema ao mesmo tempo em que puderam constituir e fazer uso de mecanismos de *feedback* com base no "conflito estruturante" com a URSS e o bloco socialista. O relacionamento com os parceiros e os adversários se dava tendo essa disputa como pano de fundo e como elemento organizador das relações entre os EUA

148 V. MEDEIROS (2004).
149 V. SERRANO (2002), SERRANO (2004). V. também FIORI (Org.) (2004).

e os demais países. Sobre esta base, os EUA eram capazes de moldar o ambiente geopolítico dos aliados, limitando sua capacidade de ação autônoma em termos de iniciativas de política externa. O fim da Guerra Fria, com a implosão do bloco soviético, muda radicalmente os parâmetros dessa equação, obrigando os EUA a redefinirem a sua estratégia global.

A Guerra Fria acabou, mas não houve nenhum acordo formal de paz, nenhum tratado definindo os vencedores e os derrotados, as perdas e os ganhos, as indenizações e as reparações de guerra, as redistribuições territoriais, a reconstrução dos perdedores e o novo status de sua re-inserção no sistema ou a definição das novas regras do jogo. Essas questões foram sendo respondidas, no período que se segue, pelo arbítrio e conforme as conveniências estratégicas da única superpotência restante, a indiscutível vitoriosa do conflito. Considerando o debate acerca da geometria da ordem mundial pós-Guerra Fria entre os defensores da existência de uma multipolaridade, de uma unipolaridade ou, ainda, de uma espécie de ordem híbrida uni-multipolar, Camilo Alves coloca sua posição de forma bastante clara: "a superpotência solitária exerceu, nos 15 anos seguintes, sua função mundial de acordo com o atestado. As diferenças de atitude e política entre governos não devem esconder o caráter unipolar do sistema internacional, e a existência de uma única superpotência militar"[150]. Aqueles que argumentam a favor de uma multipolaridade, o fazem, em geral, com base no argumento da perda de espaço relativo dos EUA na economia mundial e de seus déficits crônicos na balança comercial. Todavia, conforme mostrado por Gowan, o sistema construído no pós-II Guerra Mundial foi moldado pelos americanos, desde o início, para operar como uma multipolaridade econômica que, por meio da unipolaridade militar e política de Washington no conflito estrutural contra os soviéticos, beneficiaria os EUA. Asseguraria ainda que o ressurgimento de uma ameaça ao poderio e à posição estadunidense fosse minimizado, pois apesar da recuperação econômica dos aliados e dos antigos adversários, a qual implicava o risco de reivindicação de um papel maior na determinação dos assuntos mundiais e na defesa de seus interesses com base num poderio militar reconstituído, estes ficariam sob a dependência dos EUA para a manutenção de sua segurança e para a definição dos rumos mais importantes de sua política externa. Ademais, o cerne da estratégia econômica americana não era centrado na conquista de espaços na economia internacional através do comércio exterior, mas sim do controle de espaços internos, principalmente, das economias

150 ALVES (2007), p. 6.

centrais da Europa Ocidental por meio da sua abertura ao investimento externo direto (IED) das transnacionais americanas e, após os anos 1970, a esse movimento de transnacionalização produtiva ganha força o da transnacionalização financeira com a abertura de espaços por meio da desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros e de capitais. O casamento desses dois movimentos reorienta o IED das aplicações do tipo *greenfield* para as do tipo fusões e aquisições.[151]

O ponto central para a redefinição da estratégia estadunidense no pós-Guerra Fria passa a ser o seguinte: uma vez encerrado o conflito bipolar com a URSS, com a sua derrota e esfacelamento desaparece o inimigo funcional, o eixo estruturante sobre o qual os EUA ergueram toda arquitetura do sistema político e econômico internacional no pós-II Guerra, colocando-se, então, não apenas a questão acerca de como assegurar a reprodução do sistema perante os antigos aliados, mas também, e, talvez, principalmente, como nele inserir tanto as vastas áreas tornadas independentes com a implosão do bloco socialista e da URSS, quanto a Rússia e a China. Mas, contra quem seria orientada uma aliança liderada pelos EUA que incluísse a Rússia e a China? Qual deveria ser o novo *status* desses países? Sobre qual eixo, qual conflito estruturante, assegurar a ordem e a hierarquia do sistema, agora que o conflito com o arqui-rival chegava ao fim? Como manter a solidariedade e a subordinação dos aliados? Como justificar e legitimar a manutenção e a expansão da sua posição diferenciada no sistema internacional e de tamanho diferencial de poderio bélico quando o grande inimigo a combater jazia derrotado?

Ou, de forma resumida, nos termos colocados por Condoleezza Rice, "os Estados Unidos encontravam extremas dificuldades para definir os seus 'interesses nacionais' diante da ausência do poderio soviético". Entretanto, como bem salientado por César Guimarães, o 'interesse nacional' dos Estados Unidos "não se alterou profundamente *desde meados do século passado*. O que, sim, passou a necessitar de reformulação foi a *rationale* para as ações pertinentes"[152]. De fato, de acordo com Fiori, os Estados Nacionais maiores, que nascem juntamente com o capitalismo e o sistema-mundo moderno, já nasceram almejando, ao mesmo tempo em que consolidavam suas bases territoriais "nacionais", a se tornarem impérios globais, ao monopólio do poder. Ainda que esse objetivo não faça parte dos interesses e/ou não esteja ao alcance de todos os estados, conforme discutido no segundo capítulo, trata-se de um imperativo estratégico

151 GOWAN (2004a).
152 GUIMARÃES (2002).

sistêmico pelo menos para aqueles estados que se recusam a "cair" a uma condição de subordinação e dependência em relação àqueles que buscam fazê-lo no sistema internacional e dispõe dos meios e da ambição para tanto, da "vocação de potência", de que falava List.[153] Não é diferente com os Estados Unidos. No mesmo sentido, com base no trabalho de David Harvey, mas discordando parcialmente deste em sua conclusão, Chibber argumenta que o imperialismo não é resultado das crises do sistema capitalista. Antes, trata-se de uma resultante normal da competição intercapitalista e interestatal, a qual é agravada pela crise. Portanto, a crise dos anos 1970 teria o papel de intensificar o projeto de expansão imperial norte-americano ao invés de ser o seu detonador.[154]

Nos termos do debate no início da década de 1990, essa aspiração imperial se traduz no conceito de *primazia* e no seu correlato, a unipolaridade, os quais ganham cada vez mais força na elaboração da estratégia estadunidense. Segundo Guimarães, fazendo referência ao trabalho de Posen e Ross (1996-97), a primazia é uma das quatro grandes estratégias[155] que, no pós-Guerra Fria, "competiriam no discurso e na prática da política externa [dos Estados Unidos]". A primazia é orientada para a obtenção e manutenção da unipolaridade, a qual é considerada como um objetivo desejável, pois, tendo em vista que a paz é interpretada como resultado de um desequilíbrio de poder, a estabilidade somente pode ser assegurada através da hegemonia. De acordo com o artigo de Samuel Huntington, de 1993, "os estados buscam a primazia para manter a sua segurança, promover seus interesses e conformar o ambiente internacional de forma a refletir os interesses e valores deles. Ela é desejável não fundamentalmente para obter a vitória

---

153 V. pp. 65-70 e nota de rodapé n. 105 na p. 73.

154 CHIBBER (2004), p. 3-5. "If we set aside the recourse to crisis theory, what remains of Harvey's explanation for imperialism is that it is a normal outgrowth of competition in the modern era – interstate and inter-firm. Firms try to expand into new regions, for which they need their state's assistance; and states try to gain advantage in the international arena, for which they need the resources controlled by capitalists", p. 6.

155 As outras três seriam: o *neoisolacionismo*, o *envolvimento seletivo* e a *segurança cooperativa*. Como o primeiro teve "pouco impacto", passa-se, então, a discutir os demais. "O envolvimento seletivo corresponde à noção tradicional de equilíbrio de poder. O problema principal é assegurar a paz entre as potências. O foco territorial é a Eurásia (...) A segurança cooperativa (...) de inspiração liberal, propõe que a paz é indivisível (...). A cooperação envolve problemas de ação coletiva (...) de instituições como a ONU e a Otan". Busca, portanto, para além da definição tradicional de interesse nacional, forjar instituições multilaterais, reduzindo os custos de dissuasão de agressores e de ameaças emergentes. Essa perspectiva vislumbra uma "'interdependência estratégica', que afeta a segurança dos Estados Unidos e seus aliados, requerendo novas formas de intervenção: por motivos humanitários, operações de paz, ações diante de ameaças difusas; enfim a concretização do *droit d'ingérence*". Assim, "se a paz é indivisível, a noção de segurança é indeterminada. Determina-a apenas o poder definitório que, para relembrar Hobbes, é o *poder*, simplesmente". Guimarães salienta que, apesar da *primazia* permear as outras duas e definir a orientação geral, essas estratégias não são excludentes entre si, mas complementares e a adoção de uma ou de outra depende do objetivo específico a ser atingido. V. GUIMARÃES (2002).

em uma guerra, mas para alcançar os objetivos do Estado sem recurso a ela. *A primazia é, pois, uma alternativa à guerra*".[156] Conseqüentemente, os Estados Unidos devem ser capazes de impedir e desestimular o surgimento de qualquer desafiante ao seu poder, ao mesmo tempo em que devem estar em condições de defender todos os seus parceiros e aliados. Para tanto, "é fundamental localizar os 'pares competidores' potenciais que possam ameaçar a supremacia militar, política e econômica dos EUA". Mas, paralelamente ao crescimento da importância desse conceito, cresce também a necessidade de se encontrar um novo fator de legitimidade para a política externa estadunidense orientada para a obtenção e manutenção da primazia.[157] A nova estratégia deve ser capaz de colocar uma ameaça crível que leve os demais aliados a aceitarem o preço e as condições da proteção sob a continuidade da aliança com os EUA, ou seja, a liderança militar e política estadunidense, a configuração do sistema de alianças no formato de *Hub-and-Spokes*, o direito de empreender ações e de tomar decisões unilaterais, como no caso de intervenções, mudança de regimes e declaração de guerra. Ao mesmo tempo, os organismos internacionais devem ser remodelados para atuarem no sentido de fornecerem apoio e de facilitarem a redistribuição dos custos das ações estadunidenses.[158] Numa síntese de como essas questões foram tratadas pelo governo de George W. Bush, mas que pode ser estendida para o pós-Guerra Fria como um todo, Gowan afirma que "a ordem sob primazia que a administração Bush está buscando consolidar requer que os EUA reivindiquem simultaneamente direitos imperiais especiais para si enquanto asseguram também a cooperação multilateral por parte das outras principais potências capitalistas"[159].

3.2 – Reformulação da Estratégia de Poder Global: Adequando-se ao Novo Cenário Internacional e Buscando um Novo Inimigo

Todas essas questões perpassavam as cabeças dos estrategistas americanos à medida que ficava clara a derrota e a dissolução do bloco socialista. E nesse mesmo momento já se

---

156 HUNTINGTON, Samuel P. (1993). "Why international primacy matters". In: *International Security*, v.17, n.4, 1993, *apud* GUIMARÃES (2002).

157 GUIMARÃES (2002).

158 GOWAN (2004a).

159 "The primacy order that the Bush administration is driving to consolidate requires that the US simultaneously claims special imperial rights for itself while also gaining active, multilateral cooperation from the others main capitalist powers", ibidem.

esboçavam as linhas mestras que, com algumas variações, orientariam a estratégia estadunidense no pós-Guerra Fria. Passava-se, nesse momento, da contenção à expansão, do "*containment*" ao "*enlargement*". Era o momento da expansão e da implementação do projeto imperial, retardada em função dos imperativos do conflito bipolar. Equívoco esperar que, uma vez derrotado o principal obstáculo à penetração estadunidense em amplas regiões do globo, os EUA se retrairiam e diminuiriam de maneira autônoma, voluntária e unilateral os seus instrumentos de poder e a sua presença global; que, ao contrário, não veriam nisso uma oportunidade única para expandir-se para essas regiões, consolidar o seu poder global e impor uma nova ordem mundial; ou pensar que, dentro das leis de funcionamento desse sistema, eles tivessem outra opção que não a expansão contínua. De acordo com Vágner Camilo Alves,

> o fim da União Soviética liberou as amarras que atavam o poder da superpotência restante. Esperava-se que, a partir de então, a influência norte-americana no mundo e sua ingerência nos assuntos de segurança mundial seriam muito mais intrusivos. Foi exatamente o que se passou.[160]

Esses elementos já constam do *Defense Planning Guidance – 1992-1994* (DPG), de 1992, preparado por Paul Wolfowitz e Lewis Libby, cuja implementação integral será buscada, com algumas adaptações pela administração de George W. Bush. Mas também guiará a ação externa do governo Clinton. As principais diretrizes a nortear esta nova estratégia consistem em consolidar e expandir a sua supremacia política, econômica e militar e pressionar pela abertura dos mercados, novos e antigos, aos capitais estadunidenses.

Em termos gerais, o primeiro objetivo da nova estratégia de Washington dirige-se às potências centrais e aos aspirantes à condição de grande potência e reside, sobretudo, em evitar o re-surgimento de algum concorrente global. Isso implica em impedir o controle por parte de potências "hostis", ou rivais, sobre regiões cujos recursos, sob um "controle consolidado", lhes possibilitem ascender e reivindicar a posição de potências globais, questionando a posição de exclusividade estadunidense. As regiões dotadas de tais recursos elencadas nesse documento são a Europa Ocidental, o leste e o sudoeste asiático e o território da antiga URSS. Além disso, devem impedir que as grandes potências já existentes possam desafiar a posição de liderança estadunidense e a nova ordem política e econômica mundial. Para tanto, os EUA têm que se

[160] ALVES (2007), p. 2.

mostrar capazes de e dispostos a defender a nova ordem estabelecida e a assegurar que os interesses "legítimos", conforme seu julgamento, de seus aliados e potenciais competidores sejam, no geral, atendidos. Isso significa deixar claro a esses Estados que eles não necessitam (e não devem) tomar iniciativas agressivas e autônomas no sentido de atender aos seus interesses, alimentando, para tanto, projetos de expansão de seu poderio nacional e "aspirando a um papel regional ou global mais amplo". Isso se aplica tanto em termos de segurança quanto em termos econômicos. O segundo objetivo dirige-se fundamentalmente à periferia e às regiões instáveis e conflituosas do globo e consiste em assegurar o respeito à ordem e à lei internacional, a difusão da democracia e a abertura dos mercados, principalmente nos lugares onde os interesses vitais dos EUA estejam em jogo.[161] Mais especificamente, consiste em manter a disciplina de europeus e japoneses, impedir a aproximação de russos e alemães e de russos e chineses, avançar sobre a área de influência russa, atrair para o ocidente os ex-aliados de Moscou, manter os europeus divididos e assegurar a disciplina e o controle sobre a periferia e sobre as fontes e linhas de abastecimento de recursos naturais, principalmente energéticos, e evitar a proliferação de armas de destruição em massa.

Concretamente, em termos geopolíticos, trata-se de, finalmente, após um longo período de pressão sobre o "rimland", avançar em direção ao "heartland", aproveitando-se do esfacelamento da URSS e do enfraquecimento da Rússia. A racionalidade e a importância desse deslocamento se tornam ainda mais evidentes com o crescimento da demanda por recursos energéticos, especialmente por parte da China e da Índia, e sua relativa escassez e com o crescimento do poder político e econômico desses dois, mas principalmente da China. Assim, a maneira mais eficaz de garantir o domínio sobre parceiros e adversários e sobre potências que possam vir a aspirar uma disputa pelo poder global, como a UE, a China, a Índia ou o Japão, reside em assegurar o controle sobre as principais áreas produtoras de hidrocarbonetos e, portanto, sobre o Grande Oriente Médio, o qual engloba a Ásia Central, bem como o acesso a elas. Ao mesmo tempo, ao instalar-se nessa região, os EUA assumem uma posição estratégica extremamente importante para ações relacionadas à China, à Rússia, à Índia e ao Irã, além de interporem uma barreira ao avanço dos interesses desses países sobre ela. Tendo em vista que o avanço se dá

[161] V. Excerpts from Pentagon's Plan: "Prevent the Re-Emergence of a New Rival", *The New York Times*, 8 de março de 1992. Excerpts from the Pentagon's Feb. 18 draft of the Defense Planning Guidance for the Fiscal Years 1994-1999.

sobre partes do antigo império russo e da extinta URSS, a implicação e o obstáculo maior para a consecução desse objetivo é um conflito direto com os interesses da Rússia, mas também da China, tendo em vista o poderio crescente desse país e suas pretensões hegemônicas regionais no leste asiático. Porém, as condições mais propícias para a implementação da nova estratégia americana surgirão dos atentados do 11 de setembro.

Concomitantemente, o deslocamento da fronteira econômica, ou seja, a rápida ampliação de espaços abertos para a acumulação de capital das empresas multinacionais, associada à extensão da concorrência levam a uma maior demanda por parte dos capitais americanos pela ampliação da presença global do seu Estado na defesa dos seus interesses e, conseqüentemente, a uma posição favorável ao fortalecimento desse mesmo Estado e dos instrumentos de que necessita para tanto. Dessa forma, verifica-se, junto com a expansão das bases e dos acordos militares e de segurança e da presença militar global dos EUA, o aprofundamento e a ampliação da globalização econômica e financeira, a presença cada vez maior dos novos temas do comércio internacional nas negociações comerciais (acordos de investimento, serviços, propriedade intelectual, meio ambiente e trabalho), a pressão constante sobre os aliados europeus e japoneses para abertura e desregulamentação de mercados de bens e serviços.

Esse duplo caráter do projeto imperial é coerente com e reflete a interdependência das lógicas de poder do estado e do capital conforme discutidas anteriormente. Entretanto, parece mais uma continuidade e uma expansão da estratégia já adotada no pós-II Guerra e adaptada para os novos tempos do que uma reformulação radical dessa mesma estratégia. Assim como naquele momento, os acordos políticos, militares e de segurança comum vêm acompanhados da abertura das economias nacionais às multinacionais americanas[162]. É nesse sentido que se pode afirmar, juntamente com Chibber, e de modo semelhante ao argumento de Gowan, que

> desde que os Estados Unidos possam usar a sua musculatura política para continuar abrindo o campo para suas firmas multinacionais, desde que eles possam assegurar um fornecimento seguro das matérias-primas e insumos necessários, eles não deveriam se preocupar, de maneira alguma, por serem o 'o motorista no banco de trás' da ordem global. De fato, isso pode até mesmo ser

[162] V. GILPIN (1987).

> uma fonte de poder, precisamente porque ele é a força invisível dirigindo os atores locais, os quais carregam a peso nos momentos de crise.[163]

Contudo, vale lembrar Harvey, quando este afirma que, apesar do Estado agir conforme os interesses do capital, isso não significa que ele aja ao seu comando[164]. Assim, não é correto interpretar cada intervenção militar dos EUA como estando diretamente associada aos interesses econômicos de algum grupo americano.

3.3 – Formas de Implementação: Doutrina Clinton – Doutrina Bush

A implementação dessa estratégia e as tentativas de superação do problema de sua legitimidade não serão um desafio apenas do governo George W. Bush, mas também do governo Clinton. Consistem, na verdade, apenas em tentativas de respostas diferentes. O governo Bush tem sido geralmente contrastado com o de Clinton, mais especificamente em termos do unilateralismo e agressividade do primeiro diante da propensão ao multilateralismo e ao discurso politicamente correto e globalizante do segundo.

Na verdade, os elementos de continuidade superam os de ruptura. De acordo com Noam Chomsky, não ocorre uma ruptura radical nem mesmo quando a comparação se estende ao período da Guerra Fria quando já era freqüente, por parte dos EUA, o desrespeito às leis internacionais, a desconsideração em relação à ONU e a disposição para a ação unilateral[165]. Afinal de contas, a função das organizações multilaterais criadas pela potência hegemônica para gerir o sistema não era restringir o poder e a liberdade de ação dessa mesma potência. A ela seria atribuída a prerrogativa de colocar-se acima das leis e normas internacionais estabelecidas pelas

---

163 "As long as the United States can use its political muscle to keep opening the field for its multinational firms, as long as it can ensure a steady supply of needed raw materials and inputs, it should not be hurt at all by being the 'back seat driver' of the global order. Indeed, this may even be a source of strength, precisely because it is the invisible force directing local actors, who shoulder the blame in times of trouble", CHIBBER (2004).

164 V. HARVEY, David (2003). *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003, *apud* CHIBBER (2004).

165 V. CHIBBER (2004). V. também, acerca da continuidade na estratégia estadunidense, GOLUB (2003). Nesse artigo, o autor identifica o ponto de partida da estratégia neoconservadora em 1976, sendo implementada pelo governo Reagan e George Bush e retomada pelo governo do filho deste. É naquele momento, segundo esse autor que "foi formada a coalizão dos extremos que atualmente dirige o país. Seu programa político é unificar a sociedade pela guerra e a mobilização permanente, e assegurar a supremacia estratégica global dos Estados Unidos". Essa coalizão é resultado de "uma convergência entre a direita radical do Partido Republicano, conduzida por Ronald Reagan, elementos revanchistas do aparelho de segurança nacional, abalados pela derrota no Vietnã, e os neoconservadores democratas oriundos da ala anticomunista radical do mesmo partido".

organizações por ela mesma criadas. Como um deus que, após criar o universo e as leis que o regem, dele se ausenta, governando-o à distância e intervindo quando necessário, resguardando-se a liberdade de transgredir as suas próprias leis. Afinal, as leis são para os homens, não para deus, ou para a potência hegemônica.

A forte presença dos elementos de continuidade na Grande Estratégia estadunidense é, em parte, reflexo das próprias características da estrutura política daquele país e do seu sistema político. De acordo com Fabiano Santos, essas características repousam na maior força do Congresso relativamente ao Executivo; dentro do Congresso, no grande poder exercido na formulação das políticas por parte das suas comissões específicas; e na maior ou menor capacidade dos partidos em exercerem controle sobre a direção seguida por seus membros. Outra característica que favorece a continuidade é a "alta taxa de reprodução eleitoral dos deputados e senadores" e a elevada longevidade das carreiras legislativas, sendo comum se "observar a prevalência de carreiras legislativas exclusivas". Em função desses aspectos diz-se que o legislativo norte-americano é definido como sendo "institucionalizado", ou seja, possui a iniciativa do processo decisório no sistema político e o poder de definição da agenda política, além de ser "ator fundamental na execução de programas governamentais e alocação de recursos". Dessa maneira, grandes mudanças nas linhas gerais das políticas estadunidenses dependem menos de quem exerce a presidência da República e mais da correlação de forças entre os partidos no Congresso, entre as facções dentro dos partidos, da linha ideológica predominante nas comissões permanentes e entre seus respectivos presidentes e da relação do Executivo com o Congresso. Assim, grandes mudanças de orientação somente podem ser esperadas quando o presidente pode contar com o controle por parte de seu partido das duas casas do Congresso e, com isso, das suas respectivas presidências e das comissões chave dentro dele. Outro fator importante para a viabilização de mudanças na política é a identificação da inclinação ideológica do presidente com aquela que é maioria no Congresso durante sua gestão, bem como a dos presidentes das casas e das principais comissões. Ou seja, como se distribuem no Congresso as facções liberais e conservadoras, tanto dentro do Partido Republicano quanto do Democrata. Segundo esse autor,

> em outras palavras, quanto mais coeso estiver o partido majoritário e mais próximo dele estiver o chefe do Executivo, maiores são as chances de haver enfrentamento das questões centrais, por outro lado, quanto menor for a coesão

> da bancada majoritária e mais distante o presidente das inclinações nesta, menores são as chances de haver alterações significativas no *status quo*.[166]

Gowan apresenta um outro aspecto estrutural desse sistema político. Esse aspecto é derivado da constatação, semelhante à de Tilly, de que as lutas políticas internas entre as classes sociais e o ambiente externo que envolve cada sociedade capitalista resultam em tipos de estados e de sistemas políticos diferentes. Dessa forma, a conjugação desses elementos na sociedade americana teriam moldado o seu Estado e o seu sistema político de forma que refletissem plenamente, como nenhum outro estado ou sistema político capitalista, os interesses e valores da sua elite capitalista dominante. Esse autor denomina a formação política que se consolida nos EUA no século XX como uma

> *democracia dos negócios* – um estado com sufrágio universal, que celebra e aceita a visão de mundo e os valores de apenas uma classe, a classe dos negócios, e que dá a essa classe uma influência extraordinária sobre a formação da política pública (…). O sonho americano é uni-dimensional: sucesso nos negócios. O valor americano central é liberdade-definida-como-oportunidades de livre mercado. Ambos partidos majoritários americanos celebram esses valores da classe de negócios Americana.[167]

As transformações no capitalismo norte-americano a partir da crise dos anos 1970, segundo esse autor, tenderam mais a reforçar o setor transnacional da sua economia do que conduzir a uma reestruturação da economia doméstica. Foram dados incentivos cada vez maiores para que as grandes corporações estadunidenses ampliassem o seu grau de internacionalização, sendo lideradas principalmente pelo seu setor financeiro no contexto de crescente liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros e de capitais internacionais. As quais, por sua vez, foram conduzidas, estimuladas e levadas a termo pelo Estado americano, apoiado e auxiliado pelos britânicos, para forçar a abertura e a reorganização das demais economias, centrais e periféricas, à penetração dos seus capitais "to ensure that the American financial sector can play a central role in the reproduction of these capitalisms". Ao mesmo tempo, foram buscadas formas de contornar a menor competitividade relativa da sua economia doméstica, expressa nos déficits

---

166 SANTOS (2007).

167 "*business democracy* – a state with universal suffrage, which celebrates and accepts the world view and values of only one class, the business class, and which gives the business class extraordinary sway over public policy formation (…). The American dream is one-dimensional: business success. The core American value is freedom-defined-as-free market opportunities. Both the mainstream American parties celebrate these values of the American business class", GOWAN (2004a).

crônicos da sua balança comercial, e as vulnerabilidades dela decorrentes por meio do uso dos instrumentos de poder exclusivos do Estado que detém a primazia mundial. Entre esses instrumentos, destacam-se o seu controle sobre e a sua posição diferenciada no sistema financeiro e monetário internacional, a sua condição de emissor do padrão monetário internacional e de superpotência política e militar e seu controle sobre as organizações internacionais. Dessa maneira, a manutenção e expansão da primazia tornaram-se de fundamental importância para a própria reprodução e expansão do capitalismo norte-americano. A constatação desse fato contribuiu para que se construísse um consenso entre as elites políticas e econômicas desse país em torno da necessidade de se reformular a primazia de modo que esta refletisse o novo ambiente internacional e os novos desafios colocados pelo fim da Guerra Fria e do colapso do arqui-inimigo, a URSS. E, apesar das críticas iniciais, a estratégia que se buscou implementar para tanto, seja no governo de George W. Bush, seja no de Clinton, foi, em linhas gerais, aquela traçada no DPG em 1992. Após citar depoimentos nesse sentido de vários membros importantes do governo Clinton, como Warren Christopher, Madeleine Albright, Antony Lake e Phillip Bobit, Gowan afirma que, de acordo com Wolfowitz, "a administração Clinton abraçou a doutrina que ele (Wolfowitz) e aqueles em torno de Dick Cheney esboçaram na primeira administração Bush [pai]"[168], a qual, por volta de 2000, teria se tornado consensual. A principal crítica de Wolfowitz em relação ao período Clinton não foi a não implementação da nova estratégia orientada para a reformulação da primazia, mas sim pelo fato de que "ele não a perseguiu de maneira suficientemente vigorosa e ousada". O que, certamente, o grupo de neoconservadores em torno de George W. Bush se propunha a fazer, corrigindo os eventuais desvios do rumo por eles próprios traçado no início dos anos 1990.[169]

Mas parece claro que alguma coisa mudou do período da Guerra Fria para aquele que o sucede e também da administração Clinton para a Bush. Qual foi a mudança fundamental? Concordando com Chomsky, foi menos de uma orientação geral em torno de métodos, de princípios e de objetivos do que do ambiente em que a estratégia global de expansão do poder americano é empreendida. Fundamentalmente, o que teria mudado seria, de um modo geral, a ausência de um inimigo claro que justificaria a ampliação do seu poder e do seu domínio no

168 "the Clinton administration had espoused the doctrine that he (Wolfowitz) and those around Dick Cheney had outlined in the first Bush administration", GOWAN (2004a).

169 "it did not pursue it vigorously and boldly enough", ibidem.

cenário internacional e os instrumentos para a consecução de seus objetivos. Segundo Guimarães, a política externa do governo George W. Bush, inicialmente, não se afastou muito da de seus antecessores, apesar da resistência a alguns acordos multilaterais e da defesa do sistema antimísseis. A mudança radical teria vindo com os atentados de 11 de setembro. Para Guimarães há uma continuidade da política de primazia de Clinton a Bush. A diferença reside "no entendimento e execução desta estratégia (...); o pós-11 de setembro modifica as políticas de Bush, mas apenas no sentido de agravar uma tendência"[170]. Essa tendência se refere a um "'novo perfil unilateral, agressivo e ofensivo na condução da política externa americana'"[171].

De acordo com Andrew Bacevich, a transição para uma política externa crescentemente militarista e unilateralista teria se dado em duas etapas. A primeira teria ocorrido com o fim da URSS e a seguinte já com o governo Clinton, a partir do qual a política externa dos EUA passa a adotar uma postura cada vez mais unilateralista, agressiva e centrada no poder militar como seu instrumento principal. Essa orientação se refletirá, por exemplo, na crescente importância do papel do Pentágono em detrimento do Departamento de Estado na formulação e implementação da política externa estadunidense orientada para moldar o ambiente internacional ("shape the international environment") conforme os seus valores e interesses. É nesse momento, em 1996, com o lançamento pelo Joint Chiefs of Staf do documento Joint Vision 2010, que, segundo Bacevich, "o Departamento de Defesa completou sua transformação em um Departamento de Projeção do Poder".[172]

Dessa maneira, a mudança de Clinton para Bush residiria mais na exacerbação de uma propensão maior à agressividade e à ação unilateral na política externa estadunidense acompanhada de um discurso mais explícito nesse sentido, desprovido do verniz humanitarista e multilateralista do governo anterior[173]. O imperialismo norte-americano sob George W. Bush, portanto, consistiria principalmente na ampliação de uma tendência já em curso do que numa

---

170 GUIMARÃES (2002).

171 VIGEVANI, Tullo & OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de (2001). "A política externa norte-americana em transição: de Clinton a George W. Bush". In: *Política Externa*, v. 10, n. 2, set./out./nov. 2001, *apud* GUIMARÃES (2002).

172 "the Department of Defense completed its transformation into a Department of Power Projection", BACEVICH, Andrew (2002). *American Empire: The Realities and Consequences of U.S. Diplomacy*. Cambridge: Harvard University Press, 2002, *apud* CHIBBER (2004).

173 V. CHOMSKY, Noam (2003). *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance.* New York: Metropolitan Books, 2003, *apud* CHIBBER (2004).

mudança radical na orientação da política externa dos EUA.[174] Essa mudança teria sido apontada sob Bush pai e se dado já sob Clinton e, como vimos, estaria longe de ser radical, antes, representando, pelo menos no que diz respeito ao expansionismo e ao imperialismo, a retomada de uma trajetória expansionista que remonta ao século XIX[175], a qual teria sido temporária e parcialmente interrompida com a Guerra Fria. Mesmo a idéia de uma interrupção temporária no expansionismo americano é questionável. Afinal, apesar da estratégia declarada do *containment,* a Guerra Fria foi extremamente funcional para a consolidação da hegemonia americana na Europa e em outras partes do mundo, justificando a expansão do seu poderio militar, a formação de várias alianças militares e o estabelecimento de bases ao redor de todo o globo. Além disso, a estratégia americana durante o conflito com a URSS foi quase sempre no sentido de mantê-la sob pressão e dessa forma contribuir para o seu colapso.[176]

3.3.1 – Doutrina Clinton

Clinton buscou responder a essas questões através de um misto de ações realistas e discurso multilateralista. Suas principais diretrizes encontram-se condensadas na "Doutrina Clinton", elaborada em 1996 e denominada "A national security strategy of engagement and enlargement". Entretanto, o esboço de suas linhas principais já havia sido apresentado anos antes por seu assessor, Antony Lake, na Johns Hopkins University. Seguindo ao colapso da URSS, à ascensão dos mercados desregulados e liberalizados e da utopia globalitária, a globalização e temas de caráter universal e abstrato assumirão um lugar central no discurso do governo Clinton e na justificativa de suas ações de política externa. A questão da segurança se torna mais abrangente, estendo-se para além da esfera militar e atingindo as áreas da economia e da difusão

---

174 V. CHIBBER (2004); GUIMARÃES (2002).

175 V. FIORI (org.) (2004).

176 Eduardo Kugelmas é crítico a esse respeito. Segundo ele, "Dir-se-á que posturas de tipo imperialista marcam a história americana pelo menos desde o conflito com a Espanha em 1898 . Mas deve ser notado que a disputa entre intervencionistas e isolacionistas foi um dos temas centrais do debate político do país até a Segunda Guerra Mundial e que durante o período da Guerra Fria e do prolongado conflito com a URSS o *leit motif* da política externa do país foi o da contenção. O célebre artigo de 1947 do diplomata George Kennan na revista *Foreign Affairs* , (assinado sob o pseudônimo de X) e a discussão do conceito de *containment* então feita balizaram, em boa medida, a postura dos Estados Unidos por décadas", KUGELMAS (2002). Entretanto, como argumenta Chibber, concordando com Bacevich, "(...) if foreign policy during the Cold War had been driven by defensive concerns, in order to prevent Soviet expansion (...) If that had been true, then, once the Soviets passed from the scene, American policy makers would have ratcheted down their own aggressiveness on the world stage. They did not", CHIBBER (2004). V. também: GOWAN (2004a).

da democracia. Será em nome desses valores e princípios que as intervenções americanas se tornarão cada vez mais freqüentes.

Assume-se que economias de mercado, abertas e voltadas para o livre comércio, tendem a favorecer ao desenvolvimento da democracia e, conseqüentemente, ao aumento da cooperação entre as nações e da sua própria segurança. O aumento da interdependência proporcionado pela ampliação do comércio internacional entre as nações voltadas para a economia de mercado diminuiria a possibilidade de conflito entre elas, tendo em vista a ampliação do interesse comum em uma ordem estável e pacífica para o prosseguimento dos negócios. Afinal, todas as partes teriam a ganhar com o crescimento do comércio internacional, considerado como um jogo de soma positiva. Ao mesmo tempo, a difusão da democracia teria o mesmo efeito para um mundo mais seguro ao admitir-se que nações democráticas são menos inclinadas ao conflito bélico. Portanto, um dos objetivos principais dos EUA deveria ser o de promover a democracia e a economia de mercado em todos lugares do planeta.

Ao mesmo tempo, temas de caráter ético e de alcance global, como a ecologia, os direitos humanos, o combate ao narcotráfico e ao terrorismo etc, passam a ser defendidos pelo governo Clinton e estimulados por este a serem discutidos e tratados em âmbito multilateral. No mesmo sentido, o fortalecimento e a readaptação aos novos tempos do papel dos organismos multilaterais como a ONU, o FMI, o Banco Mundial ou a OTAN deveriam ser estimulados, transformando-os em co-gestores da nova ordem. A cooperação e o multilateralismo seriam ainda expandidos com a criação da OMC e da proliferação de blocos regionais, como o Nafta, o Mercosul, a APEC etc.

Tendo por base esses objetivos e interesses comuns, os inimigos da "nova ordem mundial", anunciada pelo governo Bush na passagem da década de 80 para a de 90, são aqueles que a ela se contrapõe ou se constituem como uma ameaça: os "*rogue states*", ou estados párias, já apontados no documento daquele governo que esboçava a nova estratégia americana. Esses podem ser divididos em duas classes. Numa estão aqueles estados que não aceitam o *status quo* da ordem internacional e reivindicam, pela força das armas, se necessário, a mudança de sua posição na hierarquia de poder e riqueza internacional. O risco maior com relação a essa classe de *rogue states* é a obtenção e/ou a utilização de armas de destruição em massa. Noutra estão os estados falidos, que fracassaram em oferecer a suas sociedades o mínimo necessário para uma vida digna e que se mostraram incapazes de assegurar a segurança interna de suas populações ou o controle sobre suas fronteiras. Portanto, tornam-se vulneráveis e permeáveis à utilização de

seus territórios pelo crime organizado, pelo tráfico de armas e de drogas e/ou pelo terrorismo internacional, os quais implantam células de organização e treinamento nesses países aproveitando-se dessa vulnerabilidade.

O aumento da interdependência derivado da globalização ampliaria a ameaça de difusão de conflitos localizados e de menor importância, os quais, com o crescimento de sua magnitude, poderiam tornar-se um risco para os interesses e a segurança dos EUA e de seus aliados. Conseqüentemente, seria preciso intervir onde quer que essa fonte de instabilidade surgisse para evitar que essa ameaça de irradiação se concretizasse e atingisse pontos de interesse vital para os EUA. Isso levaria, portanto, à necessidade de uma capacidade permanente de intervenção em múltiplos teatros paralelamente e, com isso, de um constante aprimoramento e ampliação da capacidade bélica estadunidense para fazer frente às ameaças à nova ordem derivadas de um ambiente internacional mais instável e complexo. No mesmo sentido, encontrava-se a necessidade de revisar o papel dos acordos militares e das alianças de defesa lideradas pelos EUA, principalmente a OTAN, de modo que estas pudessem assumir uma parcela maior dos ônus e ampliar a sua esfera de ação, passando de organizações meramente defensivas para organizações de segurança.

Esse amplo, universal e abstrato conjunto de objetivos e princípios adotado pelo governo Clinton, em tese, forneceria aos EUA a justificativa para a expansão de sua capacidade de intervenção a níveis aparentemente ilimitados e indefinidos. Parecia ser um substituto adequado para um inimigo igualmente universal e que deixava de existir com o fim da URSS e da ameaça do comunismo. Tanto que os gastos militares, em 2000, permaneciam igualados à soma dos seis países seguintes com esses gastos e, apesar de uma certa redução, o padrão de distribuição dos efetivos militares continuava semelhante ao da Guerra Fria[177].

Segundo Guimarães, Posen e Ross identificam a estratégia seguida por Clinton como uma "primazia seletiva (mas cooperativa)". Conciliando o envolvimento seletivo na ação com a segurança cooperativa e a perspectiva de uma "paz indivisível" no discurso, essa administração perseguia a manutenção e expansão da primazia estadunidense. Dessa forma, com base no discurso do multilateralismo e da defesa de temas universais, a era Clinton notabilizou-se por um número sem precedente de intervenções militares americanas, deixando claro o caráter

[177] V. GUIMARÃES (2002).

predominantemente ativista e agressivo de sua política externa, ao invés de uma postura meramente defensiva[178].

Nesse mesmo sentido, apesar da defesa e da promoção do multilateralismo, os EUA sob Clinton demonstraram em algumas ocasiões importantes que não aceitariam ter a sua ação restringida pelas organizações multilaterais, como a ONU e seu Conselho de Segurança, ou pelas leis internacionais, transgredindo essas mesmas leis e recorrendo, sempre que necessário, ao unilateralismo e/ou às alianças de ocasião, conforme a sua conveniência e a necessidade da missão, fazendo, assim, uma interpretação peculiar do multilateralismo. Nesse sentido, Clinton declara na ONU que os EUA agiriam "multilateralmente quando possível, mas unilateralmente quando necessário"[179]. Assim como o unilateralismo, a ênfase na defesa dos interesses nacionais estadunidenses não precisaria esperar até o governo de George W. Bush, pois essa já era colocada de forma explícita no discurso do secretário da Defesa de Clinton, William Cohen, ao afirmar, em diversas ocasiões, que os EUA teriam o direito de empreender ações militares unilaterais contra os *rogue states* sempre que estes representassem uma ameaça aos seus interesses vitais, definidos por ele como "assegurar acesso irrestrito a mercados chave, a fornecimento de energia e a recursos estratégicos", ou o que quer que fosse definido internamente como tal[180]. Na ordem pós-Guerra Fria, o estabelecimento das novas normas a regerem as relações internacionais ficaria a cargo dos EUA, assegurando-lhes maior liberdade para moldarem o ambiente internacional de modo que este se adequasse o melhor possível aos seus interesses e objetivos. Para tanto, é necessário que Washington se mostre capaz de e disposto a defendê-los, bem como a sua supremacia, e de assegurar o cumprimento das normas internacionais estabelecidas conforme seu critério. Para garantir a credibilidade dessa disposição e capacidade, os EUA devem mostrar-se implacáveis e empreender ações punitivas exemplares quando da emergência de algum questionador dessa ordem, de modo a deixar claro o elevado preço para aqueles que se

---

178 "A verdade é que o governo Clinton manteve um ativismo militar sem precedentes durante seus dois mandatos. Segundo relatório da US Comission on National Security, de 1999, durante a 'era Clinton os Estados Unidos se envolveram em 48 intervenções militares'", FIORI (2007). "The two Clinton presidencies produced 'an unprecedented level of military activism'", BACEVICH (2002), p. 142, *apud* CHIBBER (2004).

179 *Apud* DERRIDA (2003).

180 "ensuring inhibited access to key markets, energy supplies, and strategic resources" a*pud* DERRIDA (2003).

aventurarem em tal empreitada. Trata-se de assenhorear-se da posição de legislador e garantidor dessas normas e de árbitro inconteste das questões internacionais mais relevantes.[181]

Talvez o melhor exemplo a esse respeito durante o governo Clinton resida na intervenção militar na Sérvia, durante o conflito de Kosovo. Nesse caso, o "multilateralismo" se fez presente ao conduzir-se a ação através da OTAN. Entretanto, isso se deu sem que esta tivesse prerrogativa legal para tanto e em detrimento do Conselho de Segurança da ONU, tendo em vista que a proposta de uma resolução nesse fórum para a intervenção seria certamente vetada pela Rússia e pela China, parceiros da Sérvia. Ao mesmo tempo, essa ação abriu um precedente importante para a realização de outras similares, teve como resultado demonstrar a incapacidade da UE em agir como bloco para prover a sua segurança e defender os seus interesses e a ausência de instrumentos de segurança autônomos disponíveis. Com isso, a essencialidade de Washington para a manutenção da segurança e do equilíbrio de poder europeu ficou mais uma vez evidente, reforçando a sua posição de comando na OTAN.[182]

No mesmo sentido, as ações estadunidenses na Somália (1992-1994), no Haiti (1994), os freqüentes bombardeios no Iraque, além da intervenção na Bósnia-Herzegóvina (1993-1995), todas essas crises,

> apesar das peculiaridades de cada uma, reforçaram o papel chave de Washington na formulação das decisões adotadas no quadro do Conselho de Segurança da ONU. Entrementes, a expansão da Otan para a Europa centro-oriental reafirmou a influência determinante dos Estados Unidos na manutenção do equilíbrio estratégico básico no cenário europeu.[183]

Entretanto, a conciliação entre os objetivos, a defesa e as exigências de um projeto imperial e a justificativa das intervenções em função desse projeto em termos "humanitários" nem sempre está dada. A contradição se torna evidente e a ação da potência imperial se torna facilmente sujeita a críticas. A legitimidade das ações da superpotência por meio desses termos se torna muito mais difícil. Conseqüentemente, outras fontes de legitimidade, de *rationale* para a busca dos interesses nacionais do poder imperial americano precisavam ser encontradas.

---

181 V., entre outros: CHIBBER (2004); GOWAN (2004).

182 V. entre outros MAGNIOLI (2004); CHIBBER (2004); GUIMARÃES (2002).

183 MAGNIOLI (2004), p. 195.

3.3.2 – Doutrina Bush

O grupo em torno de George W. Bush responderá a esse dilema começando exatamente pela crítica ao viés "humanitarista" e "multilateralista" do governo democrata de Bill Clinton. A visualização da linha de continuidade entre o projeto definido no DPG e sua implementação nos governos posteriores se torna mais nítida no governo Bush. Não apenas por se colocar de forma mais explícita a estratégia desenhada e seus instrumentos, mas também pelos próprios membros que compõem o governo. Vários deles ou são egressos diretamente do grupo que participou da construção daquele projeto ou participaram, ao longo da década de 1990, de *think tanks* neoconservadores e da elaboração de documentos que reafirmavam os princípios nele expostos e apontavam a estratégia que seria adotada ao chegarem ao governo em 2000/01. Dessa forma, encontramos Dick Cheney como vice-presidente, tendo Lewis Libby como seu assessor-chefe, Donald Rumsfeld é agora secretário de Defesa, tendo como sub-secretário Paul Wolfowitz. Colin Powell, mais moderado, assume o Departamento de Estado. A esse grupo vêm se juntar Condollezza Rice, no Departamento de Estado, e William Kristol.[184]

Dessa forma, os atentados de 11 de setembro exercem mais o papel de catalizador das propostas, das diretrizes e das ações já desenhadas ou em curso do que de seu detonador. Analisando os esboços da nova estratégia militar dos EUA, Michael Klare identificava, já em julho de 2001, três dos preceitos básicos a orientar a nova estratégia: a centralidade da busca pelos interesses nacionais estadunidenses; a capacidade de projeção de poder em escala global; e a perpetuação da sua supremacia, sobretudo militar. Outros documentos importantes, que já vinham sendo elaborados antes dos ataques terroristas, evidenciam o caráter das mudanças propostas pela nova equipe e sua independência em relação aos atentados, mostrando que não se tratava de uma reação à agressão sofrida, mas de uma nova visão acerca do cenário internacional e da estratégia julgada mais adequada a ele. Exemplos a esse respeito são o *Quadriennal Defense* Review, de setembro de 2001, e o *Nuclear Posture Review*, publicado em janeiro de 2002. Portanto, nesse ponto, já era possível perceber a retomada (ou continuação) explícita de aspectos centrais propostos no DPG e que tinham sido muito criticados na época. A diferença em relação a

184 V. KUGELMAS (2004).

governos anteriores, argumenta Klare, é que "esses preceitos nunca foram articulados com tanta consistência e fervor".[185]

Contrariamente ao discurso da cooperação, do idealismo e do multilateralismo, o grupo em torno de George W. Bush defende que os "interesses nacionais" devem ser promovidos, "as intervenções humanitárias devem ser raras" e os "acordos e instituições multilaterais não devem constituir fins em si mesmos"[186]. Isso se dá apesar das instituições multilaterais, conforme argumentado acima, não constituírem um obstáculo significativo aos interesses estadunidenses, uma vez que, desde sua constituição, elas estiveram sob o domínio desse país, sendo mesmo instrumentalizadas em função de seus objetivos. Seu papel, portanto, seria antes o de auxiliar a manutenção da ordem e a expansão estadunidense, fornecendo legitimidade para as suas ações e contribuindo com parte dos recursos necessários para empreendê-las.

Ainda assim, segundo Mann, os neoconservadores que assumem o poder em 2001 entendem que existem pelo menos dois motivos principais para se adotar e defender o unilateralismo em detrimento do multilateralismo. O primeiro seria de ordem tática e estaria relacionado ao fato de que apesar dessas organizações multilaterais geralmente operarem conforme os interesses e conveniências dos EUA não é sempre que o fazem e, nesses momentos, a adoção do unilateralismo para alcançar objetivos considerados vitais é de fundamental importância. Até aqui, nada muito diferente da linha que já vinha sendo adotada com Bill Clinton e que se sintetiza na idéia do multilateralismo "à la carte" da equipe de Bush. O segundo motivo é estratégico e está relacionado com a visão de mundo que esse grupo possui acerca do cenário estratégico pós-guerra fria. Nesse ponto, com o retorno dos neoconservadores republicanos ao poder, são retomados os princípios esboçados no DPG e desenvolvidos nos *think tanks* neoconservadores ao longo da década de 1990. Para esses, o novo cenário mundial que se coloca com o fim da Guerra Fria e as oportunidades vindas com ele não foram interpretados de maneira adequada não apenas pelos democratas de Clinton, mas também pelo próprio governo republicano do seu antecessor. Nesse sentido, o entendimento é de que, tendo derrotado o seu arqui-rival e dispondo de um poder muito superior ao das demais potências, destacadamente no campo militar, os EUA dispunham da oportunidade e da capacidade para impor a ordem ao mundo e preservar sua supremacia pelo menos por um futuro previsível. Assim, não faria sentido

185 KLARE (2001). V. também: GORCE (2002b).
186 GUIMARÃES (2002).

ter a sua liberdade de ação restringida ou constrangida, em qualquer grau, por organizações que seriam perfeitamente dispensáveis.[187]

Outro ponto importante colocado por Mann diz respeito à militarização da política externa dos EUA, a qual tende a se sobrepor à busca de acordos e de entendimentos diplomáticos. Essa mudança relaciona-se com o entendimento de que, com a ascensão econômica de outras potências, a manutenção e a expansão dos interesses estadunidenses no mundo e a perpetuação de sua supremacia repousam cada vez mais naquela área onde o diferencial de poder dos EUA em relação às demais potências é incomparavelmente maior, ou seja, no campo militar. Dessa maneira, não apenas a assunção de compromissos se tornaria praticamente desnecessária e, quando inevitável, francamente favorável aos EUA, como também, quando o uso da força militar fosse indispensável, a posse de armas tecnologicamente superiores asseguraria a vitória virtualmente sem perdas para o lado americano. Como foi discutido, esse aspecto consiste mais na reafirmação de um diagnóstico e da exacerbação de uma tendência já esboçadas pela equipe de George Bush e colocadas em curso pelo governo Clinton do que em uma radical mudança de orientação em relação a este. Entretanto, se com Clinton (e mesmo antes) os interesses nacionais dos EUA como objetivo e o militarismo como instrumento eram temperados pelas considerações retóricas em outras áreas e colocados quase como uma conseqüência necessária dos imperativos de segurança postos por elas, o grupo em torno de George W. Bush os coloca no centro mesmo de sua estratégia e desprovido de outras "amenidades".

Coerentemente com a crescente importância do poder militar em seu projeto de poder global, os Estados Unidos, no pós-Guerra Fria, têm demonstrado claramente que não aceitam restrições derivadas de tratados internacionais sobre a sua liberdade de ação estratégica e de desenvolvimento de armamentos. Apesar dessa postura antidesarmamento ter sido acentuada no governo Bush, ela parece fazer parte de uma estratégia mais geral do Estado norte-americano uma vez que já se apresentava na administração Clinton. Trata-se, portanto, de mais uma tendência que foi agravada aproveitando-se de circunstâncias favoráveis para tanto. Nesse sentido, os tratados sobre desarmamento vêm sendo denunciados ou simplesmente não cumpridos. Propostas no sentido de implementação de um sistema de verificação no âmbito da Convenção sobre Armas Biológicas, de 1972, foram rejeitadas em 2000, ainda sob o governo

187 V. CHIBBER (2004).

Clinton. Da mesma forma, já não haviam concordado com a Convenção Internacional Antiminas de 1997. A Convenção sobre Armas Químicas, de 1993, foi ratificada, mas sob restrições tais que a enfraqueceram consideravelmente. Já sob George W. Bush, os EUA denunciam o tratado ABM (*Anti-Ballistic Missile Agreement*); o Tratado de Banimento de Testes Nucleares (CTTB) não é ratificado pelo Congresso e os EUA reservam-se o direito de realizar testes conforme a sua conveniência; o Tratado de Não-Proliferação passa a ter uma nova interpretação; recusam a Convenção sobre Armas Portáteis e a Corte Internacional de Justiça. Como resultado, deflagra-se uma nova corrida armamentista e as relações internacionais passam a assentar-se cada vez mais nas relações de força, onde o fiel da balança consiste no diferencial de poder político e militar. Entretanto, essa linha de ação, que aparentemente conduz a uma maior instabilidade do sistema internacional, tende a favorecer ao mais forte militarmente, e, portanto, aos EUA, uma vez que o limite extremo das negociações nessa área é a guerra.

Essa linha de ação na política externa quanto aos acordos internacionais de controle de armamentos se coaduna, se complementa e se consolida na forma de uma doutrina mais coesa com a reformulação da estratégia militar estadunidense sob Bush a partir de 2001. Essa proposta de transformação militar já era colocada como um dos temas centrais da campanha de George W. Bush à presidência e sua importância para o novo governo se confirma ao tornar-se um dos seus primeiros atos ao chegar ao poder. É assim que Bush determina ao Departamento de Defesa, sob o comando de Donald Rumsfeld, a sua elaboração e implementação.

Trata-se de uma reorganização das forças armadas de modo a adaptá-las melhor ao novo cenário estratégico colocado no pós-Guerra Fria e ao projeto de expansão imperial norte-americano. A proposta encontra sua síntese no discurso de George W. Bush em 1999 na academia militar The Citadel, quando afirma que as forças armadas dos EUA devem ser menores, mais leves e mais mortíferas.[188] Essa idéia traduz uma percepção dentro de círculos do Pentágono e de estrategistas estadunidenses de que os desafios colocados pelo cenário estratégico internacional diferem substancialmente daqueles postos pelo conflito bipolar com a URSS[189].

---

[188] "Nossas forças armadas devem ser ágeis, mortais e com capacidade de se deslocarem rapidamente com um mínimo de apoio logístico. Devemos ser capazes de projetar nossa força a grandes distâncias num prazo de dias ou poucas semanas, e não de alguns meses. [...] Nossas forças terrestres devem ser mais ágeis, nossas unidades leves devem ser mais mortais. Todas elas devem se deslocar com maior facilidade", Discurso de George W. Bush, na academia militar The Citadel, em 1999, *apud* KLARE (2002).

[189] Não se trata de uma resposta aos ataques de 11 de setembro, mas sim da formalização de modificações na estratégia militar que já vinham se desenhando e discutindo ao longo da década de 90 e que ganham corpo e

Neste caso, apesar de já existir a preocupação de projetar o poder em escala global, o cenário principal consistia na perspectiva de um conflito em grande escala contra o pacto de Varsóvia no teatro europeu. Isso impunha a necessidade de uma força pesada, composta por tanques, grandes blindados, peças de artilharia pesada etc. A dificuldade de locomoção desse aparato era uma preocupação secundária, uma vez que já se encontravam situados próximos ao virtual campo de combate em bases na Europa Ocidental. Com o fim do conflito bipolar, a dissolução da URSS e do pacto de Varsóvia e o enfraquecimento da Rússia e sua dificuldade em manter o seu poderio militar, a probabilidade de ocorrência desse cenário diminuiu drasticamente.

Por outro lado, cresceu a preocupação com ameaças provenientes de países da periferia do sistema e, com isso, com a capacidade dos EUA em projetar o seu poder a longas distâncias, deslocando contingentes militares significativos para fazer valer os seus interesses. Nesse caso, o mais importante consiste na capacidade de rápida mobilização e deslocamento desses contingentes, com amplo apoio aéreo e naval e de forma coordenada com eles e entre si. O tamanho e o peso das unidades de combate devem ser reduzidos e a sua autonomia em termos logísticos ampliada, assegurando-se, ao mesmo tempo, o seu poder de destruição, com tiros mais eficientes e precisos à longa distância, e de controle do teatro de operações através da capacidade de avaliar permanentemente a situação do adversário. O uso intensivo e o desenvolvimento de computadores e de sistemas avançados de informação e monitoração tornam-se, portanto, cada vez mais importantes. Igualmente relevante é a capacidade de garantir a segurança desses sistemas através do controle do espaço, assegurando assim a integridade dos satélites e das redes de informação e de transmissão de dados. Quanto à força aérea e à marinha, a primeira deve ser "capaz de bombardear objetivos distantes com precisão absoluta" e a segunda de "projetar nossa força a lugares remotos e distantes"[190]**.** Nisso consiste a chamada "doutrina de controle estratégico" e, em conjunto, esses instrumentos tencionam possibilitar o combate e a vitória sobre

---

expressão com o governo Bush. A legitimidade para a sua implementação é fornecida pelos atentados terroristas e a conseqüente eleição do "terror" como inimigo número 1.

[190] "On land, our heavy forces will be lighter, our light forces will be more lethal. All will be easier to deploy and to sustain. In the air, we will be able to strike across the world with pinpoint accuracy. … On the oceans, we will connect information and weapons in new ways, maximising our ability to project power onto land", discurso de George W. Bush na base naval de North Folk em 13 de fevereiro de 2001, *apud* KLARE (2001). V. também: KLARE (2002).

qualquer adversário e em qualquer terreno, potencializando a capacidade de adaptação das forças armadas a qualquer circunstância.[191]

É nesse ponto que se encontra a lógica e que se revela o verdadeiro caráter da outra perna do projeto de "revolução nos assuntos militares" (*revolution in military affairs*) proposta por Rumsfeld e abraçada por Bush: o sistema nacional de defesa anti-mísseis, denominado *Missile Defense System*. Esse escudo anti-mísseis objetiva assegurar a invulnerabilidade do território americano, bem como a de suas bases militares extraterritoriais, de suas tropas no campo de combate (*Theatre Missile Defense - TMD*) e a de seus aliados a um ataque desse tipo, principalmente com ogivas nucleares, bacteriológicas ou químicas. Por trás desse argumento está a preocupação com a capacidade dos EUA de manter a iniciativa. Ou seja, o escudo anti-mísseis consiste numa arma ofensiva ao assegurar que eles possam realizar ações militares em qualquer região do globo sem precisarem se preocupar em ter sua liberdade de ação restringida por temor de uma retaliação com mísseis, até mesmo no teatro de operações.[192]

Mas, ao mesmo tempo, a importância do escudo antimísseis se revela também em função de um outro objetivo, destinado a ampliar o espectro de opções das forças amadas estadunidenses no campo de batalha. Trata-se de assegurar a possibilidade do desenvolvimento e uso de armas nucleares táticas, de tipos variados, em conflitos de diferentes magnitudes, como apoio ou substitutas dos armamentos convencionais, conforme o andamento do conflito e o comportamento do adversário. Essa possibilidade já havia sido levantada nas décadas de 60 e 70 sob a denominação de "represália gradativa". Porém, nesse momento, essa proposta foi congelada, uma vez que, por um lado, foi objeto de fortes críticas e protestos entre os aliados europeus (cenário mais provável de uma guerra desse tipo contra o bloco socialista). E, por outro, foi vetada pela ameaça soviética de retaliar ao uso de armas nucleares táticas com o lançamento

---

191 V. KLARE (2001); KLARE (2002); GORCE (2002a); GORCE (2002b).

192 KLARE (2001). Nesse sentido, é interessante lembrar a observação feita por Vágner Camilo de que "os ataques Scuds, antigos mísseis balísticos produzidos pelos soviéticos, foram praticamente o único contratempo que o Iraque foi capaz de causar durante a guerra. O receio de que Saddam Hussein usasse tais mísseis com ogiva não-convencional, provavelmente química, preocupou os líderes militares e políticos norte-americanos até o fim formal da guerra. Convém destacar que a maior perda de soldados estadunidenses por ação inimiga foi provocada por um míssil que atingiu, em golpe de sorte, um acampamento de tropas nos subúrbios de Dhahran, na Arábia Saudita. As baixas foram de 28 mortos e 97 feridos. Considerando que as perdas norte-americanas em virtude de ação inimiga foram raras, esse número corresponde a 25% do total de baixas em combate dos Estados Unidos na guerra", ALVES (2007), p. 7.

de todo o seu arsenal nuclear sobre o adversário, estendendo a elas o mesmo princípio da *Mutually Assured Destruction* (MAD) que era aplicado às armas nucleares estratégicas.

O escudo antimísseis visa romper com essa limitação. Nesse sentido, a capacidade de se defender de um ataque com mísseis passa a ter maior relevância do que ampliar o já gigantesco arsenal nuclear norte-americano. Na verdade, procede-se, tendo em vista esta modificação na estratégia, à sua redução a um nível estabelecido unilateralmente pelos próprios EUA e considerado adequado às necessidades de dissuasão. É assim que Washington rejeita a proposta de Moscou de relançar uma redução negociada de seus arsenais nucleares e estabelece, por conta própria, os níveis que julga mais adequados. Dessa forma, podem liberar recursos para serem aplicados em outras áreas consideradas de maior prioridade conforme a nova concepção. Entretanto, um aspecto inovador da nova estratégia nuclear, exposta no *Nuclear Posture Review*, é a sua flexibilidade "definida como adaptação permanente às novas ameaças e como reversibilidade". Isso significa que Washington não considera descartar nenhuma possibilidade de desenvolvimento ou utilização de armamentos nucleares, ou seja, não considera ter a sua ação restringida por nenhum tipo de tratado que tenha assinado caso a situação assim imponha.[193]

Todavia, a questão fundamental persiste. Apesar de descoberto e reafirmado o instrumento principal do projeto imperial, ou seja, a expansão contínua do poderio militar, como justificar a expansão desse poder? Quem ou o quê deve fazer o papel do novo inimigo, do arqui-rival, da ameaça mortal? E, nesse sentido, várias continuarão sendo as tentativas, passando pelos *rogue states* e pelos estados que possuem ou buscam adquirir armas de destruição em massa, pelos estados acusados de acolherem ou darem suporte ao terrorismo ou ainda pelo terror, pura e simplesmente.

Os ataques de 11 de setembro permitiram, de forma inesperada (e provisória), que se resolvesse esse problema, fornecendo a *rationale* que se buscava para legitimar a implementação da estratégia do governo Bush. Sob o forte impacto psicológico dos atentados ao *World Trade Center* e ao Pentágono, a definição do "terror" como o novo arqui-inimigo emerge de modo quase natural. O problema é que "o terror, no entanto, não é uma coletividade humana concreta contra a qual se guerreia, mas uma forma de guerrear. Como tal é espacialmente indeterminada,

[193] V. GORCE (2002b).

está em qualquer lugar"[194]. O que, de acordo com as autoridades do governo, asseguraria aos EUA "o direito de combatê-lo onde bem convier".

E esse direito se manifesta ao traduzir a abstração proveniente da ausência de territorialidade do novo inimigo na concretude dos estados acusados de associar-se direta ou indiretamente com ele, dando-lhe abrigo, suporte e/ou financiamento. A ameaça é gravemente potencializada quando essa associação se dá com estados que já possuem ou buscam desenvolver ou obter armas de destruição em massa. A associação entre estados e organizações terroristas consiste num dos aspectos originais da nova doutrina. Ela fornece uma flexibilidade que permite aos EUA definirem seus alvos de acordo com seus próprios critérios, os quais têm como bússola as suas prioridades estratégicas definidas conforme os seus próprios interesses nacionais. Da mesma forma, os membros do governo de George W. Bush a interpretaram como capaz de oferecer a legitimidade necessária para o empreendimento de uma campanha militar de ampla envergadura e de duração indefinida, a exemplo do ocorrido durante a Guerra Fria[195].

Após os atentados terroristas, outros pontos serão acrescentados à nova doutrina militar e de segurança, os quais serão desenvolvidos e apresentados em diversos momentos ao longo de 2002 como, por exemplo, por Rumsfeld em 31 de janeiro de 2002 na Universidade da Defesa Nacional em Washington. Nesse discurso, são colocados os seus seis pontos básicos, os quais são: garantir a invulnerabilidade do território norte-americano e das bases militares no exterior; projetar e sustentar o poder em pontos distantes do globo; negar abrigo ao e destruir os santuários do inimigo em qualquer lugar do mundo; garantir a segurança dos sistemas de comunicação e informação; promover a ação coordenada de todas as forças no teatro de operações; garantir o livre acesso ao espaço e a segurança do sistema de defesa. Nesse momento, tanto no referido discurso de Rumsfeld quanto no de Bush no dia anterior, já aparece a proposta da realização de ataques preventivos como forma de defesa. A nova doutrina de segurança será exposta pelo presidente no seu pronunciamento na Academia Militar de West Point em 1 de junho de 2002 e confirmada, com seus elementos consolidados, ao ser apresentada ao Congresso por meio do documento intitulado *National Security Strategy* em 19 de setembro do mesmo ano.[196] Os três preceitos discutidos acima são confirmados, destacando-se, principalmente, a disposição de

194 GUIMARÃES (2002).
195 ACHCAR (2001).
196 V. GORCE (2002a); TEIXEIRA DA SILVA (2004).

Washington de dissuadir qualquer potência ou aspirante a potência, isoladamente ou em conjunto, de tentar buscar a paridade militar com os EUA, mantendo-se como única superpotência militar inconteste. Conforme afirmado no documento "nossas forças devem ser suficientemente fortes para dissuadir potenciais adversários de buscar uma mobilização militar que ultrapasse ou iguale o poder dos Estados Unidos".[197]

A doutrina traz uma novidade importante no discurso, ainda que não o seja na ação. Trata-se do abandono dos conceitos de *containment* e *deterrence* e da afirmação do direito de ataques preventivos como forma de defesa, justificável em função da natureza das novas ameaças colocadas pelo terrorismo e pela difusão das armas de destruição em massa. Mas não exclui que, entre essas ameaças, às quais cabe a aplicação do mesmo direito auto-outorgado, estejam aquelas colocadas pelo crescimento do poderio de alguma outra potência que possa rivalizar com os EUA. Leia-se, sobretudo, China, mas também Rússia, Japão e uma UE coesa e autônoma em termos de segurança. A guerra, portanto, ao contrário do que propugnam as normas e o direito internacionais, deixa de ser justificável apenas em caso de resposta a uma agressão ou a uma ameaça iminente e claramente identificável. A justificativa para a declaração de uma guerra ou de uma intervenção militar torna-se totalmente subjetiva e sujeita a avaliação e ao arbítrio da única superpotência, a qual identifica as ameaças potenciais ou imaginárias e julga-se no direito de definir, a cada momento, os alvos de seus ataques preventivos. "'Nosso desafio [consiste em] defender nossa nação contra o desconhecido, o incerto, o não-visto, o inesperado'. É preciso ser capaz de 'dissuadir e derrotar adversários que ainda não emergiram para desafiar-nos'".[198] No mesmo sentido, no discurso de 31 de janeiro, Rumsfeld já afirmava que

> a defesa dos Estados Unidos requer a prevenção, a autodefesa e, às vezes, a iniciativa da ação. Defender-se contra o terrorismo e outras ameaças emergentes do século XXI pode muito bem exigir que se leve a guerra para o campo do inimigo. Em certos casos, a única defesa consiste numa boa ofensiva.[199]

Apesar do caráter mais explícito e determinado da nova postura, não deixa de chamar a atenção a impressionante semelhança com o discurso de Madeleine Albright, secretária de Estado

---

197 *National Security Strategy*, www.whitehouse.gov/NSC, *apud* KUGELMAS (2002).

198 RUMSFELD, Donald (2002). "Transforming the military". In: *Foreign Affairs*, v.81, n.3, mai/jun 2002, *apud* GUIMARÃES (2002).

199 Discurso de Donald Rumsfeld na Universidade da Defesa Nacional em Washington, 31 de janeiro de 2002, *apud* GORCE (2002b).

de Clinton, quando, na reunião ministerial da OTAN, em dezembro de 1998, afirma que os *rogue states* armados com mísseis colocavam uma ameaça para os EUA e os seus aliados do porte daquela posta pelo pacto de Varsóvia. E, já naquele momento, defendia a extensão da área operacional da aliança atlântica para zonas distantes e para combater uma ampla gama de ameaças emergentes. Segundo ela, "o senso comum nos diz que às vezes é melhor lidar com a instabilidade enquanto ela ainda está à distância do que esperar até que ela esteja a nossa porta".[200] Clinton coloca a mesma perspectiva da seguinte forma:

> a pergunta que nós devemos fazer é, quais são as conseqüências para a nossa segurança de deixar os conflitos intensificarem-se e espalharem-se. Nós não podemos, na verdade, nós não devemos, fazer tudo ou estar em todo lugar. Mas onde nossos valores e nossos interesses estão em risco, e onde nós podemos fazer a diferença, nós temos que estar preparados para tanto.[201]

Apesar das críticas de Bush e de sua equipe à política externa de Clinton, a proximidade de objetivos de ambos fica evidente quando aquele afirma que

> 'a América tem que estar envolvida no mundo (...). Mas isso não significa que nosso exército seja a resposta para toda situação política externa difícil'. Antes, ele argumentou, o uso da força pelos EUA tem que ser governado por uma estratégia que enfatize 'interesses nacionais duradouros'.[202]

A guerra preventiva de Clinton, sob a alcunha de humanitária, se dá no Kosovo. Uma das preocupações era evitar a expansão do conflito através do provável envolvimento de dois aliados da OTAN, a Grécia e a Turquia[203]. As guerras preventivas de Bush estão sendo travadas no Afeganistão e no Iraque, sendo que esta já havia sido anunciada por Clinton e Blair em 1998[204].

---

200 "Common sense tells us that it is sometimes better to deal with instability when it is still at arm's length than to wait until it is at our doorstep", declaração de Madeleine Albright na reunião ministerial da OTAN, Bruxelas, dezembro de 1998, *apud* KLARE.

201 "the question we must ask is, what are the consequences to our security of letting conflicts fester and spread. We cannot, indeed, we should not, do everything or be everywhere. But where our values and our interests are at stake, and where we can make a difference, we must be prepared to do so", discurso de Bill Clinton em São Francisco, 26 de fevereiro de 1999, *apud* KLARE.

202 "'America must be involved in the world (...). But that does not mean that our military is the answer to every difficult foreign policy situation'. Rather, he argued, the use of force by the US must be governed by a strategy that emphasises 'enduring national interests'", discurso de George W. Bush em Charleston, Carolina do Sul, 23 de setembro de 1999, *apud* KLARE (2001).

203 V. MAGNIOLI (2004), p. 216-219.

204 V. FIORI (2007).

3.3.3 – Avanços e limites da nova estratégia estadunidense

Recapitulando: a reformulação estratégica dos EUA no pós-Guerra Fria, portanto, visa: manter a supremacia política, econômica e militar estadunidense e impedir o surgimento de algum desafiante ao seu poder global. Para tanto, é fundamental manter e ampliar o diferencial de poder militar em relação a qualquer outra grande potência ou aliança de grandes potências de modo a dissuadir qualquer aspirante ao poder global de desafiar o poderio norte-americano; manter a capacidade de moldar o ambiente geoestratégico de parceiros e adversários, mostrando a indispensabilidade da aliança com os EUA e da proteção militar estadunidense, garantindo que os interesses dos aliados estão, no geral, assegurados sob a supremacia dos EUA e desincentivando a busca de alianças que a contestem. Nesse sentido, continua sendo fundamental a capacidade de Washington em manipular as relações com russos e chineses para moldar o ambiente estratégico, respectivamente, de europeus e japoneses, assim como a sua capacidade de assegurar a ordem na periferia do sistema, garantindo, no geral, os interesses dos países centrais aliados e, principalmente, controlando as reservas de hidrocarbonetos e as suas linhas de abastecimento. Assim, de acordo com essa lógica, se é custoso, por exemplo, uma intervenção militar no Iraque e no Afeganistão/Ásia Central, ou ainda na Bósnia, no Kosovo etc, certamente é mais dispendioso, arriscado e perigoso abrir espaço para que os aliados ajam por sua própria conta, tendo em vista alguma suposta fraqueza ou incapacidade dos EUA em representarem os seus interesses.

Esses imperativos estratégicos se fundem na Ásia Central e no Oriente Médio, cujo conjunto configura o que os estrategistas de Washington denominam como Grande Oriente Médio. Ali se dá a disputa pelos hidrocarbonetos e pelo controle das linhas de abastecimento; ali deve se situar a cunha para separar a Rússia e a China; a zona de instabilidade para moldar as relações com os russos e, através deles, com os europeus. Trata-se, portanto, de uma região geopolítica de importância fundamental. Em função disso, a discussão se voltará agora para a análise da implementação da estratégia estadunidense nessa região e, conseqüentemente, em relação à Rússia, mas também à China.

Os movimentos dos EUA após os atentados de 11 de setembro, em direção ao Afeganistão, na Ásia Central, e ao Iraque, não deixam margem para dúvida: no centro da estratégia de poder global dos EUA, juntamente com a manutenção e expansão da supremacia militar, está o controle sobre as reservas e as linhas de abastecimento de hidrocarbonetos. Afinal,

a proposta de "revolução nos assuntos militares", de Rumsfeld, ou mesmo antes, de manutenção e expansão da supremacia estadunidense são indissociáveis de um firme controle sobre esses dois aspectos. Como mover uma máquina militar moldada para a expansão do poder global e manter a supremacia econômica sem acesso confiável às fontes de hidrocarbonetos?

Ao mesmo tempo, a capacidade dos EUA de manipular suas relações com a Rússia, colocando-a sob constante pressão, é de fundamental importância para que possam influenciar o ambiente estratégico europeu. Mantendo-se essas relações em um nível de tensão elevado, os EUA forçam a continuidade da dependência do continente em relação ao poder político e militar americano para a manutenção da sua segurança e, conseqüentemente, limitam a capacidade de iniciativa do bloco, ou mesmo dos países membros isoladamente, em termos de implementação de uma política externa comum autônoma, coesa e consensual. Essa dificuldade se mostra ainda maior com a entrada no bloco dos países da Europa centro-oriental, os quais guardam posições fortemente contrárias a uma maior aproximação ou colaboração com a Rússia, ao mesmo tempo em que apresentam posições pró-americanas.

A nova estratégia em relação à Rússia reside no esforço pelo seu contínuo enfraquecimento relativo e isolamento, seja através do fortalecimento da OTAN, seja do avanço da aliança e das organizações ocidentais sobre suas antigas áreas de influência e mesmo sobre as ex-repúblicas soviéticas, ou ainda estimulando movimentos separatistas e pró-ocidentais e fortalecendo as novas repúblicas independentes em sua periferia. De acordo com o DPG,

> a via mais promissora para ancorar os europeus Centro-Orientais ao Ocidente e para estabilizar as suas instituições democráticas é a sua participação nas organizações políticas e econômicas Ocidentais. A associação dos europeus Centro-Orientais na (Comunidade Européia) na primeira oportunidade, e uma OTAN com suas ligações expandidas (...). Havendo uma re-emergência de uma ameaça proveniente do estado sucessor da União Soviética, nós devemos planejar nos defendermos contra tal ameaça na Europa Oriental, havendo uma decisão da aliança para fazê-lo.[205]

[205] "The most promising avenues for anchoring the east-central Europeans into the West and for stabilizing their democratic institutions is their participation in Western political and economic organizations. East-central European membership in the (European Community) at the earliest opportunity, and expanded NATO liaison (...). Should there be a re-emergence of a threat from the Soviet Union's successor state, we should plan to defend against such a threat in Eastern Europe, should there be an alliance decision to do so", Excerpts from Pentagon's Plan: "Prevent the Re-Emergence of a New Rival", *The New York Times*, 8 de março de 1992. Excerpts from the Pentagon's Feb. 18 draft of the Defense Planning Guidance for the Fiscal Years 1994-1999.

De fundamental importância nesse jogo, não apenas por sua posição como nova fronteira dos hidrocarbonetos, mas também em função de sua posição geopolítica, é o controle sobre a Ásia Central. A estratégia de enfraquecimento da Rússia também aparece no DPG através da defesa de sua desmilitarização, da conversão da sua indústria militar para a produção civil e da eliminação ou drástica redução do seu arsenal nuclear, além de assegurar um firme controle sobre este de modo a evitar a sua difusão para outros países[206].

Tudo isso se insere no quadro de remanejamento dos territórios da ex-URSS e de sua antiga área de influência no pós-Guerra Fria, o que se dá em detrimento de e contra os russos. Nesse sentido, é interessante que se retome a tese do declínio norte-americano neste momento, pois, apesar das dificuldades enfrentadas pelos Estados Unidos no Iraque e da perda de legitimidade internacional de suas ações após a farsa montada no Conselho de Segurança para justificar a invasão, os ganhos obtidos pela administração de Bush Jr. são consideráveis. A comparação com a situação anterior é esclarecedora, tanto para a verificação da continuidade em termos da estratégia mais ampla do Estado americano quanto para a constatação dos avanços de posições em relação ao período do governo Clinton, os quais, até o 11 de setembro, se mostravam bastante lentos.

É nesse sentido que devem ser lidas as ações militares na Bósnia-Hezergóvina e no Kosovo contra a Sérvia, ao mesmo tempo avançando sobre um aliado tradicional de Moscou e mostrando a capacidade de ação unilateral de Washington, independentemente das considerações russas ou da concordância dos aliados ocidentais e atribuindo um papel secundário à ONU[207]. Apesar disso, a dificuldade dos avanços se evidencia, por exemplo, no processo de incorporação da Polônia, da Hungria e da República Tcheca às estruturas da Otan. Esse processo representou um momento culminante de tensão com a Rússia pós-soviética. A ratificação, na Reunião de Cúpula de Madri, em julho 1997, da decisão de incorporar esses três países significava um

---

206 Ibidem.

207 O papel dos EUA e a forma de manipulação por eles utilizadas na moldagem do ambiente geoestratégico de parceiros e adversários nesse exemplo fica evidente com o comentário de Gowan a seu respeito: "the US has demonstrated this capacity rather dramatically in the Yugoslav wars of the 19990s: from its refusal to use its resources to maintain Yugoslav unity in 1990-91, to its drive for a unitary independent Bosnia (entailing a Bosnian war) at the start of 1992, to its success in persuading the Bosnian government to reject EU efforts to bring the war to an end, to its readiness to bring the war to an end once the EU states had accepted the dominance of NATO in the Yugoslav and wider European theatres, to its capacity to lead the EU states into a war with the Yugoslav in 1999. The US has similarly got predominant regional military-political inflence over such parts of the Japanese hinterland as the Philippines, Thailand, Indonesia, Taiwan and South Korea", GOWAN (2004b), p. 476-475.

avanço sobre os territórios da área de influência da ex-URSS, deslocando as fronteiras da Otan em direção ao "Exterior Próximo" da Rússia[208]. Identificando esse movimento como uma provocação e uma ameaça a sua segurança, essa ampliação da Aliança, nesse momento, levou a um endurecimento das posições de Moscou com relação ao Ocidente e, mais especificamente, à questão do Kosovo. Além disso, insegura e isolada, a Rússia reorienta a sua estratégia, adotando a chamada *Doutrina Primakov*, ou seja, passa a buscar uma maior aproximação com outras potências regionais, principalmente a China, a Índia e o Irã, estreitando os laços políticos, econômicos e militares com esses países e constituindo parcerias estratégicas. Objetivava, dessa forma, estabelecer um contrapeso ao poder global dos EUA, aproximando-se exatamente dos países vistos por este como inimigos ou concorrentes estratégicos.

O avanço dos EUA sobre a Ásia Central ao longo dos anos 90 se mostrava bastante lento e deparando-se com dificuldades crescentes, apesar de fundamental para os interesses estratégicos estadunidenses. Após décadas de apoio aos movimentos islâmicos e nacionalistas no interior da URSS como estratégia para desestabilizá-la, os EUA colhem os resultados com a proclamação da independência dos países da Ásia Central que dela faziam parte. Tanto o objetivo de explorar as reservas de hidrocarbonetos da bacia do Cáspio, quanto o de fazer retroceder a influência do Kremlim na região passava pelo redesenho dos seus corredores energéticos. As reservas caspianas, ainda que superestimadas no início dos anos 1990, são de dimensões bastante significativas, a ponto de serem consideradas a "nova fronteira" dos hidrocarbonetos. As estimativas atuais variam entre 50-55 bilhões de barris de petróleo, o equivalente a um novo mar do Norte, a 110 bilhões, o que seria um Iraque, e de 9,1 trilhões de metros cúbicos de gás. As reservas comprovadas são de 28 bilhões de barris de petróleo e de 70 bilhões de barris equivalentes de petróleo em gás, estando a maior parte do petróleo no Cazaquistão e a maior parte do gás no Turcomenistão.[209] Sendo essa região a única grande reserva de hidrocarbonetos desprovida de acesso direto a qualquer oceano, o escoamento da produção de petróleo e gás somente podia se dar através do sistema de dutos russo, o que mantinha os países da região dependentes de Moscou e perpetuava a sua influência.

---

[208] A incorporação desses três países foi celebrada na reunião de cúpula da Otan em Washington nos dias 23 e 24 de abril de 1999.

[209] Dados extraídos de MAGNIOLI (2004), p. 292.

Dessa forma, era de fundamental importância a construção de sistemas alternativos que contornassem o território da Rússia. Mas esse novo sistema, por motivos óbvios, deveria evitar também o do Irã. Um outro problema para o desenho de dutos alternativos consiste na alegação turca acerca da incapacidade do estreito de Bósforo para comportar o trânsito de superpetroleiros. Alguns projetos se destacam. Um oleoduto, ligando Baku, no Azerbaijão, a Ceyhan, nas margens mediterrânicas da Turquia, passando por Tbilisi, na Geórgia e, a partir de Baku, conectando-se às regiões produtoras no Turcomenistão e no Cazaquistão através de superpetroleiros, tendo em vista a objeção iraniana e russa à construção de dutos transcaspianos. Há também o projeto de um gasoduto com rota semelhante, porém terminando em Erzerum, na Turquia. E, claro, o projeto desenvolvido e defendido desde o início dos anos 1990 pela empresa americana Unocal, liga as jazidas caspianas do Turcomenistão a Karachi, no Paquistão, passando pelo território do Afeganistão. Mas para tanto, era preciso assegurar a estabilidade da região e a aceitação da presença dos EUA e das grandes empresas petrolíferas ocidentais.

Uma primeira tentativa ocorre através da chamada "carta turca", ou seja, aproveitar-se das proximidades étnicas, religiosas e lingüísticas da Turquia com os países da região para facilitar a penetração ocidental e atraí-los para a sua órbita de influência. Entretanto, apesar dos esforços, a Turquia não dispõe dos meios necessários para transformar essas afinidades em uma capacidade de influência concreta. Além disso, não opta de forma decisiva por essa linha de ação, com algumas correntes preferindo privilegiar a atuação no Cáucaso e, principalmente, estreitar as relações com o Azerbaijão.

Falhando a *carta turca*, os EUA, então, lançam mão da "carta afegã". Na esteira do conflito do Afeganistão com a URSS, segue-se um conflito interno ao país entre os diversos clãs e entre estes e o Taleban pelo controle do poder. Washington opta pelo apoio aos últimos, apostando que através deles se poderia fazer o mesmo tipo de acordo que na Arábia Saudita. Dessa forma, esperava-se que os Talebans imporiam a ordem ao país e, com isso, viabilizariam os investimentos ocidentais para a construção da infra-estrutura necessária para o escoamento da produção do Cáspio através do oleoduto/gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão. Acreditavam ainda que a expansão do fundamentalismo religioso pelos demais países da Ásia Central teria efeito semelhante, além de enfraquecer a influência de Moscou, desmembrar a CEI e instabilizar a fronteira ocidental da China através do efeito de atração e de irradiação sobre as populações islâmicas de uigures na região de Xinjiang.

Valendo-se da divisão interna e da luta clânica, os Talebans saem das madrassas dos dois lados da região de fronteira com o Paquistão, ganham a simpatia e a confiança da etnia *pashtun*, majoritária no país, e assumem o controle do Afeganistão. Entretanto, essa "carta" também fracassou, uma vez que, após assumirem o poder em setembro de 1996, os Talebans não se mostraram tão receptivos ao ocidente como se esperava. As suas diferenças em relação ao regime saudita eram maiores do que as proximidades, pois o interpretava como uma aristocracia entreguista. Com isso, pareciam mais semelhantes ao regime xiita e nacionalista do Irã. Além disso, sob estímulo e apoio dos Talebans, oferecendo o território sob seu controle como base de treinamento, vários outros movimentos fundamentalistas islâmicos semelhantes proliferaram pela região, instabilizando quase todos os seus países, principalmente no Tadjquistão. Isso levou a que o Uzbequistão, outro país com um conflito interno contra um movimento islâmico radical, o Movimento Islâmico do Uzbequistão (MIU), chegasse a invadir o Tadjquistão para combater as bases de operação desses movimentos em seu território. O conflito no Tadjquistão entre o governo e o principal grupo islâmico, a Oposição Tadjique Unida (OTU), somente se estabiliza com o Acordo de Moscou, em 1997. Esse fortaleceu a posição russa, uma vez que ficou acertada a permanência das suas tropas no território tadjque, frustrando as ambições uzbeques de ocupar esse território e freando as suas intenções de tornar-se uma potência hegemônica na região. A influência de Moscou também se fortaleceu no Quirguistão ao exercer o papel de protetor da integridade territorial do país contra o avanço dos interesses chineses e uzbeques. Em resposta à instabilidade proveniente dos movimentos islâmicos radicais e das ameaças de fragmentação territorial, os países da região, seguindo proposta de Pequim, firmam, em 2000, o Pacto de Tashkent. Esse evoluiu para o Pacto de Xangai, firmado em junho de 2001, e que comprometia a Rússia e a China mais o Casaquistão, o Uzbequistão, o Quirguistão e o Tadjquistão, a trocarem informações e a atuarem em conjunto quando diante de uma ameaça de fragmentação territorial e do terrorismo.

A presença cada vez mais forte da China na região, tanto para assegurar o abastecimento da sua crescente demanda por energia e, principalmente, por hidrocarbonetos, quanto para garantir a estabilidade nas suas fronteiras ocidentais e, por extensão, na província de Xinjiang complica ainda mais o jogo. O referido Pacto de Xangai, concebido por Pequim, é um exemplo nesse sentido. Outro é a disposição de implementação do projeto de um gigantesco oleoduto ligando o campo de Tengiz, no Cazaquistão, ao seu território. Além disso, a China vem desde

1997 adquirindo ativos no setor petrolífero na Ásia Central, desde jazidas a oleodutos, de modo a garantir a sua segurança energética através de um abastecimento direto.

Além disso, na Rússia, Putin assume a presidência em 1999 com o objetivo explícito de recuperar o poderio russo e o lugar do país entre as grandes potências. Uma dupla orientação norteia a estratégia russa sob a liderança de Putin atendendo aos dois principais setores do país: os de armamentos e de hidrocarbonetos. A implicação mais importante dessa estratégia está justamente em quais são os principais países aos quais ela se destina. Por um lado, o estreitamento dos laços com a China através dos acordos de fornecimento de armamentos e de petróleo e gás, inclusive com a construção de um oleoduto de 2400 km para o escoamento do óleo siberiano. Por outro, com a Alemanha, através do fornecimento de petróleo e gás (sendo a Rússia o principal fornecedor de gás da Alemanha) e com este país assumindo o papel de principal investidor e credor da Rússia.[210]

A chegada de Putin à presidência da Rússia e os novos rumos que impõe ao país, bem como o relativo sucesso nessa empreitada parecem concretizar a condição aventada por Washington no DPG para a emergência de uma nova ameaça proveniente daquela região, ainda que então considerada pouco provável. De acordo com esse texto:

> é improvável que uma ameaça global convencional à segurança dos EUA e do Ocidente re-emergirá a partir do heartland Eurasiano por vários anos. Mesmo no caso altamente improvável de alguma futura liderança na antiga União Soviética adotar objetivos estratégicos de recuperação do império perdido ou, de outra maneira, ameaçar interesses globais, a perda dos aliados do Pacto de Varsóvia e a subseqüente e continuada dissolução da capacidade militar faria qualquer esperança de sucesso requerer vários anos ou mais de reorientação estratégica e doutrinária e regeneração e redisposição das forças, o que, por seu turno, somente poderia acontecer após um prolongado realinhamento político e re-orientação para um controle político e econômico autoritário e agressivo. Além disso, qualquer reviravolta política desse tipo dentro ou entre os estados da antiga URSS seria muito mais provável resultar em hostilidades internas ou localizadas ao invés de um esforço estratégico combinado para reunir suas capacidades para o expansionismo externo – a habilidade de projetar poder além de suas fronteiras.[211]

---

210 V. ACHCAR (2001).

211 "It is improbable that a global conventional challenge to U.S. and Western security will re-emerge from the Eurasian heartland for many years to come. Even in the highly unlikely event that some future leadership in the former Soviet Union adopted strategic aims of recovering the lost empire or otherwise threatened global interests, the loss of Warsaw Pact allies and the subsequent and continuing dissolution of military capability would make any hope of success require several years or more of strategic and doctrinal re-orientation and force regeneration and

Dessa forma, os EUA encontravam muitas dificuldades para fazer avançar os seus interesses na região, vendo as suas estratégias serem seguidamente frustradas e assistindo à recuperação da influência russa, e também o avanço da chinesa, nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. A agravar esse quadro, some-se a ele as previsões acerca das necessidades de consumo de petróleo dos EUA e do comportamento do mercado internacional desse produto para as próximas décadas divulgada no início do primeiro mandato de George W. Bush. De acordo com um relatório de maio de 2001 a respeito desse tema, preparado por Dick Cheney e denominado *National Energy Policy Development Group*, entre os anos de 2001 e 2020, a dependência estadunidense das importações de petróleo passará de 52% para 66% do seu consumo total. Sendo que essas importações serão, naquela data, cerca de 60% maiores do que em 2001, significando um aumento de 10,4 milhões de barris por dia para 16,7 milhões.[212] Três problemas fundamentais se colocam nesse ponto.

Em primeiro lugar, há a relativa escassez projetada de petróleo em função da diminuição das reservas e do crescimento da demanda com a expansão econômica mundial puxada pelo dinamismo das economias da China e da Índia. Segundo estimativas da Agência Internacional de Energia, o consumo mundial entre 2003 e 2020 crescerá 43%, passando de 77 milhões de barris para 110 milhões de barris. O que significa que serão consumidos 670 bilhões de barris nesse período, ou cerca de dois terços das reservas conhecidas atualmente.[213] Dentro desse quadro, as demandas da China e da Índia deverão crescer, respectivamente, 150% e 100%, sendo que a dependência da importação de petróleo e gás desses países, principalmente, mantendo-se os seus ritmos de crescimento, é crescente. No caso da China, as importações de petróleo representam atualmente cerca de 33% de suas necessidades, o que já é suficiente para torná-la o segundo maior importador mundial. No caso da Índia, elas passaram, em quinze anos, de 70% para 85%.[214] Ao mesmo tempo, a dependência da Europa para o seu abastecimento em relação ao

---

redeployment, which in turn could only happen after a lengthy political realignment and re-orientation to authoritarian and aggressive political and economic control. Furthermore, any such political upheaval in or among the states of the former U.S.S.R. would be much more likely to issue in internal or localized hostilities, rather than a concerted strategic effort to marshal capabilities for external expansionism -- the ability to project power beyond their borders", EXCERPTS from Pentagon's Plan.

212 V. KLARE (2002).

213 V. FUSER (2003).

214 Dados extraídos do documento intitulado Mapa do Futuro Global, elaborado, em 2005 pelo Conselho de Inteligência Nacional dos EUA e citados em FIORI (2007), p. 185-186.

Oriente Médio, e à Rússia, deve crescer em função da redução da produção na região do Mar do Norte. Dependência que deve manter-se e ampliar-se também nos casos do Japão e da Coréia. Todo esse quadro aponta para disputas cada vez mais acirradas entre as grandes potências pelo acesso às principais fontes de abastecimento, ou seja, no Oriente Médio e na Ásia Central, mas também na Costa Ocidental da África e na América Latina.

O segundo deriva justamente de um dos esforços dos EUA no sentido de garantir um acesso mais seguro às reservas de petróleo e gás. Os EUA têm buscado diversificar as suas importações de petróleo de modo a reduzir a dependência em relação ao Oriente Médio, uma região altamente instável. Dessa forma, têm ampliado as importações de países como Angola e Nigéria, na África Subsaariana, do Azerbaijão e do Cazaquistão, no mar Cáspio, e, principalmente, de áreas situadas dentro de sua área de influência exclusiva e inconteste, ou seja, dentro do próprio continente americano, da Venezuela, da Colômbia e do México. O problema é que todos esses países são politicamente instáveis, conflituosos e/ou com fortes sentimentos anti-americanos.[215]

Daí a coerência entre as necessidades energéticas dos EUA, as suas ações militares e a reformulação militar proposta pelo Pentágono conforme exposta acima. Seu desenho parece indicar a constituição de uma força expedicionária punitiva de tipo colonial contra países da periferia do sistema (onde se encontra a maior parte das reservas de hidrocarbonetos) que ousem desafiar a ordem mundial estabelecida por Washington ou ameaçar interesses considerados vitais pelos EUA, como o acesso às reservas e a segurança das linhas de abastecimento de hidrocarbonetos. Essa parece ser sua finalidade principal, mais do que a formação de uma força armada voltada para a possibilidade de um conflito de ampla envergadura contra alguma outra grande potência, a qual, após o fim da URSS, se tornara bastante remota pelas próximas décadas. Contra essas, portanto, coloca-se como arma principal a dissuasão nuclear e o escudo antimísseis.

Todavia, mesmo tendo êxito em diversificar suas fontes de abastecimento, o Oriente Médio, e especialmente a Arábia Saudita, continua a ter um papel central no mercado mundial de petróleo e na determinação dos seus preços, uma vez que cerca de 65% das reservas mundiais conhecidas se encontram nessa região, sendo que 25% delas apenas no país saudita[216]. E neste ponto se situa o terceiro problema. A situação no OM para os EUA tornara-se crescentemente

---

215 V. KLARE (2002); TORRES FILHO (2004); FIORI (2005).

216 V. TORRES FILHO (2004), p. 338; FUSER (2003).

problemática e insegura ao longo dos anos 90 em decorrência da instabilidade política na Arábia Saudita, seu principal aliado e um dos principais atores no mercado internacional de petróleo. Seu papel é fundamental na regulação desse mercado em função não só do tamanho de suas reservas, mas também da melhor qualidade do seu óleo, do mais baixo custo existente de extração e da maior velocidade de variação da produção[217]. A crescente instabilidade interna nesse país deriva, em grande parte, do apoio dado pela monarquia saudita aos EUA durante a primeira Guerra do Golfo, permitindo que seu território fosse utilizado pelos americanos como base para a contra-ofensiva ao Iraque, que invadira o Kwait. Essa atitude provocou a insatisfação dos grupos islâmicos fundamentalistas em seu interior e foi um dos fatores de instabilização da aliança secular entre a Casa dos Saud e a seita islâmica Wahabita. A partir de então, deflagrou-se uma crescente contestação à monarquia saudita e à sua aliança com Washington, abrindo espaço para uma luta interna pelo poder na Arábia Saudita. A principal expressão dessa disputa é a Al-Qaeda, de Osama bin Laden, membro da família real saudita e ex-guerrilheiro ao lado dos *mujahedin,* que combateram as tropas soviéticas no Afeganistão e surgiram como parte da estratégia estadunidense, em aliança com a Arábia Saudita e com o Paquistão, de enfraquecimento e instabilização da URSS através do fomento dos grupos fundamentalistas islâmicos em seu interior. O risco de a monarquia saudita ser retirada do poder e ter em seu lugar membros de uma seita fundamentalista hostil ao ocidente e, em particular, aos EUA no país detentor das maiores reservas mundiais de petróleo e com um papel fundamental na regulação desse mercado internacional impunha aos EUA a ação. Além disso, devem ser levados em conta os compromissos por eles assumidos com relação à segurança e à manutenção do equilíbrio de poder na região dentro do quadro regulatório do mercado internacional de petróleo estabelecido a partir dos anos 80[218]. Esses compromissos são reafirmados no documento de Wolfowitz e Libby no início dos anos 1990, onde constava que

> no Oriente Médio e no Sudoeste da Ásia, nosso objetivo fundamental é continuar como a potência externa predominante na região e preservar o acesso dos EUA e do Ocidente ao óleo da região. Nós também procuramos dissuadir uma nova agressão na região, promover a estabilidade regional, proteger os cidadãos e as propriedades dos EUA, e defender nosso acesso ao espaço aéreo internacional e às vias marítimas. Como demonstrado pela invasão do Kwait

217 V. TORRES FILHO (2004).
218 Ibidem.

> pelo Iraque, continua sendo de fundamental importância prevenir que um hegemon ou uma aliança de potências dominem a região. Isso diz respeito especialmente à península Arábica. Portanto, nós temos que continuar a exercer um forte papel através de uma dissuasão intensificada e de uma segurança cooperativa aperfeiçoada. [219]

Para enfrentar essas questões, a solução mais óbvia parecia ser ocupar o Iraque, depor Sadam Hussein e implantar um regime pró-americano nesse país, substituindo a Arábia Saudita como principal aliado na região, tendo em vista que aquele país já não era mais tão confiável quanto antes.

Afinal, o Iraque detém reservas comprovadas de 112 bilhões de barris de petróleo, além de reservas estimadas pelo Departamento de Energia americano de 200 bilhões de barris, o que significa algo próximo das reservas conhecidas sauditas. Um controle consolidado por parte dos EUA sobre essas reservas asseguraria a sua segurança energética por pelo menos uma década. [220] Além disso, o Iraque já havia sido alvo de uma guerra no início dos anos 1990, boa parte de sua capacidade militar já havia sido destruída, o país estava, desde a guerra, submetido a duas zonas de exclusão aérea, uma no norte e outra no sul, foi alvo de vários bombardeios americanos ao longo de toda a década e seu regime já havia sido desmoralizado e "satanizado", tendo sido transformado em um pária da comunidade internacional. Ou seja, tratava-se, aparentemente, de seguir pela linha de menor resistência para a implementação de uma presença mais ativa e direta dos EUA na região. Bastava concluir o trabalho que havia sido iniciado e não completado na administração de George Bush e cuja proposta de retomada já havia sido lançada por Clinton.

Todavia, faltava o momento propício, um fato que legitimasse e justificasse uma presença mais incisiva e decisiva dos EUA não apenas no Oriente Médio, por meio de uma ação militar contra o Iraque, mas também na Ásia Central. Uma estratégia semelhante deveria ser aplicada nessa região, orientada para o controle sobre as linhas de abastecimento de hidrocarbonetos do Cáspio e para a penetração estadunidense nas ex-repúblicas soviéticas, na região de fronteira entre a Rússia, a China e o Irã, e nas proximidades da Índia. Nesse tabuleiro, papéis semelhantes

---

[219] "In the Middle East and Southwest Asia, our overall objective is to remain the predominant outside power in the region and preserve U.S. and Western access to the region's oil. We also seek to deter further aggression in the region, foster regional stability, protect U.S. nationals and property, and safeguard our access to international air and seaways. As demonstrated by Iraq's invasion of Kuwait, it remains fundamentally important to prevent a hegemon or alignment of powers from dominating the region. This pertains especially to the Arabian peninsula. Therefore, we must continue to play a strong role through enhanced deterrence and improved cooperative security", EXCERPTS from Pentagon's Plan.

[220] FUSER (2003).

aos desempenhados pelo Iraque e por Sadam Hussein no Oriente Médio seriam exercidos pelo Afeganistão e pelos Talebans.

Os atentados de 11/09 e a deflagração da "guerra ao terrorismo" pelos EUA marcam esse momento favorável. Oportunidade inesperada que será rapidamente agarrada pelos falcões da Casa Branca. A partir desse momento observa-se a colocação em prática das ações que, supostamente, empreenderiam uma virada a favor dos EUA na disputa pela Ásia Central e para a afirmação dos seus interesses nessa região e no Oriente Médio. E um ponto importante nessa virada será as mudanças nas relações entre Moscou e Washington, as quais, tendo em vista as conseqüentes oportunidades vislumbradas pela Rússia de Putin, passam a ser mais cooperativas.

Sem dúvida, a retórica de combate ao terrorismo encaixava-se perfeitamente para justificar, junto ao Ocidente, a liberdade de ação russa na Tchetchênia e no Daguestão ao classificar os grupos separatistas como terroristas islâmicos radicais. Mas, fundamentalmente, Moscou vislumbrava uma oportunidade de maior aproximação com o Ocidente. Particularmente, redefinia-se o status da relação de Moscou com a OTAN, ampliando a cooperação até a criação e ratificação do Conselho Permanente OTAN-Rússia[221], em que esta passa a ter os mesmos direitos dos membros associados, com exceção do direito de veto. Economicamente, almejava-se, ainda que sem muitas ilusões, uma integração à União Européia. Para tanto, a moeda de troca seria a garantia do fornecimento seguro e a preços estáveis de petróleo e gás a partir da exploração de suas reservas de hidrocarbonetos e através da sua infra-estrutura de dutos, tendo acesso também às reservas caspianas. Dessa maneira, seria assegurado o acesso ao mercado europeu, mas também ao americano, estendendo-se a cooperação energética aos EUA, e às divisas necessárias para honrar os compromissos externos e incentivar a economia russa. Concomitantemente, com esse movimento, enfraqueceria a capacidade dos países árabes, principalmente a Arábia Saudita, de financiar os movimentos islâmicos radicais e separatistas em seu próprio território e nos países da Ásia Central. Negociava-se, ainda, a facilitação do ingresso da Rússia na OMC e o seu reconhecimento como economia de mercado.

Entretanto, parece que por maiores que possam ter sido essas oportunidades russas, maiores foram os ganhos estadunidenses. De fato, nesse contexto e sob esse pretexto segue-se a incorporação nas estruturas da Otan da Estônia, Letônia, Lituânia, Eslováquia, Eslovênia,

[221] Criado em abril de 2002 e ratificado no mês seguinte, no dia 15, na reunião de cúpula da Otan em Reikjavik.

Bulgária e Romênia[222]. Entretanto, para Moscou, esse avanço territorial da Aliança Atlântica, vergando a linha demarcatória do "exterior próximo" russo e estendo suas fronteiras até a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), parece ser um problema secundário quando, em nome da construção de uma relação cooperativa com o Ocidente e em função do apoio à guerra no Afeganistão, se facilita o acesso e a implementação de bases americanas e da OTAN na Ásia Central e no Cáucaso, dentro da própria fronteira da antiga URSS. São implementadas bases e/ou acordos militares com Uzbequistão, Cazaquistão, Tadjquistão, Quirguistão, Turcomenistão, Azerbaijão e Geórgia. Os EUA realizam então algo que seria impossível no período da Guerra Fria e que, mesmo após dela, apresentava, até o 11/09, um avanço bastante difícil: fincam os pés nessa área extremamente estratégica e rica em recursos naturais, principalmente gás e petróleo, mas mais importante, avançam sobre o próprio território da ex-URSS, estabelecem-se na fronteira ocidental e meridional da Rússia. Mas, ao mesmo tempo, também nas fronteiras da China e do Irã. A "estratégia circundante" de Washington dispõe suas bases claramente separando a Rússia da Alemanha e da China. Esses avanços de posições estadunidenses em detrimento dos russos e, paradoxalmente, em cooperação com eles se dão sem que, contudo, se permita uma maior aproximação entre os russos e os europeus, principalmente os alemães, que pudesse ameaçar a capacidade americana de moldar o ambiente geopolítico e geoestratégico da Europa e a sua hegemonia sobre o velho continente.

Manipulada por Washington, a relação entre o ocidente e a Rússia passa da cooperação à renovação do conflito. Na verdade, a cooperação resultava de uma combinação de interesses em torno de um objetivo comum: combater e enfraquecer as bases do movimento islâmico radical na Ásia Central, principalmente o Taleban, e estabelecer um regime estável e confiável no Afeganistão. Interesse, aliás, também compartilhado por China, Índia, Irã e por todos os países da Ásia Central, exceto o Turcomenistão, que se colocou numa posição de neutralidade. Todos esses já tinham interesse na deposição do regime Taleban no Afeganistão. Principalmente, em função da instabilidade provocada pelos movimentos islâmicos radicais em grande parte devido ao exemplo, à inspiração e ao apoio militar e logístico vindos do Afeganistão sob domínio Taleban. Com isso, todos eles já apoiavam, de alguma forma, a Aliança do Norte. A exceção era o Paquistão, cujos motivos veremos mais adiante.

[222] As negociações para incorporação desses países são lançadas em 2002 e sua efetivação se dá em 2004.

Em torno desse objetivo, colocavam-se na mesa as respectivas moedas de troca. Além disso, a participação russa na coalizão contra o terrorismo liderada pelos EUA era cuidadosa e cobrava-lhes um preço relativamente baixo. Por um lado, questionavam-se quais seriam os objetivos da coalizão e a capacidade estadunidense de gerenciar a crise. Havia sempre a incerteza gerada pela possibilidade de mudança da política americana, seja em função da alteração da opinião pública, seja em decorrência de, após ter seus interesses atendidos, deixar a Rússia isolada em meio a um ambiente mais instável e hostil, do qual ela não poderia afastar-se, e com suas relações políticas deterioradas com os países árabes. Conseqüentemente, sua participação tinha que ser bem medida de modo a não fechar uma possibilidade de recuo. Por outro, a penetração econômica e militar americana na Ásia Central era uma tendência já em curso, contra a qual Moscou não dispunha de muitos mecanismos para frear, e que foi acelerada pela dinâmica da "guerra ao terror". Apesar das solicitações de Putin aos demais países da região para que as negociações quanto à participação na guerra contra o Afeganistão, ao apoio na guerra contra o Iraque e na luta contra o terror fossem empreendidas no âmbito da CEI, essas foram ignoradas pelas repúblicas da Ásia Central, as quais se dispuseram a efetivar acordos bilaterais com os EUA (no caso do Uzbequistão, a relação era até mesmo mais antiga, havendo um acordo de cooperação militar desde 1996. A guerra ao Afeganistão e ao terror, portanto, apenas aprofunda essa relação)[223].

Além disso, a cooperação oferecida pela Rússia aos EUA em termos de fornecimento de informações qualificadas sobre a Al-Qaeda e o Taleban e sobre sua experiência em operações no Afeganistão já vinha ocorrendo através de um grupo de trabalho sobre esse país constituído em junho de 2000 pelos governos de Clinton e de Putin. O apoio militar russo à Aliança do Norte também já existia, tendo apenas sido ampliado. Ou seja, a Rússia ratificou o que não podia impedir e ampliou a cooperação naquilo que já fazia tendo em vista alcançar um objetivo que já perseguia e que, em função do 11/09, se tornou um objetivo comum aos estadunidenses.[224] Em troca, exigia-se a complacência do ocidente em relação à Tchetchênia, a sua não interferência nos

---

223 "Em 5 de novembro [de 2002], os dirigentes russos convocaram, às pressas, uma reunião do Tratado de Segurança Coletiva da Comunidade dos Estados Independentes (CEI): Imomali Rakhmonov, presidente do Tadjiquistão, onde estão sediados 25 mil soldados russos, acabava de declarar que colaboraria com os Estados Unidos no caso de uma guerra contra o Iraque. A reunião não conseguiu alinhar firmemente os países membros da CEI à orientação de Moscou", CHETERIAN (2003).

224 V.: ACHCAR (2001); BACHKATOV (2001).

assuntos internos da Rússia e o reconhecimento por parte dos EUA e da Europa quanto aos interesses de Moscou em seu "exterior próximo".

A passagem da cooperação ao conflito foi ensaiada com a resistência russa, aliada com a Alemanha e a França, à guerra no Iraque. Entretanto, a oposição de Moscou aos EUA, nesse momento, não foi além da negativa em apoiar a guerra e a ocupação, aprovando na ONU outras resoluções de interesse dos americanos. A ruptura viria um pouco mais à frente com a intensificação das críticas, fundamentalmente por parte de Washington e, em menor medida, por Bruxelas, quanto à política interna empreendida por Moscou e à sua alegada falta de democracia, bem como à questão tchetchena; do apoio ocidental, principalmente norte-americano, aos movimentos anti-Rússia dentro das ex-repúblicas soviéticas, notadamente a Geórgia e a Ucrânia; da questão da expansão da UE em direção à Europa centro-oriental; e, sobretudo, da insistência estadunidense em dar prosseguimento à estratégia de estabelecimento de um escudo antimísseis na Europa, com um sistema de interceptação de mísseis na Polônia e um sistema de alerta antecipado na República Tcheca, e desconsiderando as preocupações russas com sua segurança. Assim, a cooperação dá lugar ao conflito, uma vez que os próprios parâmetros sobre os quais ela se baseava foram rompidos. Em resposta, Putin ameaça apontar os mísseis russos para os países europeus relembrando a ameaça nuclear da Guerra Fria e a importância do guarda-chuva nuclear americano, com isso praticamente impondo à Europa a continuidade da aliança e da proteção de Washington e o apoio ao projeto do escudo antimísseis.

A importância da Ucrânia e da Geórgia reside, sobretudo, em sua estratégica posição geopolítica. Localizadas na fronteira sudoeste da Rússia, às margens do Mar Negro e nas proximidades do Cáspio, exercem um duplo papel fundamental na disputa de poder mundial entre as grandes potências. Primeiro, no jogo da geopolítica dos dutos para o escoamento da produção de hidrocarbonetos na Ásia Central em direção à Europa e aos EUA, possibilitando a implantação de corredores energéticos que contornem o território russo, utilizando o excelente sistema de dutos ucraniano e interligando-o ao Cáspio através da Geórgia[225]. Essa, por sua vez, já consiste em um importante entroncamento do oleoduto que liga Baku, no Azerbaijão, a Ceyhan, nas margens turcas do Mediterrâneo, passando por Tbilisi, na Geórgia.

[225] Ademais, 90% do gás proveniente da Sibéria para a Europa passa pela Ucrânia. V. CHAUVIER (2005).

Segundo, uma possível integração da Ucrânia na UE e na Otan significaria mais um avanço, de extrema importância, não apenas sobre os antigos territórios da ex-URSS, facilitando o acesso ao interior e ao sul da Rússia, mas também a transição para o bloco ocidental de um país historicamente inserido na área de influência de Moscou. Assim, a entrada da Ucrânia na OTAN cumpriria um papel importante na "estratégia circundante" americana em relação aos russos. Já a Geórgia é um ator de relevo em uma questão crucial para a Rússia por dizer respeito à sua própria integridade territorial: a Tchetchênia[226]. O temor de Moscou reside, sobretudo, no efeito de irradiação que possa ter o êxito desse movimento separatista sobre as demais nacionalidades não-russas. Essa questão se reveste de maior importância na medida em que cerca de 20% da população no interior das fronteiras da Rússia se insere nessa categoria, localizadas, principalmente, na Sibéria oriental e ocidental e no Cáucaso[227]. Ambos os papéis contribuiriam para o isolamento e a redução da influência russa em seu exterior próximo e, conseqüentemente, para o seu enfraquecimento e, se possível, o esfacelamento do território russo em três novas repúblicas independentes e a desagregação do norte caucasiano[228]. As "revoluções das cores" ocorrem num momento em que exatamente o inverso estava ocorrendo. Ou seja, em que Rússia e Ucrânia retomavam uma trajetória de crescimento e estreitavam os laços, formando, juntamente com Belarus e Casaquistão, uma área econômica autônoma, reduzindo a possibilidade de expansão da influência ocidental na região e ampliando a de Moscou. Paralelamente, desde 1999, o Kremlin vem buscando ampliar a sua presença no espaço das antigas repúblicas soviéticas através do aumento de investimentos e de iniciativas em diversas áreas, desde a militar e de segurança até a comercial e de hidrocarbonetos.

Portanto, tendo em vista esse duplo papel, a instalação de regimes favoráveis ao ocidente nesses países é de suma importância para a estratégia americana de isolamento da Rússia e de

---

226 V. CHETERIAN (2003).

227 V. REIS. Daniel Aarão chama atenção para um desdobramento recente não previsto após o relativo êxito do governo de Putin no combate à guerrilha separatista: a dispersão dos guerrilheiros tchetchenos pelas demais regiões do Cáucaso e, mais grave, não mais de caráter nacionalista, mas *integrista*, visando a implantação da Charia e a constituição entre as regiões autônomas do Cáucaso, entre outras, de uma república islâmica integrista. Nesse sentido, o movimento guerrilheiro ganha um caráter mais amplo e se internacionaliza, atraindo guerrilheiros islâmicos de outras áreas, como a Ásia Central.

228 "As derrotas geopolíticas de Vladimir Putin, bem como a crise demográfica e social na Rússia incitam certos analistas da CIA a prever uma desagregação da Rússia nos próximos dez anos. Esta é imaginada por Zbigniew Brzezinski sob a forma de desejável 'confederação' de três estados russos desde 1997 - uma Rússia européia, uma república da Sibéria e uma outra do extremo oriente - e a desagregação do norte caucasiano russo em 2004", CHAUVIER (2005).

redução da influência de Moscou em seu exterior próximo e, conseqüentemente, para o seu enfraquecimento. E foi dessa maneira que a Rússia interpretou a revolução das rosas, na Geórgia, em 2003, e a revolução laranja, na Ucrânia, em novembro de 2004: como uma intervenção ocidental não amistosa em suas fronteiras, apoiada e financiada pelos EUA e a UE, e incentivada com a possibilidade de rápido ingresso nesta e na OTAN, ameaçando os seus interesses e a sua segurança.[229]

Paralelamente, além do isolamento militar de Moscou decorrente do ingresso dos países da Europa Centro-Oriental na OTAN, a entrada desses países na União Européia isola a Rússia economicamente, uma vez que passam a eliminar as tarifas e as restrições a livre movimentação de fatores em relação aos demais membros do bloco, passam a adotar políticas macroeconômicas comuns, inserem-se na área monetária do euro e estabelecem uma tarifa externa comum, além de adotarem políticas comuns em outras áreas. Diante do acirramento das animosidades com o Ocidente, especialmente com Washington, o Kremlin volta a priorizar as suas relações com parceiros tidos pelos EUA como inimigos ou "concorrentes estratégicos", como a China, o Irã e a Venezuela.

Por outro lado, a inclusão desses países da Europa Centro-Oriental na OTAN e seu quase imediato ingresso na UE têm o efeito de dificultar a formação de uma união política forte e coesa com uma política externa e de segurança comum autônomas em relação aos EUA. O seu ingresso quase concomitante na aliança atlântica e na UE tende a criar dentro desta um viés pró-americano em função dos fortes vínculos desses novos membros com os EUA no âmbito da primeira e da percepção por parte desses ex-membros do bloco socialista e da esfera de influência russa de que apenas os EUA são capazes de assegurar a sua independência, sua segurança militar e sua integridade territorial.[230] Essa divisão ficará nítida na ocasião da nova guerra do Iraque, quando,

---

[229] Ambas as revoluções tiveram ativa participação de ONGs americanas, financiadas e dirigidas por pessoas influentes na sociedade americana e com passagem pelos altos escalões do governo. Exemplos nesse sentido são a Freedom House, dirigida por James Woolsey, ex-diretor da CIA, o National Democratic Institute, dirigido por Madeleine Albright, secretária de Estado do governo Clinton, a Open Society, pertencente a George Soros etc, V. GENTÉ & ROUY (2005).

[230] "Como dizia o Washington Post, os três países que aderiram em 1999 'demonstraram ser membros entusiásticos, particularmente empenhados em agradar aos Estados Unidos, que apoiaram sua admissão. Os próximos sete membros também serão adeptos fervorosos da Otan e do apoio aos Estados Unidos, segundo autoridades da Otan e representantes desses países. 'O equilíbrio na Aliança poderia evoluir' em proveito de 'uma Otan mais forte' e mais estreitamente vinculada à política norte-americana, na opinião de uma autoridade norte-americana'". KAISER, Robert & RICHBURG, Keith. "NATO Looking Ahead To a Mission Makeover", *The Washington Post*, 5 de novembro de 2002, *apud* ACHCAR (2003)

apesar da oposição de Alemanha e França, vários países da UE, principalmente os novos membros, declararam seu apoio à ação militar estadunidense.

Trata-se de dar continuidade à estratégia em relação à Europa conforme definida no DPG, segundo o qual,

> a OTAN continua a fornecer a base para um ambiente de segurança estável na Europa. Portanto, é de fundamental importância preservar a OTAN como o instrumento primário de defesa e de segurança do Ocidente, assim como o canal para a influência e participação dos EUA nos assuntos de segurança Europeus. Ao mesmo tempo que os Estados Unidos apóiam o objetivo da integração Européia, nós temos que nos empenhar para impedir a emergência de arranjos de segurança exclusivamente Europeus os quais minariam a OTAN, particularmente a estrutura de comando integrado da aliança.[231]

Sob o governo Clinton esse objetivo foi buscado, obviamente, utilizando-se da retórica do multilateralismo. Por meio desse discurso visava-se "conferir um novo e permanente sentido à OTAN e ampliá-la, recepcionando a República Checa, a Hungria e a Polônia". Mas esse novo sentido da OTAN é ambíguo. Visa não apenas continuar a

> 'manter os Estados Unidos dentro [da Europa], a União Soviética [Rússia] fora e a Alemanha por baixo', mas também de impedir ou neutralizar planos militares autônomos da Europa (...) e ainda fazê-la contribuir mais pesadamente (...) para com os custos da 'segurança coletiva'.[232]

Um exemplo evidente nesse sentido foi a reunião de cúpula de Praga entre 21 e 22 de novembro de 2002. Nas reuniões de Colônia (junho de 1999) e Helsinki (dezembro de 1999), no contexto da guerra de Kosovo, os europeus propuseram, e foi aprovada, a criação de uma *Rapid Reaction Force* (RRF), a qual, apesar das suas ponderações de que se tratava de uma força complementar à OTAN para cuidar das denominadas missões de Petersberg, parecia indicar a concretização de "uma vontade de emancipação em relação à tutela norte-americana" através da constituição de um instrumento embrionário de segurança comum. Em resposta, na reunião de Praga, Washington propôs, e fez aprovar, a construção da *NATO Reaction Force* (NRF), a qual

---

231 "NATO continues to provide the indispensable foundation for a stable security environment in Europe. Therefore, it is of fundamental importance to preserve NATO as the primary instrument of Western defense and security, as well as the channel for U.S. influence and participation in European security affairs. While the United States supports the goal of European integration, we must seek to prevent the emergence of European-only security arrangements which would undermine NATO, particularly the alliance's integrated command structure", EXCERPTS from Pentagon's Plan.

232 GUIMARÃES (2002).

pode intervir livremente no mesmo raio de ação da RRF.[233] Além de se sobrepor à RRF, condenando-a a redundância, a constituição da NRF estaria de acordo com a reformulação da OTAN proposta pelos EUA, ou seja, sua transformação numa organização de segurança dos países aliados de alcance global sob controle de Washington. Trata-se de uma tentativa estadunidense de instrumentalizar os aliados europeus para o seu projeto de expansão global, após praticamente declarar a sua irrelevância quando da guerra ao Afeganistão, recusando a assistência desses aliados após terem oferecido seus serviços através da OTAN e recrutando-os individualmente conforme as necessidades de Washington. De acordo com George W. Bush,

> Como inúmeras ameaças aos países membros da Otan vêm de fora da Europa, as forças da Otan devem ser organizadas para agir fora da Europa (...). Os Estados Unidos propõem a criação de uma força de reação da Otan que reunirá tropas aéreas, terrestres e marítimas, bem equipadas e com alto nível de preparação, fornecidas pela Otan – tanto antigos, como novos. Essa força estará pronta para intervir, num prazo curto, onde quer que seja necessário.[234]

Na reunião de Cúpula da OTAN, em Riga (novembro de 2006), Daniel Fried, secretário-assistente dos EUA para assuntos da Europa e Eurásia, reforça o argumento, afirmando que a OTAN deve ser "uma aliança que não deve ter limites geográficos nas suas operações sendo potencialmente global em suas missões". Além disso, a proposta de documento final da reunião anuncia a justificativa para tanto elencando as ameaças com as quais os países membros devem ser capazes de lidar: "Nos próximos 10 a 15 anos o terrorismo e as armas de destruição em massa devem ser as principais ameaças à aliança. Outros desafios serão a instabilidade e ameaças de estados fracassados, armas convencionais mais sofisticadas e a interrupção do fluxo de recursos naturais".[235] É nesse sentido que, apesar da resistência, principalmente da França, se propõe não apenas a transformação da aliança em uma organização de segurança de alcance global, mas também o aprofundamento das relações tanto com países europeus que (ainda) não pertencem a ela, caso da Suécia e da Finlândia, quanto com não-europeus, como Japão, Austrália e Coréia do Sul.

---

233 As missões de Petersberg, definidas na reunião do Conselho da Europa Ocidental em 1992 na cidade alemã de mesmo nome, destinam-se a "prevenção de conflitos, imposição e manutenção da paz e missões humanitárias", ACHCAR (2003).

234 *Apud* ACHCAR (2003).

235 "Cúpula deve propor OTAN de alcance global", BBC – Brasil, 29 de novembro de 2006, www1.folha.uol.com.br/BBC, acesso em 29 de novembro de 2006.

Entretanto, a implementação dessa modificação na orientação e na estrutura da OTAN já havia sido iniciada a partir da reunião de Roma em novembro de 1991, a qual marca uma dupla mutação na organização. Em primeiro lugar, passando de uma aliança defensiva para uma organização de segurança (intervenção). Além disso, há um aumento significativo no seu perímetro de atuação o qual passa a se estender bem além dos estritos limites defensivos estabelecidos originalmente pela Aliança, não se limitando mais a uma área específica.[236]

Para Gilbert Achcar

> a reunião de cúpula de Praga teria consistido na constituição de uma etapa decisiva rumo à transformação dos países europeus membros da Aliança Atlântica – amplamente majoritários na UE – em auxiliares das forças armadas norte-americanas em seu projeto de expansão imperial planetária.[237]

Esse argumento parece ser comprovado por uma das finalidades atribuídas à NRF, dentro da qual "cada um dos países europeus trará às forças armadas norte-americanas uma contribuição específica no setor que domina".[238] Contudo, essa visão parece encontrar seus limites no Afeganistão, onde alguns dos integrantes da aliança não enviaram soldados e equipamentos e, dentre os que o fizeram, vários impuseram restrições à ação de seus soldados, como a Alemanha, a Itália, a França e a Espanha[239].

A busca pela implementação e adaptação da nova estratégia global estadunidense, cujas linhas gerais foram traçadas no DPG, apresenta um elevado componente de continuidade entre os governos de Clinton e de George W. Bush. O principal problema que se coloca reside na definição do novo inimigo. Aquele documento é voltado principalmente para as relações e para a política entre as grandes potências, tendo como preocupação principal a emergência de uma nova potência desafiadora do poder global americano ou mesmo do aumento do poder de potências regionais em cenários importantes para os interesses dos EUA, dificultando a realização dos seus objetivos. Todavia, tanto sob Clinton quanto sob George W. Bush, a perseguição desse objetivo estratégico através da busca pelo aumento do poderio americano é levada a termo apresentando-se, como principal elemento de legitimidade, a defesa e expansão da democracia, o combate aos

---

[236] Este compreendia os países membros, os territórios sob seu controle e as suas tropas situadas no Atlântico, a norte do Trópico de Câncer. V. ACHCAR (2003).

[237] ACHCAR (2003).

[238] Ibidem.

[239] "Cúpula deve propor OTAN de alcance global", BBC – Brasil, 29 de novembro de 2006, www1.folha.uol.com.br/BBC, acesso em 29 de novembro de 2006.

rogue states, à proliferação de armas de destruição em massa, ao terrorismo. Entretanto, já sob Clinton, essa estratégia de legitimação das ações e da expansão do poderio americano era objeto de crítica interna. Alegava-se, fundamentalmente, que os inimigos imaginados para a nova ordem não eram capazes de justificar, de maneira eficiente, a expansão dos gastos militares em níveis satisfatórios para enfrentar as novas ameaças colocadas pela emergência de potências como, por exemplo, já naquele momento, a China[240]. Na administração Bush, o terror e o "Eixo do Mal" como pretextos servem de elementos de legitimidade para amarrar e implementar várias das propostas estratégicas da Doutrina Bush. As intervenções são justificadas dessa forma, assim como a difusão de bases e acordos militares e as iniciativas de reforço e reformulação das alianças sob comando de Washington; a parte européia do escudo antimísseis é justificada como sendo voltada contra as ameaças provenientes de *rogue states*, como o Irã; o mesmo se dá em outros tabuleiros, como na América do Sul, adicionando-se a retórica de combate ao terror à luta contra o tráfico de drogas e o crime organizado para justificar a intensificação da presença americana na Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai; as políticas de maior controle e restrição à imigração; e, até mesmo, de controle da própria população através de medidas como o Ato Patriótico. Sob a bandeira da "guerra ao terror" força-se a reafirmação dos compromissos e das lealdades. Afinal, apesar de seu maniqueísmo, o argumento de "quem não está com os EUA, está contra nós" possui uma força inegável, uma vez que, nesse momento, ninguém quer estar aberta, ou ainda que veladamente, contra a América e seu arsenal econômico e militar inigualáveis.

A implementação da estratégia sob essa lógica parece um efeito dominó seguindo a trilha do Eixo do Mal: Iraque-Irã-Coréia do Norte. A invasão e ocupação do Iraque, como dissemos, parece indicar a linha de menor resistência. Não obstante, a oportunidade surgida para deslanchar o avanço americano abre uma outra brecha através de um estado já sob sua mira e em uma região central para seus interesses. Assim, o 11 de setembro e os laços entre o Taleban e a Al Qaeda permitem que os EUA ataquem o Afeganistão, derrubem o seu governo e busquem implantar um regime favorável ao Ocidente, juntamente com bases militares na Ásia Central. A presença militar americana nesse país e a posterior ocupação do Iraque, somados à aliança com o Paquistão, cercavam o Irã. O que, juntamente com o sucesso inicial das operações nesses países e

240 KLARE.

com um discurso crescentemente belicista em relação ao país dos aiatolás, pareciam indicar o acúmulo de forças e o movimento das peças para um passo mais ousado: a mudança do regime iraniano. Todavia, essa ação dependia do sucesso no Afeganistão e no Iraque, o qual somente poderia ser considerado como tal com a estabilização desses dois países. O caso contrário, ou seja, o fracasso na obtenção da pacificação e do estabelecimento da ordem internas representaria o fracasso da estratégia, dificultando seus passos posteriores.

Vários problemas se apresentaram, e se apresentam, para esta estratégia de Washington. Não conseguiram estabilizar nem o Iraque, nem o Afeganistão, exercendo neste país apenas um controle precário da região em torno de Cabul. A incoerência da estratégia dos EUA, ao mesmo tempo, fazendo alianças com governos autoritários, mas estratégicos, e fazendo críticas a esses regimes e fomentando movimentos contestatórios em seu interior, levou a reversão total ou parcial de algumas alianças e acordos importantes feitos com países da Ásia Central em nome da guerra ao terror, como nos casos do Uzbequistão e do Cazaquistão. E, pior, para os interesses de Washington, levando a uma reaproximação desses países com... a Rússia e ao estabelecimento de acordos de fornecimento de hidrocarbonetos e de construção de dutos com a China. Principalmente levando-se em conta a continuidade da expansão econômica chinesa e indiana e a recuperação da Rússia.

Esta, após seis anos de um crescimento médio do PIB em torno de 6%, estimulado pelos altos preços do petróleo, mas também pelo desempenho dos setores de metalurgia, agronegócio, alumínio e armamento, bem como pelo aumento do consumo e pelo resgate da dívida externa pública[241], parece agora emergir renovada, mais autoconfiante e, ao contrário do que pretendia Washington, disposta e capaz de reivindicar novamente o seu lugar no clube das grandes potências e de defender os seus interesses no cenário internacional. Uma prova dessa disposição reside na determinação de modernizar o seu arsenal atômico e convencional, além disso, junto com o crescimento do PIB nesses últimos seis anos, o orçamento de defesa russo aumentou quase quatro vezes, passando para US$ 31 bilhões[242].

O que foi reafirmado por Putin na sua "conversa anual com os cidadãos" ao traçar como objetivos do país o rearmamento estratégico e a capacidade de fazer um contrapeso ao poder dos EUA. Para tanto declarou que a Rússia deu início a um programa estatal de produção de novos

241 CHAUVIER (2007).
242 ILSEMANN et al.(2007).

armamentos, o qual se centra não apenas na "tríade estratégica", ou seja, "formada pelas Forças Nucleares Estratégicas (FNE), pela aviação estratégica e pela frota de submarinos nucleares, mas também a outros tipos de armamentos".

Um reflexo disso já aparece na realização de um teste com o seu antigo modelo de míssil intercontinental Topol RS-12M (ou SS-25 Sickle na classificação da OTAN) em outubro de 2007, para definir o prolongamento de seu uso até 2015, ao mesmo tempo em que trabalha para a sua progressiva substituição pelo modelo mais moderno Topol M, teleguiado, dotado de ogivas múltiplas, podendo ser disparado a partir de plataformas móveis e, conforme alegam autoridades russas, capaz de superar qualquer sistema de defesa anti-mísseis. Deve-se ressaltar que essa é a primeira vez que a Rússia lança um novo modelo de míssil desde a queda da URSS em 1991. Previa-se, em 2007, o início da construção de um novo submarino nuclear em 2008. A aviação também foi modernizada com a aquisição de novos bombardeiros Tu-160 e caças SU-34.

Na mesma ocasião, referindo-se ao projeto de instalação de parte do sistema de defesa antimísseis no Leste Europeu, Putin aproveitou para advertir "a todos os nossos parceiros que, se forem tomadas decisões sem levar em conta os interesses de segurança da Rússia, adotaremos medidas de resposta". Algumas ações tomadas no sentido de comprovarem essa afirmação já vinham acontecendo e outras não demoraram a ocorrer. Após terem seus interesses de segurança ignorados repetidas vezes, como com relação ao escudo antimísseis, ao ingresso de novos países na OTAN, à questão da independência do Kosovo, ou à revisão solicitada pela Rússia acerca do Tratado sobre Forças Convencionais na Europa (CFE na sigla em inglês), Moscou, em 11 de julho de 2007, suspendeu sua participação e, posteriormente, em 12 de dezembro, retirou-se definitivamente desse Tratado, o qual impunha limitações aos quantitativos de forças na Europa, mas encontrava-se defasado, sem levar em conta as modificações geopolíticas ocorridas no continente desde o fim da Guerra Fria, como o fim do Pacto de Varsóvia e a adesão de ex-membros desse Pacto à própria OTAN, além de restringir a alocação das tropas russas dentro do seu próprio território. Em mais um esforço de mostrar o ressurgimento da Rússia como uma grande potência a ser respeitada, foram realizados, em 8 de agosto de 2007, exercícios maciços da força área, que também não eram feitos desde o período da Guerra Fria, com o lançamento simultâneo de mais de 40 missões de vôo em áreas patrulhadas pela OTAN no Atlântico, no

Pacífico e no Pólo Norte, efetivadas por bombardeiros estratégicos russos, além de testes de lançamentos de mísseis de cruzeiro realizados no Ártico russo.

Mais recentemente, com o reconhecimento da independência do Kosovo por parte dos EUA e da UE e a insistência estadunidense de promover a rápida inclusão da Ucrânia e da Geórgia na OTAN, a qual, apesar dessa pressão, os demais membros da Aliança Atlântica, na reunião de cúpula de Bucareste, em abril de 2008, julgaram mais prudente que fosse postergada, a Rússia aproveitou-se de maneira rápida e decisiva do erro de cálculo do presidente georgiano, Mikhail Saakashvili. Quando este decidiu reincorporar a província separatista pró-Rússia da Ossétia do Sul através uso da força militar, em 7 de agosto de 2008 (véspera da abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim), julgando que Moscou não seria capaz intervir ou que, caso o fizesse, poderia contar com o apoio militar do ocidente, as tropas russas cruzaram a fronteira e impuseram uma rápida e inquestionável vitória, mostrando sua capacidade de empreender o mesmo tipo de tática de guerra utilizada pelos EUA nas guerras do Golfo I e II, da Bósnia e do Kosovo, ocupando partes estratégicas não apenas do território da Ossétia do Sul, mas também da Abkhazia (outra região separatista pró-russa da Geórgia) e do território georgiano, chegando às portas da sua capital, Tbilisi. A ação russa nesse episódio parece ter comprovado a sua disposição e as suas renovadas capacidades para defender os seus interesses e a sua segurança, se não colocando um freio, pelo menos dificultando as ambições estadunidenses seja na Ásia Central, seja de novos avanços da OTAN sobre a sua antiga esfera de influência.

A complexidade do jogo de poder e a disputa atual entre as potências pelo controle da região são, portanto, evidentes, o que, por outro lado, amplia o poder de barganha e a margem de manobra dos países pertencentes a ela. Nesse sentido, por exemplo, o governo do Cazaquistão resolveu renegociar os acordos feitos com multinacionais ocidentais do petróleo, ampliar o controle do Estado sobre as reservas e a produção e firmar um acordo com a Rússia de construção de um duto interligando as reservas do Cazaquistão com o sistema de dutos russo.[244] O que vinha sendo vetado pelos EUA, pois vai no sentido diametralmente oposto à sua estratégia em relação a Rússia, uma vez que aumenta o poder de barganha desta frente à Europa e aos países da Ásia Central, reconstruindo seus vínculos históricos com estes. Outro exemplo é a inauguração, em 2005, de uma nova base militar russa no Tadjiquistão e a promessa de dois bilhões de dólares em

244 ROBINSON (2007).

investimentos até 2010. Ao mesmo tempo, no Quirguistão, reforçou a sua base aérea em Kant, vizinha às instalações militares estadunidenses em Manas, com mais homens e aviões[245]. Concomitantemente, em 2005, através de um acordo com o Cazaquistão, a China inaugura um oleoduto entre Atasu, naquele país, e Alashnkou, na província chinesa de Xinjiang. Já com o Turcomenistão, estabece, em abril de 2006, um acordo de fornecimento de gás durante 30 anos a partir de 2009 e a construção de um gasoduto de dois mil quilômetros.[246] O Uzbequistão, por sua vez, temendo a repetição das "revoluções das cores", promovidas por Washington, fechou, em 2005, todas as ONGs e projetos apoiados por entidades estadunidenses.[247]

Os acordos militares de Washington com os países da Ásia Central e do Cáucaso tiveram ainda o efeito de perturbar o equilíbrio de poder na região ao favorecer o aumento do poder relativo de uns diante dos outros. Esse desequilíbrio, ampliando a sensação de insegurança dos membros relativamente mais fracos, levou a uma recomposição das alianças na região, buscando-se apoio na Rússia e/ou na China. Dessa maneira, por exemplo, o crescimento do poderio do Uzbequistão levou o Quirguistão a se aproximar da China, com a realização, pela primeira vez, de exercícios militares conjuntos e a permitir a instalação de uma nova base militar russa[248].

Se, por um lado, Washington perdeu aliados importantes na região por críticas ao autoritarismo de seus governantes e pelo apoio a movimentos contestatórios, por outro, a sua guerra ao terror fez com que os movimentos islâmicos substituíssem Moscou por Washington como inimigo principal. Isso devido a três motivos fundamentais. Primeiro, porque a guerra ao terror foi explicitamente orientada contra os grupos islâmicos. Segundo, porque os acordos militares dos EUA com as elites dirigentes desses países reforçaram a posição delas diante dos principais grupos contestatórios no período pós-soviético, os quais eram justamente esses movimentos islâmicos, como o Movimento Islâmico do Uzbequistão (MIU). Terceiro, porque criou a percepção de que se antes os governos dirigentes desses países eram dependentes da Rússia para se manterem no poder, agora o são dos EUA.[249]

Além disso, se os EUA travaram uma nova guerra no Iraque em função do risco de perderem a Arábia Saudita, agora, além de não terem resolvido esse problema em função do

245 CHETERIAN (2005).
246 GENTÉ (2007); CHETERIAN (2005).
247 CHETERIAN (2005).
248 CHETERIAN (2003).
249 Ibidem.

impasse no Iraque, se deparam com problema semelhante com relação a outro importante aliado, o Paquistão. Afinal, foram das Madrassas desse país, financiadas e apoiadas pelo seu Estado, pelos EUA e pelos sauditas, que surgiram os movimentos fundamentalistas islâmicos, como os talebans e outros, destinados a combater os soviéticos no Afeganistão e os indianos na Cachemira. Foi também, o Paquistão, um dos últimos países a cortar relações com o regime de Cabul. Interessado em um regime estável e não contestatório em suas fronteiras ocidentais, o Paquistão via no controle islâmico do Tabeban sobre o país a possibilidade de sobre ele exercer influência e com isso assegurar uma profundidade estratégica no caso de um conflito militar com a Índia. O governo do Taleban sobre o Afeganistão possibilitava uma tranqüilidade em sua fronteira ocidental, fornecendo uma certa garantia de que não haveria uma contestação territorial naquele front com base no argumento da existência de maioria étnica pashtun no noroeste paquistanês e de uma minoria significativa no sudoeste. Além disso, o apoio ao Taleban era importante tanto para a manutenção da estabilidade da aliança entre o governo e os grupos islâmicos do país, bem como da minoria pashtun no Paquistão (13% da população), quanto para os interesses paquistaneses na Cachemira. Ao forçar o Paquistão a abandonar o Taleban e apoiar os EUA na guerra ao terror, Washington lançou a semente para uma instabilidade interna nesse país de natureza semelhante àquela presente na Arábia Saudita após o seu apoio aos estadunidenses na primeira Guerra do Golfo. Com a agravante de que a chegada ao poder, no Paquistão, de grupos islâmicos fundamentalistas, significaria o controle por parte destes sobre um país que dispõe de um arsenal nuclear e vive uma relação de tensão permanente com outro país que possui esse mesmo tipo de armamento, a Índia. Além disso, ao aderir à guerra ao terror, fragilizou a sua posição diante do principal rival, pois se viu obrigado a combater os grupos e partidos fundamentalistas islâmicos em seu território e, conseqüentemente, perdendo o apoio destes na luta pela Cachemira e ao próprio governo.

Assim, a ação dos EUA no Iraque e no Afeganistão teve como resultados, por um lado, possibilitar a penetração da presença militar estadunidense na Ásia Central e no país detentor da segunda maior reserva mundial de petróleo. Mas, por outro, aumentar exponencialmente a instabilidade na região do Grande Oriente Médio; ver retroceder, rapidamente, a sua influência política nela; intensificar a instabilidade interna em seus dois principais aliados nas bordas dessa região, a Arábia Saudita e o Paquistão; comprometer a aliança com os europeus; instabilizar ainda mais a relação entre turcos e curdos, abrindo uma brecha para a ampliação de operações da

Turquia no norte iraquiano sobre controle curdo caso este sirva como base de operações do PKK para ações no território turco; além de perder mobilidade e capacidade de ação em algum outro teatro de operações, como a Coréia do Norte, o Irã ou a Venezuela, há ainda o problema do conseqüente descrédito da capacidade estadunidense de fazer valer os seus interesses através do seu poderio militar. O último ponto teve como resultado ampliar os graus de liberdade para a realização de políticas externas autônomas e questionadoras dos interesses estadunidenses em várias partes do mundo, tendo em vista a redução da sua capacidade de intervenção, deflagrando o que Fiori denomina de retorno à "geopolítica das nações" e a retomada de disputas hegemônicas em todos os tabuleiros relevantes.

Outro efeito colateral da invasão estadunidense do Iraque (e relacionado a este último ponto) foi que, ao desmontar o exército iraquiano e o partido Baath e depor e executar Sadam Hussein, os EUA eliminaram o principal adversário do Irã xiita e com isso fizeram crescer o poder regional relativo desse país, inclusive ampliando a sua influência entre a população xiita dentro do próprio Iraque. Ao mesmo tempo, viu esse país transformar-se em vanguarda da resistência islâmica à dominação ocidental e à ocupação americana no Iraque e à israelense na Palestina. Tudo isso sem que os EUA fossem até mesmo capazes de deslanchar uma operação militar contra o Irã em função de se verem atolados no Iraque, da resistência interna a uma nova operação militar desse porte e do enfraquecimento e descrédito do próprio governo de George W. Bush. Dessa forma, Washington encontra-se diante de um dilema. Para recuperar sua mobilidade e sua capacidade de ação em outros teatros, deve retirar as tropas do país. Mas, por outro lado, ao fazê-lo, sem antes assegurar a existência de um governo estável, corre o sério risco de ver o país mergulhar em uma guerra civil aberta e a sua possível fragmentação entre o norte curdo, e sob pressão da Turquia, o centro sunita e o sul xiita, este sob forte influência do Irã. Sendo que a quase totalidade das reservas de petróleo encontra-se no norte e no sul iraquiano. Ademais, as intervenções militares no Iraque e no Afeganistão fizeram soar o sinal de alerta em Teerã. A sua presença na lista do "Eixo do Mal" de Bush, a presença crescente das forças militares estadunidenses cercando o seu território, bem como um discurso cada vez mais hostil e belicoso por parte dos EUA, somaram-se à difusão de potências nucleares em torno do Irã, como o Paquistão, a Índia e Israel, além da Rússia, para que o regime dos aiatolás decidisse e justificasse acelerar o seu programa nuclear. Dessa forma, Teerã parece seguir a risca o conselho de uma autoridade indiana, a qual, quando perguntada qual era a lição que retirava da primeira Guerra do

Golfo, respondeu: "não se meta com os EUA caso não tenha armas nucleares"[250]. O programa nuclear iraniano, por sua vez, goza de amplo apoio entre a população, a qual, ao perceber uma defesa mais forte dele por parte do governo conservador em torno de Ahmadinejad, tende a ampliar a sua sustentação. Esta é ainda favorecida por um clima de "união nacional" criado em função da crescente pressão de Washington sobre o país. O efetivo desenvolvimento de armas nucleares por parte do Irã complica drasticamente o cenário regional para os EUA, uma vez que tende a disparar uma corrida nuclear entre os países da região, envolvendo, certamente, a Arábia Saudita e, provavelmente, decretando o fim do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), além de aumentar sobremaneira os custos de operações militares estadunidenses na região. Entretanto, paradoxalmente, esta situação adversa, a perda de controle sobre a proliferação nuclear, parece reforçar a posição dos neoconservadores acerca da ineficácia de artifícios como o TNP e, em seu lugar, desenvolver medidas "contra a proliferação", como o escudo antimísseis.

Não obstante, a viabilidade desse sistema de defesa como um mecanismo confiável ainda parece ter um longo caminho a percorrer, envolvendo conseqüências para a própria operacionabilidade da estratégia militar estadunidense. Pois, conforme discutido acima, o escudo antimísseis ocupa nela um lugar central para assegurar maiores graus de liberdade de ação ao minimizar os riscos de uma retaliação com mísseis portadores de ogivas nucleares, químicas ou biológicas não apenas contra o território dos EUA, mas também contra os aliados, as bases militares no exterior e as próprias forças no teatro de operações. A evidência de sua vulnerabilidade assume importância ainda maior por se relacionar com outra questão crítica para a continuidade da supremacia estadunidense nas próximas décadas: a ascensão da China como superpotência.

Isso porque, apesar de encontrarem-se décadas atrás dos EUA em termos tecnológicos, e, mais especificamente, em tecnologia espacial, e de seu orçamento espacial ser estimado em cerca de US$ 500 milhões contra US$ 17 bilhões dos EUA, os chineses foram capazes de demonstrar, em 11 de janeiro de 2007, que possuem tecnologia suficiente para abater satélites ao derrubarem um dos seus satélites meteorológicos fora de uso com um míssil terra-ar de médio alcance. Sendo que, antes disso, em agosto de 2006, o diretor do National Reconnaissance Office já havia reconhecido que um dos satélites estadunidenses havia sido iluminado por laser chinês baseado

[250] Essa autoridade era o General K. Sundarji, chefe de Estado-Maior do exército da Índia, citado por ALVES (2007), p. 12.

em terra, o que confirmaria as suspeitas anteriores de que a China, mas também a Rússia, vinham trabalhando em sistemas anti-satélites com lasers e/ou mísseis. Assim, a China torna-se o terceiro país, após EUA e a ex-URSS em meados dos anos 1980, a dispor de, e comprovar a, capacidade para derrubar satélites.

O ponto crucial é que a localização do satélite derrubado pelos chineses, a cerca de 850 km da superfície terrestre, mostra sua capacidade de atingir objetos situados, pelo menos, dentro da mesma órbita utilizada pelos satélites de espionagem, por aqueles que fazem parte do sistema de comunicação, navegação de mísseis tele-guiados, de bombas inteligentes e de tropas e por outros que fazem parte especificamente do sistema de defesa de mísseis, conforme previsto por este projeto. Todos eles ocupando um lugar central dentro da concepção das forças armadas americanas acerca da guerra moderna e para a sua superioridade militar assentada no domínio estadunidense das tecnologias de ponta, sobretudo nas áreas de informação e comunicação e na tecnologia espacial. A vulnerabilidade dos satélites coloca em risco a "doutrina de controle estratégico"[251], impossibilitando a monitoração dos movimentos e da situação do adversário, bem como do lançamento de mísseis e da sua localização para que possam ser informados aos mísseis interceptadores tele-guiados. As implicações vão além ao considerar-se a dependência em relação aos satélites para a eficiência dos equipamentos militares estadunidenses de uma forma mais geral como, por exemplo, os caças[252].

Além de explicitar essa vulnerabilidade relacionada à dependência da estratégia militar, dos armamentos e do sistema de defesa anti-mísseis dos EUA, a capacidade chinesa de destruição de satélites prorroga a validade do seu arsenal nuclear de dissuasão, colocado sob ameaça pelo desenvolvimento daquele sistema. Além disso, conseguindo minimizar a vantagem tecnológica estadunidense através dessa e de outras medidas[253], Pequim busca equilibrar a relação de forças no caso de um conflito militar com os EUA em torno, por exemplo, de Taiwan, apostando, ainda,

---

[251] V. pp. 125-126.

[252] "[Mike] Green [former senior Bush Administration Asia Advisor] explains that in recent joint exercises held with the Indian Air Force, less technologically advanced Russian Sukhoi jets defeated American F-15s when the latter were deprived of support from satellite and AWACs systems" – "Why China Missile Testing is Troubling?", Time, disponível no sítio: http://www.time.com/time/world/article/0,8599,1580595,00.html, 19 de Janeiro de 2007.

[253] Como, por exemplo, o treinamento de equipes de hackers capazes de desligar sistemas vitais de computadores, como o ocorrido em junho de 2007, quando um ataque cibernético proveniente, com elevado grau de probabilidade, do Exército de Libertação Popular da China invadiu o sistema do Departamento de Defesa dos EUA, desligando sistemas que serviam ao gabinete do Secretário de Defesa, Robert Gates – "China invadiu computadores do Pentágono, diz 'Financial Times'", BBC Brasil.com, 04 de setembro de 2007.

que, com a possibilidade de inoperância dos seus sistemas vigilância, comunicação e informação durante um conflito com o Exército chinês, Washington hesite em defender a ilha.

A ação chinesa consiste em mais um contragolpe na estratégia agressiva, unilateralista e militarista empreendida pelo governo de George W. Bush, uma vez que se trata de uma resposta direta a essa estratégia, caracterizando a inevitável corrida armamentista, agora também espacial, deflagrada em função do nível de tensão e de ameaça imposto por ela aos demais membros do sistema internacional. Nesse sentido, deve-se observar que, apesar das tentativas russas e chinesas de negociar um acordo proibindo a militarização do espaço e o uso de armas contra satélites, o governo estadunidense tem se recusado continuamente a fazê-lo e, em outubro de 2005, no âmbito da ONU, foi o único, diante de 160 votos favoráveis, a recusar-se a implementar qualquer discussão a respeito. No ano seguinte, o presidente Bush assinou, em 31 de agosto, a nova Política Espacial Nacional dos EUA, na qual afirma o seu direito irrestrito de operar livremente no espaço e de impedir que adversários utilizem ou desenvolvam capacidades espaciais de modo contrário aos interesses estadunidenses ou que busquem impedir que os EUA usufruam desse direito auto-proclamado[254]. O bem-sucedido teste chinês parece limitar esse grau irrestrito de liberdade e consolida a corrida armamentista no espaço[255].

---

[254] "last August, President Bush laid out a new US national space policy which said Washington would 'preserve its rights, capabilities and freedom of action in space' and 'dissuade or deter others from either impeding those rights or developing capabilities intended to do so'. It also threatened to 'deny, if necessary, adversaries the use of space capabilities hostile to US national interests'." "China test sparks space arms fear", BBC, disponível no sítio: http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/6278867.stm, 19 de Janeiro de 2007.

[255] Em fevereiro de 2008, os EUA, sob o pretexto de protegerem vidas humanas sob ameaça, abateram um satélite espião seu, fora de controle e com risco de queda, com um míssil especialmente modificado lançado a partir de um navio de guerra, aproveitando para testarem um dos componentes do sistema de escudo anti-mísseis. V. "Estados Unidos destroem satélite espião defeituoso com míssil", BBC Brasil, disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/02/080221_eua_satelite_pu.shtml, 21 de fevereiro de 2008.

CONCLUSÃO

Arrighi nos apresenta um elaborado e ambicioso modelo acerca das transformações das ordens mundiais no sistema-mundo moderno. Essas transformações assumiriam a forma de transições hegemônicas, as quais se dariam nos períodos de reversão das fases de expansão material para as de expansão financeira dos ciclos sistêmicos de acumulação, o que significaria, respectivamente, a passagem de períodos de mudanças contínuas para períodos de mudanças descontínuas. De acordo com Arrighi, essa reversão para a fase de expansão financeira marcaria a crise e inexorável declínio da hegemonia do bloco governamental e empresarial que ocupa a posição de agente principal dos processos de acumulação de capital em escala global. A crise, a reversão seria deflagrada em função do aumento dos riscos e da queda das taxas de lucro do capital empregado no comércio e nas atividades produtivas em decorrência da ampliação exacerbada da concorrência intercapitalista, caracterizando uma crise de superprodução, e do crescimento do volume e da densidade dinâmica do sistema para além da capacidade de gestão das estruturas existentes criadas pelo *hegemon* para regular a fase de expansão sistêmica.

A passagem para a expansão financeira, segundo Arrighi, tenderia a agravar a crise das atuais estruturas hegemônicas. Na tentativa de prorrogar o crescimento da economia real, ocorreria o acirramento das rivalidades interestatais na disputa pelo capital circulante, por mercados e por recursos. A reversão das fases de expansão material para as fases de expansão financeira se manifestaria por um descolamento entre as taxas de crescimento material da economia e as taxas de crescimento dos ativos financeiros, em que estas cresceriam de forma mais acelerada que aquelas. Todavia, isso não necessariamente implicaria em redução do crescimento econômico. O que ocorreria seria que este crescimento passaria a se dar de forma conduzida e subordinada pelas finanças, deixando de ser o *locus* principal de valorização para passar a exercer um papel secundário, subalterno e auxiliar no circuito de valorização do capital. Paralelamente, caso o crescimento da economia material diminuísse a ponto de ameaçar seriamente a estabilidade política e social e de colocar em xeque os projetos de poder e de expansão dos estados nacionais e de reprodução da riqueza da camada da economia de mercado, ambos, para darem continuidade a seus projetos, seriam levados a se endividarem junto aos capitalistas que deslocaram a sua riqueza para a esfera das finanças. O crescimento econômico,

portanto, poderia continuar, mas sob a forma de um endividamento crescente e sob o domínio da lógica financeira. Portanto, a reversão para uma fase de expansão financeira e a continuidade do crescimento econômico não seriam incompatíveis. O que Arrighi argumenta é que esse crescimento se daria sob condições adversas, sob a forma de uma espécie de "marcha forçada".

Aqui estaria o antagonismo identificado por esse autor entre as lógicas territorialista e capitalista. Essa espécie de expansão forçada da economia, promovida predominantemente pelas organizações que seguem uma lógica territorialista, entraria em contradição com a lógica capitalista de expansão do capital. Ao expandir-se, o capital consumiria os espaços de mercado por ele próprio criados, ampliando a concorrência e os riscos e imputando uma tendência de queda das taxas de lucro. Contra essa tendência, os capitalistas que não transferiram o seu capital para a esfera das finanças ou que se atrasaram em fazê-lo tenderiam a aliar-se a seus estados para garantir espaços privilegiados de acumulação tanto dentro de seus próprios territórios quanto buscando ganhar espaços nos territórios de terceiros. O acirramento da concorrência intercapitalista engolfaria os estados, alimentando e ampliando a concorrência entre eles e tornando mais coesas e agressivas as alianças entre blocos governamentais e empresariais antagônicos na disputa por poder e por espaços de acumulação cada vez mais restritos. Ao mesmo tempo, a redução do crescimento ou o esforço por sua manutenção se daria em condições crescentemente desfavoráveis aos setores subalternos, mas privilegiados, que compunham a aliança de interesses responsável pelo ciclo de crescimento anterior e pela estabilidade política e social da ordem até então vigente. Essa estabilidade, então, seria rompida e a contestação se tornaria crescente, conseqüentemente, erodindo aquele poder adicional ao estado que detém a supremacia mundial advindo da hegemonia, ao não ser mais percebido como responsável pela expansão do poder dos governantes perante os governados. O sistema, portanto, mergulharia cada vez mais no caos sistêmico, aquela situação de desordem aparentemente irremediável e que conduz o ciclo sistêmico de acumulação e suas respectivas estruturas hegemônicas de sua crise sinalizadora para sua crise terminal. O ponto culminante desse caos sistêmico seria o acirramento da disputa pela hegemonia mundial, o qual assumiria, em seu limite extremo, a forma de uma guerra mundial.

O contínuo crescimento do volume e da densidade dinâmica do sistema teria exigido, ao longo desse processo, a presença de estruturas estatais de abrangência e complexidade cada vez maiores, tornando obsoletos, seqüencialmente, as cidades-estado, os quase-estado-nação, como as

Províncias Unidas, e os estados-nação, como a Grã-Bretanha, até chegar a ponto de tornar-se impossível de ser gerido até mesmo por superestados, como os EUA e a URSS. A expansão das estruturas do capitalismo criadas pela hegemonia norte-americana centradas nas multinacionais e na multiplicação de estados-nação, paralelamente à criação de estruturas de governo supranacionais teria tornado o sistema impossível de ser administrado e liderado até mesmo por estruturas de gestão dotadas da abrangência e da complexidade criadas pelo Estado norte-americano, tornando possível que a lógica capitalista pudesse sobrepujar a lógica territorialista. Em cada ciclo, os estados teriam cedido parcelas cada vez maiores de suas soberanias a favor do capital, o que teria permitido que o "arquipélago capitalista do Leste Asiático", seguindo uma lógica de poder estritamente capitalista, pudesse passar a controlar a maior parte da liquidez mundial mesmo sem ter o controle da maioria das armas, as quais ainda estariam em posse dos EUA.

Essa possibilidade de uma bifurcação entre o controle das armas e o controle do dinheiro, na concepção de Arrighi, seria o principal traço distintivo da atual crise hegemônica e seria derivada da relação dialética entre as lógicas fundamentais de poder seguidas pelos governantes, às quais ele atribui a dinâmica do sistema. Segundo o autor, essas lógicas de poder consistiriam no capitalismo (D-T-D') e no territorialismo (T-D-T'). Entretanto, conforme foi discutido, concebidas dessa forma, as lógicas do sistema não descrevem nem as estratégias de acumulação de poder por meio de sua relação com o capital, nem as estratégias de acumulação de capital através de sua relação com o poder. São lógicas alternativas e, fundamentalmente, antagônicas e conflitivas. Não descrevem, portanto, de maneira adequada, a relação conflitiva, sim, mas também complementar e simbiótica entre o poder dos estados e o capital, por meio da inserção do capital como instrumento de expansão nas redes de acumulação do poder e deste como instrumento de expansão nas redes de acumulação do capital. Concebidas como lógicas alternativas de poder seguidas pelos governantes e cujas relações de conflito e antagonismo são enfatizadas, então, colocadas dessa forma, seria possível que em algum momento uma sobrepujasse a outra, conforme afirmado por Arrighi, e parcialmente aceito por este estudo. Todavia, essa vitória de uma sobre a outra, do capitalismo sobre o territorialismo, teria ocorrido não agora, mas muito antes, quando o capital substituiu o território como forma primordial de riqueza e como o mais importante instrumento de expansão do poder. O que não é concebível é a

separação entre o poder e a riqueza e, mais especificamente, no capitalismo, entre o poder dos estados e o capital.

A formulação de Arrighi é confusa e dificulta a caracterização dos principais atores do sistema e das suas respectivas estratégias. Em um momento, territorialismo e capitalismo são diferentes estratégias atribuídas aos mesmos atores, os estados, em outro, a atores diferentes, quando o territorialismo é atribuído aos estados, indistintamente, e o capitalismo aos grandes capitalistas, aos grandes "predadores". Mesmo quando atribuídas a atores diferentes, o autor parece conceber as duas lógicas operando de maneira relativamente independente uma da outra e num nível de tensão elevado, de modo que, mesmo quando parecem atuar de forma conjunta, a possibilidade de separação é iminente.

O que não ocorre quando as lógicas são concebidas, seguindo a formulação de Fiori, como P-T-P'/T-P-T' e P-D-P'/D-P-D'. Aqui as lógicas de expansão atribuídas ao poder e à riqueza são expressas e distinguíveis de maneira mais clara, sendo que uma está contida dentro da outra e ambas as lógicas, em conjunto, compõem um todo que caracterizaria a lógica global de expansão do sistema em determinado período e lugar, podendo-se atribuir, na terminologia de Arrighi, o primeiro conjunto ao territorialismo e o segundo ao capitalismo. O capitalismo, portanto, corresponderia à junção das duas lógicas. Dessa forma, a acumulação do poder e da riqueza seriam menos indissociáveis do que faz parecer a análise de Arrighi (principalmente considerando-se a sua conclusão acerca da bifurcação, na crise da hegemonia americana, entre o controle das armas e o controle da liquidez), além de refletir o processo de origem, expansão e dinâmica do capitalismo histórico de forma mais fidedigna.

O poder exerce uma grande força de atração sobre o capital em função de sua capacidade de expandir o potencial de multiplicação deste. Isso se dá por meio de várias formas, dentre as quais se destacam: a possibilidade do capital, em função de sua aliança com o estado e por meio do poder deste, de impor a sua lógica como princípio organizador da sociedade de modo que esta opere conforme os seus interesses e as suas necessidades de valorização, de modo que os valores da sociedade passem a ser norteados pelos valores e pelo objetivo último de multiplicação do capital; o estado oferece, através de sua busca de poder e do seu imenso potencial de mobilizar recursos e tributos, pelo uso da força ou de expedientes ideológicos, um canal adicional, e de grosso calibre, aos canais de comércio e produção, além de ser de fundamental importância para a multiplicação do capital sem que este tenha que incorrer nos riscos, inconvenientes e incertezas

das atividades mercantis e produtivas, principalmente quando esses fatores adversos se elevam a ponto de comprometer, de comprimir as taxas de lucro nessas atividades abaixo de um nível que compense incorrê-los; ademais, a associação do capital com o estado possibilita que se estabeleça uma relação através da qual os objetivos de expansão do poder dos estados sejam canalizados, conciliados, ligados e, até certo ponto, tornados indissociáveis dos objetivos de expansão do capital em relação a terceiros.

Nesse último ponto, observa-se uma possibilidade de separação. Mas não entre o capital e os estados em geral. E sim uma separação parcial, entre uma fração dos capitais nacionais e "seus" estados nacionais. Essa separação se dá em decorrência da divisão entre os interesses gerais e específicos das diferentes comunidades nacionais de capitalistas. Na defesa de seus interesses gerais, aliam-se ao estado mais forte do sistema para fazer valer esses interesses em todos os seus recantos, inclusive para fazer o seu próprio estado nacional ceder nos pontos de conflito que travam a imposição desses interesses internamente, bem como para a expansão global do sistema. Mas essa "aliança geral" não desfaz a "aliança local", que continua a ser importante pelos mesmos motivos expostos acima, bem como, pelo menos para aqueles blocos nacionais com um projeto de potência, com uma "vocação de potência", e com condições para implementá-lo, para fazer avançar a sua própria posição e tornar o seu "bloco governamental e empresarial" a unidade mais poderosa do sistema e o defensor maior dos interesses gerais da classe capitalista e, com isso, em função dessa posição, contando com a sua "solidariedade". Contudo, a aliança entre os capitais nacionais e seus estados tende a se fortalecer ou a aliança global com o estado mais poderoso a se enfraquecer à medida que este dê provas de não mais ser um instrumento adequado para defender os interesses gerais dos capitalistas por não mais contar com o poder suficiente para fazê-lo. Nesse momento, ocorrem movimentos dispersivos em que se multiplicam as apostas acerca de qual será o novo *hegemon*.

Trata-se de uma dicotomia que emerge da configuração do sistema-mundo moderno, qual seja, da fragmentação do poder em diversas unidades políticas diante da vocação, da necessidade de expansão transnacional do capital e de expansão imperial dos estados nacionais que se recusam a "cair" na condição de dependência e assegurar a sua sobrevivência dentro do sistema sob a pressão, sobretudo, da possibilidade permanente da guerra e da necessidade de preparar-se para fazer a guerra. Na busca pela resolução desse dilema e para a consecução de seus respectivos objetivos expansionistas ou de resistência ao expansionismo dos rivais, por um lado, os estados

buscam aliar-se com os capitalistas no intuito de obterem os recursos necessários para prepararem-se para a guerra e para fazerem a guerra, seja para se defenderem, seja para implementarem seus projetos imperiais. Por outro lado, os capitalistas buscam aliar-se a estados fortes o suficiente para defenderem os seus interesses, que garantam a segurança da reprodução e ampliação do seu capital. Essa relação de complementaridade, mas que, como não poderia deixar de ser, não exclui o conflito, se traduz nas lógicas que impulsionam e que estão por trás da dinâmica do sistema, ou seja, respectivamente, P-D-P' e D-P-D'. O suporte das frações cosmopolitas/transnacionais dos diferentes capitais nacionais a um determinado estado é proporcional ao poder deste. Esse apoio se dilui à medida que aquele poder mostra sinais concretos de enfraquecimento. Nesse momento, esses capitais multiplicam as suas apostas, aliando-se proporcionalmente àqueles estados que têm mais chances de vencer a disputa. Ou, o que é mais comum nos momentos críticos de definição, se "re-nacionaliza", buscando o apoio e reforçando os "seus" próprios estados-nacionais no jogo de poder internacional.

Assim, a lógica do capitalismo, intrínseca ao sistema-mundo moderno, impôs-se primeiro entre as sociedades européias e, a partir delas, ao mundo. A imposição, expansão e consolidação dessa lógica, acompanhando a ascensão do capital, foi possibilitada pela guerra decorrente da competição, da luta pelo poder entre uma multiplicidade de unidades políticas no espaço europeu, premidas pela necessidade de fazer a guerra e de preparar-se para ela de modo a garantir a sua sobrevivência enquanto unidades independentes. O capitalismo, portanto, surge e se expande a partir da guerra, da necessidade se obter recursos para fazer a guerra, ou seja, surge como instrumento de guerra. A expansão dessa competição para outras partes do mundo em função das exigências dessa mesma luta generalizou, no plano global, a competição, a luta e o capitalismo como instrumento de poder e de sobrevivência dos estados e nações enquanto unidades independentes, desarticulando e subjugando aquelas que resistissem a adotar, ou que não fossem capazes de adotar, essa lógica com a mesma eficiência.

Arrighi subestima as capacidades, os recursos de poder da hegemonia norte-americana em comparação às demais, principalmente quando comparadas com as da hegemonia britânica, as quais tendem a ser superestimadas. Assumindo a concepção gramsciana acerca do conceito de hegemonia como envolvendo uma espécie de consentimento por parte dos subordinados, de consenso acerca do papel positivo desempenhado pelo *hegemon* na reorganização, reformulação, estabilidade e condução do sistema por um período de expansão material universal, é verdade que

a hegemonia estadunidense entrou em crise na década de 1970. Entretanto, diante da possibilidade de ter a sua posição diferenciada no sistema internacional ameaçada, os EUA buscam reformular o modo de exercício de sua supremacia e, assim, recuperar o controle sobre os dois mecanismos básicos de *feedback* que pareciam ameaçados naquele momento, quais sejam, a supremacia do seu poderio político-militar e o controle sobre o sistema monetário e financeiro internacional. Para todos os fins práticos, esses objetivos foram plenamente alcançados na década de 1980, com a recuperação do papel inquestionável do dólar como moeda internacional e da conquista da posição de única superpotência militar global com a derrota da URSS. Esse processo evidencia a sua grande capacidade de criar, destruir e recriar regimes internacionais conforme a sua conveniência e sempre que necessário para manter a sua posição e assegurar a defesa de seus interesses.

A discussão de como se deu essa retomada no campo monetário-financeiro e as características assumidas pelo novo padrão monetário internacional dólar-flexível, consolidado na década de 1980, é de especial interesse para o momento atual. Novamente, tornou-se comum a vários autores e a mídia diagnosticarem a recente trajetória de desvalorização do dólar como uma crise desta moeda como padrão monetário internacional, sendo que, desta vez (e mais uma vez), a crise seria definitiva. Entretanto, ainda que o desfecho da atual crise seja de difícil previsão, tal interpretação resulta de uma percepção equivocada acerca do regime monetário dólar-flexível que sucede o regime de Bretton Woods, como discutido ao longo do segundo capítulo do trabalho.

Seguindo a abordagem de Serrano, tal crise do dólar é muito pouco provável, uma vez que os ditos "alarmantes" déficits em conta corrente norte-americanos, bem como a dívida "externa" dele decorrente, são financiados no momento mesmo em que são gerados, sendo denominados e pagos em dólares que, por sua vez, são reaplicados em títulos de curto prazo da dívida pública estadunidense, pois se trata do ativo que possui o menor risco (a dívida é saldada na moeda do próprio devedor) e a maior liquidez no sistema, e cuja taxa de juros é determinada pelo FED. Com isso, podendo modificar livremente a paridade do dólar em relação às outras moedas principais conforme a sua conveniência em função de objetivos internos e/ou externos, o governo americano pode reduzir a taxa de juros, desvalorizando o dólar e, portanto, reduzindo o déficit em transações correntes, seja pela diminuição do montante pago em juros, seja pela redução do déficit comercial ao ter a competitividade de sua economia ampliada interna e externamente.

Dessa forma, tanto o déficit em conta corrente quanto o déficit público não são problemas para o país emissor da moeda internacional sob o sistema dólar-flexível, os quais podem crescer praticamente sem limites. Esses podem surgir apenas na hipótese de uma rejeição conjunta e coordenada do dólar por parte dos demais países e/ou de um descontrole da inflação, a qual, crescendo de forma acelerada e persistente, implicaria na redução do poder de compra do dólar interno e externo e, portanto, na redução da sua atratividade enquanto moeda internacional.

Todavia, de acordo com essa análise, uma crise do dólar proveniente da aceleração e da persistência da inflação nos EUA somente seria possível se os trabalhadores americanos conseguissem traduzir choques inflacionários em aumentos dos salários nominais. Entretanto, dada a posição fragilizada dos trabalhadores americanos desde os anos 80 e, conseqüentemente, seu reduzido poder de barganha, essa situação é pouco provável.

Ademais, a própria ocorrência de um choque inflacionário proveniente de uma desvalorização do dólar parece ter poucas chances de acontecer, tendo em vista que as importações americanas são quase totalmente denominadas em dólares, constituindo-se em grande medida de commodities e de petróleo cujos preços são denominados em dólar, além de serem pouco afetados pela desvalorização dessa moeda e mais pelo comportamento da demanda americana e mundial. Já para os demais países, principalmente aqueles mais fortemente dependentes de importações de commodities e de petróleo para o seu abastecimento interno (o que não é o caso dos EUA), como China, Europa e Japão, os impactos inflacionários decorrentes tanto de uma elevação do preço internacional desses produtos quanto de uma desvalorização cambial de suas moedas é maior do que nos EUA.

Mesmo no que diz respeito às importações de produtos industrializados não denominados em dólar o efeito sobre a inflação tem sido pequeno em função dos produtores estrangeiros evitarem alterar seus preços no mercado americano sob risco de, ao fazê-lo, perderem parcelas deste mercado para concorrentes de países cujas moedas foram menos afetadas pela desvalorização do dólar.

Quanto à primeira hipótese, dada a situação geopolítica atual, a diversidade de interesses e de conflitos entre os diversos países, o peso do mercado estadunidense no mercado mundial e sua importância fundamental como destino para as exportações de diversos países e destas em suas respectivas estratégias de crescimento, é igualmente pouco provável que ocorra uma rejeição conjunta e coordenada do dólar.

Menos provável ainda é uma rejeição unilateral por um ou outro país, pois significaria uma forte valorização da sua moeda em relação ao dólar. O resultado mais provável de tal ação seria o seu deslocamento do mercado americano por parte de concorrentes, podendo ter sérias conseqüências para a sua situação econômica interna dependendo da importância do mercado americano para o escoamento da sua produção. Além disso, a valorização da sua moeda em relação ao dólar provocaria graves perdas financeiras em função da redução do valor em moeda doméstica dos ativos denominados em dólar.

Cabe mencionar ainda que, apesar dos vários prognósticos acerca do enfraquecimento do papel do dólar como moeda internacional em meio à crise financeira (e, a este ponto, econômica) atual, os acontecimentos mais recentes parecem (mais uma vez) comprovar os argumentos apresentados acima contrários a essa tese. Assim como o ocorrido na crise que se seguiu ao estouro da bolha das empresas de tecnologia da informação, dos atentados de 11 de setembro de 2001 e dos escândalos das fraudes nos balanços contábeis de grandes empresas americanas no início desta década, o que se observa atualmente não é uma fuga do dólar, mas para o dólar, por meio do aumento da demanda pelos títulos de curto prazo do Tesouro dos EUA, evidenciando a manutenção do papel central exercido por essa moeda no sistema financeiro e econômico internacional, escorada no poder político-militar e econômico-financeiro estadunidense.

Papel este que não parece passível de ser seriamente ameaçado no futuro previsível, pelo menos enquanto não ocorrerem mudanças estruturais mais profundas no sistema político-militar e econômico-financeiro internacional e a dependência, e vulnerabilidade, em relação ao mercado financeiro e de capitais americanos dos outros grandes centros financeiros concorrentes, como os europeus ou mesmo os do leste asiático, continuar tão forte como até o momento, uma vez que, apesar dos gigantescos estragos no sistema financeiro estadunidense provocados pela crise do subprime, esses outros centros não se mostraram imunes a ela, apresentando mesmo um elevado grau de exposição e vulnerabilidade à dinâmica ocorrida em Nova York. O que apenas evidencia o sucesso da estratégia estadunidense de integração dos mercados financeiros e de capitais ao redor do mundo por meio da promoção universal da sua desregulamentação e liberalização, com isso amarrando o desempenho dos demais mercados ao seu próprio. Assim, apesar do enfraquecimento de Wall Street, parece pouco provável a sua substituição por algum outro centro financeiro como pilar do sistema financeiro internacional. O que parece, sim, ser mais provável é

o crescimento gradual da importância do papel dos estados na regulação desse sistema, via bancos públicos, bancos centrais ou mesmo fundos soberanos, com resultados de difícil previsão.

Os diversos matizes desse quadro evidenciam que a posição do dólar como moeda internacional é resultado e não causa da hegemonia e, portanto, uma crise dessa moeda como padrão monetário internacional só deve ser esperada caso ocorram modificações profundas na estrutura política, econômica e militar internacionais que abalem os pilares sobre os quais se sustenta essa hegemonia e, por extensão, o dólar.

No campo político-militar, os EUA se mostraram relativamente capazes, ao longo de quase toda a Guerra Fria, de manterem a disciplina de seus parceiros e adversários e de extrair vantagens econômicas a partir de sua posição diferenciada no sistema internacional por eles mesmos criado (mas dentro do qual se julgavam no direito de burlar as suas leis e/ou de modificá-las conforme sua própria conveniência) em função: da capacidade de moldar o ambiente geopolítico e geoestratégico deles com base no conflito estrutural com a URSS e com a China, principalmente com relação a europeus e japoneses, respectivamente; de seu controle e/ou poder de influência sobre as fontes e linhas de abastecimento de recursos naturais, sobretudo hidrocarbonetos; e de sua capacidade de moldar, de influenciar o ambiente geopolítico na periferia imediata desses países. Paralelamente, a possibilidade de configuração de uma aliança que fosse hostil aos interesses estadunidenses ou mesmo que reduzisse a importância de Washington no desenho de segurança regional e, com isso, sua influência era, se não eliminada, pelo menos minimizada ao se colocarem no centro de um sistema de alianças e acordos militares, ou seja, em que todas as partes envolvidas se relacionavam prioritariamente com os EUA do que entre si. Dessa forma, conseguiam fazer com que esses estados e as elites capitalistas em seu interior se vissem na dependência dos EUA para a manutenção da sua segurança e para a defesa de seus interesses vitais.

Os EUA parecem ter percebido muito bem o modo de operação desse sistema e as conseqüências de um retraimento do poderio militar ainda que em tempos de paz, como o demonstra a perda de poder militar relativo da Grã-Bretanha diante de seus principais competidores, notadamente a Alemanha. Dessa maneira, o sistema constituído pelos norte-americanos no pós-II Guerra teve, desde o início, o objetivo de impedir que surgissem desafiantes de fato ao seu poder global. Assim, desde aquele momento o sistema foi configurado para operar como uma multipolaridade econômica, mas, ao mesmo tempo, como uma unipolaridade militar.

Agiram, nesse sentido, promovendo a reconstrução do Japão e da Alemanha, seus principais adversários naquele conflito, mas, concomitantemente, precavendo-se contra a possibilidade de que o crescimento do poderio econômico desses países pudesse se converter, novamente, em poderio político e militar, com pretensões hegemônicas, globais ou mesmo regionais. Essa unipolaridade, durante a Guerra Fria, operava, de fato, dentro do bloco capitalista, mas era relativamente contrabalançada em termos globais pelo poderio bélico da URSS. Com o esfacelamento desta, aquela unipolaridade, agora, abrange todo o globo, onde o poder militar dos EUA impera sem a presença de desafiantes.

Em função dos imperativos estratégicos oriundos do conflito bipolar, Washington dispunha-se a fazer concessões de curto-prazo que beneficiavam seus aliados mais importantes, aparentemente contrariando seus próprios interesses imediatos, mas condizentes com os seus objetivos vitais e estratégicos de longo prazo. Com isso, a busca por seus interesses fundamentais revestia-se da aparência de defesa de um interesse geral ao compatibizar seus objetivos de longo prazo com os de curto prazo dos demais aliados, além do objetivo comum de conter a URSS, a China e a expansão do socialismo como um todo, ou seja, um inimigo comum e claramente identificável. Aproximava-se, portanto, mais do que nunca, do conceito de hegemonia. Com a plena recuperação dos aliados e posteriormente com o fim do conflito bipolar, o espaço para concessões parece, se não encerrado, pelo menos, bastante reduzido, com os EUA colocando em primeiro plano na sua política externa a defesa e a consecução de seus interesses nacionais imediatos. Nesse sentido, a reformulação que lutam para empreender no sistema indica uma configuração que mais se aproxima do que expusemos ao longo do trabalho, seguindo Gowan, de *Empire System*, no qual, ao contrário da hegemonia, onde as forças predominantes no sistema são centrífugas, o sistema parece ser moldado para funcionar em benefício do Estado-Império, ou seja, de forma centrípeta. Para tanto, em termos gramscianos, valendo-se cada vez mais de instrumentos de dominação, uma vez que, o maior diferencial de poder que guarda em relação a seus competidores, aliados e adversários reside no campo do uso da força, no campo militar. Isso, contudo, não significa que não se mantenham, e não tenham buscado se manter, na liderança em outros campos, como o produtivo, comercial e financeiro[256]. Significa apenas que

[256] Deve-se observar que, apesar do unilateralismo político e militar, exacerbado no governo de George W. Bush, ser o aspecto mais evidente do comportamento da política externa estadunidense no pós-Guerra Fria, ele se manifesta também em outros campos como, por exemplo, o das negociações comerciais. Antes mesmo desse

comparativamente o diferencial naquela área é muito superior do que nas demais. Valem-se, portanto, dos seus dois mecanismos de *feedback* para tentar empreender modificações nas relações sociais internas de estados juridicamente soberanos, inclusive, e principalmente, do núcleo do sistema, de modo a tornar possível que, por meio da mobilização dos seus recursos financeiros, possam ganhar controle sobre os setores estratégicos para a manutenção da sua supremacia. Conforme foi discutido, o êxito nessa empreitada, apesar de ter avançado bastante na Grã-Bretanha, está longe de ser garantido.

A questão que se coloca no pós-Guerra Fria é, desaparecido o arqui-rival, como assegurar a reprodução desse sistema entre os velhos aliados e, principalmente, expandi-lo, para nele incluir as vastas áreas tornadas independentes com o fim da URSS e do bloco socialista, a Rússia e a China. Mas incluir a Rússia e a China em uma aliança sob a liderança dos EUA... contra quem? Como definir o novo *status* desses países? Como continuar a justificar legitimamente a manutenção e a expansão do seu próprio *status*, da sua inserção diferenciada no sistema internacional? A legitimidade da posição hegemônica é derivada do seu diferencial de poder político, econômico-financeiro e militar em relação aos demais e de uma ameaça crível que justifique a aceitação da sua proteção em troca de lealdade, obediência e privilégios. A hegemonia precisa do que denomino como uma *ameaça estabilizadora*. A expansão do poder somente se justifica a partir da instabilidade. A qual, portanto, tem que ser constantemente recriada pela potência hegemônica, uma vez que dela se alimenta para se expandir e para trazer os demais à "ordem", à sua "ordem". Ordem que ela mesma se incumbe de destruir, sempre que necessário e possível, para criar uma nova, mais adequada às realidades cambiáveis do ambiente internacional e/ou das sua novas necessidades de expansão e de segurança. Entretanto, esse jogo de destruição e recriação, ainda que inevitável, não deixa de ter seus riscos e a instabilidade

---

período, ainda no governo Reagan, já se observava uma inflexão na estratégia de negociação comercial dos EUA, transitando da ênfase na busca de acordos multilaterais para a busca cada vez mais agressiva de acordos bilaterais, onde o seu poder de barganha era grandemente fortalecido e sua capacidade de ação liberta das amarras estabelecidas para as negociações em âmbito multilateral. Observe-se que mesmo em iniciativas consideradas multilaterais, como a Área de Livre Comércio das Américas, cuja semente foi lançada ainda no governo de George Bush no âmbito da Iniciativa para as Américas e levada adiante pela administração Clinton, a estratégia de negociação dos EUA era a de costurar acordos bilaterais com os países mais frágeis e favoráveis a tal tipo de acordo, de modo a enfraquecer o poder de barganha dos países maiores e mais reticentes em aceitar os termos colocados pelos EUA no âmbito mais amplo da ALCA. Algo semelhante observa-se no caso da OMC, já sob Clinton, mas principalmente com seu sucessor. A ênfase na busca de acordos bilaterais por parte deste em detrimento do multilateralismo já fazia parte de uma concepção mais ampla acerca da nova ordem internacional por parte do novo governo, a qual concebia nela um papel secundário para as organizações multilaterais. V.: BASTOS (2004), SHADLEN (2005).

gerada pela potência hegemônica pode atingir um ponto além de sua capacidade de gerenciá-la. E esse é o momento das grandes crises e mudanças sistêmicas, cujos desfechos são difíceis de prever.

Terminada a Guerra Fria, os estrategistas americanos debruçaram-se sobre essas questões, traçando no *Defense Planning Guidance*, de 1992, os objetivos estratégicos a serem perseguidos pelos EUA na ordem mundial pós-Guerra Fria. Ali ficava clara a necessidade de manter e ampliar o diferencial do seu poderio político-militar e de assegurar a sua posição no controle das tecnologias militares de ponta, de modo a dissuadir qualquer potência ou aspirante a potência, isoladamente ou em aliança com outras, de buscar constituir um poderio que rivalizasse ou questionasse o poder global dos EUA ou mesmo a sua posição de liderança e os seus interesses nos vários tabuleiros regionais. Da mesma forma, era necessário que se mostrassem capazes de e dispostos a agir sempre que necessário para assegurar a ordem que buscavam estabelecer e para defender os seus interesses e os interesses gerais, e considerados legítimos conforme o seu julgamento e conveniência, dos seus aliados, dissuadindo-os de buscá-los por seus próprios meios. Isso implica o controle sobre as fontes e linhas de abastecimento de matérias-primas, sobretudo hidrocarbonetos, e a garantia do cumprimento das leis e da ordem internacionais por parte dos países da periferia do sistema. Dessa forma, era considerado fundamental manter o sistema de alianças militares sob controle dos EUA, evitando o surgimento de arranjos regionais de segurança que os excluíssem.

Esse aspecto ganha especial importância no que diz respeito a OTAN e a possibilidade de construção de arranjos de segurança exclusivamente europeus, mas também em relação ao Japão. Portanto, continuava sendo de suma importância a existência de elementos de instabilidade e de potenciais ameaças que legitimassem a necessidade da permanência da dependência dos europeus e japoneses da proteção estadunidense. Dessa maneira, para manter a capacidade de moldar o ambiente geopolítico e geoestratégico europeu e japonês para garantir a influência sobre as opções e as decisões de política externa e de segurança desses países, as relações dos EUA com a Rússia, com a China e os seus respectivos entornos, bem como com as periferias da Europa Ocidental e do Japão, e o controle estadunidense das fontes e linhas de abastecimento de matérias-primas e hidrocarbonetos continuavam sendo fundamentais. Mas ao mesmo tempo em que os russos devem ser mantidos como adversários e como uma ameaça potencial, devem ser mantidos sob controle, relativamente enfraquecidos e isolados. Nesse sentido, duas linhas de

ação ganhavam importância, por um lado, evitar uma aproximação da Rússia com os europeus, sobretudo com a Alemanha, transferindo os países europeus do antigo bloco socialista, e mesmo os da ex-URSS, da órbita de influência russa para a estadunidense, promovendo o seu ingresso nas instituições ocidentais, principalmente na OTAN e na União Européia. Por outro, ratificar a posição americana como potência hegemônica regional externa no Oriente Médio e avançar a sua posição sobre a Ásia Central e o seu potencial em termos de reservas de hidrocarbonetos. Esse último ponto se reveste de relevância ainda maior em função do crescimento econômico e do poderio da China e da Índia, de modo que o controle sobre essa região é fundamental não apenas para moldar as relações com russos, europeus e japoneses, mas também com chineses e indianos, bem como para manter separadas a Rússia e a China. Assim, tanto a Rússia quanto a China foram colocados na categoria de competidores estratégicos. As antigas alianças construídas pelos americanos na Guerra Fria parecem voltar-se agora não mais para a contenção de um bloco mais ou menos coeso em torno de uma ideologia comum, mas para estados capazes de futuramente questionarem a ordem mundial sob a supremacia dos EUA.

Esses objetivos estratégicos traçados no governo de George Bush, bem como o problema da legitimação das ações pertinentes para atingi-los, nortearão, e perseguirão, a política externa estadunidense não apenas no governo de George W. Bush, mas também no de Bill Clinton. Como foi discutido no terceiro capítulo, a diferença entre os dois últimos reside menos em uma mudança radical do que na exacerbação de uma tendência que apontava para uma postura crescentemente unilateral, agressiva e militarista. Os elementos de continuidade na estratégia global que orienta política externa americana e sua implementação superam os de ruptura. Isso resulta, em parte, da própria estrutura do sistema político estadunidense e dos valores subjacentes àquela sociedade derivados do seu processo de formação, os quais, segundo Gowan, principalmente após as transformações ocorridas na década de 1970, levam a um consenso entre a elite dirigente do país acerca do comprometimento com a orientação da sua estratégia global para a manutenção e fortalecimento da primazia. Entretanto, Clinton buscou responder à questão da legitimidade das ações e das intervenções pertinentes a esses objetivos estratégicos sob o verniz do discurso politicamente correto e da união em torno da defesa de valores éticos e de interesses universais, como a defesa da democracia, do livre mercado, dos direitos humanos, do meio ambiente, da luta contra o terrorismo e o tráfico de drogas etc. Os novos inimigos, portanto, são os estados que se opõe ou que constituem uma ameaça a essa nova ordem almejada de paz, de

democracia, de mercados livres e globalizados, classificados como *rogue states*. Todavia, a incompatibilidade e a vulnerabilidade da tentativa de legitimar as ações necessárias para fazer avançar os interesses e os objetivos condizentes com um projeto imperial através de um discurso centrado em valores éticos e universais se torna evidente, e a contradição entre atos e palavras se transforma em base de contestação da própria potência que se coloca como o seu defensor, dificultando o avanço sobre as metas consideradas essenciais e tornando possível até mesmo que outros atores se coloquem com mais legitimidade na defesa desses pontos, como, por exemplo, os europeus ocidentais. Apesar de obterem consideráveis conquistas em termos econômicos como a consolidação do padrão monetário dólar-flexível, o avanço da globalização financeira e produtiva através da continuidade da desregulamentação e liberalização dos mercados, principalmente na periferia, a sustentação de um longo ciclo de crescimento interno, entre outros, em termos dos objetivos político-militares, como foi discutido, o progresso parecia se mostrar mais lento e os acontecimentos pareciam caminhar de forma desfavorável aos interesses americanos. Isso ocorria principalmente onde o sucesso era mais importante, ou seja, no Oriente Médio, com a crescente instabilidade interna na Arábia Saudita, e na Ásia Central, com o fortalecimento das posições russas e chinesas e o fracasso das tentativas indiretas estadunidenses de obter influência na região.

Diante disso, com a chegada da equipe de George W. Bush ao poder, composta por muitos dos integrantes do governo de seu pai, alguns dos quais participaram diretamente da elaboração do DPG, os interesses nacionais estadunidenses são colocados no primeiro plano no discurso das autoridades e desprovidos do verniz "politicamente correto" do governo anterior. As relações de força e o diferencial do poderio político-militar estadunidense, bem como a sua manutenção, se já utilizados pelo governo democrata como instrumento para defender os seus interesses e manter a sua posição diferenciada no cenário internacional, são agora elevados ao lugar principal. Não se trata mais de manter esse diferencial e utilizá-lo como um dos instrumentos nas relações de poder e na resolução das questões internacionais. Mas de ampliá-lo e torná-lo insuperável, buscando assegurar, inclusive, a invulnerabilidade do território americano, das bases no exterior, dos aliados, e até mesmo das tropas no campo de combate, a ataques com mísseis, principalmente com ogivas não convencionais, através da implementação do projeto de escudo anti-mísseis, com isso tornando esse instrumento como base indispensável para uma ação mais direta e incisiva dos EUA naqueles tabuleiros onde residem os seus interesses mais

fundamentais, no Oriente Médio e na Ásia Central. Ao mesmo tempo, isso significa buscar o objetivo de ampliar enormemente o grau de liberdade de ação militar estadunidense, ao livrá-lo do risco de ameaças de represálias não-convencionais quando atacarem o território de terceiros. Trata-se de constituir uma força defensiva e ofensiva, com rápida capacidade de projeção global de poder e elevada capacidade de destruição, capaz de enfrentar e destruir qualquer ameaça real ou potencial a sua posição de única potência global e impedir o surgimento de potências regionais, através, inclusive, de ataques preventivos, que questionem e/ou busquem rivalizar a posição hegemônica dos EUA na região. A legitimidade para busca desses objetivos será fornecida pelos atentados de 11 de setembro e a conseqüente eleição do "terror", associado aos *rogue states* e aos estados detentores de armas de destruição em massa, como inimigo a ser perseguido e combatido e contra o qual se justificaria a constituição de todo esse arsenal, as ações militares necessárias e os gastos militares dele decorrentes. Dessa forma, os EUA alcançam objetivos impensáveis no período da Guerra Fria e que avançavam de forma bastante lenta no governo anterior, ou seja, transferem para a sua órbita, com a inclusão na OTAN e de alguns na UE, não apenas os países da Europa Oriental que faziam parte do bloco socialista, mas também países que pertenciam à própria URSS e faziam parte da área de influência histórica da Rússia, além de penetrarem efetivamente na Ásia Central, com a instalação de bases e a implementação de acordos militares.

Todavia, esse poder, por mais assustadora que seja a diferença de sua magnitude em relação aos demais e a sua capacidade de destruição, parece, em conflitos como os do Iraque e do Afeganistão e, mesmo antes, no Vietnã, encontrar seus limites para fazer com que estados fracos, mas resistentes aos desígnios de Washington, se dobrem a sua vontade. São nesses momentos cruciais, em que o grande diferencial de poder da potência dominante se mostra incapaz de fazer valer a sua vontade, de impor a sua ordem, aparentando uma fraqueza relativa, que, em função disso, desse poder aparentemente fragilizado, pode ocorrer alguma bifurcação entre o controle das armas e do dinheiro, mas apenas no sentido discutido acima.

Dessa forma, é provável que o apoio do capital cosmopolita/transnacional ao Estado norte-americano possa se arrefecer, mas somente quando este der sinais inequívocos de que não reina mais sozinho. Ou, que seu poder não é suficiente para impor a sua ordem ao mundo, ou pelo menos, em regiões cruciais dele. Ou seja, uma ameaça econômica aos EUA provém da retirada do apoio do capital transnacional aos Estados Unidos à medida que este sofra sérios reveses

militares ou que se mostre incapaz, por não conseguir justificar legitimamente essa expansão, de continuar a expandir seu poder e/ou defender os seus próprios interesses vitais, bem como dos estados aliados e de suas elites capitalistas transnacionalizadas.

O impasse norte-americano no Iraque e no Afeganistão, evidencia as bases precárias em que se assentam as recentes conquistas de posição estadunidenses e o longo caminho para consolidá-las. Pior ainda, para os interesses estadunidenses, é o fato de que essa situação de impasse deteriorou-se ainda mais, revelando-se como um efeito-dominó inverso ao aparentemente pretendido pelo governo de George W. Bush. Ou seja, ao invés do sucesso inicial através das posições conquistadas com bastante facilidade no Afeganistão e, em seguida, no Iraque servirem como bases estáveis para um acúmulo de forças orientado para passos mais ousados, como a mudança de regime no Irã, o que se observou foi uma instabilidade crônica no Iraque e a reorganização e gradual recuperação das forças Talebans no Afeganistão. Os atoleiros que esses dois tabuleiros se revelaram para as forças anglo-saxônicas e aliadas (comprometendo uma quantidade de homens e recursos maior que o esperado e levando a capacidade operacional usual de suas forças armadas ao limite do *stress*, reduzindo sua mobilidade e liberdade de ação e configurando uma imagem de impotência para impor os seus interesses por meios militares em partes cruciais do globo), a configuração de forças favorável aos xiitas que se desenhou com o desenrolar dos acontecimentos no Iraque, bem como a própria destruição do principal inimigo regional iraniano, somados a sensação de cerco e de ameaça iminente de um ataque militar anglo-saxão e/ou israelense contribuíram para o fortalecimento do Irã e do seu atual governo conservador e para sua decisão de acelerar o seu programa nuclear. O que pode contribuir para uma instabilização ainda maior de toda a região em função da possibilidade de deflagração de uma corrida nuclear regional, com suas conseqüências para o arranjo global de controle de proliferação de armas nucleares.

Ampliando um pouco o campo de visão, observa-se um outro efeito reverso da ação estadunidense na região com o agravamento da instabilidade interna em seus aliados nas bordas oriental e ocidental do conjunto formado pela Ásia Central e pelo Oriente Médio, ou seja, no Paquistão e na Arábia Saudita, sendo que justamente a preocupação com a situação interna desta, e, conseqüentemente, com o possível comprometimento da confiança na sua condição de aliada dos EUA, foi um dos fatores motivadores para a ação no Iraque.

Da mesma forma, a estratégia de utilizar o pretexto de difusão da democracia no Grande Oriente Médio como uma das justificativas para a sua ação na região e para trocar governos favoráveis à Rússia, hostis ao ocidente ou mesmo independentes por outros pró-EUA, apostando no efeito contágio das "revoluções coloridas", revelou-se, em parte por sua incoerência, e em parte pela falácia do próprio argumento, duplamente contraproducente: por um lado, levou à reversão total ou parcial de algumas alianças e acordos efetivados com governos regionais autoritários, mas estratégicos para os interesses estadunidenses, levando, em alguns casos, a uma aproximação, ou reaproximação, desses governos com a Rússia e/ou com a China; por outro, em função das alianças efetivadas por Washington com esses mesmos governos autoritários (fortalecendo sua posição em relação aos grupos contestatórios), da orientação da guerra ao terror voltar-se fundamentalmente contra os grupos islâmicos (os quais eram as principais forças contestatórias ao controle de Moscou no período soviético e aos atuais grupos dirigentes), e, conseqüentemente, da associação, por parte desses grupos contestatórios, das tiranias governantes com os EUA, substituindo a relação de dependência e subserviência destas tiranias em relação a Moscou por Washington, e, portanto, colocando este no lugar daquele na condição de principal inimigo.

O referido impasse mostra também os limites não apenas da revolução nos assuntos militares proposta e implementada por Rumsfeld, mas, de uma forma mais ampla, de uma maneira de fazer a guerra inaugurada com a Guerra do Golfo I, reforçada pela rejeição ao comprometimento de tropas terrestres norte-americanas em função dos problemas ocorridos na intervenção militar na Somália, em 1993, e consagrada com o sucesso das operações no Kosovo, em 1999, e das operações iniciais no Afeganistão e no Iraque. Esse histórico serviu para consolidar a idéia de que os EUA poderiam travar e vencer guerras virtualmente sem perdas humanas e em um curto período de tempo, reforçando, ao mesmo tempo, o histórico comprometimento do *establishment* norte-americano com a estratégia do armamento tecnologicamente superior. Apesar de sua enorme capacidade punitiva, de seu imenso poder de destruição e de sua capacidade de derrubar regimes hostis, a superioridade do poderio aéreo e naval comparativamente ao terrestre é mitigada por uma análise mais acurada dos conflitos citados e, sobretudo, pelo impasse atual, ao se constatar que a pacificação e estabilização dos territórios sob ataque dependem da ocupação desses territórios, o que, por sua vez, somente poder ser feito por um grande contingente de tropas terrestres e não a partir de elevadas altitudes ou de

navios a grandes distâncias. E isso depende da disposição do país agressor em comprometer tropas para tal objetivo, arcando com as despesas em recursos e em vidas.[257]

Entretanto, o diferencial de poder político, econômico-financeiro e militar em relação aos demais potenciais competidores na arena internacional ainda assegura que os EUA se mantenham como a única superpotência mundial no futuro previsível, dispondo dos instrumentos necessários para, reorientando a sua estratégia de ação, reverter um quadro aparentemente desfavorável, como, aliás, já o fizeram anteriormente.

Todavia, esse poderio exclusivo deve passar a ser crescentemente questionado por uma União Européia interessada em reivindicar um lugar maior na decisão acerca das grandes questões mundiais e uma maior autonomia nos assuntos relativos a sua segurança; por uma Rússia em recuperação do seu poderio econômico, político e militar e desejosa de reaver o seu lugar como potência global; e, principalmente, pela China, com seu poder centralizado, um crescimento econômico vigoroso que já dura décadas e, mais importante, sem a presença de bases militares americanas em seu território e com um projeto explícito de disputar a hegemonia regional no leste asiático, mas, por enquanto, sem pretensões de disputar o poder global com os americanos, o que, no entanto, talvez seja inevitável à medida que cresça a sua presença mundial e a sua necessidade de recursos.

Um outro problema emerge da eleição do terror como inimigo. A sua utilização como fator de legitimidade possui uma validade proporcional à da distância no tempo em relação ao trauma. À medida que dele se afasta, reduz-se a sensação de insegurança e, conseqüentemente, a justificativa para a necessidade de proteção.[258] Dessa forma, seguindo essa estratégia de legitimidade, a ameaça precisaria ser constantemente recriada para que o trauma, a vulnerabilidade e a necessidade de proteção e de expansão do poder para fornecê-la estejam sempre presentes.

---

[257] Especialistas civis e militares norte-americanos estimam que para ocupar e impor a ordem no território iraquiano seria necessário um contingente de cerca de meio milhão de soldados, ao invés dos 150.000 com os quais se tentou atingir esse objetivo inicialmente. V. ALVES (2007).

[258] Ou, conforme colocado de forma irônica pela *The Economist*, "one irony of the 'war on terror' is that Mr. Bush's hyperventilation worked against him in terms of getting boots on the ground: neither his own countrymen nor his allies were sure enough that they were really under threat. (And why should they be? An American-led West spend four decades tussling with a nuclear-armed empire that stretched from Berlin to Vladivostok; al-Qaeda is still small beer)", Still N. 1, in: *The Economist*, June 30th 2007, p. 11-12.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A National Security Strategy of Engagement and Enlargement. Casa Branca, Fevereiro de 1996, http://www.faz.org/ssp/military/docops/national/1996stra.htm.

ACHCAR, Gilbert (2001). O jogo triangular das potências. In: *Le Monde Diplomatique*, Dezembro de 2001, http://diplo.uol.com.br/2001-12,a147.

ACHCAR, Gilber (2003). A Europa a serviço da Otan. In: *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2003, http://diplo.uol.com.br/2003-01,a522.

ALVES, Vágner Camilo (2007). *O poder militar norte-americano e o panorama estratégico pós-Guerra Fria*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: "O Brasil e o mundo que vem aí", Seminários Preparatórios – Seminário: Estados Unidos: presente e desafios , Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007.

ARRIGHI, Giovanni (1995). *The rise of East Asia and the withering away of the Interstate System.* Prepared for the Session on Global Praxis and the Future of the World-System. 90th Annual Meeting of the American Sociological Association, Washington, DC, August 19-23, 1995.

_____ (1996). *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ.

_____ & SILVER, Beverly J. (2001). *Caos e Governabilidade no sistema-mundo moderno.* Rio de Janeiro: Contraponto/Editora UFRJ.

_____ (2003). Rough road to Empire. Versão revisada de paper apresentado na Conferência *The Triad as Rivals? U.S., Europe, and Japan*, Georgetown University, Washington, D.C., 25-26 de abril de 2003, http://www.nu.ac.za/CCS/files/Arrighi%20PEWS%202003%20revised%20_1_. pdf.

_____ (2004). Spatial and other fixes of historical capitalism. In: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004, 527-539.

BACHKATOV, Nina (2001). A aposta política de Putin. In: *Le Monde Diplomatique*, Novembro de 2001, http://diplo.uol.com.br/2001-11,a101.

BASTOS, Carlos Pinkusfeld (2005). *O Keynesianismo-Conservador americano: Perspectivas na entrada do Século XXI*. In: Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica. Valença – Rio de Janeiro.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth (2004). A política comercial estadunidense: a estratégia de liberalização competitiva, os acordos bilaterais e a ALCA. In: *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, n. 1 – abr./jun. 2004, pp. 34-42, http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_ceri/boletim/boletim1/06-pedropaulo.pdf.

BLIX, Hans (2005). Questões sobre a Guerra do Iraque: o uso de força, armas de destruição em massa e as Nações Unidas. In: *Política Externa*, vol. 14, n. 3, dez/jan/fev 2005/2006, p. 85-95.

BOSWELL, Terry (2004). American World Empire or declining hegemony. In:.*Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004, 516-524;

BRAUDEL, Fernand (1987). *A Dinâmica do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco.

_____ (1996) [1979]. *Civilização material, economia e capitalismo (sécs. XV-XVIII): Os Jogos das Trocas.* São Paulo: Martins Fontes.

_____ (1996) [1986]. *Civilização material, economia e capitalismo (sécs. XV-XVIII): O tempo do mundo.* São Paulo: Martins Fontes.

CABRAL, Ricardo Pereira (2004). Estratégia (antecedentes teóricos). In: *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo.*

_____ (2004). Geopolítica. In: *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo.*

CHAUVIER, Jean-Marie (2005). O que está em jogo no xadrez ucraniano. In: *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2005, http://diplo.uol.com.br/2005-01,a1049.

_____ (2007). A Rússia busca seu lugar no mundo. In: *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro de 2007, http://diplo.uol.com.br/2007-02,a1510.

CHETERIAN, Vicken (2003). A base dos EUA na Ásia Central. In: *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro de 2003, http://diplo.uol.com.br/2003-02,a552.

_____ (2005). A briga dos grandes. In: *Le Monde Diplomatique*, Fevereiro de 2005, http://diplo.uol.com.br/2005-02,a1057.

CHIBBER, Vivek (2004). The Return of Imperialism to Social Science. In: *The European Journal of Sociology,* 45, December 2004, p. 427-441.

COX, Robert W. (1986 [1981]). "Social forces, states and world orders: beyond international relations theory". In: KEOHANE, Robert O. (org.) (1986). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, p. 204-254.

_____ (1995). Critical Political Economy. In: HETTNE, Björn & COX, Robert (Orgs.) (1995). *International Political Economy: Undertanding Global Disorder*. London: Zed Books.

DEMANT, Peter (2005). A ação norte-americana e a complexidade do Oriente Médio. In: *Política Externa*, vol. 13, n. 4, mar/abr/mai 2005, p. 35-55.

DERRIDA, Jacques (2003). A razão do mais forte. In: *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2003, http://diplo.uol.com.br/2003-01,a527.

EXCERPTS from Pentagon's Plan: "Prevent the Re-Emergence of a New Rival", *The New York Times*, 8 de março de 1992. Excerpts from the Pentagon's Feb. 18 draft of the Defense Planning Guidance for the Fiscal Years 1994-1999, http://query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9E0CE1D7173AF93BA35750C0A964958260.

FIORI, José Luís (1997). "Globalização, hegemonia e império". In: TAVARES, Maria C. & FIORI, José L. (Orgs.) (1997). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

_____ (org.) (1999). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações.* Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

_____ (org.) (2004). *O Poder Americano*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes.

_____ (2004), "Formação, expansão e limites do poder global". In FIORI, José Luís (org.) (2004). *O Poder Americano*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

_____ (2005). A nova geografia econômica mundial. In: Fiori, J. L. (2007). *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial, (Coleção Estado de sítio).

_____ (2007). O poder global. São Paulo: Boitempo Editorial.

_____ & MEDEIROS, Carlos (org.) (2001). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

FONSECA, Carlos da (2005). Avaliação do primeiro mandato de George W. Bush e perspectivas para o segundo. In: *Economia Política Internacional: Análise Estratégica*, n. 5 – abr./jun. 2005, pp. 42-51.

FUSER, Igor (2003). Os verdadeiros motivos da guerra. In: *Revista Teoria e Debate*, n. 53, março/abril/maio de 2003, http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/makepdf.php?storyid=1871.

GENTÉ, Régis & ROUY, Laurent (2005). Na sombra das "revoluções espontâneas". In: *Le Monde Diplomatique*, Janeiro de 2005, http://diplo.uol.com.br/2005-01,a1050.

GENTÉ, Régis (2007). A grande disputa pela Ásia Central. In: *Le Monde Diplomatique*, Julho de 2007, http://diplo.uol.com.br/2007-07,a1606.

GILPIN (1987). *The Political Economy of International Relations*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

GODDARD, C. Roe; CRONIN, Patrick & DASH, Kishore C. (orgs.) (1996). *International Political Economy: State-Market Relations in a Changing Global Order*. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers.

GOLUB, Phillip S. (2003). Da guerra fria à guerra preventiva. In: *Le Monde Diplomatique*, Março de 2003, http://diplo.uol.com.br/2003-03,a587.

GORCE, Paul-Marie de la (2002a). A nova Doutrina Militar Americana. In: *Le Monde Diplomatique*, Março de 2002, http://diplo.uol.com.br/2002-03,a242

_____ (2002b). Guerra preventiva: estratégia perigosa. In: *Le Monde Diplomatique*, Setembro de 2002, http://diplo.uol.com.br/2002-09,a439.

GOWAN, Peter (1999). *The global gamble: Washington's faustian bid for world dominance.* London: Verso.

_____ (2001). Explaining the American Boom: The Roles of Globalisation and US Global Power. In: *New Political Economy*, Vol. 6, No. 3, 2001

_____ (2004a). Triumphing toward International Disaster: The Impasse in American Grand Strategy. In: *Critical Asian Studies*, Vol. 36, No. 1, March 2004

_____ (2004b). Contemporary Intra-core Relations and World Systems Theory. In: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004, p. 471-500.

_____. Economics and Politics within the Capitalist Core and the Debate on the New Imperialism. [NB: This paper is 'work in progress': still at a preliminary stage]

GULLICK, John (2004). A critical appraisal of Peter Gowan's "Contemporary Intra-core Relations and World Systems Theory": a capitalist World-Empire or US-East Asian geo-economic integration? In: *Journal of World Systems Research*, X, 2, summer-2004, p. 502-515.

GUIMARÃES, César (2002). A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo. In: *Estudos Avançados*, vol. 16, n. 46, São Paulo, set/dez. 2002, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142002000300005&script=sci_arttext.

HELLEINER, Eric. (1994). From Bretton Woods to Global Finance: A World Turned Upside Down. In: STUBBS, Richard & UNDERHILL, Geoffrey R. D. (1994). *Global Restructuring: Making Sense of the Changing International Political Economy*. Londres: Macmillan Press.

HETTNE, Björn (1995). Introduction. In: HETTNE, Björn & COX, Robert (Orgs.) (1995). *International Political Economy: Undertanding Global Disorder*. London: Zed Books.

_____ & COX, Robert (Orgs.) (1995). *International Political Economy: Undertanding Global Disorder*. London: Zed Books.

ILSEMANN, Siegesmund von; KLUSSMANN, Uwe; MASCOLO, Georg & NEEF, Christian (2007). Uma nova corrida armamentista entre Estados Unidos e Rússia? In: *Der Spiegel*, 20 de fevereiro de 2007.

JHONSON, Chalmers. America's Empire of Bases. www.nationinstitute.org/tomdispatch, jan/2004

KENNEDY, Paul (1989). *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000.* Rio de Janeiro: Campus.

KEOHANE, Robert O. (org.) (1986). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press.

KLARE, Michael T. (2001). America's Military Revolution. In: *Le Monde Diplomatique*, Julho de 2001, http://mondediplo.com/2001/07/04america2.

_____ (2002). As prioridades estratégicas dos EUA. In: *Le Monde Diplomatique*, novembro de 2002, http://diplo.uol.com.br/2002-11,a486.

_____. The Clinton Doctrine. In: *The Nation,* http://www.thenation.com/doc/19990419/klare.

KUGELMAS, Eduardo (2004). "A 'Doutrina Bush': da contenção à preempção". In: Velasco e Cruz, Sebastião Carlos (org.). *Reestruturação econômica mundial e reformas liberalizantes nos países em desenvolvimento.* Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2004, pp. 215-220 (Cadernos do IFCH, n° 30)

MAGNOLI, Demétrio (2004). *Relações Internacionais: teoria e história*. São Paulo: Editora Saraiva.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de (2004). O Desenvolvimento Tecnológico Americano no Pós-Guerra como um Empreendimento Militar. In: FIORI, J. L. (Org.) (2004). *O Poder Americano*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes.

METRI, Maurício M. *O Poder Financeiro dos EUA no Padrão Monetário Dólar-Flexível.* Mimeo.

_____ (2003). *Hierarquia e competição entre estados nacionais no atual sistema monetário internacional*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro.

NATIONAL MILITARY STRATEGY of the United States of America: a strategy of flexible and selective engagement, Joint Chiefs of Staff, Washington-DC, 1995.

NATIONAL SECURITY STRATEGY (2002), www.whitehouse.gov/NSC

PATRIOTA, Antônio de Aguiar (2007). *Os EUA no mundo: percepções*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: "O Brasil e o mundo que vem aí", Seminários Preparatórios – Seminário: Estados Unidos: presente e desafios , Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007.

PECEQUILO, Cristina Soreanu (2007). *A Era George W. Bush (2001/2007): Os EUA e o Sistema Internacional.* II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: "O Brasil e o mundo que vem aí", Seminários Preparatórios – Seminário: Estados Unidos: presente e desafios , Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007.

POLLIN, Robert (2000). Anatomy of Clintonomics. In: *New Left Review*, 3, may-jun, 2000.

_____ (2002). Recession, Deficit Spending and U.S. Economic Prospects. In: *Political Economy Research Institute*, University of Massachusetts, Amherst, December, 2002.

REIS, Daniel Aarão. *Rússia – Política e Estratégia*. II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: "O Brasil e o mundo que vem aí", Seminários Preparatórios – Rússia.

ROBINSON, Andy (2007). Superpotências do petróleo caro. In: *La Vanguardia*, 28 de dezembro de 2007, http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/lavanguardia.

SANTOS, Fabiano (2007). *Descrevendo o Sistema Político Norte-Americano: atualidade e desafios.* II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – CNPEPI: "O Brasil e o mundo que vem aí", Seminários Preparatórios – Seminário: Estados Unidos: presente e desafios , Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 13 de julho de 2007.

SERRANO, Franklin (2002). Do ouro imóvel ao dólar flexível. In: *Economia e Sociedade*, v. 11, nº 2 (19), 2002, Campinas, IE/Unicamp.

_____, (2004). Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, J. L. (Org.) (2004). *O Poder Americano*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes.

SHADLEN, Kenneth C. Exchanging development for market access? Deep integration and industrial policy under multilateral and regional-bilateral trade agreements. In: *Review of International Political Economy*, 12:5 December 2005: 750–775.

Still N. 1, in: *The Economist*, June 30th 2007, p. 11-12.

TAVARES, Maria da Conceição (1997). "A Retomada da Hegemonia Norte-Americana". In: TAVARES, Maria C. & FIORI, José L. (Orgs.) (1997): *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

_____ & MELIN, Luiz Eduardo (1997). "Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana". In: TAVARES, Maria C. e FIORI, José L. (Orgs.) (1997). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes;

_____ & FIORI, José L. (orgs.) (1997): *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C et. alii (2004). Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do Mundo Contemporâneo. Ed.: Elsevier – RS.

_____. (2004). Bush (Doutrina), in: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C et. alii (2004). Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do Mundo Contemporâneo. Ed.: Elsevier – RS.

TILLY, Charles (1996) [1990]. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira (2004). O papel do petróleo na geopolítica americana. In: FIORI, J. L. (Org.) (2004). *O Poder Americano*. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes.

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Marcelo Passini & OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de (2004). Estados Unidos: política comercial e órgãos de execução. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos (org.). *Reestruturação econômica mundial e reformas liberalizantes nos países em desenvolvimento.* Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2004, pp. 149-183 (Cadernos do IFCH, n° 30)

WADE, Robert (1996). Japan, the World Bank and the Art of Paradigm Maintenance: The East Asian Miracle in Political Perspective. In: *New Left Review*, 217, May/June, 1996.

_____ (2001). Showdown at the World Bank. In: *New Left Review*, 7, January/February, 2001.

_____ (2006). Choking the South. In: *New Left Review*, 38, Mar/Apr, 2006, p. 115-127.

WALLERSTEIN, Immanuel (1979). *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (1984). *The Politics of the World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____ (1996). "The Rise and Future Demise of World-Systems Analysis". Artigo apresentado no 91st Annual Meeting of the American Sociological Association, New York, Aug. 16, 1996.

_____ (2003). Entering Global Anarchy. In: *New Left Review* , 22, May/June, 2003.

_____ (2003). U.S. Weakness and the Struggle for Hegemony. In: *Monthly Review*, July-August 2003.

WALTZ, Kenneth (1979). *Theory of International Relations*. London: Addison-Wesley.

WEBER, Max (1994). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 3ª edição.